

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 69/2016 – GAB/SEADPREV, DE 15 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ, com base no art. 35, caput e inciso XII, da Lei Complementar estadual n. 28, de 09 de junho de 2003, no § 5º do mesmo art. 35, acrescentado pela Lei Complementar estadual n. 162, de 30 de dezembro de 2010, e nas demais disposições legais;

CONSIDERANDO que - nos termos do § 6º do art. 35 da Lei Complementar estadual n. 28/2003, acrescentado pelo art. 4º da Lei estadual nº 6.310/2013, de 07 de janeiro de 2013 – todas as licitações realizadas pelo Poder Executivo estadual são acompanhadas e controladas pela Superintendência de Licitações e Contratos desta Secretaria de Administração e Previdência, sem prejuízo das competências à Procuradoria-Geral do Estado pelo inciso II do art. 151 da Constituição do Estado;

CONSIDERANDO que - por força dos arts. 1º e 4º do Decreto n. 11.319, de 13 de fevereiro de 2004 regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP no âmbito da Administração Pública estadual, instituindo um Registro Central a cargo da Secretaria de Administração e Previdência, mas admitindo que os órgãos ou entidades da administração estadual possam implantar seu próprio sistema registro setoriais de preços, desde que em harmonia com o registro com o Sistema Central;

CONSIDERANDO que - nos termos do Parecer PGE/PLC nº 465/2010 de 11/08/2010, tornado parecer normativo por ato governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 189, de 05/10/2010, p. 3, não é possível adesão a registro de preços setorial (conclusão “e” do referido Parecer), mas é possível que a Secretaria de Administração e Previdência incorpore como seu registro de preços setorial e passar a gerenciá-lo consoante as normas do sistema central (conclusão “f” do Parecer);

CONSIDERANDO que - a Secretaria de Estado da Educação - SEED/PI tem registro setorial de preços, possuindo em vigor a Ata de Registro de Preços nº 001/2016 - SEED/PI, relativa ao Pregão Presencial nº 002/2015 - SEED/PI, que tem como objeto Registro de Preços para contratação de serviços gráficos e de impressão, extrato de publicação publicado no Diário Oficial do Estado nº 68, no dia 12/04/2016, págs. 11/74;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço, compreendendo: contratação de serviços gráficos e de impressão, com o objetivo de atender aos INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL;

RESOLVE:

Art. 1º Incorporar a Ata de Registro de Preços nº 001/2016 - SEED/PI, tendo como objeto Registro de Preços para contratação de serviços gráficos e de impressão, com o objetivo de atender necessidades decorrentes de serem realizados pela Administração Pública em Geral, ou até que se expire o prazo de validade da Ata incorporada;

Art. 2º Os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado que pretendam obter liberações para o objeto: Registro de Preços para contratação de serviços gráficos e de impressão, com base na Ata de Registro de Preços incorporada pelo art. 1º desta Portaria, devem dirigir seus requerimentos diretamente à Secretaria de Estado da Administração e Previdência;

Art. 3º As liberações para a utilização da Ata de Registro de Preços incorporada ao Sistema Central de Registro de Preços por meio desta Portaria deverão:

a) Necessidade de realizar pesquisa de preço (mercado), antes da aquisição, conforme previsto no Art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/1993;

b) No caso de a contratação ser custeada com recursos federais, informar sobre a necessidade de justificativa, na forma do art. 1º, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº 5.504, de 05 de agosto de 2005;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

Of. 305



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• PORTARIA SESAPI/GAB 482/2016, de 28 de março de 2016. Designar, **Maryland Araújo Rocha**, Auxiliar Administrativo, Matrícula: 001722-1, para exercer a Função de Supervisora de Vigilância Sanitária, da I Coordenação Regional de Saúde de Parnaíba, na Cidade de Parnaíba-PI, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, Símbolo DAI-6.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 732



Portaria N.º DGE/25/2016

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

Designar o engenheiro responsável pela Fiscalização da execução dos Serviços/Obras do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí.

RESOLVE

DESIGNAR o Engenheiro **RAIMUNDO NONATO SANTOS NETO**, Classe "C", matrícula N.º 44002-7, para Fiscalização da Execução dos Serviços de Demolição de 01 (um) bueiro capeado de 1,50mx1,10m; Implantação de 01 (um) bueiro duplo tubular de concreto (BDTC) com diâmetro de 1,20m e Implantação de 04 (quatro) quebra mola, na rodovia PI-140, KM-07, trecho: Floriano / Itaueira / Canto do Buriti. Conforme o disposto no Contrato PJU 017/2016 e Ordem de Serviço N.º 007/2016 DUEN.

Comunique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Teresina, 07 de abril de 2016.

Eng.º José de Araújo Dias
Diretor-Geral do DER-PI

Portaria N.º DGE/26/2016

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

Designar o engenheiro e Técnicos responsáveis pela Fiscalização da execução dos Serviços/Obras do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí.

RESOLVE

DESIGNAR o Engenheiro **RAIMUNDO NONATO SANTOS NETO**, Classe "C", matrícula n.º 44002-7, Assistente Técnico Rodoviário **ISLÂNDIO PINHEIRO ALVES**, Classe "C", matrícula n.º 05005-9 e o Topógrafo **FRANCISCO ARAÚJO DA SILVA**, Classe "C" matrícula n.º 05063-6, para Fiscalização da Execução dos Serviços de Melhoramento da Implantação em Revestimento Primário na Rodovia PI-397 (Transcerrado), trecho: Km-310,32 / Km-331,82 (BR-235), com extensão de 21,00Km. Conforme o disposto no Contrato PJU 018/2016 e Ordem de Serviço N.º 008/2016 DUEN.

Comunique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Teresina, 11 de abril de 2016.

Eng.º José de Araújo Dias
Diretor-Geral do DER-PI

Of. 200



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS



DIRETORIA GERAL

PORTARIA GABINETE N.º 009-2016

A Diretora Geral do Hospital Getúlio Vargas de Teresina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 22, item II, do Regimento Interno do Hospital.

RESOLVE:

I. Constituir Grupo de Trabalho Especial para desenvolver atividades relativas aos certames licitatórios, em sua modalidade Pregão Presencial, consoante disciplinamento a ser inserido em Edital específico, corroborado pelas demais normas que regem a espécie, com procedimentos de interesse do hospital em timbre, por esta Portaria, servidores para exercício das funções específicas e técnicas abaixo:

COMISSÃO ESPECÍFICA 02

Pregoeiro

Clarice Mauriz Lira – Administradora Hospitalar – Matrícula 207748-5

Equipe de Apoio

Deusanira Alves Rabelo (Assistente Administrativo) Matrícula 019083-7
Maria José da Silva Carvalho (Auxiliar Administrativo) Matrícula 209019-8
Rafaela Magalhães Canuto (Administradora Hospitalar) Matrícula 232318-4
Sebastião Bento Coelho Filho (Auxiliar Administrativo) Matrícula 000645-9
II. Determinar que os servidores designados terão poder delegado exclusivamente a modalidade Pregão Presencial, tomando-se por base as competências descritivas na Lei N.º 10.520/02 e subsidiariamente a Lei N.º 8.666/93 e legislação correlata;
III. Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, podendo ser revogada a qualquer momento, consoante normas que regem a espécie;
IV. A partir da assinatura desta Portaria a Comissão Específica deverá reunir-se para elaboração do instrumento editalício padrão dos certames.

Dê-Se Ciência e Cumpra-se

Gabinete do Diretor, Teresina, Piauí, 14 de Março de 2016

Dra. Clara Francisca dos Santos Leal
Diretora Geral do HGV

DIRETORIA GERAL

PORTARIA GABINETE N.º 011-2016

A Diretora Geral do Hospital Getúlio Vargas de Teresina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 22, item II, do Regimento Interno do Hospital.

RESOLVE:

I. Tornar sem efeito a Portaria N.º 008/2016, de 03 de Março de 2016.
II. Constituir a Comissão Permanente de Licitação do Hospital Getúlio Vargas, que passará a funcionar com a seguinte composição:

Presidente

Clarice Mauriz Lira, (Administradora Hospitalar)
Mat. 207748-5

Membros

Maria Crisálida Fernandes de Souza (Ag. Técnico) Mat.023962-3
Maria José da Silva Carvalho (Auxiliar Administrativo) Mat. 209019-8
Sebastião Bento Coelho Filho (Auxiliar Administrativo) Mat. 000645-9

Suplente

José Dantas da Fonseca (Assistente Administrativo) Mat. 0181193-5
Marlene Bezerra da Silva Leão (Ag. Administrativo) Mat. 018057-2
III. Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Dê-Se Ciência e Cumpra-se

Gabinete da Diretora, Teresina, 21 de Março de 2016

Dra. Clara Francisca dos Santos Leal
Diretora Geral do HGV

Of. 302



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN

PORTARIA Nº023 /2016 Teresina (PI), 11 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I-Conceder, de acordo com o Art. 91. da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, a servidora desta Secretaria, **IRACEMA MARIA DE MOURA MARQUES**, ocupante do cargo de Agente Técnico de Serviços, Classe II, Padrão "E", matrícula 092319-2, Estatutária, **90** (noventa) dias de **Licença Prêmio**, por assiduidades relativas ao quinquênio de 10.06.2002 a 09.06.2007 a qual deverá ser gozada integralmente no período de 01.04.2016 a 29.06.2016, conforme processo nº 19.000.113/16.

II – Os efeitos desta Portaria retroagem a 01.04.2016.

Cientifique-se,
Cumpra-se.

ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA NETO
SECRETÁRIO

PORTARIA Nº024/2016 Teresina (PI), 11 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I-Conceder, de acordo com o Art. 91. da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94, o servidor desta Secretaria, **VALDECYSILVA COSTA**, ocupante do cargo de Agente Técnico de Serviços Classe III, Padrão "D", matrícula 005695-2, Estatutária, **90** (noventa) dias de **Licença Prêmio**, por assiduidades relativas ao quinquênio de 04.05.1997 a 03.05.2002 a qual deverá ser gozada integralmente no período de 11.04.2016 a 09.07.2016, conforme processo nº 19.000.136/16.

II – Os efeitos desta Portaria entram em vigor nesta data.

Cientifique-se,
Cumpra-se.

ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA NETO
SECRETÁRIO

Of. 079



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - SEDET

PORTARIA Nº 004/2016 - CGP Teresina (PI), 14 de Abril de 2016

A) CHEFE DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - SEDET, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

RESOLVE:

Conceder a servidora, **MARLY ALMEIDA PONTE DE CARVALHO**, Auxiliar Técnico, 90 (Noventa) dias de licença prêmio, de acordo com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 13 de 03.01.94, no período de 02.05.16 à 30.07.16, referente ao exercício de 25/01/88 à 25/01/93.

Matrícula Nº 024362-X

PUBLIQUE-SEE
CUMPRE-SE.

MARINA REBÊLO TORQUATO
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Of. 326



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



PORTARIA Nº 037/2016 – GDG Teresina-PI, 14 de abril de 2016.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ - DETRAN/PI, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** Comissão composta pelos servidores **JOÃO DA CRUZ DE SOUSA NETO**, **TANIA MARA GUIMARAES BEZERRA ALVES** e **OSVALDO DE CARVALHO LIMA**, para, sob a Presidência do primeiro, proceder permanentemente auditoria nos processos de Transferência e Registro de veículos no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Piauí – DETRAN/PI, apresentando, mensalmente, relatório circunstanciado e, conforme o caso, recomendando providências.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

ARÃO MARTINS DO RÊGO LOBÃO
Diretor Geral do DETRAN-PI

Of. 203



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - SEDET.

PORTARIA Nº 004/2016 - CGP Teresina (PI), 14 de Abril de 2016

A) CHEFE DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - SEDET, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

RESOLVE:

Conceder a servidora, **MARLY ALMEIDA PONTE DE CARVALHO**, Auxiliar Técnico, 90 (Noventa) dias de licença prêmio, de acordo com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 13 de 03.01.94, no período de 02.05.16 à 30.07.16, referente ao exercício de 25/01/88 à 25/01/93.

Matrícula Nº 024362-X

PUBLIQUE-SEE
CUMPRE-SE.

MARINA REBÊLO TORQUATO
Coordenadora de Gestão de Pessoas
Of. 326



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria n º12.000 - 0162/GS/2016 Teresina, 08 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso das atribuições previstas no inciso II, do art. 109, da Constituição Estadual

RESOLVE:

LOTAR o servidor **CARLOS ALBERTO FORTES DE CARVALHO E SILVA**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 108.437-2, matrícula nº 108.517-4, oriundo da Delegacia Especializada de Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo - DECCORTERC, na Academia de Polícia Civil, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE. CIENTIFIQUE-SEE CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM TERESINA-PI, 08 DE ABRIL DE 2016.

Fábio Abreu Costa
Secretário de Estado da Segurança Pública

Of. 387



PORTARIA SDPG Nº 04/2016

O **SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 59/05 e o teor da Resolução nº 55/2015, de 13 de novembro de 2015.

CONSIDERANDO as férias concedidas ao Defensor Público Dr. Francisco de Jesus Barbosa, **18 de abril de 2016 a 02 de maio de 2016**, bem como a Portaria SDPG nº 03/2016 e conforme art. 3º da Resolução nº 055/2015 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Piauí,

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública, **Dra. Elisabeth Maria Memória Aguiar**, para **SUBSTITUIR** na 6ª Defensoria Pública Especial, no período de 18 de abril de 2016 a 02 de maio de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL, em Teresina, 06 de abril de 2016.

Erisvaldo Marques dos Reis
Subdefensor Público Geral

PORTARIA SDPG Nº 08/2016

O **SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 15 da Lei Complementar Estadual nº 59/05, de 30 de novembro de 2005.

RESOLVE:

REPROGRAMAR o período de férias da Defensora Pública, Dra. **OSITA MARIA MACHADO RIBEIRO COSTA**, concedidas pela portaria SDPG nº 20/2015, que teria início no dia 11/07/2016, com término em 09/08/2016, a serem fracionadas em dois períodos de 15(quinze) dias:

• De 11 de julho de 2016 a 25 de julho de 2016;

De 05 de dezembro de 2016 a 19 de dezembro de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL, em Teresina, 05 de abril de 2016.

Erisvaldo Marques dos Reis
Subdefensor Público Geral

PORTARIA SDPG Nº 09/2016

O **SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 15 da Lei Complementar Estadual nº 59/05, de 30 de novembro de 2005.

RESOLVE:

REVOGAR os efeitos da Portaria SDPG nº 20/2015, que concedeu férias a Defensora Pública Dra. **OSITA MARIA MACHADO RIBEIRO COSTA**, no período de 11/07/16 a 09/08/16.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL, em Teresina, 05 de abril de 2016.

Erisvaldo Marques dos Reis
Subdefensor Público Geral

PORTARIA SDPG Nº 10/2016

O **SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 59/05 e o teor da Resolução nº 55/2015, de 13 de novembro de 2015.

CONSIDERANDO o disposto no art. 30, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 059/2005, considerando a Portaria SDPG nº 08/2016, que reprogramou as férias concedidas à **Dra. Osita Maria Machado Ribeiro Costa** e conforme Resolução nº 055/2015 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Piauí,

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública, **Dra. Ana Patrícia Paes Landim Salha**, para substituir na 4ª Defensoria Pública Especial, nos períodos:

• De 11 de julho de 2016 a 25 de julho de 2016;

• De 05 de dezembro de 2016 a 19 de dezembro de 2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL, em Teresina, 06 de abril de 2016.

Erisvaldo Marques dos Reis
Subdefensor Público Geral

PORTARIA SDPG Nº 11/2016

O **SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 15 da Lei Complementar Estadual nº 59/05, de 30 de novembro de 2005 e Resolução CSDPE nº 55/2015.

RESOLVE:

CONCEDER ao Defensor Público **Dr. NELSON NERY COSTA**, o gozo de férias regulamentares referente ao período aquisitivo de 2014, no período de 16 de maio de 2016 a 30 de maio de 2016 (15 dias).

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL, em Teresina, 05 de abril de 2016.

Erisvaldo Marques dos Reis
Subdefensor Público Geral

PORTARIA SDPG Nº 12/2016

O **SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 15 da Lei Complementar Estadual nº 59/05, de 30 de novembro de 2005 e Resolução CSDPE nº 55/2015.

CONSIDERANDO a Portaria SDPG nº 11/2016, de 05 de abril de 2016, que concedeu as férias do Defensor Público Dr. Nelson Nery Costa no período de 16 a 30 de maio de 2016.

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública **DRA. MYRTES MARIA DE FREITAS E SILVA**, para substituir na 1ª Defensoria Pública Especial no período de 16 de maio de 2016 a 30 de maio de 2016 (15 dias).

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL, em Teresina, 06 de abril de 2016.

Erisvaldo Marques dos Reis
Subdefensor Público Geral

PORTARIA GSDPG Nº 13/2016

O **SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 15 da Lei Complementar Estadual nº 59/05, de 30 de novembro de 2005.

CONSIDERANDO o Ofício Circular/Secretaria de Governo nº 005/2016, sobre a composição da Câmara Estadual de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, bem como o Decreto nº 14.388/2011, alterado através do Decreto s/n, datado de 26 de abril de 2011, publicado no DOE nº 78, de 27.04.2011.

RESOLVE:

DESIGNAR os Defensores Públicos: **Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes**, Defensora Pública Geral e **Dr. Silvio Cesar Queiroz Costa**, Diretor da Unidade Criminal da Defensoria Pública da Capital, para compor a Câmara Estadual de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL, em Teresina, 06 de abril de 2016.

Erisvaldo Marques dos Reis
Subdefensor Público Geral
Of. 009



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria n.º 12.000 - 0162/GS/2016

Teresina, 08 de abril de 2016.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ**, no uso das atribuições previstas no inciso II, do art. 109, da Constituição Estadual

RESOLVE:

LOTAR o servidor **CARLOS ALBERTO FORTES DE CARVALHO E SILVA**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 108.437-2, matrícula nº 108.517-4, oriundo da Delegacia Especializada de Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo - DECCORTERC, na Academia de Polícia Civil, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE. CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM TERESINA - PI, 08 DE ABRIL DE 2016.

Fábio Abreu Costa
Secretário de Estado da Segurança Pública

Of. 387

LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO DO PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorrogou a vigência por meio do **Termo Aditivo nº 05**, a vigência do Contrato abaixo:

Contrato nº: 031/2013.

Contratante: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR.

Contratada: Empresa Expandir Engenharia Ltda.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Contrato referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· O presente Contrato tem como objetivo dar continuidade às atividades desenvolvidas pela contratada, com a "Implantação de Calçamento Paralelepípedo nos municípios de: Lote I- Piripiri, Lote II- Matias Olímpio e Brasileira, Lote III - Caraúbas e Cocal dos Alves, Lote IV - Alto Longá e São Miguel do Tapuí" em conformidade e especificações constantes na proposta da firma contratada, com fundamento na lei 8.666/93.

· A prorrogação contratual tem como objetivo dar continuidade às atividades desenvolvidas pela contratada, tendo em vista a necessidade de prazo da execução para conclusão das obras.

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Empresa Expandir Engenharia Ltda.

Vigência: 16/08/2016.

Of. 460

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO DO PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorrogou a vigência por meio do **Termo Aditivo nº 05**, a vigência do Contrato abaixo:

Contrato nº: 055/2013.

Contratante: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR.

Contratada: COHISO - Construções, Hidrogeologia e Sondagem Ltda.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Contrato referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· O presente Contrato tem como objetivo dar continuidade às atividades desenvolvidas pela contratada, com a "Construção de 5 matadouros, perfuração e equipamentos dos poços, Lote VIII- João Costa, Pedro Laurentino, São Jose do Peixe, Socorro do Piauí e Bela Vista" em conformidade e especificações constantes na proposta da firma contratada, com fundamento na lei 8.666/93.

· O preço total para a execução dos serviços é de R\$ 970.079,74 (novecentos e setenta mil setenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a COHISO - Construções, Hidrogeologia e Sondagem Ltda

Vigência: 03/03/2017.

Of. 403



EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 001/2016

Retificação do Extrato de Publicação de Contrato Nº 001/2016.
Extrato de Publicação publicado no DOE Nº 65 do dia 7 de abril de 2016.

ONDE SELÊ:

Objeto: contratação de empresa especializada para construção e complementação de matadouros público em 27 (vinte e sete) municípios do Piauí do tipo menor preço por lote, com recursos do Tesouro Estadual,

Abertura: 18/05/2016 às 09h00min. Local Rua João Cabral, nº 2319, Pirajá. Teresina, 04 de abril de 2016.

Lívia Maria Lima de Carvalho – Presidente da CPL

LEIA-SE:

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 001/16

Objeto: contratação de empresa especializada para construção e complementação de matadouros público em 26 (vinte e seis) municípios do Piauí do tipo menor preço por lote, com recursos do Tesouro Estadual,

Abertura: 18/05/2016 às 09h00min. Local Rua João Cabral, nº 2319, Pirajá. Teresina, 04 de abril de 2016.

Lívia Maria Lima de Carvalho – Presidente da CPL

Francisco das Chagas Limma
Secretário do Desenvolvimento Rural

Of. 439

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO DO PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorrogou a vigência por meio do **Termo Aditivo nº 11**, a vigência do Contrato abaixo:

Contrato nº: 010/2013.

Contratante: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Contratada: Construtora Planos Ltda.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Contrato referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· O presente Contrato tem como objetivo dar continuidade às atividades desenvolvidas pela contratada, com a “Locação de máquinas para executar serviços no Território Serra da Capivara em 07(sete) municípios, Lote II” em conformidade e especificações constantes na proposta da firma contratada, com fundamento na lei 8.666/93.

· A prorrogação contratual tem como fundamento o artigo 57 da lei 8.666/93 por ser o objeto de natureza contínua e indispensável para execução das ações desenvolvidas na SDR (contratante).

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Construtora Planos Ltda.

Vigência: 17/02/2017.

Of. 412

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO DO PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorrogou a vigência por meio do **Termo Aditivo nº 02**, a vigência do Contrato abaixo:

Contrato nº: 024/2013.

Contratante: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Contratada: Empresa Prominas Brasil Equipamentos Ltda.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Contrato referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· O presente Contrato tem como objetivo dar continuidade às atividades desenvolvidas pela contratada, com a “Aquisição de equipamentos de perfuração dos poços (comboio perfuratrizes), para atendimento dos estados afetados por secas e estiagens” em conformidade e especificações constantes na proposta da firma contratada, com fundamento na lei 8.666/93.

· A prorrogação contratual tem como fundamento o artigo 57 da lei 8.666/93 por ser o objeto de natureza contínua e indispensável para execução das ações desenvolvidas na SDR (contratante).

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Empresa Prominas Brasil Equipamentos Ltda.

Vigência: 01/10/2016.

Of. 411

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público o convênio abaixo:

Convênio nº: 012/2016/SDR

Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Conveniente: Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Piauí

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· O presente Convênio tem como objeto a reforma do matadouro público de São Gonçalo do Piauí, totalizando R\$ 120.206,01 (cento e vinte mil, duzentos e seis reais e um centavo), de acordo com o plano de trabalho devidamente aprovado.

· Unidade orçamentaria: 15101

· Programa: 2060223

· Projeto / Atividade: 1280

· Elemento de Despesa: 44.40.41

· Fonte recurso: 010001001

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Piauí.

Vigência: 30/12/2016.

Of. 434

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO SIMPLIFICADO DE CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público **1º Termo Aditivo** do Convenio abaixo:

Convênio: 017/2015

Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Convenente: Associação de Produtoras Rurais das Comunidades Salinas e Estiva de Porto do Piauí.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· Prorrogar a vigência original do Convenio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa entidade por 122 dias, passando o término da vigência para o dia 30/08/2016, quando deverá ser encaminhada a respectiva prestação de contas a este Órgão.

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Associação de Produtoras Rurais das Comunidades Salinas e Estiva de Porto do Piauí.

Vigência: 30/08/2016.

Of. 429

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público a Prorrogação da vigência por meio do Termo Aditivo nº **02**, a vigência do Convênio abaixo:

Convênio nº: 012/2015/SDR

Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Convenente: Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Faveira.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· Prorrogar a vigência original do Convenio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa Entidade por 61 dias, passando o término da vigência para o dia 24/05/2016, quando deverá ser encaminhada a respectiva Prestação de Contas a este Órgão.

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Faveira.

Vigência: 24/05/2016.

Of. 428

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público a Prorrogação do 2º Termo Aditivo que celebra o convênio abaixo:

Convênio nº: 016/2015/SDR

Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Convenente: Associação dos Pequenos Agricultores do Estado do Piauí - APAESPI.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· Prorroga a vigência original do Convênio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa entidade por 122 dias, passando o término da vigência para o dia 29/07/2016, quando deverá ser encaminhada a respectiva Prestação de Contas a este Órgão.

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado do Piauí – APAESPI.

Vigência: 29/07/2016.

Of. 436

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público a Prorrogação do Termo Aditivo nº 1ª que celebra o convênio abaixo:

Convênio nº: 021/2015/SDR

Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Convenente: Associação dos Pequenos Agricultores do Estado do Piauí - APAESPI.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· Prorroga a vigência original do Convênio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa entidade por 122 dias, passando o término da vigência para o dia 30/07/2016, quando deverá ser encaminhada a respectiva Prestação de Contas a este Órgão.

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado do Piauí – APAESPI.

Vigência: 30/07/2016.

Of. 427



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO DO PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorrogou a vigência por meio do **Termo Aditivo nº 02**, a vigência do Contrato abaixo:

Contrato nº: 072/2013.

Contratante: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Contratada: Empresas Poço e Cia Ltda.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Contrato referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· O presente Contrato tem como objetivo dar continuidade às atividades desenvolvidas pela contratada, com a “Construção do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água – Lote X- Território entre rios” em conformidade e especificações constantes na proposta da firma contratada, com fundamento na lei 8.666/93.

· O valor total do Contrato é de R\$ 2.231.605,15 (dois milhões duzentos e trinta e um mil seiscentos e cinco reais e quinze centavos)

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a

Empresas Poço e Cia Ltda.

Vigência: 14/12/2016

Of. 445

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público a 1ª Prorrogação do Termo Aditivo que celebra o convênio abaixo:

Convênio nº: 001/2015/SDR

Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Conveniente: Prefeitura municipal de Novo Santo Antonio.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· Prorroga a vigência original do Convênio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa entidade por 270 dias, passando o término da vigência para o dia 25/01/2017, quando deverá ser encaminhada a respectiva Prestação de Contas a este Órgão.

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Prefeitura municipal de Novo Santo Antonio.

Vigência: 25/01/2017.

Of. 443

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público a Prorrogação do Termo Aditivo nº 1ª que celebra o convênio abaixo:

Convênio nº: 002/2015/SDR

Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Conveniente: Prefeitura municipal de Novo Santo Antonio.

Objeto:

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE:**

· Prorroga a vigência original do Convênio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa entidade por 270 dias, passando o término da vigência para o dia 27/01/2017, quando deverá ser encaminhada a respectiva Prestação de Contas a este Órgão.

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Prefeitura municipal de Novo Santo Antonio.

Vigência: 27/01/2017.

Of. 435



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO – SEDET

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016. PROCESSO Nº 20.097/16

DO OBJETO

O presente instrumento se refere a aquisição de 01 (um) roteador UAP-LR de 300 MBPS, para instalação do sistema WI-FI, no espaço físico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Estado do Piauí.

DA JUSTIFICATIVA

A solicitação da presente aquisição se faz necessária para atendimento das necessidades da SEDET-PI, já que a conectividade com a rede atende os diversos setores da Secretaria, além de permitir conexões com outros órgãos do Governo do Estado do Piauí e demais instituições públicas e privadas nacionais e internacionais. Sendo assim, visa dotar esta Secretaria de ativos de rede modernos, que garanta desempenho compatível com as crescentes demandas e com características de escalabilidade que garanta suporte ao constante aumento dos dados.

DO PRESTADOR DE SERVIÇO

O prestador de serviço é a Infocompany.

DO VALOR

O valor é de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

DA BASE LEGAL

Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Teresina (PI), 13 de abril de 2016.

JOSÉ ICEMAR LÂVORNÉRI

Secretário do Desenvolvimento
Econômico e Tecnológico do Piauí

Of. 325



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 06/2016

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ

OBJETO: ESTABELECIMENTO DE MÚTUA COOPERAÇÃO ENTRE OS PARTÍCIPES, COM VISTAS PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO BAIRRO SÃO PEDRO NO MUNICÍPIO SÃO BRAZ DO PIAUÍ.

VIGÊNCIA: 365 DIAS A CONTAR DA DATA DE ASSINATURA

DATA DE ASSINATURA: 05/04/2016

FÁBIO HENRIQUE MENDONÇA XAVIER DE OLIVEIRA
Secretário de Estado das Cidades

Of. 011



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/16

PROCESSO: AA.900.1.034050/15-40 **ESPÉCIE:** Contrato celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa ALEMANHA VEÍCULOS LTDA, CNPJ 05.422.156/0001-84, conforme Pregão Eletrônico nº 18/2015 e Liberação nº 0669/2015 - DL/SEADPREV/PI. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a aquisição de 20 (vinte) ambulâncias, tipo A, para a simples remoção de pacientes entre unidades de saúde para atender as necessidades da SESAPI. **VALOR:** Valor total de R\$ 2.844.000,00 (Dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil reais). **VIGÊNCIA:** o prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de sua assinatura e seu término quando do recebimento definitivos dos bens. **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Órgão Orçamentário: 17; Unidade Orçamentária: 17101; Função: 302; Sub-função: 10; Programa: 03; Ação (Proj/Ativ/Op.Esp.): 1201; Natureza de Despesa: 449052; Fonte de Recursos: 100 - Tesouro. **DATA DE ASSINATURA:** 12.04.2016. **SIGNATÁRIOS:** FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA Secretário Estadual da Saúde; CONSTÂNCIA MACEDO Pela Contratada.

Of. 904

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO: Pregão Eletrônico nº 11/2016 – CPL/SESAPI. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO AQUISIÇÕES DE REAGENTES PARA AUTOMAÇÃO PARA OS LABORATORIOS DE MICROBIOLOGIA E TUBERCULOSE DO LACEN TIPO: Menor Preço por LOTE. **DATA E HORÁRIO:** INÍCIO A COLHIMENTO DAS PROPOSTAS 22/04/2016 às 13h00min; LIMITE A COLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 06/05/2016 às 08h00min; ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06/05/2016 às 11h00min; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09/05/2016 às 09h00min; LOCAL: licitações-e do Banco do Brasil AS. **INFORMAÇÕES:** SALA de Reunião CPL/SESAPI, Av. Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo – Teresina – PI. **INFORMAÇÕES:** CPL/SESAPI, no mesmo endereço, FONE: (86) 3216-3604 e-mail: cplsauade@saude.pi.gov.br

Luciana Spindola Monteiro Toussaint
Pregoeira da CPL/SESAPI

Visto:

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 897



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - DL/SEADPREV/PI PROCESSO Nº AA.002.1.001166/16-09 - DL/SLC/SEADPREV

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE NATUREZA CONTÍNUA.
TIPO: Menor Preço. Adjudicação por item.
DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 29/04/2016.
HORÁRIO: 09h00min (horário de Brasília).
EDITAL: Disponível nos sites: <http://licitacao.administracao.pi.gov.br/index.php> e TCE/PI
INFORMAÇÕES: Avenida Pedro Freitas, s/n, 2º andar – Centro Administrativo - Bairro São Pedro, em Teresina – PI. Telefone: (86)3216-1726 Email: licitacao@sead.pi.gov.br, e-mail: suely.oliveira@sead.pi.gov.br

Suely Oliveira de Miranda
Pregoeira – DL/SEADPREV

Pedro Ângelo Veras e Silva Ferreira
Diretor de Licitações-DL/SEADPREV

Francisco José Alves da Silva
Secretário de Estado da Administração e Previdência

Of. 282



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2016

OBJETO: Cessão de Uso, a título gratuito, do direito de uso do aplicativo que compõe o “Sistema ATENDE”.

PARTES: Cedente - Estado da Bahia, através da Secretaria de Administração. Cessionário - Estado do Piauí, através da Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses.

DATA DA ASSINATURA: 08.04.2016

Teresina, 12 de abril de 2016

FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA
Secretário de Administração e Previdência

Of. 1222



EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº PJU/46/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 1433/16
OBJETO: alteração dos quantitativos da planilha orçamentária, sem reflexo financeiro, pertinente à execução dos Serviços de Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual (Território do Desenvolvimento dos Cocais), nas Rodovias Estaduais: PI-112; 212; 110; 311; 117; 214; 211; 111; 213; 327; 216, Ligação 214/112, Entr. BR-343; Entr. PI-213; Entr. BR-222; Entr. BR-404; Entr. PI-214 e Entr. PI-213, com uma extensão total de 511,00 Km, devido à necessidade da readequação dos serviços a serem executados para atender a manutenção rotineira das Rodovias Estaduais contempladas no referido contrato, de modo a propiciar a realização dos serviços de roço, remendo profundo e tapa buracos, face os efeitos ocasionados no pavimento e nas margens da Rodovia pela estação invernal. A vigência permanece de 36 (trinta e seis) meses.
CONTRATADA: PAC ENGENHARIA LTDA
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93.
DATA: 12 de abril de 2016.
Assinaturas: Eng.º José de Araujo Dias (Diretor Geral do DER/PI) e Francisco Marcelo Carvalho Mendes (Resp. Téc./Legal PAC Engenharia Ltda).

Of. 050



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES

Extrato de Aditivo

ATO: TERMO ADITIVO Nº 08 AO CONTRATO Nº 40/2013.
Processo Administrativo nº A.A.319.1.000929/13-24 - SETRANS/PI.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado dos Transportes do Piauí SETRANS/PI
CONTRATADA: Pac Engenharia Ltda.
OBJETO CONTRATUAL: Execução de 225.299,72 m² de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.) de diversas ruas da zona urbana do Município de Altos - PI.
OBJETO DO ADITAMENTO: Execução de serviço extra no valor de R\$ 134.867,00 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais), ficando o contrato original no valor de R\$ 6.745.444,99 (seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos), a contar da data da assinatura do Termo Aditivo.
DATA DE ASSINATURA: 09.03.2016
ASSINAM: Guilhermano Pires Ferreira Corrêa (pela Contratante) e Francisco Leonardo de Carvalho Mendes (pela Contratada).

Of. 243



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2015

Processo Administrativo nº 0029741/2014;0025429/2015;0004055/2015;0036612/2015;0020480/2015;0032864/2015.

A Secretaria de Estado da Educação do Piauí SEDUC/PI, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o Resultado de Julgamento do Recurso Administrativo interposto pela empresa Valedo Mambre Ltda (Processo Administrativo nº 0007283/2016), nos autos da Tomada de Preços nº 004/2015, cuja decisão foi pela manutenção da inabilitação da empresa recorrente, negando provimento ao recurso interposto. Vistas do processo aos interessados, na forma do art. 109, § 5º, da Lei nº 8.666/93, na sala de reunião da Comissão de Licitação da SEDUC.

Teresina (PI), 14 de abril de 2016.

Devaldo Rocha Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Of. 064



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR

AVISO DE LICITAÇÃO- 2ª CHAMADA TOMADA DE PREÇOS nº 17-2016

Processo Administrativo de Nº AA.153.1.000191/16-23

O ESTADO DO PIAUÍ, através da Secretaria de Estado de Turismo – SETUR, dá ciência a todos que realizará a Tomada de Preços nº 18-2016, do tipo “Menor Preço”, regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, conforme discriminação a seguir: **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a construção de Praça Pública na localidade Campestre no município de Nazária/PI. **ABERTURA:** 29/04/2016, às 11:00h. **REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por Preço Unitário. **RECURSO:** Tesouro Estado/SETUR. **INFORMAÇÕES:** Av. Antonino Freire, 1473, 2º Andar, Ed. D. Antonieta Araújo, Centro, CEP 64001-040 – Teresina, Piauí, Brasil, Telefone(s): (86) 3216-2199 / 3216-1530 / 3215-4224 – Fax (86) 3216-6000, e-mail – secretariadeturismo.pi@gmail.com

Teresina (PI), 15 de abril de 2016

Roselyne Barros Morais da Silva
Presidenta da CPL - SETUR

Of. 08

AVISO DE LICITAÇÃO- 2ª CHAMADA TOMADA DE PREÇOS nº 18-2016

Processo Administrativo de Nº AA.153.1.000567/15-14

O ESTADO DO PIAUÍ, através da Secretaria de Estado de Turismo – SETUR, dá ciência a todos que realizará a Tomada de Preços nº 18-2016, do tipo “Menor Preço”, regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, conforme discriminação a seguir: **OBJETO:** Implantação de pavimentação em paralelepípedo na ladeira dos Pereiros na zona Rural de Caldeirão Grande-PI. **ABERTURA:** 29/04/2016, às 10:00h. **REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por Preço Unitário. **RECURSO:** Tesouro Estado/SETUR. **INFORMAÇÕES:** Av. Antonino Freire, 1473, 2º Andar, Ed. D. Antonieta Araújo, Centro, CEP 64001-040 – Teresina, Piauí, Brasil, Telefone(s): (86) 3216-2199 / 3216-1530 / 3215-4224 – Fax (86) 3216-6000, e-mail – secretariadeturismo.pi@gmail.com

Teresina (PI), 14 de abril de 2016

Roselyne Barros Morais da Silva
Presidenta da CPL - SETUR

Of. 07



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
GABINETE DA REITORIA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02790/2016.

ATO: TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI.

CONTRATADA: PROFESSORA EDIANE SILVA LIMA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CARGO: Obriga-se desempenhar as atividades de ensino, junto ao Centro Clóvis Moura, horário a ser estabelecido pela direção do Curso, no total de TP. 20h semanais de trabalho, conforme Edital PREG Nº 003/2016 do processo seletivo simplificado, para exercer as funções de professor ESPECIALISTA do quadro provisório de docentes desta IES.

CLÁUSULA QUARTA: DA REMUNERAÇÃO: Pagará ao contratado a remuneração mensal de R\$ 1.140,61, conforme Edital PREG nº 003/2016.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA: de até 12 meses, a partir da assinatura desse contrato. **DATA DA ASSINATURA:** 01/04/2016. **SIGNATÁRIOS:** BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO e PROFESSORA EDIANE SILVA LIMA. **INFORMAÇÕES:** DST/FUESPI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02897/2016.

ATO: TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI.

CONTRATADO: PROFESSOR CRISTIANO ROBERTO BRASILEIRO DA SILVA PASSOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CARGO: Obriga-se desempenhar as atividades de ensino, junto ao Campus de Corrente, horário a ser estabelecido pela direção do Curso, no total de TP. 20h semanais de trabalho, conforme Edital PREG Nº 006/2016 do processo seletivo simplificado, para exercer as funções de professor ESPECIALISTA do quadro provisório de docentes desta IES.

CLÁUSULA QUARTA: DA REMUNERAÇÃO: Pagará ao contratado a remuneração mensal de R\$ 1.140,61, conforme Edital PREG nº 006/2016.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA: de até 12 meses, a partir da assinatura desse contrato. **DATA DA ASSINATURA:** 01/04/2016. **SIGNATÁRIOS:** BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO e PROFESSOR CRISTIANO ROBERTO BRASILEIRO DA SILVA PASSOS. **INFORMAÇÕES:** DST/FUESPI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02898/2016.

ATO: TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI.

CONTRATADO: PROFESSOR SALMON LUSTOSA CAVALCANTE FILHO.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CARGO: Obriga-se desempenhar as atividades de ensino, junto ao Campus de Corrente, horário a ser estabelecido pela direção do Curso, no total de TP. 20h semanais de trabalho, conforme Edital PREG Nº 006/2016 do processo seletivo simplificado, para exercer as funções de professor ESPECIALISTA do quadro provisório de docentes desta IES.

CLÁUSULA QUARTA: DA REMUNERAÇÃO: Pagará ao contratado a remuneração mensal de R\$ 1.140,61, conforme Edital PREG nº 006/2016.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA: de até 12 meses, a partir da assinatura desse contrato. **DATA DA ASSINATURA:** 01/04/2016. **SIGNATÁRIOS:** BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO e PROFESSOR SALMON LUSTOSA CAVALCANTE FILHO. **INFORMAÇÕES:** DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02895/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 20

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** ADRIANA MARIA MAGALHÃES. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. **DATA DE ASSINATURA:** 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02879/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 20

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** FRANCIVALDO PINHEIRO FERNADES. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. **DATA DE ASSINATURA:** 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02937/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 20

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** MARCELA VITÓRIA DE VASCONCELOS. **ONDE**

SE LÊ: SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02871/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 20

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** AURELIO FERRY DE OLIVEIRA FILHO. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02868/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 20

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** RAISSA BRITO BORGES. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00373/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 20 e 21.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** GRACIELE BARROSO. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02906/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 21

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** EMANUELLE KARENYNE MOTA CHAVES. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02908/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 20

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** MARCELO REGES PEREIRA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02864/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 20

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** DOUGLAS SANTIAGO KRIDI. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02940/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 19 e 20.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** IRADENIA DA SILVA SOUSA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02962/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 19

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** MARIA DO SOCORRO DA ROCHA NOGUEIRA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02915/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 19

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** SHAMILLA O'HANA RODRIGUES DA SILVA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:**

SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02907/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 20

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** MARILIA GABRIELA DE SOUSA MATEUS. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03243/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 19.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** ELIANDERSON MENESES SANTOS. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03241/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 19.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** ANTONIO LUIZ PEREIRA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02920/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 19.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** PAULO MOTA FILHO. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIOS: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03070/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 19

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** LUCAS DA PAZ HIGINO. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02892/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 20

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** MARIA DAISE DE OLIVEIRA CARDOSO. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02877/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 18 e 19.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA DE SOUSA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02919/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 18.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** DENISE LAIANA PINHEIRO NASCIMENTO LEITÃO. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02902/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 18

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** HELTON GIRIO MATOS. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.



ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03276/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 18.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** ITALO JOSÉ DE SOUSA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02917/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 18

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** MONICA MARIA DE AMORIM RAMOS. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02939/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 18.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** RODRIGO FERREIRA DE MORAIS. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03069/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 18

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** MIGUEL ANGELO GONÇALVES REIS FILHO. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02866/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 18.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** MARCIUS MEDSON CAMPELO DE SOUSA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02883/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 17 e 18.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** FABIANA UCHOA BARROS. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02909/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 17

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** PAULA LAYANE PEREIRA DE SOUSA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03500/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 20

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** ANTONIO WILSON ALVS DA SILVA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03334/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 17.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** LUANNA SOARES DE MELO EVANGELISTA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02968/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 17.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** SIMONE RAQUEL MENDES DE OLIVEIRA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03254/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 17.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** LEIDY JANE COSTA ALVES. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIOS: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02912/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 17

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** MICHELLY SANTOS DE CARVALHO. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 28/01/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01107/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 17.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADO:** AMADEU BANDEIRA DE SOUZA. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03469/2016, conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, publicado no DOE nº 66, 08 de abril de 2016, pag. 17.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** REBECA MENDES MONTEIRO. **ONDE SE LÊ:** SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO ISÍDIO DE SOUSA. **LEIA-SE:** SIGNATÁRIO: BENEDITO RIBEIRO DA GRAÇA NETO. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DST/FUESPI.

Of. 369



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
GABINETE DA REITORIA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01674/2016.

ATO: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912352042/2014 – ECT/ nº 028/2014 – FUESPI.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI.

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato nº 9912352042/2014 – ECT/ nº 028/2014 – FUESPI, por mais 12 meses.

FONTES: 00 e 10 – TESOURO/CONVÊNIO.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO: Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar por 12 (doze) meses, de 23/06/2016 a 23/06/2017. **DATA DA ASSINATURA:** 05/04/2016. **SIGNATÁRIOS:** NOUGA CARDOSO BATISTA, FREDISON PACHECO BARROS E ANA CÉLIA DA SILVA. **INFORMAÇÕES:** DDI/FUESPI.

Of. 371



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

**ÓRGÃO: MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 075/16 PROCESSO Nº 0214/16.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos Comuns e Correlatos
EMPRESA: **JORGE BATISTA & CIA LTDA.**
VALOR R\$ 79.560,20 (Setenta e nove mil e quinhentos e sessenta reais e vinte centavos).

EMPRESA: **J. NERVAL DE SOUSA**
VALOR R\$ 90.973,12 (Noventa mil novecentos e setenta e três reais e doze centavos).

EMPRESA: **MÉDICA HOSPITALAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**

VALOR R\$ 24.035,50 (Vinte e quatro mil e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).

EMPRESA: **DHOSP – DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

VALOR R\$ 7.158,20 (Sete mil cento e cinquenta e oito reais e vinte centavos).

EMPRESA: **R & A DISTRIBUIDORA PRODUTOS HOSPITALAR LTDA.**

VALOR R\$ 3.075,44 (Três mil setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

EMPRESA: **R. O. CARVALHO NASCIMENTO**
VALOR R\$ 3.686,00 (Três mil seiscentos e oitenta e seis reais).

EMPRESA: **ALTERNATIVA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – ME.**

VALOR R\$ 9.930,00 (Nove mil novecentos e trinta reais).

EMPRESA: **MED PLUS LTDA.**
VALOR R\$ 60.968,60 (Sessenta mil novecentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos).

EMPRESA: **CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICO FARMACÊUTICOS LTDA.**

VALOR R\$ 3.844,50 (Três mil oitocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

EMPRESA: **DET MED D.R.C. COMÉRCIO LTDA.**
VALOR R\$ 855,00 (Oitocentos e cinquenta e cinco reais).

EMPRESA: **DIMENSÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME.**

VALOR R\$ 37.124,00 (Trinta e sete mil e cento e vinte e quatro reais).

EMPRESA: **HALEXISTA INDÚSTRIA DE FARMACÊUTICA LTDA.**
VALOR R\$ 4.986,50 (Quatro mil novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).

EMPRESA: **EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME.**

VALOR R\$ 34.970,00 (Trinta e quatro mil novecentos e setenta REAIS).

EMPRESA: **CENTRO MED DISTRIBUIDORA LTDA – EPP.**
VALOR R\$ 218.528,50 (Duzentos e dezoito mil quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

EMPRESA: **UNIBRAL COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA.**
VALOR R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem reais).

VALOR TOTAL DA DISPENSA R\$ **580.795,06** (Quintos e oitenta mil setecentos e noventa e cinco reais e seis centavos).

FUNDAMENTAÇÃO: Art.24, IV da Lei 8.666/93.

INEXIGIBILIDADE Nº 058/16 PROCESSO Nº 0418/16

OBJETO: Serviço de Telefonia Fixa Referente à Fevereiro/16 – (86) 3228-1566/3228-1717.

EMPRESA: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**

VALOR R \$ 201,48 (Duzentos e um reais e quarenta e oito centavos).

FUNDAMENTAÇÃO: Art.25, caput da Lei 8.666/93.

CLODOVEU DE SOUSA RIBEIRO

Coordenador de Licitação
CPF: 470.301.783-00

Of. 206

O Hospital Regional Tibério Nunes vem ratificar as publicações abaixo:

Dispensa de licitação nº 358/2015 Processo nº 370/2015
Empresa: CONSTRUSUL Objeto: Mat. De Construção
Valor: 278,10 Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93.

Dispensa de licitação nº 10/2016 Processo nº 10/2016
Empresa: CONSTRUSUL Objeto: Mat. De Construção
Valor: 588,70 Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93.

Dispensa de licitação nº 102/2016 Processo nº 100/2016
Empresa: CONSTRUSUL Objeto: Mat. De Construção
Valor: 492,92 Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93.

Dispensa de licitação nº 99/2016 Processo nº 99/2016
Empresa: OTIMA Distribuidora Objeto: Mat. Hospitalar
Valor: 375,00 Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93.

Dispensa de licitação nº 95/2016 Processo nº 95/2016
Empresa: INFOART Informática Objeto: Mat. Informática
Valor: 2.116,00 Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93.

Of. 038



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – SASC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2016

CONCEDENTE: Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania.

CONVENENTE: Grupo Matizes.

OBJETO: Apoiar a realização do 9º Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais - SENALESBI, na forma do Plano de Trabalho cadastrado junto ao Sistema de Gestão de Convênios – SISCON/SEPLAN.

VALOR: R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), em parcela única.

FONTE DO RECURSO: Unidade Orçamentária 300101, Elemento de Despesa 33.50.41, Fonte de Recursos: 0100001001, Plano Interno: 2076.

DATA DA ASSINATURA: 08 de abril de 2016.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

SIGNATÁRIOS: João Henrique de Alencar Pires Rebêllo (CONCEDENTE) e Marinalva de Santana Ribeiro (CONVENENTE).

Of. 629

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL DO PIAUÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Angical do Piauí PI, torna público que realizará licitação Tomada de Preços nº. 001/2016, menor preço e adjudicação global, em 03/05/2016, às 08:00hs. Objeto: Serviços de pavimentação em paralelepípedo. Recursos: CT Min. das Cidades-Cef. Valor estimado: R\$ 256.217,00. Edital/Abertura: Sede da Prefeitura Municipal - Av. João Siqueira Paes, S/Nº, Centro Tel: (86) 3298-1186. Angical do Piauí (PI), 14 de abril de 2016. Presidente da CPL

P. P. 20397



PREFEITURAMUNICIPALDEAMARANTE

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 001/2016

Interessado: Município de Amarante (PI). Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia Civil para Execução de Obras e Serviços de Implantação de 80.361,55 M² de Pavimentação Asfáltica em CBUQ (Espessura de 5,0cm) em Diversas Ruas da Cidade de Amarante, neste Estado. Tipo de Licitação: Menor preço global. Valor Estimado: R\$ 4.998.757,97 (quatro milhões novecentos e noventa e oito mil setecentos e cinquenta e sete reais e noventa e sete centavos). Fonte de Recursos: Governo do Estado. Data da Sessão: 18/05/2016 Credenciamento e recebimento dos envelopes Proposta e documentação. Credenciamento e Abertura das Propostas: 09:00 horas. Endereço: Praça Quincas Castro, nº 15, Centro Amarante-PI. Maiores informações poderão ser adquiridas junto à CPL, no endereço acima citado, ou pelo telefone (86) 3292 1146, em dias úteis de segunda à sexta, de 08h00min as 13h00min.

Amarante (PI), 13 de Abril de 2016.

Raquel Leila Vieira Lima
Presidente da CPL

PREFEITURAMUNICIPALDELAGOADOBARRODOPIAUI

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº013/2016

Tomada de Preço n.º013/2016. Proc. Adm. N.º 017/2016. Data de Recebimento de Documentação e Julgamento: 03/05/2016, as 09:00. Objeto: Locação de Veículos. Edital e informações na Avenida 29 de Abril, 34, centro, Lagoa do Barro do Piauí/PI. Fone: (89) 994061255

Lagoa do Barro do Piauí/PI, 14 de Abril 2016.

Paulo Raimundo de Sousa
Presidente da CPL

P. P. 20398

PREFEITURAMUNICIPALDEPAVUSSUPI

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PAVUSSU PI, através da CPL, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n. 003/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM e ADJUDICAÇÃO POR ITEM, em 29/04/2016 às 11:00 h. OBJETO: Aquisição de material de informática. RECURSO: Orçamento Geral. VALOR: R\$ 272703,03. EDITAL: Rua José Salustiano da Silva, 953, centro.

O MUNICÍPIO DE PAVUSSU PI, através da CPL, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n. 004/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM e ADJUDICAÇÃO POR ITEM, em 29/04/2016 às 12:00 h. OBJETO: Aquisição de combustíveis. RECURSO: Orçamento Geral. VALOR: R\$ 741.000,00. EDITAL: Rua José Salustiano da Silva, 953, centro.

O MUNICÍPIO DE PAVUSSU PI, através da CPL, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n. 005/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM e ADJUDICAÇÃO POR ITEM, em 29/04/2016 às 13:00 h. OBJETO: Prestação de serviços de locação de veículos. RECURSO: Orçamento Geral. VALOR MENSAL: R\$ 88.393,33. EDITAL: Rua José Salustiano da Silva, 953, centro.

Pavussu (PI), 12 de abril de 2016.

Rivaldo Pereira Saraiva
Pregeiro

P. P. 20399

OUTROS



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. - PIAUÍ FOMENTO, CNPJ/MF nº 11.836.226/0001-43, a se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, no próximo **dia 25 de abril de 2016, às 10 horas**, na sede social da empresa, situada na Rua Treze de Maio, nº 307, Centro/Norte, 8º andar, em Teresina(PI), a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
2. Decidir sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
3. Eleger os Membros do Conselho de Administração;
4. Eleger os Membros do Conselho Fiscal;

Teresina(PI), 12 de abril de 2016.

ADÃO DE CASTRO SOUZA
Presidente do Conselho de Administração

OUIDORIA: TELEFONE: 0800.086.0006
E.mail: ouvidoria@fomento.pi.gov.br

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. - PIAUÍ FOMENTO, CNPJ/MF nº 11.836.226/0001-43, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no próximo **dia 25 de Abril de 2016, às 11 horas**, na sede social da empresa, situada na Rua Treze de Maio, nº 307, Centro/Norte, 8º andar, em Teresina(PI), a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos:

1. Eleição dos Presidentes do Conselho Fiscal e de Administração;
2. Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2016;
3. Outros assuntos da competência da AGE e de interesse da Instituição.

Teresina(PI), 12 de abril de 2016.

ADÃO DE CASTRO SOUZA
Presidente do Conselho de Administração

OUIDORIA: TELEFONE: 0800.086.0006
E.mail: ouvidoria@fomento.pi.gov.br

Of. 039

3 - 3

Cerâmica Ideal EIRELI-ME, com C.N.P.J 01.967.150/0001-31 e com sede BR 316 Km 172, Valença do Piauí, torna público que requereu junto a SEMAR-PI, as licenças Prévia e Instalação-LP e LI, para extração mineral na localidade Curva do Alívio, município de Valença do Piauí.

P. P. 20392

TIAGOMACHADO FORTES EIRELI EPP (POSTOMACHADO), CNPJ 23.272.810/0001-00, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Campo Maior - SEMMARH, a **Licença de Adequação nº 002 / Processo nº 112/2015, com validade até 01/01/2017** para implantação e operação de um Posto de Combustíveis Automotores zona urbana do município de Campo Maior PI.

P. P. 20393

ROSIANE DE BRITO FONTENELE METornapublicoquerequereu a Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil - (SEMAD) DE Piripiri-PI, a **Licença Ambiental para CHURRASCARIA** Localizada na Ave VER CRISTINO DAS CHAGAS MENDES, 1781 CENTRO determinado estudo de baixo Impacto Ambiental/ou não foi determinado estudo de Impacto Ambiental.

P. P. 20395

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DIÁRIO OFICIAL:

OCURTI ME COBRAS ILLTD, SITUADO NA RUA SETE DE SETEMBRO, S/N, BAIRRO SÃO JOSÉ, NA CIDADE DE PARNAÍBA PI, CNPJ: 07.228.182/0001-00 TORNA PÚBLICO QUE RECEBEU DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS SEMAR, A RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO NR. D000212/16, PROCESSO 002185/16, PARA INDÚSTRIA DE CURTIMENTO DE COURO E OUTROS PREPAROS DE PELES, DERIVADOS E SISTEMA DE BOMBEAMENTO, COM VALIDADE 11/04/2019.

P. P. 20396



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



EDITAL NEAD/UESPI/UAB Nº 001/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA TUTOR DE APOIO PRESENCIAL

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI, por intermédio do Núcleo de Educação a Distância - NEAD, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura do Processo Seletivo Simplificado com vistas à seleção de 01 (uma) vaga e cadastro reserva de Tutor de Apoio Presencial para o Curso de Licenciatura Plena em História, para o Polo de Apoio Presencial UAB do município de Picos - PI, conforme definido no Projeto Pedagógico do Curso, na modalidade a distância, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital será realizado sob a responsabilidade do Núcleo de Educação a Distância - NEAD e executado pela Coordenação de Projetos e Documentação - COPDOC do Núcleo de Educação a Distância da Universidade Estadual do Piauí - NEAD/UESPI.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital será realizado em duas fases: 1ª fase - Prova Objetiva (eliminatória e classificatória) e 2ª fase - Análise Curricular (eliminatória e classificatória).

1.3. Pode concorrer às vagas ofertadas neste Processo Seletivo Simplificado somente o candidato que:

a) seja portador de Diploma de curso de Graduação em Licenciatura em História, com Pós-Graduação na área, fornecido por Instituição de Ensino Superior de curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) ou Conselho Estadual de Educação - CEE, ou revalidados em Universidades Brasileiras, caso sejam expedidos por estabelecimentos de Ensino Superior de outro país.

b) o candidato deverá possuir experiência mínima de 1(um) ano no magistério do ensino básico ou superior na área do curso em que pleiteia a atuação;

c) esteja quite com as obrigações eleitorais;

d) esteja quite com o serviço militar (aos candidatos do sexo masculino);

e) não esteja recebendo nenhum tipo de bolsa CAPES/FNDE/MEC. A exceção dos alunos matriculados no mestrado ou doutorado de Instituição de Ensino Superior pública, desde que apresente carta de anuência do orientador, conforme prevê a Portaria Conjunta CAPES/CNPQ/Nº 01, 12 dezembro de 2007;

f) residir no Município/Polo de Apoio Presencial UAB de origem da vaga ou em região circunvizinha numa distância máxima de até 45 km do mesmo.

1.4. Para concorrer às vagas, o candidato deve enquadrar-se no seguinte perfil:

a) possuir habilidade e facilidade de acesso ao uso de computadores/recursos de conectividade à Internet (e-mail, chat, fórum, Ambiente Virtual de Aprendizagem etc.);

b) ter disponibilidade de horário para trabalho com 20 (vinte) horas semanais para desenvolver atividades de tutoria no Polo de Apoio Presencial UAB;

c) ter disponibilidade para desenvolver as atividades de tutoria aos finais de semanas;

d) ter disponibilidade para participar das reuniões presenciais.

1.5. Todas as etapas do Processo Seletivo, inclusive a interposição de recurso, deste Edital, serão realizadas em Teresina, capital do Estado do Piauí, **EXCETO**, a etapa da PROVA OBJETIVA que acontecerá no Polo de Apoio Presencial de concorrência.

1.6. Não haverá homologação para inscrições com documentação incompleta.

1.7. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão, bem como pelas informações prestadas.

1.8. O NEAD/UESPI não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

1.9. O presente Processo seletivo simplificado justifica-se, pelo seu caráter emergencial, da necessidade de contratação, face a exiguidade do tempo e discricionariedade administrativa em consonância com os princípios da Administração Pública amparados constitucionalmente, bem como, a satisfação de exigências legais para a realização de Convênios fundamentais para a operacionalização do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB/UESPI.

1.10. O candidato, ao efetivar sua inscrição, declara acatar, na **ÍNTegra**, as normas contidas neste Edital.

2. VAGAS E SUA DISTRIBUIÇÃO

2.1. Será ofertada 01 (uma) vaga para o Polo de Apoio Presencial UAB, conforme o Quadro 1:

QUADRO 1 - VAGA POR POLO UAB/CURSO

POLO	VAGA(S)
PICOS	01 + CR
TOTAL	01

Quadro 1 – Distribuição de vagas por Polos UAB/Cursos

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas somente via *internet* no site: <http://siteead.uespi.br/selecoes>, no período de **18/04/2016 a 22/04/2016, até às 17h**, sendo que o deferimento será condicionado à conferência dos documentos listados no subitem 4.11 deste Edital.

3.2. A entrega do formulário de requerimento de inscrição e da documentação discriminada no subitem 4.11 referente à inscrição deverá ser enviada **EXCLUSIVAMENTE PELO CORREIOS (SEDEX)** para o Núcleo de Educação a Distância - NEAD/UESPI, na Rua João Cabral, 2231, bairro Pirajá, Teresina-PI, CEP 64002-150, no **período de 18/04/2016 a 22/04/2016, impreterivelmente**.

3.3. O candidato deverá enviar a documentação exigida e especificar no **envelope** de documentação o **número** do Edital para o qual estará concorrendo, assim como o **Polo de Apoio Presencial UAB** pleiteado, conforme Quadro 1.

3.4. Não haverá homologação para inscrições com documentação incompleta ou com postagem extemporânea à data estabelecida no subitem 3.2 deste Edital.

3.5. As informações prestadas no requerimento de inscrição *online* ou no *Curriculum Lattes* serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo à Comissão Examinadora do Processo Seletivo o direito de excluí-lo do referido processo, se o preenchimento for feito com dados incorretos, incompletos, bem como se forem constatadas, durante ou posteriormente o processo de análise, serem inverídicos os dados prestados.

3.6. A Comissão Geral do Processo Seletivo do Núcleo de Educação a Distância - NEAD/UESPI não se responsabilizará por documentos não entregues no endereço mencionado neste Edital, seja por omissão ou extravio, por parte da empresa de correspondência.



3.7. Não será permitida a complementação ou substituição documental após a inscrição ser efetivada.

3.8. A falta de qualquer documento exigido incidirá na **exclusão** do candidato deste processo seletivo.

3.9. A inscrição do candidato implicará o seu conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital do qual não poderá alegar desconhecimento.

3.10. As inscrições de que tratam este Edital são gratuitas, não havendo o pagamento de qualquer taxa ou emolumento.

4. DOS REQUISITOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NOS POLOS

4.1. Ser aprovado no Processo Seletivo Simplificado.

4.2. Estar em gozo dos direitos políticos.

4.3. Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino.

4.4. Estar quite com as obrigações eleitorais.

4.5. Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme subitem 4.10 deste Edital.

4.6. Residir no Município/Polo de Apoio Presencial UAB de origem da vaga ou em região circunvizinha numa distância máxima de até 45 km do mesmo.

4.7. Ter disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais para desenvolver atividades de tutoria, inclusive aos sábados e domingos no Polo de Apoio Presencial UAB;

4.8. Possuir habilidade e facilidade de acesso ao uso de computadores/recursos de conectividade – internet, e-mail, fórum, chat e outros;

4.9. Possuir experiência em docência na educação básica ou superior (mínima de 1 (um) ano);

4.10. Possuir os requisitos de formação exigidos no Quadro 2 a seguir:

QUADRO 2 - POLO E REQUISITOS DE FORMAÇÃO

POLO UAB	FORMAÇÃO EXIGIDA
PICOS	Licenciatura em História, com Pós-Graduação na área, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

Quadro 2 – Polo e Requisitos de Formação

4.11. DA DOCUMENTAÇÃO PARA ANÁLISE

a) Ficha de inscrição *online* devidamente preenchida e assinada.

b) Cópia de Documento de Identificação oficial com foto (autenticada em cartório).

c) Cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF (autenticada em cartório).

d) Cópia do Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório (para homens).

e) Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral para brasileiros (apresentar a certidão emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral OU os 02 (dois) últimos comprovantes de votação do último pleito eleitoral).

f) Cópia do Diploma de Graduação fornecido por Instituição de Ensino Superior de curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) ou Conselho Estadual de Educação – CEE, ou revalidados em Universidades Brasileiras, caso sejam expedidos por estabelecimentos de Ensino Superior de outro país.

g) Cópia do Histórico do curso de Graduação fornecido por Instituição de Ensino Superior de curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) ou Conselho Estadual de Educação - CEE, ou revalidados em Universidades Brasileiras, caso sejam expedidos por estabelecimentos de Ensino Superior de outro país.

h) Cópia do Certificado da Pós-graduação fornecido por Instituição de Ensino Superior de curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) ou Conselho Estadual de Educação - CEE, ou revalidados em Universidades Brasileiras, caso sejam expedidos por estabelecimentos de Ensino Superior de outro país.

i) Cópia do Histórico do curso de Pós-graduação fornecido por Instituição de Ensino Superior de curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) ou Conselho Estadual de Educação - CEE, ou revalidados em Universidades Brasileiras, caso sejam expedidos por estabelecimentos de Ensino Superior de outro país.

j) **Curriculum Lattes atualizado e comprovado.**

k) Comprovante atualizado de residência no Município/Polo de Apoio Presencial UAB de origem da vaga ou em região circunvizinha numa distância máxima de até 45 km do mesmo (o NEAD não se responsabiliza pelo deslocamento ao Município/Polo UAB).

l) Termo de Compromisso de disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais para desenvolver atividades de tutoria, inclusive aos sábados, disponível no site <http://siteead.uespi.br/selecoes> (Anexo III);

5. DO INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

5.1. Será indeferida a inscrição em qualquer tempo, o candidato que:

a) Não apresentar documento comprobatório informado na documentação para análise;

b) Estar em desacordo com qualquer requisito deste Edital;

c) Cometer falsidade ideológica com prova documental;

d) Burlar ou tentar burlar quaisquer das normas definidas neste Edital;

e) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos relativos ao Processo Seletivo.

6. PROCESSO DE SELEÇÃO

6.1. Verificação dos documentos de inscrição pela Comissão Geral (Homologação das inscrições).

6.2. As Etapas da Seleção obedecerão às seguintes fases:

6.2.1. **Primeira Etapa: Prova Objetiva** [Pontuação de 0 a 10 e nota mínima de 6 (seis) pontos] Esta etapa tem peso 5 (cinco).

6.2.1.1. A composição da Prova Objetiva, com as respectivas pontuações e caráter, está descrita no Quadro 3 a seguir:

QUADRO 3: PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS

Prova Objetiva	Nº de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos	Caráter
Língua Portuguesa	10	1	10	Eliminatória/ Classificatória
Informática	10	1	10	
Total	20	-	20	

Quadro 3 – Das provas objetivas

6.2.1.2. O resultado da conversão dos pontos obtidos será transformado para a base dez aplicando-se a seguinte fórmula matemática:

$$NPO = \frac{TP \times 10}{PMPO}$$

NPO = Nota do candidato na prova objetiva

TP = Total de pontos obtidos pelo candidato na prova objetiva

PMPO = Total de Pontos Máximos da Prova Objetiva.

6.2.1.3. Os conteúdos programáticos da Prova Objetiva encontram-se no ANEXO IV deste Edital.

6.2.2. **Segunda Etapa: Análise Curricular/Prova de Títulos – Eliminatória e Classificatória** [Pontuação de 0 a 10 e nota mínima de 6 (seis) pontos]. Esta etapa tem peso 5 (cinco).

6.2.2.1. Na avaliação dos títulos serão atribuídos valores estabelecidos na Tabela de Pontuação, conforme o Anexo II, deste Edital.

6.2.2.2. Somente serão considerados como títulos, desde que comprovados, os especificados nas Tabelas de Pontuação referida no subitem 6.2.2.1.

6.2.2.3. O resultado da conversão dos pontos obtidos será transformado para a base dez, aplicando-se a seguinte fórmula matemática:

$$NT = \frac{TP \times 10}{PMT}$$

NT = Nota do candidato na prova de títulos

TP = Total de pontos obtidos pelo candidato na prova de títulos

PMT = total de pontos máximos obtidos na prova de títulos por algum dos candidatos.

6.3. O Processo de Seleção Pública Simplificado de que trata o presente Edital será realizado nas dependências do Núcleo de Educação a Distância-NEAD da Universidade Estadual do Piauí, *Campi Poeta Torquato Neto*, localizado na cidade de Teresina, Rua João Cabral, Nº 2231, Bairro: Pirajá e no Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta, conforme Cronograma de Execução constante no ANEXO I.

6.4. DO RESULTADO FINAL

6.4.1. O resultado final da pontuação do candidato será obtido através de média ponderada da Prova Objetiva e da Análise Curricular/Prova de Títulos, conforme fórmula matemática a seguir:

$$MF = \frac{5 \times NP + 5 \times NC}{10}$$

MF = Média Final;

NP = Total de pontos obtidos na Prova Objetiva;

NC = Total de pontos obtidos na Análise Curricular/Prova de Títulos

6.4.2. A classificação final dos candidatos dar-se-á em ordem decrescente da média final do total de pontos alcançados.

6.4.3. Os critérios de desempate seguirão a seguinte ordem:

- tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste processo seletivo, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/03
- maior nota na Prova Objetiva;
- maior nota na análise do Currículo *Lattes*;
- maior idade (para o caso daqueles que não se enquadrarem na letra a, deste subitem).

7. DA CONSTITUIÇÃO DA SELEÇÃO PARA A FUNÇÃO DE TUTOR DE APOIO PRESENCIAL DO NEAD/UESPI/UAB

7.1. O processo será conduzido pela Coordenação de Projetos e Documentação e pela Banca Examinadora do Processo Seletivo.

7.2. Para a comprovação dos Títulos relacionados no ANEXO II, somente serão aceitos diplomas devidamente registrados, expedidos por instituição reconhecida pelo MEC. No caso de diplomas obtidos no exterior, estes, obrigatoriamente, deverão estar revalidados por instituição de Ensino

Superior no Brasil, de acordo com o Art. 48 da Lei nº 9.394 de 20. 12. 1996 e da Resolução CNE/CES nº 01, de 03.04.2001.

7.3. Para receber a pontuação relativa ao Título relacionado no ANEXO II, o candidato deverá comprovar, por meio de certificado, consoante a carga horária total do curso, bem como a informação de que o Curso de Pós-Graduação foi realizado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE).

7.4. Caso o Certificado não comprove que o Curso de Pós-Graduação foi realizado de acordo com o solicitado, deverá ser anexado Declaração da Instituição, atestando que o Curso atende às normas do Conselho Nacional de Educação (CNE).

7.5. Cada Título será considerado uma única vez, para efeito de pontuação.

7.6. Os pontos que excederem o valor máximo em cada item, de acordo com o ANEXO II, serão desconsiderados.

7.7. A não participação ou atraso dos candidatos em qualquer das etapas deste certame será motivo de sua eliminação.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. A pontuação final deste Processo Seletivo e a classificação dos(as) candidatos(as) levarão em consideração a soma algébrica dos pontos atribuídos conforme os critérios estabelecidos no subitem 8.2 e será disponibilizado no site do NEAD/UESPI: <http://siteead.uespi.br/selecoes>, conforme cronograma, Anexo I.

8.2. A classificação final do(a)s candidato(a)s será realizada por ordem decrescente da pontuação final.

8.3. Como critério de desempate na classificação dos(as) candidatos(as), na hipótese de igualdade de pontuação final, será efetivada a aplicação sucessiva dos seguintes quesitos:

- tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste processo seletivo, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/03
- maior nota na Prova Objetiva;
- maior nota na análise do Currículo *Lattes*;
- maior idade (para o caso daqueles que não se enquadrarem na letra a, deste subitem).

9. DOS RESULTADOS

9.1. A divulgação do resultado do Processo Seletivo será disponibilizada no site: <http://siteead.uespi.br/selecoes>, conforme cronograma de execução do Processo Seletivo, constante do ANEXO I, deste Edital.

10. DOS RECURSOS

10.1. Em caso de discordância sobre os resultados: da homologação da inscrição, da Prova Objetiva, da Análise Curricular e do Resultado Final, o(a) candidato(a) deverá interpor recurso nas datas previstas no Cronograma de Execução (ANEXO I), de forma presencial, exclusivamente no Protocolo Geral da Universidade Estadual do Piauí – Rua João Cabral, Nº 2231 – Bairro Pirajá, Teresina – PI, CEP: 64002-150, das 8h às 13h, e os recursos deverão ser encaminhados ao Núcleo de Educação a Distância – NEAD/UESPI/UAB. Depois desse prazo, não serão aceitas quaisquer reclamações sobre a classificação.

10.2. O resultado dos recursos será disponibilizado no site <http://siteead.uespi.br/selecoes>, na data estabelecida no Cronograma de Execução deste Processo Seletivo, Anexo I deste Edital.

10.3. Serão desconsiderados questionamentos que não estiverem devidamente justificados e fundamentados, bem como encaminhados de forma diferente ao estabelecido neste Edital, de forma impressa ou por correio eletrônico.



10.4. A revisão dos resultados obtidos será efetivada somente para o(a) candidato(a) que apresentar recurso.

11. DA CONVOCAÇÃO

11.1. Será convocado o candidato que tenha sido aprovado e classificado no processo seletivo, bem como no Polo de Apoio Presencial de que trata este Edital, que possua os requisitos exigidos para as atribuições de nível/área de atuação, conforme estabelecido no subitem 4.11 deste Edital.

11.2. A contratação de Tutor de Apoio Presencial só será efetivada, mediante condições de convênio realizado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

12. DAS ATRIBUIÇÕES DO TUTOR DE APOIO PRESENCIAL

12.1. Dentre as atribuições do Tutor de Apoio Presencial, estão:

- a) Conhecer o Projeto Político Pedagógico dos Cursos;
- b) Exercer as atividades de tutoria vinculada ao Polo UAB e ao(s) Curso(s) e disciplina(s);
- c) Orientar as práticas investigativas relativas aos diversos campos do(s) curso(s) e do Polo UAB;
- d) Interagir e mediar com os alunos nas diversas atividades da turma;
- e) Acompanhar diariamente as atividades presenciais dando suporte aos alunos no que for necessário e interagir com os professores-pesquisadores conteudistas/formadores, tutores a distância e alunos;
- f) Participar e promover ativamente das atividades presenciais;
- g) Acompanhar e aplicar atividades presenciais de acordo com a necessidade do(s) curso(s) (na modalidade EAD);
- h) Acompanhar, corrigir as atividades didático-pedagógicas e postar as notas no Polo UAB, prestando informações sobre resultados alcançados pelos alunos;
- i) Disponibilizar as provas com os devidos gabaritos após a sua aplicação;
- j) Participar das reuniões de Coordenação, bem como interagir com os Tutores a Distância e Professores das disciplinas, presencial e virtualmente;
- k) Apresentar relatório de viagens encaminhando para a Coordenação do Curso e de Tutoria, demonstrativo de atividades pedagógicas quando dos encontros presenciais (na modalidade EAD);
- l) Fornecer *feedback* ao professor-pesquisador conteudista/formador da disciplina, ao(s) Coordenador(es) do Curso(s), ao(s) Coordenador(es) de Tutoria e ao(s) Tutor(es) a Distância, sobre a qualidade e efetividade do material didático utilizado, bem como dificuldade de aprendizagem dos alunos;
- m) Apresentar ao(s) Coordenador(es) de Curso(s) e Tutoria, ao final de cada disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina, bem como os diários de classe;
- n) Elaborar planejamento de trabalho para as atividades pedagógicas da(s) disciplina(s), bem como elaborar relatório mensal de atividades, apresentando os acontecimentos ocorridos e apontando soluções para os problemas que, porventura, ocorram no Polo de Apoio Presencial UAB;
- o) Propiciar a compreensão do(s) conteúdo(s) didático(s), por meio de atividades colaborativas;
- p) Participar da promoção de fóruns, simpósios, feiras, jornadas, seminários e/ou atividades relacionadas à extensão;
- q) Disponibilidade para participar de reuniões com as coordenações de curso(s) e tutoria;
- r) Outras atribuições correlatas ou afins à atuação de Tutor de Apoio Presencial.

13. DAS BOLSAS

13.1. O valor da bolsa para Tutor de Apoio Presencial é de **RS 765,00** (setecentos e sessenta e cinco

reais) mensais, sem vínculo empregatício.

13.2. Os requisitos para atuação e recebimento de bolsa são definidos pela Resolução/FNDE/CD/nº 044, de 29 de dezembro de 2006, e alterações previstas pela Resolução nº 26, de 5 de junho de 2009, pela Resolução FNDE/CD/Nº 08, de 30 de abril de 2010 ou outros instrumentos normativos publicados pelo MEC.

13.3. O período de prestação de serviço é vinculado às necessidades do Núcleo de Educação a Distância da Universidade Estadual do Piauí/Universidade Aberta do Brasil (NEAD/UESPI/UAB), à vigência do convênio do curso ao qual estiver vinculado o bolsista.

13.3.1. A bolsa será suspensa em todos os afastamentos da prestação de serviços de tutoria, inclusive no caso de licença maternidade, podendo, o tempo do vínculo, ser inferior ou superior ao previsto, ou mesmo sofrer interrupção, conforme a necessidade do NEAD/UESPI/UAB. **A interrupção, suspensão ou exclusão do vínculo do bolsista será automaticamente, após constatação do não cumprimento de alguma das ações previstas no presente Edital e termo de compromisso/ficha de cadastramento assinado e encaminhado à CAPES, bem como a falta de atuação no Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA e sua presença física no polo UAB Quando necessário) e a diminuição do número de alunos, conforme determina a INSTRUÇÃO Nº 01/2011 - DED/CAPES, de 09 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre os quantitativos mínimos de vagas por polos e de vagas por curso, por modalidade de curso.**

13.4. Os tutores bolsistas da CAPES/CNPq, matriculados em programas de Pós-Graduação, poderão atuar nas Instituições Públicas de Ensino Superior como tutores da Universidade Aberta do Brasil (UAB), tendo as respectivas bolsas preservadas pelas duas agências. No entanto, a autorização para atuar como tutor deverá ser formulada pela coordenação do curso ou programa de Pós-Graduação em que o bolsista esteja matriculado, com a devida anuência do orientador, conforme preconiza Portaria Conjunta CAPES/CNPq, Nº 01 de 12 de dezembro de 2007.

14. DA VALIDADE DO EDITAL

14.1. O Processo Seletivo Simplificado de Tutor de Apoio Presencial que trata este Edital, na modalidade EAD, será válido por 1 (um) ano a contar da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogável por igual período, a critério do NEAD/UESPI/UAB.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os itens constantes neste Edital poderão sofrer eventuais retificações, atualizações ou acréscimos em quanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância em que será mencionada em Aditivos ao referido Edital ou Avisos a serem publicados no endereço eletrônico do NEAD/UESPI/UAB: siteead.uespi.br/selecoes.

15.2. Será eliminado(a), em qualquer época, mesmo após a convocação e assinatura de contrato, o(a) candidato(a) classificado(a) que tenha participado do Processo Seletivo usando documentos ou informações falsos ou outros meios ilícitos e/ou não corresponder as atribuições do Tutor de Apoio Presencial, conforme o Item 12.

15.3. Todas as despesas decorrentes da participação em qualquer fase deste Processo Seletivo público serão de inteira responsabilidade do candidato, e não será admitida a complementação documental fora do prazo determinado neste Edital para a efetivação desta ação, conforme Cronograma de execução do Processo Seletivo – Anexo I.

15.4. As informações prestadas em qualquer fase da seleção são de inteira responsabilidade do candidato. O NEAD/UESPI/UAB reserva-se o direito de excluir do processo seletivo o candidato que preencher a ficha de inscrição *online* com dados incorretos ou inverídicos, mesmo que isto seja constatado posteriormente ao processo seletivo.

15.5. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Diretoria do NEAD e pela Comissão Gestora do Processo de Seleção, no âmbito de sua competência.

15.6. Esse Processo Seletivo somente terá validade para o Polo UAB escolhido, com início previsto no cronograma apresentado nesse Edital, não sendo passível de aproveitamento em seleções futuras ou outros cursos de Pós-Graduação do NEAD/UESPI/UAB.

15.7. Não será devolvida nenhuma documentação exigida neste Edital.

15.8. Informações adicionais poderão ser obtidas pelo endereço eletrônico <http://siteead.uespi.br/selecoes> ou pelos telefones (86) 3213 – 5471/(86) 3213 – 1182.

Teresina-PI, 13 de abril de 2016.

Vinicius Alexandre da Silva Oliveira
Diretor Geral NEAD/UESPI

Arnaldo da Silva Brito
Diretor Adjunto NEAD/UESPI

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL NEAD/UESPI/UAB Nº 001/2016

EVENTO	PERÍODOS
Lançamento/Publicação do Edital	13/04/2016
Inscrições (somente pela internet)	18 a 22/04/2016
Postagem da documentação	18 a 22/04/2016
Resultado da homologação das inscrições	29/04/2016
Interposição de recurso contra o resultado da homologação	02/05/2016
Publicação da interposição dos recursos impetrados contra o resultado da homologação	04/05/2016
Divulgação de horário e local de realização da Prova Objetiva	04/05/2016
Prova Objetiva	06/05/2016
Resultados da Prova Objetiva e Análise Curricular	13/05/2016
Interposição de recurso contra os resultados da Prova Objetiva e Análise Curricular	16/05/2016
Publicação dos resultados dos recursos impetrados contra os resultados da Prova Objetiva e Análise Curricular	18/05/2016
Resultado Final	19/05/2016

Observação: Os prazos poderão ser alterados, conforme a necessidade de ajustes e adequações apresentada pela Comissão Geral do Seletivo.

ANEXO II

TABELA DE PONTOS PARA ANÁLISE DA PROVA DE TÍTULOS TUTOR DE APOIO PRESENCIAL

1. Titulação	VALORAÇÃO DE COMPONENTES CURRICULARES			
	NA ÁREA DO CONCURSO		EM OUTRA ÁREA	
	PONTOS	MÁXIMO	PONTOS	MÁXIMO
Doutorado	30	30	15	15
Mestrado na Área de Atuação	20	20	10	10
Especialização	15	30	7,5	15
Graduação	10	10	5	5
2. PRODUÇÃO CIENTÍFICA/TÉCNICA/CULTURAL E/OU ARTÍSTICA (ÚLTIMOS CINCO ANOS)				
2.1. Publicação (na área da Seleção/Chamada Pública):			PONTOS	MÁXIMO
2.1.1. de livro técnico didático-científico:				
a) autoria individual			10,0	50,0
b) co-autoria			6,0	30,0
2.1.2. de artigo técnico-didático-científico em revista ou periódico especializado estrangeiro (indexado)				
a) autoria individual			5,0	25,0
b) co-autoria			4,0	20,0
2.1.3. de artigo técnico-didático-científico em revista ou periódico especializado nacional (indexado)				
a) autoria individual			3,0	15,0
b) co-autoria			2,0	10,0
2.1.4. capítulo de livro técnico-didático-científico				
a) autoria individual			2,0	10,0
b) co-autoria			1,0	5,0
2.2. Apresentação de trabalhos em reuniões, congressos, simpósios, seminários ou eventos similares científicos ou acadêmicos em âmbito Internacional.			2,5	12,5
2.3. Apresentação de trabalhos em reuniões, congressos, simpósios, seminários ou eventos similares científicos ou acadêmicos em âmbito Regional/Nacional.			2,0	10,0
2.4. Apresentação de trabalhos em reuniões, congressos, simpósios, seminários ou eventos similares científicos ou acadêmicos em âmbito Local.			1,0	5,0
2.5. Registro de patentes ou licenças relativas a trabalhos, produtos ou aparelhos resultantes de invenção e/ou desenvolvimento ou aperfeiçoamento tecnológico.			10,0	20,0
2.6. Obras artístico-culturais e/ou criações estéticas sob forma textual, impressa, fotográfica, cinematográfica, sonora, vídeo-registrada de valor devidamente reconhecido pela crítica especializada, que possa ser diretamente apresentada ou descrita e comprovada através de			5,0	10,0



documentação pertinente.				
3. FUNÇÕES EM ÁREAS CIENTÍFICAS		Nacional	Internacional	
3.1. Membro de Conselho Editorial		1	2	
3.2. Consultor <i>ad hoc</i> órgão de fomento		2	3	
3.3. Consultor <i>ad hoc</i> revisor		2	3	
3.4. Membro de comitê de pesquisa		3	4	
3.5. Coordenador. de projeto de pesquisa científica		2	2	
		(c/ fomento)	(s/ fomento)	
4. Orientações/Co-orientações				
	Orientador		Coorientador	
	PONTOS	MÁXIMO	PONTOS	MÁXIMO
Doutorado	7	35	3,5	17,5
Mestrado	4	20	2,5	10,5
Especialização	2	10	1	5
TCC	2	10	1	5
PIBIC e/ou IC	1,5	7,5	0,5	2,5
5. OUTRAS ATIVIDADES ACADÊMICAS REALIZADAS				
	PONTOS POR COMPONENTE CURRICULAR			
5.1. Participação:	PONTOS	MÁXIMO		
5.1.1. Em Banca Examinadora:				
5.1.1.1 Concurso Público para Magistério Superior	2,0	10,0		
5.1.1.2. Seleção de Professores promovidos por IES Pública	1,0	5,0		
5.1.1.3. Defesa de Dissertação ou Tese	1,5	7,5		
5.1.1.4. Defesa de Monografia (Especialização e TCC)	0,5	2,5		
5.2 Participação em Eventos	PONTOS	MÁXIMO		
5.2.1 Palestrante e/ou Debatador	1,0	5,0		
5.2.2 Comunicação	1,0	5,0		
5.2.3 Ministrante de Minicurso	1,0	5,0		
6. Experiência profissional				
	PONTOS	MÁXIMO		
Docência no ensino superior	3 por período letivo	15		
Docência no ensino básico	1 por ano	05		

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO E DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE TEMPO

Declaro, para os devidos fins, que eu, _____

_____, residente e domiciliado _____

_____, CPF _____, RG _____,

candidato(a) a vaga de Tutor de Apoio Presencial, como bolsista, para o Município/Polo de Apoio Presencial UAB de Picos-PI, na modalidade Educação a Distância, ofertados pelo NEAD/UESPI/UAB, no que diz respeito ao cumprimento de 20 (vinte) horas semanais.

Nesse sentido, COMPROMETO-ME a respeitar as seguintes cláusulas:

I – dedicação integral de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, inclusive aos sábados de atividades no Curso de Licenciatura Plena em História, na modalidade Educação a Distância, ofertados pelo NEAD/UESPI/UAB, serviço que será desenvolvido no Polo de Apoio Presencial UAB Picos – PI, conforme horário a ser definido a *posteriori* pela Coordenação do Curso e de Polo UAB.

II – não acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa com recurso do FND/CAPE.

A inobservância dos requisitos citados acima implicará no cancelamento da bolsa.

Local, _____

Data, _____

Assinatura do Candidato: _____

ANEXO IV

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL NEAD/UESPI/UAB Nº 001/2016

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de textos; 2. Gêneros e tipos de texto; 3. Ortografia: divisão silábica; acentuação gráfica; emprego do sinal indicativo da crase; 4. Estrutura e formação de palavras; 5. Classes de palavras, flexão e emprego; 6. Sintaxe: frase e oração; termos da oração; 7. Concordância nominal; 8. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, conotação e denotação, figuras de sintaxe, de pensamento e de linguagem; 9. Fonética: letra e fonema; 10. Pontuação.

INFORMÁTICA

1. Conceitos de intranet e internet. Conhecimento nos navegadores: Internet Explorer/FireFox/Google chrome; 2. Compactação/descompactação de arquivos com o WinZip e WinRar; 3. Sistemas operacionais Windows 7 e Linux Ubuntu 14; 4. Microsoft Word (edição de documentos, tabelas, estilos, ajustes de impressão, cabeçalhos/rodapés); 5. Microsoft Excel (fórmulas, funções); 6. Conceitos básicos de software e hardware; 7. Noções básicas de armazenamento de dados; 8. Noções de programas maliciosos como vírus, worms, cavalos de troia; 9. Conhecimentos básicos de redes Wireless.

Moodle

1. Conceito de Software Livre; 2. Conceito de AVEA (Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem); 3. Principais Ferramentas do Moodle: Pesquisa de avaliação, Chat, Base de dados, Fórum, Glossário, Diário, Lição, Questionário, Tarefa, Wiki; 4. Principais Recursos do Moodle: Pesquisa de Opinião, Diretório de arquivos, Rótulos para organização, Arquivo, URL, Livro, Página de web.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI

CENTRO DE ASSISTENCIA MÉDICO DE PICOS
BALANCETE MENSAL FINANCEIRO DA DESPESA
MÊS DE REFERÊNCIA: FEVEREIRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
TOTAL DE DESPESAS.....R\$-	-
Saldo financeiro para o mês subsequente	237.831,90
TOTAL.....R\$-	237.831,90

Importa a presente demonstração de DESPESAS em R\$ 237.831,90 (Duzentos e Trinta e Sete Mil, oitocentos e Trinta e Um Reais e Noventa Centavos).

Picos (PI), 28 de fevereiro de 2014.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI

CENTRO DE ASSISTENCIA MÉDICA DE PICOS
BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2014

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	-	-
1.1 Caixa	-	-
1.2 Banco do Brasil S/A C/C 53.024-7	-	-
2. RECEITAS OPERACIONAIS	237.831,90	237.831,90
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	237.739,93	-
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	-
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	-
2.3.1 -	-	-
2.3.2 -	-	-
2.3.3 -	-	-
2.3.4 -	-	-
2.3.5 -	-	-
- -	-	-
- -	-	-
- -	-	-
2.4	-	-
2.5	-	-
2.6 Rendimentos Aplicação Financeira	91,97	-
2.6.1 -	-	-
2.6.2 -	-	-
2.6.3 -	-	-
2.6.4 -	-	-
TOTAL GERAL.....R\$	237.831,90	237.831,90

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 237.831,90 (Duzentos e Trinta e Sete Mil, oitocentos e Trinta e Um Reais e Noventa Centavos).

Picos (PI), 28 de fevereiro de 2014.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI

CENTRO DE ASSISTENCIA MÉDICO DE PICOS
BALANCETE MENSAL FINANCEIRO DA DESPESA
MÊS DE REFERÊNCIA: MARÇO DE 2014

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
DESPESAS FINANCEIRAS	302,13
MOVEIS E UTENSÍLIOS	33.731,95
INSTALAÇÕES	57.894,76
TOTAL DE DESPESAS.....R\$-	91.928,84
Saldo financeiro para o mês subsequente	385.149,64
TOTAL.....R\$-	477.078,48

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 477.078,48 (Quatrocentos e Setenta e Sete Mil, Setenta e Oito Reais e Quarenta e Oito Centavos).

Picos (PI), 31 de março de 2014



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI

CENTRO DE ASSISTENCIA MÉDICA DE PICOS
BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE MARÇO DE 2014

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	237.831,90	237.831,90
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	237.831,90	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	239.246,58	239.246,58
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	237.739,93	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 -	-	
2.3.2 -	-	
2.3.3 -	-	
2.3.4 -	-	
2.3.5 -	-	
_____ - _____	-	
_____ - _____	-	
_____ - _____	-	
_____ - _____	-	
2.4		
2.5		
2.6 Rendimento de Aplicações Financeiras	1.506,65	
2.6.1 -		
2.6.2 -		
2.6.3 -		
2.6.4 -		
TOTAL GERAL.....R\$		477.078,48

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 477.078,48 (Quatrocentos e Setenta e Sete Mil, Setenta e Oito Reais e Quarenta e Oito Centavos).

Picos (PI), 31 de março de 2014



CENTRO DE ASSISTENCIA MÉDICA DE PICOS

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

mar/14

ITEM	DATA	CREDOR	CNPJ/CPF	VALOR
1	17/3/2014	Despesas Bancárias	-	10,00
2	18/3/2014	Despesas Bancárias	-	28,50
3	20/3/2014	JBR Móveis e Eletro Ltda (RABELO)	05.004.115/0042-46	7.458,00
4	20/3/2014	Amaro Coelho Construções Ltda	09.292.904/0001-02	46.132,85
5	20/3/2014	Vidraçaria Brasília Ltda ME	01.903.788/0001-09	9.088,61
6	20/3/2014	Vidraçaria Brasília Ltda ME	01.903.788/0001-09	2.673,30
7	20/3/2014	Fenix Com. e Ind. de Móveis e Equip. Ltda	01.095.149/0004-07	26.273,95
8	20/3/2014	Despesas Bancárias	-	32,50
9	25/3/2014	Despesas Bancárias	-	20,30
10	31/3/2014	Despesas Financeiras	-	210,83
TOTAL				91.928,84

Picos (PI), 31 de março de 2014

Diário Oficial

24



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

Razão de Conciliação										Folha: 2 de 3
Empresa: CENTRO DE ASSISTENCIA MEDICA DE PICOS - CNPJ: 14.360.356/0001-40										Fortes AC Contábil 6.18.0
Período: 01/04/2014 a 30/04/2014; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos, Todos										
Data	Est.	CR	Histórico	Contrapart.	Est-cp	CR-cp	Chave	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 1.01.01.02.01.0001 - Caixa Econômica Federal - 00002969-5										
11/04/2014	0001	001	Valor resgate automatico	1.01.01.02.02.0001	0001	001	2464159	45559,4		45.609,40D
11/04/2014	0001	001	Pago conforme GFIP 032014	2.01.01.03.01.0002	0001	001	2464131		150,8	45.458,60D
11/04/2014	0001	001	Pago conforme GFIP 032014	3.01.01.09.01.0002	0001	001	2464132		8,31	45.450,29D
11/04/2014	0001	001	Pago conforme GPS 012014	2.01.01.03.01.0001	0001	001	2464134		7290,88	38.159,41D
11/04/2014	0001	001	Pago conforme GPS 012014	3.01.01.09.01.0003	0001	001	2464135		1476,39	36.683,02D
11/04/2014	0001	001	Pago conforme GPS 022014	2.01.01.03.01.0001	0001	001	2464139		7290,88	29.392,14D
11/04/2014	0001	001	Pago conforme GPS 022014	3.01.01.09.01.0003	0001	001	2464140		746,57	28.645,57D
11/04/2014	0001	001	Pago conforme GPS 032014	2.01.01.03.01.0001	0001	001	2464149		8678,59	19.966,98D
11/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 032014 Maria Francisca Leal Paiva	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464150		1753,33	18.213,65D
11/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 032014 Maria da Gloria Saunders Martins	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464151		3670,02	14.543,63D
11/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 032014 Pascoal Gomes da Costa Neto	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464152		3670,02	10.873,61D
11/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 032014 Clarinda de Sousa Luz	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464153		1652,52	9.221,09D
11/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 032014 Adriano de Moura Nascimento	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464154		2938,43	6.282,66D
11/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 032014 Milena Valdineia da Silva	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464155		4487,7	1.794,96D
11/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 032014 Felipe Carvalho Rocha	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464156		832,29	962,67D
11/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 032014 Wilson Roldao Leal	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464157		886,67	76,00D
11/04/2014	0001	001	Valor debitado em C/C	3.01.01.09.01.0001	0001	001	2464158		26	50,00D
14/04/2014	0001	001	Valor resgate automático	1.01.01.02.02.0001	0001	001	2464164	1551,8		1.601,80D
14/04/2014	0001	001	Pago conforme DOC ref. NFe 002044 JBR Moveis e Eletro Ltda (Rabelo)	1.07.04.01.01.0005	0001	001	2464161		418,8	1.183,00D
14/04/2014	0001	001	Pago conforme TED NFe 000.345 L B M Rocha Me (Confecções Mesquita)	3.01.01.07.01.0052	0001	001	2464162		1120	63,00D
14/04/2014	0001	001	Valor debitado em C/C	3.01.01.09.01.0001	0001	001	2464163		13	50,00D
16/04/2014	0001	001	Valor resgate automatico	1.01.01.02.02.0001	0001	001	2464382	4770,55		4.820,55D
16/04/2014	0001	001	Pago conforme DARF 022014	2.01.01.03.03.0008	0001	001	2464376		1446,37	3.374,18D
16/04/2014	0001	001	Pago conforme DARF 022014	(diversas)			2464377		143,33	3.230,85D
16/04/2014	0001	001	Pago conforme DARF 032014	2.01.01.03.03.0008	0001	001	2464380		1446,37	1.784,48D
16/04/2014	0001	001	Pago conforme DARF 012014	(diversas)			2464381		1734,48	50,00D
22/04/2014	0001	001	Valor resgate automatico	1.01.01.02.02.0001	0001	001	2464389	36825,5		36.875,50D
22/04/2014	0001	001	Pago conforme TED NFS e 00151 Grafica e Editora Gadelha Ltda Epp	3.01.01.07.01.0009	0001	001	2464384		1464	35.411,50D
22/04/2014	0001	001	Pago conforme TED NFS e 00152 Grafica e Editora Gadelha Ltda Epp	3.01.01.07.01.0009	0001	001	2464385		3735	31.676,50D
22/04/2014	0001	001	Pago conforme TED NFe 001.107 Distribuidora Nogueira de Medicamentos Ltda	1.07.04.01.01.0002	0001	001	2464386		29572	2.104,50D
22/04/2014	0001	001	Pago conforme TED NFe 001.108 Distribuidora Nogueira de Medicamentos Ltda	1.07.04.01.01.0002	0001	001	2464387		2022	82,50D
22/04/2014	0001	001	Valor debitado em C/C	3.01.01.09.01.0001	0001	001	2464388		32,5	50,00D
23/04/2014	0001	001	Valor resgate automatico	1.01.01.02.02.0001	0001	001	2464400	12083,38		12.133,38D
23/04/2014	0001	001	Pago conforme TED NFS e 0003 Antonio Pedro de Almondes (Eletricista)	3.01.01.07.01.0025	0001	001	2464390		450	11.683,38D
23/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletrônica NFe 60590 Mauro Roberto Rodrigues de Moura	3.01.01.07.01.0063	0001	001	2464391		104,66	11.578,72D
23/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletrônica NFe 001.182 Distribuidora Nogueira de Medicamentos Ltda	1.07.04.01.01.0002	0001	001	2464392		968	10.610,72D
23/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletrônica NFe 60589 Mauro Roberto Rodrigues de Moura	3.01.01.07.01.0063	0001	001	2464393		1570,96	9.039,76D

Continua...

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

25

Razão de Conciliação										Folha: 3 de 3
Empresa: CENTRO DE ASSISTENCIA MEDICA DE PICOS - CNPJ: 14.360.356/0001-40										Fortes AC Contábil 6.18.0
Período: 01/04/2014 a 30/04/2014; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos; Todos										
Data	Est.	CR	Histórico	Contrapart.	Est-cp	CR-cp	Chave	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 1.01.01.02.01.0001 - Caixa Econômica Federal - 00002969-5										
23/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica Nfe 1181 Distribuidora Nogueira de Medicamentos Ltda	1.07.04.01.01.0002	0001	001	2464394	1866		7.173,76D
23/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFe 001.183 Distribuidora Nogueira de Medicamentos Ltda	1.07.04.01.01.0002	0001	001	2464395	3084,76		4.089,00D
23/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFSe 19 Anisia Maria de Sousa (Buffet)	3.01.01.07.01.0009	0001	001	2464396	4000		89,00D
23/04/2014	0001	001	Valor debitado em C/C	3.01.01.09.01.0001	0001	001	2464397	39		50,00D
24/04/2014	0001	001	Valor resgate aplicacao	1.01.01.02.02.0001	0001	001	2464403	4896		4.946,00D
24/04/2014	0001	001	Pago conforme titulo ref. NFe 000.332 Vixte Ltda	1.07.04.01.01.0006	0001	001	2464401	2000		2.946,00D
24/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NSe 0056 Datapicos Ltda	3.01.01.07.01.0068	0001	001	2464402	2896		50,00D
25/04/2014	0001	001	Valor debitado em C/C	3.01.01.09.01.0001	0001	001	2464404	20,3		29,70D
30/04/2014	0001	001	Valor resgate aplicação	1.01.01.02.02.0001	0001	001	2464463	82373,33		82.403,03D
30/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFe 60970 Mauro Roberto Rodrigues de Moura	3.01.01.07.01.0063	0001	001	2464405	143,76		82.259,27D
30/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFSe 0007 Refrigeração Arte Tec Frio	3.01.01.07.01.0009	0001	001	2464406	6800		75.459,27D
30/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFSe 0058 Datapicos Ltda	3.01.01.07.01.0068	0001	001	2464407	2896		72.563,27D
30/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFe 002.332 Maria do Rosario Me	1.07.04.01.01.0006	0001	001	2464408	3339,5		69.223,77D
30/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFe 002.329 Maria do Rosario Me	1.07.04.01.01.0006	0001	001	2464440	13500		55.723,77D
30/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFe 002.230 Maria do Rosario Me	1.07.04.01.01.0006	0001	001	2464441	1650		54.073,77D
30/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFe 002.331 Maria do Rosario ME	1.07.04.01.01.0006	0001	001	2464442	3490		50.583,77D
30/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFSe 00129 Maria do Rosario ME	3.01.01.07.01.0009	0001	001	2464443	1240		49.343,77D
30/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFS 0385 Jesus Liscelio Leite Callou	3.01.01.07.01.0011	0001	001	2464444	11233,8		38.109,97D
30/04/2014	0001	001	Pago conforme transferencia eletronica NFS 0385 Jesus Liscelio Leite Callou	3.01.01.07.01.0016	0001	001	2464446	10400		27.709,97D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Lucia Maria de Sousa Araujo	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464447	666,08		27.043,89D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Veronica Ana de Moura Almondes	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464448	666,08		26.377,81D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Silvio Alves de Sousa	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464449	925,85		25.451,96D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Maria Vera Leal de Lima Ramos	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464450	865,9		24.586,06D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Elaine Maria Leal	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464451	283,16		24.302,90D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Everton de Sousa Bezerra	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464452	919,19		23.383,71D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Marluza Greyce Cella	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464453	520,87		22.862,84D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Adriano de Moura Nascimento	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464454	3182,03		19.680,81D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Milena VAldeia da Silva	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464455	5103,2		14.577,61D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Clarinda de Sousa Luz	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464456	1778,87		12.798,74D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Joao de Sousa Lima	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464457	1778,87		11.019,87D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Wilson Roldao Leal	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464458	925,85		10.094,02D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Eliton Carlos Batista de Sousa	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464459	3314,55		6.779,47D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Geronimo Manoel da Silva	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464460	3341,51		3.437,96D
30/04/2014	0001	001	Pago conf. transferência salário mês 042014 Romulo Araujo Moura Rego	2.01.01.03.01.0010	0001	001	2464461	3368,46		69,50D
30/04/2014	0001	001	Valor debitado em C/C	3.01.01.09.01.0001	0001	001	2464462	19,5		50,00D
Resumo da conta 1.01.01.02.01.0001 (s.amt./ent./said./sat.):							7.769,63D	249082,02	256801,65	50,00D
										Fim

Diário Oficial

26



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI

CENTRO DE ASSISTENCIA MÉDICO DE PICOS

BALANCETE MENSAL FINANCEIRO DA DESPESA

MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2014

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
DESPESAS FINANCEIRAS	3.917,63
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.333,80
MÓVEIS E UTENSÍLIOS HOSPITALAR	37.512,76
INSTALAÇÕES	5.100,00
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	23.979,50
SERVIÇOS PRESTADOS-PJ	17.239,00
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	11.233,80
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	10.400,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES	1.066,00
ÁGUA E ESGOTO	611,35
FARDAMENTO E VESTUÁRIO	1.120,00
ASSESSORIA JURÍDICA	3.000,00
MATERIAIS DE CONSUMO	1.819,38
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	1.600,00
ASSESSORIA CONTÁBIL	11.584,00
INSS	23.260,35
FGTS	5.269,09
SALÁRIOS	81.949,13
IRRF	4.339,11
TOTAL DE DESPESAS.....R\$-	248.334,90
Saldo financeiro para o mês subsequente	139.278,41
TOTAL.....R\$-	387.613,31

Importa a presente demonstração de DESPESAS em R\$ 387.613,31 (Trezentos e Oitenta e Sete Mil, Seiscentos e Treze Reais e Trinta e Um Centavos).

Picos (PI), 30 de abril de 2014.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI

CENTRO DE ASSISTENCIA MÉDICA DE PICOS

BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE ABRIL DE 2014

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB-TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	385.149,64	385.149,64
1.1 Caixa	-	-
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	385.149,64	-
2. RECEITAS OPERACIONAIS	2.463,67	2.463,67
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	-	-
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	-
2.3 CONVÊNIO, ACORDOS E CONTRATOS:	-	-
2.3.1 -	-	-
2.3.2 -	-	-
2.3.3 -	-	-
2.3.4 -	-	-
2.3.5 -	-	-
2.4	-	-
2.5	-	-
2.6 Rendimentos de Aplicação Financeira	2.463,67	-
2.6.1 -	-	-
2.6.2 -	-	-
2.6.3 -	-	-
2.6.4 -	-	-
TOTAL GERAL.....R\$		387.613,31

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 387.613,31 (Trezentos e Oitenta e Sete Mil, Seiscentos e Treze Reais e Trinta e Um Centavos).

Picos (PI), 30 de abril de 2014.



CENTRO DE ASSISTENCIA MÉDICO DE PICOS

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

abr/14

ITEM	DATA	CREADOR	CNPJ/CPF	VALOR
1	2/4/2014	Picos Segurança Ltda ME	09.590.623/0001-36	616,00
2	2/4/2014	Formatto Arte em Madeira Ltda ME	11.391.847/0001-60	2.915,00
3	2/4/2014	Jaiçós Engenharia Ltda	10.612.342/0001-16	5.100,00
4	2/4/2014	Datapicos Ltda	07.132.346/0001-92	3.000,00
5	2/4/2014	Datapicos Ltda	07.132.346/0001-92	2.896,00
6	2/4/2014	Datapicos Ltda	07.132.346/0001-92	2.896,00
7	2/4/2014	Milena Valdeineia da Silva	003.799.403-45	4.545,38
8	2/4/2014	Milena Valdeineia da Silva	003.799.403-45	4.545,38
9	2/4/2014	Adriana de Moura Nascimento	975.933.973-00	2.863,91
10	2/4/2014	Caixa Econômica Federal	-	39,00
11	3/4/2014	Maria da Gloria Saunders Martins	289.797.883-04	3.824,69
12	3/4/2014	Maria da Gloria Saunders Martins	289.797.883-04	3.824,69
13	3/4/2014	Pascoal Gomes da Costa Neto	156.583.503-44	3.824,69
14	3/4/2014	Pascoal Gomes da Costa Neto	156.583.503-44	3.824,69
15	3/4/2014	Maria Francisca Leal Paiva	013.134.053-02	1.820,00
16	3/4/2014	Maria Francisca Leal Paiva	013.134.053-02	1.820,00
17	3/4/2014	Milena Valdeineia da Silva	003.799.403-45	135,65
18	3/4/2014	Milena Valdeineia da Silva	003.799.403-45	135,65
19	3/4/2014	Adriana de Moura Nascimento	975.933.973-00	194,52
20	3/4/2014	Adriana de Moura Nascimento	975.933.973-00	3.058,43
21	3/4/2014	Caixa Econômica Federal	-	39,00
23	8/4/2014	Caixa Econômica Federal	-	19,50
24	9/4/2014	FGTS	-	1.654,40
25	9/4/2014	FGTS	-	191,81



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE MAIO DE 2014

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
DESPESAS BANCARIAS	738,85
INSTALAÇÕES	10.082,63
MATERIAL HOSPITALAR	4.512,90
MEDICAMENTOS	370,32
DIÁRIAS	510,00
SERVIÇOS PRESTADOS-PF	178,00
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	11.233,80
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	10.400,00
LANCHES E REFEIÇÕES	1.102,40
MATERIAL DE LIMPEZA	2.037,71
COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTE	1.366,01
ENERGIA ELÉTRICA	188,23
ÁGUA	390,90
TELEFONES	302,19
FARDAMENTO E VESTUÁRIO	1.843,00
ASSESSORIA JURÍDICA	20.984,40
MATERIAIS DE CONSUMO	3.695,25
ASSESSORIA CONTÁBIL	2.896,00
INTERNET	500,00
INSS	17.249,99
FGTS	3.864,19
SALÁRIOS	66.972,10
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	816,79
IRRF	1.113,31
PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.122,81
MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES FISCAIS	1.021,62
TOTAL DE DESPESAS.....R\$-	165.493,40
Saldo financeiro para o mês subsequente	213.298,43
TOTAL.....R\$-	378.791,83

Importa a presente demonstração de DESPESAS em R\$ 378.791,83 (Trezentos e Setenta e Oito Mil, Setecentos e Noventa e Um Reais e Oitenta e Três Centavos).

Picos (PI), 31 de maio de 2014



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE MAIO DE 2014

RECEITAS		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	139.278,41	139.278,41
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	139.278,41	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	239.513,42	239.513,42
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	237.739,93	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 -	-	
2.3.2 -	-	
2.3.3 -	-	
2.3.4 -	-	
2.3.5 -	-	
2.4		
2.5		
2.6 Rendimentos de Aplicação Financeira	1.773,49	
TOTAL GERAL.....R\$		378.791,83

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 378.791,83 (Trezentos e Setenta e Oito Mil, Setecentos e Noventa e Um Reais e Oitenta e Três Centavos).

Picos (PI), 31 de maio de 2014



EXTRATO POR PERÍODO: mês de MAIO de 2014 - CONTA: 0639 / 003 / 00002969-5

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo	DETALHAMENTO DA DESPESA
2/5/2014	39596	DOC ELET E	999,80 D	949,80 D	MARCOS MOURA SILVA - MEK
2/5/2014	115588	ENVIO TED	1.824,99 D	2.774,79 D	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA SCHARAMOSKI
2/5/2014	115891	ENVIO TED	4.069,44 D	6.844,23 D	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS
2/5/2014	115991	ENVIO TED	4.069,44 D	10.913,67 D	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO
2/5/2014	122179	ENVIO TED	5.246,10 D	16.159,77 D	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS
2/5/2014	302616	ENVIO TEV	865,90 D	17.025,67 D	FELIPE CARVALHO ROCHA
2/5/2014	317936	ENVIO TEV	666,08 D	17.691,75 D	MICHELLY NAYARA DE SOUSA SILVA
2/5/2014	39596	DOC/TEDINTERNET	6,50 D	17.698,25 D	
2/5/2014	115588	DOC/TED INTERNET	6,50 D	17.704,75 D	
2/5/2014	115891	DOC/TED INTERNET	6,50 D	17.711,25 D	
2/5/2014	115991	DOC/TED INTERNET	6,50 D	17.717,75 D	
2/5/2014	122179	DOC/TED INTERNET	6,50 D	17.724,25 D	
2/5/2014	727220	RESG AUTOM	17.774,25 C	50,00 C	
5/5/2014	20643	DOC ELET E	999,80 D	949,80 D	MARCOS MOURA SILVA - MEK
5/5/2014	20643	DOC/TEDINTERNET	6,50 D	956,30 D	
5/5/2014	727220	RESG AUTOM	1.006,30 C	50,00 C	
6/5/2014	20932	DOC ELET E	178,00 D	128,00 D	PEDRO MARINHO FERREIRA JUNIOR
6/5/2014	454562	PAG FONE	24,00 D	152,00 D	OI TELEFONE FIXO
6/5/2014	466259	PAG AGUA	390,90 D	542,90 D	AGESPISA - ABRIL
6/5/2014	492872	PAG DARF	206,76 D	749,66 D	DARF 2012
6/5/2014	493948	PAG DARF	206,76 D	956,42 D	DARF 2013
6/5/2014	114355	ENVIO TED	5.246,10 D	6.202,52 D	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS
6/5/2014	114538	ENVIO TED	1.366,01 D	7.568,53 D	ARIZONA PETROLEO LTDA

Diário Oficial

28



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

6/5/2014	20932	DOC/TEDINTERNET	6,50 D	7.575,03 D	
6/5/2014	114355	DOC/TED INTERNET	6,50 D	7.581,53 D	
6/5/2014	114538	DOC/TED INTERNET	6,50 D	7.588,03 D	
6/5/2014	727220	RESG AUTOM	7.638,03 C	50,00 C	
7/5/2014	417542	PAG DARF	1.113,31 D	1.063,31 D	DARF ABRIL
7/5/2014	519911	DEB P FGTS	3.864,19 D	4.927,50 D	FGTS ABRIL
7/5/2014	0	DEB.AUTOR.	17.249,99 D	22.177,49 D	GPS ABRIL
7/5/2014	104689	ENVIO TED	5.246,10 D	27.423,59 D	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS
7/5/2014	104783	ENVIO TED	9.894,00 D	37.317,59 D	M. PINHEIRO MOURA - COLORSYSTEMS
7/5/2014	104689	DOC/TED INTERNET	6,50 D	37.324,09 D	
7/5/2014	104783	DOC/TED INTERNET	6,50 D	37.330,59 D	
7/5/2014	727220	RESG AUTOM	37.380,59 C	50,00 C	
12/5/2014	320019	APLICACAO	230.000,00 D	229.950,00 D	
12/5/2014	1	CRED TED	237.739,93 C	7.789,93 C	
12/5/2014	54028	DOC ELET E	175,00 D	7.614,93 C	RECICLADORA NOVA JET
12/5/2014	137674	ENVIO TED	1.843,00 D	5.771,93 C	LAÉLIO BENEDITO MESQUITA ROCHA
12/5/2014	137915	ENVIO TED	3.570,70 D	2.201,23 C	DISTRIBUIDORA NOUGUEIRA DE MEDICAMENTOS
12/5/2014	54028	DOC/TEDINTERNET	6,50 D	2.194,73 C	
12/5/2014	137674	DOC/TED INTERNET	6,50 D	2.188,23 C	
12/5/2014	137915	DOC/TED INTERNET	6,50 D	2.181,73 C	
16/5/2014	26045	DOC ELET E	370,32 D	1.811,41 C	MAURO ROBERTO RODRIGUES DE MOURA
16/5/2014	176175	ENVIO TEV	188,63 D	1.622,78 C	JD COMERCIO DE MÁQUINAS
16/5/2014	176582	ENVIO TEV	117,00 D	1.505,78 C	LANCHONETE COISA NOSSA
16/5/2014	26045	DOC/TEDINTERNET	6,50 D	1.499,28 C	
20/5/2014	450513	PAG DARF	483,02 D	1.016,26 C	DARF ABRIL
20/5/2014	452190	PAG DARF	248,77 D	767,49 C	DARF FEVEREIRO
20/5/2014	456347	PAG DARF	245,61 D	521,88 C	DARF MARÇO
20/5/2014	456874	PAG DARF	253,51 D	268,37 C	DARF JANEIRO
21/5/2014	462288	PAG DARF	250,00 D	18,37 C	DARF ABRIL
21/5/2014	469835	PAG DARF	250,00 D	231,63 D	DARF MARÇO
21/5/2014	155196	ENVIO TEV	120,00 D	351,63 D	SILVIO ALVES DE SOUSA - DIÁRIA
21/5/2014	155620	ENVIO TEV	180,00 D	531,63 D	CLARINDA DE SOUSA LUZ - DIÁRIA
21/5/2014	155859	ENVIO TEV	210,00 D	741,63 D	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO - DIÁRIA
21/5/2014	727220	RESG AUTOM	791,63 C	50,00 C	
23/5/2014	368714	PAG FONE	278,19 D	228,19 D	CLARO CELULAR
23/5/2014	727220	RESG AUTOM	278,19 C	50,00 C	
28/5/2014	247878	PAG BOLETO	500,00 D	450,00 D	VIRTEX INTERNET
28/5/2014	118796	ENVIO TED	11.233,80 D	11.683,80 D	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU - TERCEIRIZADA
28/5/2014	118891	ENVIO TED	10.400,00 D	22.083,80 D	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU - VEÍCULOS
28/5/2014	119000	ENVIO TED	5.246,10 D	27.329,90 D	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS
28/5/2014	159769	ENVIO TEV	62,85 D	27.392,75 D	ATACADÃO DOS IMPORTADOS LTDA
28/5/2014	161064	ENVIO TEV	985,40 D	28.378,15 D	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA
28/5/2014	161476	ENVIO TEV	2.037,71 D	30.415,86 D	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA
28/5/2014	159528	TEV MESM T	20,00 D	30.435,86 D	MESMO TITULAR-CAMPI
28/5/2014	118796	DOC/TED INTERNET	6,50 D	30.442,36 D	
28/5/2014	118891	DOC/TED INTERNET	6,50 D	30.448,86 D	
28/5/2014	119000	DOC/TED INTERNET	6,50 D	30.455,36 D	
28/5/2014	727220	RESG AUTOM	30.505,36 C	50,00 C	
29/5/2014	27708	DOC ELET E	249,80 D	199,80 D	MARCOS MOURA SILVA - MEK
29/5/2014	27773	DOC ELET E	942,20 D	1.142,00 D	DISTRIBUIDORA NOUGUEIRA DE MEDICAMENTOS
29/5/2014	505700	PG LUZ/GAS	57,51 D	1.199,51 D	ELETROBRÁS - ABRIL
29/5/2014	540928	PG LUZ/GAS	130,72 D	1.330,23 D	ELETROBRÁS - MAIO
29/5/2014	123530	ENVIO TED	1.208,00 D	2.538,23 D	GRÁFICA E EDITORA GADELHA
29/5/2014	124285	ENVIO TED	1.824,99 D	4.363,22 D	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA SCHARAMOSKI
29/5/2014	162288	ENVIO TEV	2.896,00 D	7.259,22 D	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO
29/5/2014	165109	ENVIO TEV	865,90 D	8.125,12 D	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS
29/5/2014	166272	ENVIO TEV	1.778,87 D	9.903,99 D	CLARINDA DE SOUSA LUZ
29/5/2014	166486	ENVIO TEV	1.778,87 D	11.682,86 D	JOÃO DE SOUSA LIMA
29/5/2014	167735	ENVIO TEV	925,85 D	12.608,71 D	SILVIO ALVES DE SOUSA
29/5/2014	168034	ENVIO TEV	865,90 D	13.474,61 D	FELIPE CARVALHO ROCHA
29/5/2014	168467	ENVIO TEV	925,85 D	14.400,46 D	WILSON ROLDAO LEAL
29/5/2014	168802	ENVIO TEV	715,40 D	15.115,86 D	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO
29/5/2014	169438	ENVIO TEV	666,08 D	15.781,94 D	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO
29/5/2014	169621	ENVIO TEV	690,74 D	16.472,68 D	MARTA MARIA DE MOURA
29/5/2014	170412	ENVIO TEV	666,08 D	17.138,76 D	VERÔNICA ANA DE MOURA ALMONDES

29/5/2014	170599	ENVIO TEV	919,19 D	18.057,95 D	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS
29/5/2014	171245	ENVIO TEV	919,19 D	18.977,14 D	EVERTON DE SOUSA BEZERRA
29/5/2014	171359	ENVIO TEV	919,19 D	19.896,33 D	MARLUZA GREYCE CELLA
29/5/2014	172048	ENVIO TEV	910,55 D	20.806,88 D	ELAINE MARIA LEAL
29/5/2014	173283	ENVIO TEV	690,74 D	21.497,62 D	MICHELLY NAYARA DE SOUSA SILVA
29/5/2014	257592	PGSINDICAL	816,79 D	22.314,41 D	GRCSU - SINDICATO - CAIXA
29/5/2014	27708	DOC/TEDINTERNET	6,50 D	22.320,91 D	
29/5/2014	27773	DOC/TEDINTERNET	6,50 D	22.327,41 D	
29/5/2014	123530	DOC/TED INTERNET	6,50 D	22.333,91 D	
29/5/2014	124285	DOC/TED INTERNET	6,50 D	22.340,41 D	
29/5/2014	727220	RESG AUTOM	22.390,41 C	50,00 C	
30/5/2014	107956	ENVIO TED	5.865,19 D	5.815,19 D	MARX LINCOLN LIMA DE BARROS ARAUJO
30/5/2014	108073	ENVIO TED	5.283,39 D	11.098,58 D	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO
30/5/2014	108403	ENVIO TED	4.069,44 D	15.168,02 D	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS
30/5/2014	108622	ENVIO TED	4.479,93 D	19.647,95 D	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO
30/5/2014	151447	ENVIO TEV	5.865,19 D	25.513,14 D	ELITON CARLOS BATSTA DE SOUSA
30/5/2014	153020	ENVIO TEV	5.564,49 D	31.077,63 D	GERONIMO MANOEL DA SILVA
30/5/2014	154684	ENVIO TEV	3.182,03 D	34.259,66 D	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO
30/5/2014	155469	ENVIO TEV	5.103,20 D	39.362,86 D	MILENA VALDINEIA DA SILVA
30/5/2014	107956	DOC/TED INTERNET	6,50 D	39.369,36 D	
30/5/2014	108073	DOC/TED INTERNET	6,50 D	39.375,86 D	
30/5/2014	108403	DOC/TED INTERNET	6,50 D	39.382,36 D	
30/5/2014	108622	DOC/TED INTERNET	6,50 D	39.388,86 D	
30/5/2014	727220	RESG AUTOM	39.438,86 C	50,00 C	

Folha: 1 de 5



RELAÇÃO DE PAGAMENTO EFETUADOS NO MÊS DE MAIO DE 2014

ITEM	DATA	DETALHAMENTO DA DESPESA	CNPJ/CPF	VALOR
1	2/5/2014	MARCOS MOURA SILVA E CIA LTDA	09.205.108/0001-95	999,80
2	2/5/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA SCHARAMOSKI	013.134.053-02	1.824,99
3	2/5/2014	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	4.069,44
4	2/5/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	4.069,44
5	2/5/2014	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	5.246,10
6	2/5/2014	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	865,90
7	2/5/2014	MICHELLY NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	666,08
8	2/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
9	2/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
10	2/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
11	2/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
12	2/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
13	5/5/2014	MARCOS MOURA SILVA E CIA LTDA	09.205.108/0001-95	999,80
14	5/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
15	6/5/2014	PEDRO MARINHO FERREIRA JUNIOR	027.200.133-31	178,00
16	6/5/2014	TELEMAR NORTE LESTE S/A	33.000.118/0010-60	24,00
17	6/5/2014	AGUA E ESGOTOS DO PIAUI S/A	06.845.747/0001-27	390,90
18	6/5/2014	RECEITA FEDERAL DO BRASIL	-	206,76
19	6/5/2014	RECEITA FEDERAL DO BRASIL	-	206,76
20	6/5/2014	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	5.246,10
21	6/5/2014	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	1.366,01
22	6/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
23	6/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50



RELAÇÃO DE PAGAMENTO EFETUADOS NO MÊS DE MAIO DE 2014

24	6/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
25	7/5/2014	IRRF	-	1.113,31
26	7/5/2014	FGTS	-	3.864,19
27	7/5/2014	PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS ABRIL	-	17.249,99
28	7/5/2014	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	5.246,10
29	7/5/2014	M. PINHEIRO MOURA - COLORSYSTEMS	05.570.992/0001-06	9.894,00
30	7/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
31	7/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
32	12/5/2014	RECICLADORA NOVA JET	08.784.095/0001-93	175,00
33	12/5/2014	LAÉLIO BENEDITO MESQUITA ROCHA	12.997.74/0001-78	1.843,00
34	12/5/2014	DISTRIBUIDORA NOUGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	3.570,70
35	12/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
36	12/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
37	12/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
38	16/5/2014	MAURO ROBERTO RODRIGUES DE MOURA	04.385.090/0001-37	370,32
39	16/5/2014	JD COMERCIO DE MÁQUINAS	11.830.645/0001-78	188,63
40	16/5/2014	LANCHONETE COISA NOSSA	00.854.665/0001-62	117,00
41	20/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
42	20/5/2014	PIS	-	483,02
43	20/5/2014	PIS	-	248,77
44	20/5/2014	PIS	-	245,61
45	21/5/2014	PIS	-	253,51
46	21/5/2014	MULTA FISCAL	-	250,00
47	21/5/2014	MULTA FISCAL	-	250,00
48	21/5/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA - DIÁRIA	042.827.723-36	120,00
49	21/5/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ - DIÁRIA	227.458.153-34	180,00
50	21/5/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO - DIÁRIA	975.933.973-00	210,00
51	23/5/2014	CLARO CELULAR	14.360.356/0001-40	278,19
52	28/5/2014	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	500,00
53	28/5/2014	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU - TERCEIRIZADA	17.052.294/0001-06	11.233,80
54	28/5/2014	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU - VEÍCULOS	17.052.294/0001-06	10.400,00
55	28/5/2014	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	5.246,10
56	28/5/2014	ATACADÃO DOS IMPORTADOS LTDA	14.865.274/0001-58	62,85
57	28/5/2014	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.281.181/0001-08	985,40
58	28/5/2014	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.281.181/0001-08	2.037,71
59	28/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	20,00
60	28/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
61	28/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
62	28/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
63	29/5/2014	MARCOS MOURA SILVA E CIA LTDA	09.205.108/0001-95	249,80
64	29/5/2014	DISTRIBUIDORA NOUGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	942,20

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

31

65	29/5/2014	ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUI	06.840.748/0001-89	57,51
66	29/5/2014	ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUI	06.840.748/0001-89	130,72
67	29/5/2014	GRÁFICA E EDITORA GADELHA LTDA EPP	04.275.142/0001-12	1.208,00
68	29/5/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA SCHARAMOSKI	013.134.053-02	1.824,99
69	29/5/2014	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	06.270.154/0001-80	2.896,00
70	29/5/2014	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	865,90
71	29/5/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	1.778,87
72	29/5/2014	JOÃO DE SOUSA LIMA	287.490.143-15	1.778,87
73	29/5/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	925,85
74	29/5/2014	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	865,90
75	29/5/2014	WILSON ROLDAO LEAL	051.754.823-27	925,85
76	29/5/2014	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	715,40
77	29/5/2014	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	666,08
78	29/5/2014	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	690,74
79	29/5/2014	VERÔNICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	666,08
80	29/5/2014	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	919,19
81	29/5/2014	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	919,19
82	29/5/2014	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	919,19
83	29/5/2014	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	910,55
84	29/5/2014	MICHELLY NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	690,74
85	29/5/2014	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB DE SAUDE PI	07.442.015/0001-59	816,79
86	29/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
87	29/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
88	29/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
89	29/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
90	30/5/2014	MARX LINCOLN LIMA DE BARROS ARAUJO	877.605.093-91	5.865,19
91	30/5/2014	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	5.283,39
92	30/5/2014	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	4.069,44
93	30/5/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	4.479,03
94	30/5/2014	ELITON CARLOS BATSTA DE SOUSA	769.149.843-87	5.865,19
95	30/5/2014	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	5.564,49
96	30/5/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	3.182,03
97	30/5/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	5.103,20
98	30/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
99	30/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
100	30/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
101	30/5/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	6,50
TOTAL				164.942,65



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE JUNHO DE 2014

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
DESPESAS BANCARIAS	194,69
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.540,00
DIÁRIAS	5.640,00
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	11.233,80
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	10.400,00
LANCHES E REFEIÇÕES	900,00
MATERIAL DE LIMPEZA	1.100,00
COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTE	1.893,58
ENERGIA ELÉTRICA	52,33
ÁGUA	481,98
TELEFONES	610,96
ASSESSORIA JURÍDICA	5.246,10
MATERIAIS DE CONSUMO	287,10
ASSESSORIA CONTABIL	2.896,00
INTERNET	500,00
INSS	23.845,95
FGTS	5.670,36
SALARIOS	68.554,66
IRRF	5.914,43
PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	708,79
IRRF SOBRE APLICAÇÃO FINANCEIRA	236,62
TOTAL DE DESPESAS.....R\$-	147.907,35
Saldo financeiro para o mês subsequente	66.644,51
T O T A LR\$-	214.551,86

Importa a presente demonstração de DESPESAS em R\$ 214.551,86 (Duzentos e Quatorze Mil Quinhentos e Cinquenta e Um Reais e Oitenta e Seis Centavos).

Picos (PI), 30 de junho de 2014



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE JUNHO DE 2014

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	213.298,43	213.298,43
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	213.298,43	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	1.253,43	1.253,43
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	-	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 -	-	
2.3.2 -	-	
2.3.3 -	-	
2.3.4 -	-	
2.3.5 -	-	
2.4	-	
2.5	-	
2.6 Rendimentos de Aplicação Financeira	1.253,43	
TOTAL GERAL.....R\$		214.551,86

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 214.551,86 (Duzentos e Quatorze Mil Quinhentos e Cinquenta e Um Reais e Oitenta e Seis Centavos).

Picos (PI), 30 de junho de 2014.



RELAÇÃO DE PAGAMENTO EFETUADOS - JUNHO/2014

ITEM	Data Mov.	Detalhamento da Despesa	CPF/CNPJ	Valor
1	2/6/2014	TELEMAR NORTE LESTE S/A	33.000.118/0010-60	R\$ 99,48
2	2/6/2014	AGUA E ESGOTOS DO PIAUI S/A	06.845.747/0001-27	R\$ 481,98
3	2/6/2014	DARF MAIO	-	R\$ 5.382,90
4	2/6/2014	DARF MAIO	-	R\$ 708,79
5	2/6/2014	FGTS - MAIO	-	R\$ 5.670,36
6	2/6/2014	PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS MAIO	-	R\$ 23.845,95
7	2/6/2014	RÔMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$ 5.613,91
8	3/6/2014	ARIZONA PETRÓLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 1.893,58
9	3/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
10	4/6/2014	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS - DIÁRIAS	289.797.883-04	R\$ 420,00
11	4/6/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA SCHARAMOSKI - DIÁRIAS	013.034.053-02	R\$ 360,00
12	4/6/2014	MARIA DO ROSARIO - MOURA LEA INFORMÁTICA	06.188.294/0001-03	R\$ 1.540,00
13	4/6/2014	WILSON ROLDAO LEAL - DIÁRIAS	051.754.823-27	R\$ 240,00
14	4/6/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA - DIÁRIAS	042.827.723-36	R\$ 240,00
15	4/6/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ - DIÁRIAS	227.458.153-34	R\$ 360,00
16	4/6/2014	MILENA VALDINÉIA DA SILVA - DIÁRIAS	003.799.403-45	R\$ 420,00
17	4/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
18	4/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
19	5/6/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO - DIÁRIAS	975.933.973-00	R\$ 210,00
20	9/6/2014	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS - DIÁRIAS	289.797.883-04	R\$ 630,00
21	9/6/2014	MILENA VALDINÉIA DA SILVA - DIÁRIAS	003.799.403-45	R\$ 630,00
22	9/6/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ - DIÁRIAS	227.458.153-34	R\$ 540,00
23	9/6/2014	WILSON ROLDAO LEAL - DIÁRIA	051.754.823-27	R\$ 120,00
24	9/6/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA - DIÁRIA	042.827.723-36	R\$ 120,00
25	9/6/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA SCHARAMOSKI - DIÁRIAS	013.034.053-02	R\$ 540,00
26	9/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
27	12/6/2014	MARCOS MOURA SILVA & CIA LTDA	09.205.108/0001-95	R\$ 287,10
28	12/6/2014	ELETRÔBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUI	06.840.748/0001-89	R\$ 52,33
29	12/6/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA SCHARAMOSKI - DIÁRIA	013.134.053-02	R\$ 180,00
30	12/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
31	18/6/2014	DARF ADICIONAL FEVEREIRO 2014	-	R\$ 175,84
32	18/6/2014	GERALDA MARIA DE C E SILVA - SUPERMERCADO SL	63.328.181/0001-08	R\$ 900,00
33	18/6/2014	GERALDA MARIA DE C E SILVA - SUPERMERCADO SL	63.328.181/0001-08	R\$ 1.100,00
34	25/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 20,30
35	26/6/2014	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU - TERCEIRIZADA	17.052.294/0001-06	R\$ 11.233,80
36	26/6/2014	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU - VEÍCULOS	17.052.294/0001-06	R\$ 10.400,00
37	26/6/2014	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	R\$ 5.246,10
38	26/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
39	26/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
40	26/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
41	27/6/2014	VIRTEX INTERNET	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
42	27/6/2014	CLARO - CEL	40.432.544/0001-47	R\$ 400,66
43	27/6/2014	TELEMAR NORTE LESTE S/A	33.000.118/0010-60	R\$ 110,82
44	27/6/2014	DARF ADICIONAL FEVEREIRO 2014	-	R\$ 355,69
45	27/6/2014	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO - CONTADOR	06.270.154/0001-80	R\$ 2.896,00
46	27/6/2014	MILENA VALDINÉIA DA SILVA - DIÁRIAS	003.799.403-45	R\$ 630,00
47	27/6/2014	MILENA VALDINÉIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 5.103,20
48	27/6/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$ 3.182,03
49	27/6/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA SCHARAMOSKI	013.134.053-02	R\$ 1.824,99
50	27/6/2014	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$ 865,90
51	27/6/2014	FELIPE DE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$ 865,90
52	27/6/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 925,85
53	27/6/2014	WILSON ROLDAO LEAL	051.754.823-27	R\$ 925,85
54	27/6/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 1.778,87
55	27/6/2014	JOAO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$ 1.778,87
56	27/6/2014	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$ 885,89
57	27/6/2014	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$ 943,85
58	27/6/2014	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$ 919,19

Diário Oficial

34



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

59	27/6/2014	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	R\$	919,19
60	27/6/2014	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	691,27
61	27/6/2014	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	666,08
62	27/6/2014	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	666,61
63	27/6/2014	MICHELE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	690,74
64	27/6/2014	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$	5.865,19
65	27/6/2014	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	5.564,49
66	27/6/2014	RÔMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	5.613,91
67	27/6/2014	VERÔNICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	666,08
68	27/6/2014	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	4.069,44
69	27/6/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$	4.479,93
70	27/6/2014	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	2.613,49
71	27/6/2014	MARX LINCOLN LIMA DE BARROS ARAUJO	877.605.093-91	R\$	3.232,24
72	27/6/2014	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	1.686,63
73	27/6/2014	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$	5.515,07
74	27/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
75	27/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
76	27/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
77	27/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
78	27/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
79	27/6/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
TOTAL				R\$	147.587,34



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE JULHO DE 2014

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
MÓVEIS E UTENSÍLIOS HOSPITALAR	3.935,44
SALÁRIOS	69.382,56
MATERIAL HOSPITALAR	13.535,30
MEDICAMENTOS	261,12
DIÁRIAS	3.030,00
SERVIÇOS PRESTADOS-PJ	620,00
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	11.233,80
PREVIDENCIA SOCIAL	52.505,52
FGTS	12.297,56
LOCAÇÃO DE VEICULOS	10.400,00
MATERIAL DE LIMPEZA	2.102,95
COMBUSTIVEL	1.900,66
ENERGIA ELETRICA	54,55
ÁGUA	1.362,87
TELEFONES	554,76
FARDAMENTOS E VESTUÁRIO	836,00
ASSESSORIA JURIDICA	5.246,10
MATERIAL DE CONSUMO	1.184,59
ASSESSORIA CONTÁBIL	2.896,00
INTERNET	500,00
PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.537,20
DESPESAS BANCARIAS	254,40
IRRF	10.605,76
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	464,79
IRRF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA	230,10
IOF	291,51
TOTAL DE DESPESAS.....R\$-	207.223,54
Saldo financeiro para o mês subsequente	346.398,24
T O T A LR\$-	553.621,78

Importa a presente demonstração de DESPESAS em R\$ 553.621,78 (Quinhentos e Cinquenta e Três Mil Seiscentos e Vinte e Um Reais e Setenta e Oito Centavos).

Picos (PI), 31 de julho de 2014.

Bel. Sérgio de Moura Batista



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE JULHO DE 2014

RECEITAS		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	66.644,51	66.644,51
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	66.644,51	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	486.977,27	486.977,27
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	475.479,86	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	9.903,35	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	9.903,35	
2.3.2 -	-	
2.3.3 -	-	
2.3.4 -	-	
2.3.5 -	-	
2.4	-	
2.5	-	
2.6 Rendimentos de Aplicação Financeira	1.594,06	
TOTAL GERAL.....R\$		553.621,78

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 553.621,78 (Quinhentos e Cinquenta e Três Mil Seicentos e Vinte e Um Reais e Setenta e Oito Centavos).

Picos (PI), 31 de julho de 2014.

Bel. Sérgio de Moura Batista
CONTADOR CRC-PI Nº 006653/O-7
CPF 910.233.193-49



RELAÇÃO DE PAGAMENTO EFETUADOS - JULHO/2014

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	2/7/2014	LAÉLIO BENEDITO MESQUITA ROCHA	12.997.74/0001-78	R\$ 836,00
2	2/7/2014	DARF	-	R\$ 4.206,16
3	2/7/2014	DARF	-	R\$ 723,42
4	2/7/2014	FGTS	-	R\$ 5.787,36
5	2/7/2014	AGESPISA AG ESG PIAUI	06.845.747/0001-27	R\$ 892,18
6	2/7/2014	GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	-	R\$ 24.750,62
7	2/7/2014	ARIZONA PETROELO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 1.900,66
8	2/7/2014	DESPESAS BANCARIAS		R\$ 6,50
9	2/7/2014	DESPESAS BANCARIAS		R\$ 6,50
10	7/7/2014	GRCSU	-	R\$ 264,98
11	7/7/2014	GRCSU	-	R\$ 199,81
12	24/7/2014	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 630,00
13	24/7/2014	MARCOS MOURA SILVA CIA LTDA	09.205.108/0001-95	R\$ 302,39
14	24/7/2014	MAURO ROBERTO RODRIGUES DE MOURA	04.385.090/0001-37	R\$ 261,12
15	24/7/2014	MAURO ROBERTO RODRIGUES DE MOURA	04.385.090/0001-37	R\$ 31,20
16	24/7/2014	GRÁFICA E EDITORA GADELHA LTDA	04.275.142/0001-12	R\$ 160,00
17	24/7/2014	VIRTEX INTERNET	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
18	24/7/2014	CEPISA CENT ELET PIAUI	33.000.118/0010-60	R\$ 54,55
19	24/7/2014	CLARO NE DDD 81 A 89	40.432.544/0001-47	R\$ 432,42
20	24/7/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA SCHARAMOSKI	013.134.053-02	R\$ 540,00

Diário Oficial

36



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

21	24/7/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	540,00
22	24/7/2014	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	240,00
23	24/7/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	630,00
24	24/7/2014	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	06.270.154/0001-80	R\$	2.896,00
25	24/7/2014	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/0001-08	R\$	2.102,95
26	24/7/2014	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/0001-08	R\$	622,20
27	24/7/2014	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	R\$	5.246,10
28	24/7/2014	DISTRIBUIDORA NOUGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$	7.781,00
29	24/7/2014	DISTRIBUIDORA NOUGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$	2.555,00
30	24/7/2014	DISTRIBUIDORA NOUGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$	1.270,00
31	24/7/2014	DISTRIBUIDORA NOUGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$	3.168,10
32	24/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
33	24/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
34	24/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
35	24/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
36	24/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
37	24/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
38	24/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
39	24/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
40	24/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
41	24/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
42	25/7/2014	OI FIXO - TELEMAR RJ	33.000.118/0010-60	R\$	122,34
43	25/7/2014	DARF	-	R\$	813,78
44	25/7/2014	DARF	-	R\$	6.399,60
45	25/7/2014	FGTS	-	R\$	6.510,20
46	25/7/2014	GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS	-	R\$	27.754,90
47	25/7/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	3.182,03
48	25/7/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	5.103,20
49	25/7/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA SCHARAMOSKI	013.134.053-02	R\$	1.824,99
50	25/7/2014	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$	865,90
51	25/7/2014	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$	5.865,19
52	25/7/2014	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	5.564,49
53	25/7/2014	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	5.613,91
54	25/7/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	1.778,87
55	25/7/2014	JOÃO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$	1.778,87
56	25/7/2014	FELIPE DE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$	865,90
57	25/7/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	925,85
58	25/7/2014	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	925,85
59	25/7/2014	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	690,74
60	25/7/2014	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	666,08
61	25/7/2014	MARTA MARIA DE SOUSA	934.706.813-68	R\$	690,74
62	25/7/2014	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	690,74
63	25/7/2014	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	666,08
64	25/7/2014	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	919,19
65	25/7/2014	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	943,85
66	25/7/2014	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	919,19
67	25/7/2014	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	R\$	919,19
68	25/7/2014	CLEDEMILTON SOUSA DA SILVA	08.784.095/0001-93	R\$	100,00
69	25/7/2014	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	4.069,44
70	25/7/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$	4.479,93
71	25/7/2014	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	5.283,39
72	25/7/2014	MARX LINCOLN LIMA DE BARROS ARAUJO	877.605.093-91	R\$	3.350,49
73	25/7/2014	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	5.283,39
74	25/7/2014	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$	5.515,07
75	25/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
76	25/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
77	25/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
78	25/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
79	25/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
80	25/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50

Diário Oficial



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

37

81	25/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	20,30
82	28/7/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	210,00
83	29/7/2014	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	11.233,80
84	29/7/2014	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	10.400,00
85	29/7/2014	BATISTA E CARVALHO LTDA	08.304.634/0001-40	R\$	2.665,44
86	29/7/2014	JOAQUIM SILVANO DE SOUSA	15.411.157/0001-87	R\$	620,00
87	29/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
88	29/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
89	29/7/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
90	30/7/2014	AGESPISA AG ESG PIAUI	06.845.747/0001-27	R\$	470,69
91	30/7/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	240,00
TOTAL				R\$	206.604,33

Picos-PI, 31 de julho de 2014.



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE AGOSTO DE 2014

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	420,00
SALÁRIOS	69.845,92
MATERIAL HOSPITALAR	2.724,00
MEDICAMENTOS	1.513,44
DIÁRIAS	2.970,00
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	11.233,80
PREVIDENCIA SOCIAL	27.754,90
FGTS	6.510,20
LOCAÇÃO DE VEICULOS	10.400,00
LANCHES E REFEIÇÕES	847,45
MATERIAL DE LIMPEZA	1.780,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES	2.001,53
COMBUSTIVEL	1.859,85
TELEFONES	769,56
ASSESSORIA JURIDICA	5.246,10
MATERIAL DE CONSUMO	1.875,00
ASSESSORIA CONTÁBIL	2.896,00
INTERNET	500,00
IMPRESSOS E MATERIAIS	1.635,00
PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	813,78
DESPESAS BANCARIAS	186,40
IRRF	6.399,60
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	463,36
IRRF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA	397,71
IOF	33,63
TOTAL DE DESPESAS.....R\$-	161.077,23
Saldo financeiro para o mês subsequente	196.415,34
T O T A LR\$-	357.492,57

Importa a presente demonstração de DESPESAS em R\$ 357.492,57 (Trezentos e Cinquenta e Sete Reais Mil Quatrocentos e Noventa e Dois Reais e Cinquenta e Sete Centavos).

Picos (PI), 31 de agosto de 2014.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE AGOSTO DE 2014

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	346.398,24	346.398,24
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	276.189,81	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	60.353,88	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	9.854,55	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	11.094,33	11.094,33
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	-	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	8.690,50	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	8.690,50	
2.3.2 -	-	
2.3.3 -	-	
2.3.4 -	-	
2.3.5 -	-	
2.4	-	
2.5	-	
2.6 Rendimentos de Aplicação Financeira	2.403,83	
TOTAL GERAL.....R\$		357.492,57

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 357.492,57 (Trezentos e Cinquenta e Sete Mil Quatrocentos e Noventa e Dois Reais e Cinquenta e Sete Centavos).

Picos (PI), 31 de agosto de 2014.



RELAÇÃO DE PAGAMENTO EFETUADOS - AGOSTO/2014

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	1/8/2014	GILMAR RODRIGUES DE MOURA	183.471.503-20	R\$ 800,00
2	1/8/2014	SINDICATO GRCSU	-	R\$ 463,36
4	5/8/2014	ARIZONA PETRÓLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 1.859,85
5	5/8/2014	FRANCISCO MANANCE DA COSTA	34.984.609/0001-64	R\$ 320,00
6	5/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
8	6/8/2014	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 630,00
9	6/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 2,00
10	6/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
12	8/8/2014	LAÉLIO BENEDITO MESQUITA ROCHA	12.997.741/0001-78	R\$ 835,00
13	8/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
15	11/8/2014	CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS	14.360.356/0001/40	R\$ 19.078,53
17	20/8/2014	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$ 510,00
18	20/8/2014	CLARO NE DDD 81 A 89	40.432.544/0001-47	R\$ 617,30
19	20/8/2014	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$ 1.894,00
20	20/8/2014	GRÁFICA E EDITORA GADELHA LTDA ME	04.275.142/0001-12	R\$ 1.635,00
21	20/8/2014	TV SAT LTDA	41.519.513/0001-90	R\$ 420,00
22	20/8/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 840,00
23	20/8/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 540,00
24	20/8/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 540,00
25	20/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
26	20/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
27	20/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$ 6,50
29	21/8/2014	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 420,00

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

39

30	21/8/2014	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/0001-08	R\$	1.780,00
31	21/8/2014	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/0001-08	R\$	567,45
32	21/8/2014	ANISIA MARIA DE SOUSA	17.714.488/0001-11	R\$	280,00
33	21/8/2014	RUZINALDO BARROS MOURA - ME	00.881.053/0001-69	R\$	800,00
34	21/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
36	22/8/2014	EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELEFONIA	33.530.486/0001-29	R\$	9,35
37	22/8/2014	TV SAT LTDA	41.519.513/0001-90	R\$	36,00
38	22/8/2014	VIDRAÇARIA BRASILIA LTDA	01.903.788/0001-09	R\$	25,53
39	22/8/2014	CLEDEMILTON SOUSA DA SILVA	08.784.095/0001-93	R\$	40,00
40	22/8/2014	MARCOS MOURA SILVA E CIA LTDA	09.205.108/0001-95	R\$	1.000,00
41	22/8/2014	MAURO ROBERTO RODRIGUES DE MOURA	04.385.090/0001-37	R\$	1.513,44
42	22/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
43	22/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
45	25/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	20,30
46	26/8/2014	M PINHEIRO MOURA ACESSORIOS ME	05.570.992/0001-06	R\$	340,00
47	26/8/2014	VIRTEX INTERNET	05.439.562/0001-50	R\$	500,00
48	26/8/2014	DARF - MINISTÉRIO DA FAZENDA	-	R\$	813,78
49	26/8/2014	DARF - MINISTÉRIO DA FAZENDA	-	R\$	6.399,60
50	26/8/2014	FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	-	R\$	6.510,20
51	26/8/2014	GPS - GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	R\$	27.754,90
52	26/8/2014	DATAPICOS LTDA	06.270.154/0001-80	R\$	2.896,00
53	26/8/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	3.182,03
54	26/8/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	5.103,20
55	26/8/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	1.824,99
56	26/8/2014	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$	865,90
57	26/8/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	1.778,87
58	26/8/2014	JOAO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$	1.778,87
59	26/8/2014	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	919,19
60	26/8/2014	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	943,85
61	26/8/2014	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	919,19
62	26/8/2014	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	R\$	919,19
63	26/8/2014	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	690,74
64	26/8/2014	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	666,08
65	26/8/2014	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	690,74
66	26/8/2014	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	690,74
67	26/8/2014	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	666,08
68	26/8/2014	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$	865,90
69	26/8/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	925,85
70	26/8/2014	WILSON ROLDAO LEAL	051.754.823-27	R\$	925,85
71	26/8/2014	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	5.613,91
72	26/8/2014	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$	5.865,19
73	26/8/2014	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	5.564,49
74	26/8/2014	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	R\$	5.246,10
75	26/8/2014	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	4.069,44
76	26/8/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$	4.479,93
77	26/8/2014	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$	5.515,07
78	26/8/2014	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	5.515,07
79	26/8/2014	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	5.515,07
80	26/8/2014	MARX LINCOLN LIMA DE BARROS ARAUJO	877.605.093-91	R\$	3.350,49
81	26/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
82	26/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
83	26/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
84	26/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
85	26/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
86	26/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
87	26/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
88	26/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
90	28/8/2014	OÍ FIXO - TELEMAR RJ	33.000.118/0001-79	R\$	142,91
91	28/8/2014	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	11.233,80
92	28/8/2014	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	10.400,00
93	28/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
94	28/8/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	R\$	6,50
TOTAL				R\$	179.683,82



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2014

DESPESAS		
ESPECIFICAÇÃO		TOTAL
SALÁRIOS		70.160,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES		2.365,02
MATERIAL HOSPITALAR		3.618,42
DIÁRIAS		1.932,00
SERVIÇO PRESTADO PESSOA JURIDICA		362,00
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA		11.233,80
PREVIDENCIA SOCIAL		26.906,33
FGTS		6.377,76
LOCAÇÃO DE VEICULOS		10.400,00
LANCHES E REFEIÇÕES		6.000,00
COMBUSTIVEL		1.684,90
INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		2.533,25
ENERGIA ELÉTRICA		916,13
ÁGUA E ESGOTOS		509,77
TELEFONES		798,28
ASSESSORIA JURIDICA		5.246,10
MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA		1.644,53
ASSESSORIA CONTÁBIL		2.896,00
INTERNET		500,00
PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO		797,22
IRRF		4,96
DESPESAS BANCARIAS		171,40
IRRF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA		438,55
IOF		127,96
TOTAL DE DESPESAS.....R\$-		157.624,48
Saldo financeiro para o mês subsequente		289.016,87
TOTALR\$-		446.641,35

Importa a presente demonstração de DESPESAS em R\$ 446.641,35 (Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil Seiscentos e Quarenta e Um Reais e Trinta e Cinco Centavos)

Picos (PI), 30 de setembro de 2014.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2014

RECEITAS		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	196.415,34	196.415,34
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	98.053,46	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	412,11	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	18.524,75	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	79.425,02	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	250.226,01	250.226,01
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	237.738,93	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	10.380,85	
2.3.2 -	-	
2.3.3 -	-	
2.3.4 -	-	
2.3.5 -	-	
2.4		
2.5 Juros Ativos - SELIC	4,96	
2.6 Rendimentos de Aplicação Financeira	2.101,27	
TOTAL GERAL.....R\$		446.641,35

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 446.641,35 (Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil Seiscentos e Quarenta e Um Reais e Trinta e Cinco Centavos).

Picos (PI), 30 de setembro de 2014.



RELAÇÃO DE PAGAMENTO EFETUADOS - SETEMBRO DE 2014

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	2/9/2014	AGESPISA AG ESG PIAUI	06.845.747/0001-27	R\$ 509,77
2	8/9/2014	CEPISA CENT ELET PIAUI	33.000.118/0010-60	R\$ 451,76
3	8/9/2014	ARIZONA PETRÓLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 1.684,90
4	8/9/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$ 1.931,78
5	8/9/2014	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$ 3.314,55
6	8/9/2014	RUZINALDO BARROS MOURA - ME	00.881.053/0001-69	R\$ 1.500,00
7	8/9/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$ 210,00
8	8/9/2014	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$ 433,24
9	8/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 6,50
10	8/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 6,50
11	8/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 6,50
12	10/9/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA		R\$ 630,00
13	10/9/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 360,00
14	16/09/2014	MARX LINCOLN LIMA DE BARROS ARAUJO	877.605.093-91	R\$ 2.533,25
15	16/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 6,50
16	16/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 20,30
17	16/9/2014	CEPISA CENT ELET PIAUI	33.000.118/0010-60	R\$ 464,37
18	23/9/2014	LAELIO BENEDITO MESQUITA ROCHA	12.997.74/0001-78	R\$ 548,00
19	23/9/2014	CLARO NE DDD 81 A 89	40.432.544/0001-47	R\$ 640,66
20	23/9/2014	LAUDERICE PEREIRA LEITE DE CARVALHO	06.252.377/0001-14	R\$ 11,53
21	23/9/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 276,00
22	23/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 6,50
23	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 20,30
24	26/9/2014	M PINHEIRO MOURA ACESSORIOS ME	05.570.992/0001-06	R\$ 362,00
25	26/9/2014	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS LTDA	03.315.618/0001-39	R\$ 593,00
26	26/9/2014	DEBORAH CRISTINA DE AS CARVALHO ME	07.694.018/0001-80	R\$ 133,00
27	26/9/2014	OI FIXO - TELEMAR RJ	33.000.118/0010-60	R\$ 157,62
28	26/9/2014	VIRTEX INTERNET	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
29	26/9/2014	DARF - MINISTÉRIO DA FAZENDA		R\$ 797,22
30	26/9/2014	FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO		R\$ 6.377,76
31	26/9/2014	GPS - GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL		R\$ 26.906,33
32	26/9/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 180,00
33	26/9/2014	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$ 919,19
34	26/9/2014	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$ 943,85
35	26/9/2014	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$ 919,19
36	26/9/2014	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	R\$ 919,19
37	26/9/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 1.824,99
38	26/9/2014	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$ 865,90
39	26/9/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 1.778,87
40	26/9/2014	JOAO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$ 1.778,87
41	26/9/2014	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$ 690,74
42	26/9/2014	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$ 666,08
43	26/9/2014	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$ 690,74
44	26/9/2014	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$ 690,74
45	26/9/2014	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$ 666,08
46	26/9/2014	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$ 865,90
47	26/9/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 925,85
48	26/9/2014	WILSON ROLDAO LEAL	051.754.823-27	R\$ 925,85
49	26/9/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$ 3.182,03
50	26/9/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 5.103,20
51	26/9/2014	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$ 5.865,19
52	26/9/2014	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$ 5.564,49
53	26/9/2014	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$ 5.613,91
54	26/9/2014	ANISIA MARIA DE SOUSA	17.714.488/0001-11	R\$ 6.000,00
55	26/9/2014	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	06.270.154/0001-80	R\$ 2.896,00
56	26/9/2014	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 4.069,44
57	26/9/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$ 4.479,93
58	26/9/2014	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$ 5.865,19

Diário Oficial

42



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

59	26/9/2014	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	5.515,07
60	26/9/2014	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$	5.515,07
61	26/9/2014	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001--75	R\$	5.246,10
62	26/9/2014	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	11.233,80
63	26/9/2014	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	10.400,00
64	26/9/2014	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS LTDA	03.315.618/0001-39	R\$	2.477,42
65	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
66	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
67	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
68	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
69	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
70	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
71	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
72	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
73	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
74	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
75	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
76	26/9/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
77	29/9/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	276,00
TOTAL					R\$ 157.032,71



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2014

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
SALÁRIOS	66.845,55
MATERIAL HOSPITALAR	35,00
DIÁRIAS	3.570,00
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	11.233,80
PREVIDENCIA SOCIAL	26.285,75
FGTS	6.226,40
LOCAÇÃO DE VEICULOS	10.400,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES	2.000,00
LANCHES E REFEIÇÕES	1.757,93
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES	348,00
COMBUSTIVEL	2.628,29
ENERGIA ELETRICA	7.009,77
ÁGUA E ESGOTOS	1.828,98
TELEFONES	640,66
ASSESSORIA JURIDICA	5.246,00
MATERIAIS DE CONSUMO	3.738,48
ASSESSORIA CONTÁBIL	2.896,00
INTERNET	500,00
PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	778,30
IRRF	12.489,80
DESPESAS BANCARIAS	164,90
IRRF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA	287,04
IOF	90,56
TOTAL DE DESPESAS.....R\$-	167.001,21
Saldo financeiro para o mês subsequente	134.657,08
T O T A LR\$-	301.658,29

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 301.658,29 (Trezentos e Um Mil Seicentos e Cinquenta e Oito Reais e Vinte e Nove Centavos).

Picos (PI), 31 de outubro de 2014.

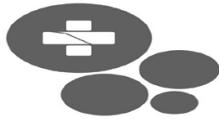


Diário Oficial



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

43

**CAMPI**
CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS
Av. Senador Helvídio Nunes, Nº 8182 - Parabinha - Picos-PI
campi.picos@hotmail.com - CNPJ: 14.360.356/0001-40**BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2014****RECEITAS**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	289.016,87	289.016,87
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	163.927,02	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	18.276,51	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	28.885,30	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	77.928,04	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	12.641,42	12.641,42
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	-	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	10.667,35	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	10.667,35	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	1.974,07	
TOTAL GERAL.....R\$		301.658,29

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 301.658,29 (Trezentos e Um Mil Seicentos e Cinquenta e Oito Reais e Vinte e Nove Centavos).

Picos (PI), 31 de outubro de 2014.

**CAMPI**
CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS
Av. Senador Helvídio Nunes, Nº 8182 - Parabinha - Picos-PI
campi.picos@hotmail.com - CNPJ: 14.360.356/0001-40**RELAÇÃO DE PAGAMENTO EFETUADOS - OUTUBRO/2014**

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	1/10/2014	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/0001-08	R\$ 800,93
2	1/10/2014	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/0001-08	R\$ 1.091,73
3	1/10/2014	FRANCISCO MANANCE DA COSTA	34.984.609/0001-64	R\$ 35,00
4	2/10/2014	MARCOS MOURA SOLVA E CIA LTDA	09.205.108/0001-95	R\$ 645,05
5	2/10/2014	MARCOS MOURA SOLVA E CIA LTDA	09.205.108/0001-95	R\$ 210,70
6	2/10/2014	AGESPISA AG ESG PIAUI	06.845.747/0001-27	R\$ 1.163,45
7	2/10/2014	DARF		R\$ 6.154,50
8	2/10/2014	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 1.050,00
9	2/10/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 840,00
10	2/10/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 540,00
11	2/10/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 540,00
12	2/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 6,50
13	2/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 6,50
14	2/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 6,50
15	7/10/2014	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 2.628,29
16	7/10/2014	CLEDEMILTON SOUSA DA SILVA- NOVA JET	08.784.095/0001-93	R\$ 75,00
17	7/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 6,50
18	8/10/2014	MANOEL DANTAS NEIVA ME	00.854.665/0001-62	R\$ 107,00
19	9/10/2014	ASSOCIAÇÃO PROBRASIL	03.783.381/0001-10	R\$ 2.000,00
20	9/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 6,50
21	13/10/2014	PREDILETOS STEAK HOUSE	13.759.326/0001-49	R\$ 850,00
22	13/10/2014	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$ 120,00

Diário Oficial

44



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

23	13/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
24	15/10/2014	ELETOBRÁS	33.000.118/0010-60	R\$	7.009,77
25	20/10/2014	MARIA DO ROSÁRIO EPP	06.188.294/0001-03	R\$	348,00
26	22/10/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	120,00
27	22/10/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	360,00
28	27/10/2014	CLARO NE DDD 81 A 89	40.432.544/0001-47	R\$	640,66
29	27/10/2014	VIRTEX	05.439.562/0001-50	R\$	500,00
30	27/10/2014	DARF		R\$	778,30
31	27/10/2014	DARF		R\$	6.335,30
32	27/10/2014	FGTS		R\$	6.226,40
33	27/10/2014	GPS		R\$	26.285,75
34	27/10/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	1.824,99
35	27/10/2014	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	4.069,44
36	27/10/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$	4.479,93
37	27/10/2014	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	R\$	5.246,00
38	27/10/2014	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	06.270.154/0001-80	R\$	2.896,00
39	27/10/2014	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$	865,90
40	27/10/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	1.778,87
41	27/10/2014	JOAO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$	1.778,87
42	27/10/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	3.182,03
43	27/10/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	5.103,20
44	27/10/2014	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	919,19
45	27/10/2014	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	943,85
46	27/10/2014	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	919,19
47	27/10/2014	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	R\$	919,19
48	27/10/2014	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	690,74
49	27/10/2014	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	666,08
50	27/10/2014	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	690,74
51	27/10/2014	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	690,74
52	27/10/2014	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDE	032.587.663-04	R\$	666,08
53	27/10/2014	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$	865,90
54	27/10/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	925,85
55	27/10/2014	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	925,85
56	27/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
57	27/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
58	27/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
59	27/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
60	27/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	20,30
61	27/10/2014	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$	5.515,07
62	27/10/2014	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	5.515,07
63	27/10/2014	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	5.865,19
64	27/10/2014	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$	5.865,19
65	27/10/2014	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	5.564,49
66	27/10/2014	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	5.613,91
67	27/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
68	27/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
69	27/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
70	27/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	20,30
71	29/10/2014	AGESPISA AG ESG PIAUI	06.845.747/0001-27	R\$	665,53
72	29/10/2014	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	11.233,80
73	29/10/2014	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	10.400,00
74	29/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
75	29/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
76	30/10/2014	GRAFICA E EDITORA GADELHA LTDA ME	04.275.142/0001-12	R\$	1.716,00
77	30/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
TOTAL				R\$	166.603,31



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014

DESPESAS		
ESPECIFICAÇÃO		TOTAL
SALÁRIOS		66.845,55
MATERIAL HOSPITALAR		4.273,00
DIÁRIAS		3.810,00
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA		11.233,80
PREVIDENCIA SOCIAL		26.285,75
FGTS		8.630,87
LOCAÇÃO DE VEICULOS		10.400,00
MATERIAL DE LIMPEZA		1.102,73
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES		110,00
COMBUSTIVEL		2.080,04
DECIMO TERCEIRO SALARIO		30.055,98
ENERGIA ELETRICA		3.738,66
TELEFONES		1.003,69
ASSESSORIA JURIDICA		5.246,10
MATERIAIS DE CONSUMO		1.542,10
ASSESSORIA CONTÁBIL		2.896,00
INTERNET		500,00
IMPRESSOS E MATERIAIS		150,00
PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO		1.078,86
IRRF		6.335,30
DESPESAS BANCARIAS		190,90
IRRF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA		578,53
IOF		265,13
TOTAL DE DESPESAS.....R\$-		188.352,99
Saldo financeiro para o mês subsequente		196.284,48
T O T A LR\$-		384.637,47

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 384.637,47 (Trezentos e Oitenta e Quatro Mil Seiscentos e Trinta e Sete Reais e Quarenta e Sete Centavos).

Picos (PI), 30 de novembro de 2014.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR		134.657,08	134.657,08
1.1 Caixa		-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5		32.145,86	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9		18.256,21	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7		5.613,31	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9		78.641,70	
2. RECEITAS OPERACIONAIS		249.980,39	249.980,39
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção		237.738,93	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento		-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:		10.600,50	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA		10.600,50	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira		1.640,96	
TOTAL GERAL.....R\$			384.637,47

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 384.637,47 (Trezentos e Oitenta e Quatro Mil Seiscentos e Trinta e Sete Reais e Quarenta e Sete Centavos)

Picos (PI), 30 de novembro de 2014.



RELAÇÃO DE PAGAMENTO EFETUADOS - NOVEMBRO/2014

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	3/11/2014	MARCOS MOURA SILVA E CIA LTDA	09.205.108/0001-95	R\$ 710,00
2	3/11/2014	OI FIXO TELEMAR RJ	33.000.118/0010-60	R\$ 140,56
3	3/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 6,50
4	4/11/2014	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$ 3.994,00
5	4/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 6,50
6	5/11/2014	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 2.080,04
7	5/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 6,50
8	10/11/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 630,00
9	10/11/2014	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/0001-08	R\$ 792,10
10	10/11/2014	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/0001-08	R\$ 1.102,73
11	10/11/2014	CLEDEMILTON SOUSA DA SILVA	08.784.095/0001-93	R\$ 40,00
12	12/11/2014	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 630,00
13	12/11/2014	CEPISA CENTRAL ELETRICA DO PIAUI	33.000.118/0010-60	R\$ 3.738,66
14	12/11/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 360,00
15	12/11/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 360,00
16	12/11/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 630,00
17	12/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 6,50
18	18/11/2014	EDGAR MACEDO VARAO ME	02.029.549/0001-34	R\$ 110,00
19	20/11/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 480,00
20	20/11/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 720,00
21	25/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 20,30
22	25/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 20,30
23	26/11/2014	OI FIXO TELEMAR RJ	33.000.118/0010-60	R\$ 137,73
24	26/11/2014	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
25	26/11/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 1.778,87
26	26/11/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 1.824,99
27	26/11/2014	JOÃO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$ 1.778,87
28	26/11/2014	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$ 865,90
29	26/11/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$ 3.182,03
30	26/11/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 5.103,20
31	26/11/2014	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$ 865,90
32	26/11/2014	WILSON ROLDAO LEAL	051.754.823-27	R\$ 925,85
33	26/11/2014	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$ 690,74
34	26/11/2014	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$ 666,08
35	26/11/2014	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$ 690,74
36	26/11/2014	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$ 690,74
37	26/11/2014	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$ 666,08
38	26/11/2014	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$ 919,19
39	26/11/2014	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$ 943,85
40	26/11/2014	EVERTONDE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$ 919,19
41	26/11/2014	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	R\$ 919,19
42	26/11/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 925,85
43	27/11/2014	GRAFICA E EDITORA GADELHA LTDA	04.275.142/0001-12	R\$ 150,00
44	27/11/2014	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$ 279,00
45	27/11/2014	CLARO EMPRESA	40.432.544/0001-47	R\$ 725,40
46	27/11/2014	DARF		R\$ 6.335,30
47	27/11/2014	DARF		R\$ 1.078,86
48	27/11/2014	FGTS		R\$ 8.630,87
49	27/11/2014	GPS		R\$ 26.285,75
50	27/11/2014	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$ 5.865,19
51	27/11/2014	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$ 5.564,49
52	27/11/2014	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$ 5.613,91

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

47

53	27/11/2014	MARIA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	4.069,44
54	27/11/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$	4.479,93
55	27/11/2014	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	5.865,19
56	27/11/2014	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	5.515,07
57	27/11/2014	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS	689.990.542-68	R\$	5.515,07
58	27/11/2014	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	11.233,80
59	27/11/2014	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	10.400,00
60	27/11/2014	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	R\$	5.246,10
61	27/11/2014	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	06.270.154/0001-80	R\$	2.896,00
62	27/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
63	27/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
64	27/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
65	27/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
66	27/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
67	27/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
68	27/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
69	27/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
70	27/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
71	27/11/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
72	27/11/2014	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$	2.606,40
73	27/11/2014	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	2.606,40
74	27/11/2014	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$	352,95
75	27/11/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	814,50
76	27/11/2014	JOÃO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$	733,05
77	27/11/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	1.804,21
78	27/11/2014	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	1.737,60
79	27/11/2014	MAURÍCIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	1.737,60
80	27/11/2014	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$	2.606,40
81	27/11/2014	MILENA VALDINÉIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	2.903,97
82	27/11/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	1.002,74
83	27/11/2014	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$	392,17
84	27/11/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	377,39
85	27/11/2014	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	2.321,15
86	27/11/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$	2.321,15
87	27/11/2014	WILSON ROLDAO LEAL	051.754.823-27	R\$	419,32
88	27/11/2014	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	241,33
89	27/11/2014	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	271,50
90	27/11/2014	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	241,33
91	27/11/2014	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	271,50
92	27/11/2014	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	2.606,40
93	27/11/2014	VERONIA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	271,50
94	27/11/2014	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	R\$	374,67
95	27/11/2014	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	374,67
97	27/11/2014	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	333,04
98	27/11/2014	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	333,04
99	27/11/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
100	27/11/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
101	27/11/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
102	27/11/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
103	27/11/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
104	27/11/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
				TOTAL	R\$ 187.489,03



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2014

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
SALÁRIOS	66.845,55
DIÁRIAS	660,00
PREVIDENCIA SOCIAL	21.044,59
LOCAÇÃO DE VEICULOS	11.233,80
COMBUSTIVEL	1.619,70
CONFRATERNIZACAO	5.500,00
DECIMO TERCEIRO SALARIO	21.951,41
ÁGUA	813,35
ASSESSORIA JURIDICA	6.050,00
MATERIAIS DE CONSUMO	40,00
ASSESSORIA CONTÁBIL	2.896,00
DESPESAS BANCARIAS	234,10
IRRF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA	156,19
IOF	88,46
TOTAL DE DESPESAS.....R\$-	139.133,15
Saldo financeiro para o mês subseqüente	81.965,70
TOTAL.....R\$-	221.098,85

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 221.098,85 (Duzentos e Vinte e Um Mil Noventa e Oito Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

Picos (PI), 31 de dezembro de 2014.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2014

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	196.284,48	196.284,48
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	113.034,89	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	50,00	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	16.225,58	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	66.974,01	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	24.814,37	24.814,37
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	-	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	23.607,60	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	1.206,77	
TOTAL GERAL.....R\$		221.098,85

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 221.098,85 (Duzentos e Vinte e Um Mil Noventa e Oito Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

Picos (PI), 31 de dezembro de 2014.



EXTRATO POR PERÍODO: mês de DEZEMBRO de 2014 - CONTA: 0639 / 003 / 00002968-7

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo	DETALHAMENTO DA DESPESA
	0	SALDO ANTERIOR	0	10.630,20 C	
18/12/2014	123538	ENVIO TED	1.551,35 D	9.078,85 C	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO
18/12/2014	123935	ENVIO TED	1.226,42 D	7.852,43 C	MAURICIO SANTOS DE SOUSA
18/12/2014	124038	ENVIO TED	1.648,91 D	6.203,52 C	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO
18/12/2014	237478	ENVIO TEV	1.999,03 D	4.204,49 C	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA
18/12/2014	237774	ENVIO TEV	1.698,33 D	2.506,16 C	GERONIMO MANOEL DA SILVA
18/12/2014	238741	ENVIO TEV	1.743,08 D	763,08 C	ROMULO ARAUJO MOURA REGO
18/12/2014	123538	DOC/TED INTERNET	6,50 D	756,58 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
18/12/2014	123935	DOC/TED INTERNET	6,50 D	750,08 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
18/12/2014	124038	DOC/TED INTERNET	6,50 D	743,58 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
19/12/2014	1	CRED TED	10.008,40 C	10.751,98 C	
23/12/2014	1	CRED TED	13.599,20 C	24.351,18 C	
26/12/2014	0	MANUT CTA	20,30 D	24.330,88 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
29/12/2014	126209	ENVIO TED	5.865,19 D	18.465,69 C	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO
29/12/2014	126399	ENVIO TED	5.515,07 D	12.950,62 C	MAURICIO SANTOS DE SOUSA
29/12/2014	358974	ENVIO TEV	5.865,19 D	7.085,43 C	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA
29/12/2014	360573	ENVIO TEV	5.613,91 D	1.471,52 C	ROMULO ARAUJO MOURA REGO
29/12/2014	361525	ENVIO TEV	5.564,49 D	4.092,97 D	GERONIMO MANOEL DA SILVA
29/12/2014	126209	DOC/TED INTERNET	7,30 D	4.100,27 D	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
29/12/2014	126399	DOC/TED INTERNET	7,30 D	4.107,57 D	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
29/12/2014	727220	RESG AUTOM	4.157,57 C	50,00 C	
30/12/2014	20	MANUT CAD	28,50 D	21,50 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL



RELAÇÃO DE PAGAMENTO EFETUADOS - DEZEMBRO/2014

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	5/12/2014	AGESPISA AG ESG PIAUÍ	06.845.747/0001-27	R\$ 813,35
2	5/12/2014	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 1.619,70
3	5/12/2014	WILSON ROLDAO LEAL	051.754.823-27	R\$ 240,00
4	5/12/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 240,00
5	5/12/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 180,00
6	5/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 6,50
7	15/12/2014	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	001.686.803-00	R\$ 6.050,00
8	18/12/2014	GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL		R\$ 21.044,59
9	18/12/2014	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 1.505,31
10	18/12/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$ 1.870,66
11	18/12/2014	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$ 329,41
12	18/12/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 317,00
13	18/12/2014	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$ 352,22
14	18/12/2014	ADRIANO DE MOURA DO NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$ 1.260,59
15	18/12/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 1.782,80
16	18/12/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 822,25
17	18/12/2014	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$ 296,48
18	18/12/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 667,89
19	18/12/2014	JOÃO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$ 601,10
20	18/12/2014	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$ 202,73
21	18/12/2014	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAÚJO	241.032.173-91	R\$ 228,06
22	18/12/2014	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$ 202,73
23	18/12/2014	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$ 228,06
24	18/12/2014	VERÔNICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$ 228,06
25	18/12/2014	ANA LÚCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$ 279,75

Diário Oficial

50



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

26	18/12/2014	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	279,75
27	18/12/2014	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	314,72
28	18/12/2014	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	R\$	314,72
29	18/12/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
30	18/12/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	6,50
31	18/12/2014	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	1.551,35
32	18/12/2014	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	1.226,42
33	18/12/2014	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$	1.648,91
34	18/12/2014	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$	1.999,03
35	18/12/2014	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	1.698,33
36	18/12/2014	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	1.743,08
37	18/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
38	18/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
39	18/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
40	19/12/2014	PREDILETOS	13.759.326/0001-49	R\$	5.500,00
41	19/12/2014	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	4.069,44
42	19/12/2014	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$	4.479,93
43	19/12/2014	CLEDEMILTON SOUSA DA SILVA	08.784.095/0001-93	R\$	40,00
44	19/12/2014	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	3.182,03
45	19/12/2014	MILENA VALDINEIA DA SILVA		R\$	5.103,20
46	19/12/2014	CLARINDA DE SOUSA LUZ		R\$	1.778,87
47	19/12/2014	JOÃO DE SOUSA LIMA		R\$	1.778,87
48	19/12/2014	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	1.824,99
49	19/12/2014	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$	865,90
50	19/12/2014	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$	865,90
51	19/12/2014	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	925,85
52	19/12/2014	WILSON ROLDAO LEAL	051.754.823-27	R\$	925,85
53	19/12/2014	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	690,74
54	19/12/2014	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	666,08
55	19/12/2014	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	690,74
56	19/12/2014	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	690,74
57	19/12/2014	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	666,08
58	19/12/2014	ELAINE MARIA LEAL	046.039.843-16	R\$	943,85
59	19/12/2014	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	019.790.063-18	R\$	919,19
60	19/12/2014	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	044.913.133-50	R\$	919,19
61	19/12/2014	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	R\$	919,19
62	19/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
63	19/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
64	19/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	6,50
65	26/12/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	20,30
66	26/12/2014	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	11.233,80
67	26/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
68	26/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	20,30
69	26/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	20,30
70	29/12/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	28,50
71	29/12/2014	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$	5.515,07
72	29/12/2014	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	06.270.154/0001-80	R\$	2.896,00
73	29/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
74	29/12/2014	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	5.865,19
75	29/12/2014	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	5.515,07
76	29/12/2014	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$	5.865,19
77	29/12/2014	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	5.613,91
78	29/12/2014	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	5.564,49
79	29/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
80	29/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
81	30/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	28,50
82	30/12/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	28,50
TOTAL				R\$	138.888,50



PRESTAÇÃO DE CONTAS - DEZEMBRO 2015



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE JANEIRO DE 2015

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	81.965,70	81.965,70
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	9.522,59	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	3.352,94	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	1.493,12	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	67.597,05	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	346,84	346,84
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	-	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	-	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	346,84	
TOTAL GERAL.....R\$		82.312,54

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 82.312,54 (Oitenta e Dois Mil Trezentos e Doze Reais e Cinquenta e Quatro Centavos).

Picos (PI), 31 de JANEIRO DE 2015.



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE JANEIRO DE 2015

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
PREVIDENCIA SOCIAL	26.285,75
MATERIAL HOSPITALAR	75,00
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	10.400,00
LANCHES E REFEIÇÕES	277,00
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	2.186,62
ENERGIA ELÉTRICA	6.952,52
GUA	958,72
TELEFONES	954,21
PUBLICIDADE	200,00
ASSESSORIA JURÍDICA	5.246,00
MANUTENÇÃO E LIMPEZA	128,50
INTERNET	500,00
FGTS	8.630,87
IRRF	10.106,22
PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO	1.078,86
DESPESAS BANCARIAS	90,10
IRRF S/ APLICAÇÕES FINANCEIRAS	357,11
TOTAL DE DESPESAS.....	74.427,48
Saldo financeiro para o mês subsequente	7.885,06
T O T A L	82.312,54

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 82.312,54 (Oitenta e Dois Mil Trezentos e Doze Reais e Cinquenta e Quatro Centavos).

Picos (PI), 31 DE JANEIRO DE 2015.



RELACIONAMENTO DE PAGAMENTO EFETUADOS - JANEIRO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	6/1/2015	ELETOBRAS	33.000.118/0010-60	R\$ 3.758,48
2	6/1/2015	FALCÃO E MENDES ADV. ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	R\$ 5.246,00
3	6/1/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
4	6/1/2015	FGTS		R\$ 8.630,87
5	6/1/2015	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$ 10.400,00
6	6/1/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
7	6/1/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
8	13/1/2015	RADIO DIFUSORA DE PICOS	06.619.548/0001-09	R\$ 200,00
9	13/1/2015	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 2.186,62
10	13/1/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
11	13/1/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
12	14/1/2015	AGESPISA AG ESG PIAUI AS	06.845.747/0001-27	R\$ 572,01
13	14/1/2015	CLARO EMPRESA	40.432.544/0001-47	R\$ 667,57
14	14/1/2015	OI FIXO - TELEMAR RJ	33.000.118/0001-79	R\$ 145,55
15	20/1/2015	CEPISA CENT ELET PIAUI	33.000.118/0010-60	R\$ 3.194,04
16	20/1/2015	DARF		R\$ 10.106,22
17	20/1/2015	DARF		R\$ 1.078,86
18	20/1/2015	GPS		R\$ 26.285,75
19	26/1/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 20,30
20	26/1/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 20,30
21	27/1/2015	EMIDIO BORGES E IRMAO	06.710.453/0001-98	R\$ 128,50
22	27/1/2015	MANOEL DANTAS NEIVA ME	00.854.665/0001-62	R\$ 277,00
23	27/1/2015	FRANCISCO MANANCE DA COSTA	34.984.609/0001-64	R\$ 75,00
24	29/1/2015	OI FIXO - TELEMAR RJ	33.000.118/0001-79	R\$ 141,09
25	29/1/2015	AGESPISA AG ESG PIAUI AS	06.845.747/0001-27	R\$ 386,71
TOTAL				R\$ 74.050,07

PICOS-PI, 31 DE JANEIRO DE 2015.



RELACIONAMENTO DE PAGAMENTO EFETUADOS - JANEIRO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	06/01/2015	ELETOBRAS	33.000.118/0010-60	R\$ 3.758,48
2	06/01/2015	FALCÃO E MENDES ADV. ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	R\$ 5.246,00
3	06/01/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
4	06/01/2015	FGTS		R\$ 8.630,87
5	06/01/2015	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$ 10.400,00
6	06/01/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
7	06/01/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
8	13/01/2015	RADIO DIFUSORA DE PICOS	06.619.+548/0001-09	R\$ 200,00
9	13/01/2015	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 2.186,62
10	13/01/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
11	13/01/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
12	14/01/2015	AGESPISA AG ESG PIAUI AS	06.845.747/0001-27	R\$ 572,01
13	14/01/2015	CLARO EMPRESA	40.432.544/0001-47	R\$ 667,57
14	14/01/2015	OI FIXO - TELEMAR RJ	33.000.118/0001-79	R\$ 145,55
15	20/01/2015	CEPISA CENT ELET PIAUI	33.000.118/0010-60	R\$ 3.194,04
16	20/01/2015	DARF		R\$ 10.106,22
17	20/01/2015	DARF		R\$ 1.078,86
18	20/01/2015	GPS		R\$ 26.285,75
19	26/01/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 20,30
20	26/01/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 20,30
21	26/01/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 20,30
22	27/01/2015	EMIDIO BORGES E IRMAO	06.710.453/0001-98	R\$ 128,50
23	27/01/2015	MANOEL DANTAS NEIVA ME	00.854.665/0001-62	R\$ 277,00
24	27/01/2015	FRANCISCO MANANCE DA COSTA	34.984.609/0001-64	R\$ 75,00
25	29/01/2015	OI FIXO - TELEMAR RJ	33.000.118/0001-79	R\$ 141,09
26	29/01/2015	AGESPISA AG ESG PIAUI AS	06.845.747/0001-27	R\$ 386,71
27	29/01/2015	TOTAL IRRF SOBRE APLICAÇÃO FINANCEIRA		R\$ 357,11
TOTAL				R\$ 74.427,48

Picos-PI, 31 de janeiro de 2015.



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2015

DESPESAS

ESPECIFICA <small>Ç</small> ÃO	TOTAL
PREVIDENCIA SOCIAL	26.612,03
FGTS	12.524,48
ORDENADOS E SALARIOS	134.207,74
IRRF	7.373,58
MATERIAL HOSPITALAR	992,04
DIARIAS	5.370,00
LOCAÇÃO DE M <small>Ó</small> D <small>U</small> -DE-OBRA	22.467,60
LOCAÇÃO DE VEICULOS	20.800,00
COMBUSTIVEL	1.603,95
ENERGIA ELÉTRICA	3.300,94
TELEFONES	1.354,20
ASSESSORIA JURIDICA	10.492,00
MATERIAIS DE CONSUMO	225,00
ASSESSORIA CONTABIL	5.792,00
INTERNET	1.000,00
PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO	782,78
DESPESAS BANCARIAS	221,50
MULTAS/JUROS S/ ENCARGOS SOCIAIS	345,34
MULTAS S/ OBRIGACOES FISCAIS	100,00
IRRF S/ APLICACOES FINANCEIRAS	44,67
IOF	76,16
TOTAL DE DESPESAS.....	255.686,01
Saldo financeiro para o mês subsequente	2.320,15
TOTAL	258.006,16

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 258.006,16 (Duzentos e Cinquenta e Oito Mil Seis Reais e Dezesseis Centavos).

Picos (PI), 28 DE FEVEREIRO DE 2015.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2015

RECEITAS

ESPECIFICA <small>Ç</small> ÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO M<small>Ê</small>S ANTERIOR	7.885,06	7.885,06
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	332,31	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	50,00	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	1.485,00	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	6.017,75	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	250.121,10	250.121,10
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	237.739,93	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONV <small>Ê</small> NIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	11.211,70	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	119,23	
2.5 Imposto de Renda a Recuperar	1.050,24	
TOTAL GERAL.....R\$		258.006,16

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 258.006,16 (Duzentos e Cinquenta e Oito Mil Seis Reais e Dezesseis Centavos).

Picos (PI), 28 DE FEVEREIRO DE 2015.

Diário Oficial

54



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71



RELATÓRIO DE PAGAMENTO EFETUADOS - FEVEREIRO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	5/2/2015	CLARO NE	40.432.544/0001-47	R\$ 694,50
2	5/2/2015	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 1.603,95
3	5/2/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	001.686.803-00	R\$ 720,00
4	5/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
5	10/2/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
6	19/2/2015	GRFICA E DEITORA GADLHA	04.275.142/0001- 12	R\$ 225,00
7	19/2/2015	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$ 314,00
8	19/2/2015	CEPISA CENT ELET PIA	33.000.118/0010-60	R\$ 3.300,94
9	19/2/2015	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$ 10.400,00
10	19/2/2015	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$ 11.233,80
11	19/2/2015	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	R\$ 5.246,00
12	19/2/2015	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$ 678,04
13	19/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
14	19/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
15	19/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
16	19/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
17	19/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
18	19/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
19	20/2/2015	DARF		R\$ 7.373,58
20	20/2/2015	DARF		R\$ 100,00
21	20/2/2015	DARF		R\$ 782,78
22	20/2/2015	FGTS		R\$ 6.607,58
23	20/2/2015	GPS		R\$ 26.612,03
24	20/2/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$ 5.874,47
25	20/2/2015	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$ 5.502,54
26	20/2/2015	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$ 5.502,54
27	20/2/2015	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 4.041,72
28	20/2/2015	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$ 4.479,93
29	20/2/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 1.778,87
30	20/2/2015	JOAO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$ 1.778,87
31	20/2/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 1.824,99
32	20/2/2015	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$ 865,90
33	20/2/2015	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$ 5.874,47
34	20/2/2015	GERÔNIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$ 5.551,96
35	20/2/2015	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$ 5.601,38
36	20/2/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$ 3.182,03
37	20/2/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 5.073,12
38	20/2/2015	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$ 865,90
39	20/2/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 925,85
40	20/2/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$ 925,85
41	20/2/2015	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$ 751,16
42	20/2/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$ 724,96
43	20/2/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$ 751,16
44	20/2/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$ 751,16
45	20/2/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$ 724,96
46	20/2/2015	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$ 930,97
47	20/2/2015	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$ 957,17
48	20/2/2015	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$ 930,97
49	20/2/2015	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	R\$ 930,97
50	20/2/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 210,00
51	20/2/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 180,00
52	20/2/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 180,00
53	20/2/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 240,00
54	20/2/2015	ANDREA SAUNDERS MARTINS	805.176.506-63	R\$ 360,00
55	20/2/2015	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	06.270.154/0001-80	R\$ 2.896,00
56	20/2/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	001.686.803-00	R\$ 180,00
57	20/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
58	20/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
59	20/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

55

60	20/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
61	20/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
62	25/2/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	240,00
63	25/2/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	360,00
64	25/2/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	360,00
65	25/2/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	360,00
66	25/2/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	001.686.803-00	R\$	360,00
67	25/2/2015	ANDREA SAUNDERS MARTINS	805.176.506-63	R\$	360,00
68	25/2/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	210,00
69	25/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	20,30
70	25/2/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	5.874,47
71	25/2/2015	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$	5.874,47
72	25/2/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
73	25/2/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	20,30
74	25/2/2015	CLARO NE	40.432.544/0001-47	R\$	659,70
75	25/2/2015	VIRTEX	05.439.562/0001-50	R\$	500,00
76	25/2/2015	FGTS		R\$	6.262,24
77	25/2/2015	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	11.233,80
78	25/2/2015	FALCÃO E MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS	15.753.525/0001-75	R\$	5.246,00
79	25/2/2015	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	4.041,72
80	25/2/2015	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$	4.479,93
81	25/2/2015	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	5.502,54
82	25/2/2015	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$	5.502,54
83	25/2/2015	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$	865,90
84	25/2/2015	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	630,00
85	25/2/2015	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	10.400,00
86	25/2/2015	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	06.270.154/0001-80	R\$	2.896,00
87	25/2/2015	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	930,97
88	25/2/2015	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	957,17
89	25/2/2015	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	930,97
90	25/2/2015	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	R\$	930,97
91	25/2/2015	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	751,16
92	25/2/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	724,96
93	25/2/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	751,16
94	25/2/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	751,16
95	25/2/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	724,96
96	25/2/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	925,85
97	25/2/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	925,85
98	25/2/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	3.182,03
99	25/2/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	5.073,12
100	25/2/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	1.824,99
101	25/2/2015	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$	865,90
102	25/2/2015	JOAO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$	1.778,87
103	25/2/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	1.778,87
104	25/2/2015	GERÔNIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	5.551,96
105	25/2/2015	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	5.601,38
106	25/2/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	420,00
107	25/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
108	25/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
109	25/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
110	25/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
111	25/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
112	25/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
113	25/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
114	25/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
115	25/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
116	25/2/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	20,30
				TOTAL	R\$ 255.565,18



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MS DE MARÇO DE 2015

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
DIÁRIAS	240,00
SERVIÇOS PRESTADOS PJ - MANUTENÇÃO	130,00
COMBUSTÍVEIS	1.695,35
INDENIZAÇÕES TRABALHISTA	2.211,60
ENERGIA ELÉTRICA	3.782,30
ÁGUA	369,55
TELEFONES	736,98
MATERIAL DE CONSUMO	562,50
PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	782,78
DESPESAS BANCARIAS	62,50
MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES FISCAIS	15,49
IRRF SOBRE APLICAÇÃO FINANCEIRA	2,37
TOTAL DE DESPESAS.....	10.591,42
Saldo financeiro para o mês subsequente	18.594,15
TOTAL	29.185,57

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 29.185,57 (Vinte e Nove Mil Cento e Oitenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos).

Picos (PI), 31 de março de 2015.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE MARÇO DE 2015

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	2.320,15	2.320,15
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	84,43	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	50,00	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	926,87	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	208,61	
1.6 IRRF a Recuperar	1.050,24	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	26.865,42	26.865,42
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	-	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	26.857,13	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	8,29	
TOTAL GERAL.....R\$		29.185,57

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 29.185,57 (Vinte e Nove Mil Cento e Oitenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Reais).

Picos (PI), 31 de março de 2015.



RELAO DE PAGAMENTO EFETUADOS - MARO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	4/3/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	240,00
2	19/3/2015	JOAQUIM SILVANO DE SOUSA	15.411.157/0001-87	130,00
3	25/3/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		20,30
4	25/3/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		20,30
5	31/3/2015	CLARO NE DDD 81 A 89	40.432.544/0001-47	616,41
6	31/3/2015	AGESPISA AG ESG PIAUI	06.845.747/0001-27	369,55
7	31/3/2015	OI TELEMAR RJ	33.000.118/0001-79	120,57
8	31/3/2015	CEPISA CENT ELET PIA	33.000.118/0010-60	3.782,30
9	31/3/2015	DARF		798,27
10	31/3/2015	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	1.695,35
11	31/3/2015	GRAFICA E EDITODA GADELHA	04.275.142/0001-12	562,50
12	31/3/2015	MARLUZA GREYCE CELLA	937.039.613-68	2.211,60
13	31/3/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		7,30
14	31/3/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		7,30
15	31/3/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		7,30
TOTAL				R\$ 10.589,05

Picos-PI, 31 de março de 2015.



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MS DE ABRIL DE 2015

DESPESAS

ESPECIFICA	TOTAL
ORDENADOS E SALARIOS	119.384,66
CONTRIBUI SINDICAL	2.609,30
IRRF	14.796,01
DIARIAS	6.330,00
LOCAÇAO DE MAO-DE-OBRA	12.357,18
INSS - PREVIDENCIA SOCIAL	53.254,23
FGTS	6.268,98
LOCAÇAO DE VEICULOS	10.400,00
COMBUSTIVEL	832,93
FÉRIAS	10.117,13
ENERGIA ELETRICA	2.572,26
AGUA	385,11
TELEFONES	818,19
ASSESSORIA JURIDICA	5.654,00
MATERIAL DE CONSUMO	999,80
ASSESSORIA CONTABIL	2.896,00
INTERNET	1.000,00
PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	783,62
DESPESAS BANCARIAS	167,56
MULTAS/JUROS SOBRE ENCARGOS SOCIAIS	2.721,25
MULTAS SOBRE OBRIGACOES FISCAIS	459,07
JUROS SOBRE OBRIGACOES FISCAIS	63,23
IRRF SOBRE APLICACAO FINANCEIRA	6,60
TOTAL DE DESPESAS.....	254.877,11
Saldo financeiro para o mês subsequente	1.463,71
T O T A L	256.340,82

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 256.340,82 (Duzentos e Cinquenta e Seis Mil Trezentos e Quarenta Reais e Oitenta e Dois Centavos).

Picos (PI), 30 de abril de 2015.



CAMPI

CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS

Av. Senador Helvídio Nunes, Nº 8182 - Paraibinha - Picos-PI

campi.picos@hotmail.com - CNPJ: 14.360.356/0001-40

BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE ABRIL DE 2015

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO M <small>Ê</small> S ANTERIOR	18.594,15	18.594,15
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	64,48	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	17,46	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	17.461,96	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	0,01	
1.6 IRRF a Recuperar	1.050,24	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	237.746,67	237.746,67
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	237.739,93	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONV <small>ÊN</small> IOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	-	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	6,74	
TOTAL GERAL.....R\$		256.340,82

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 256.340,82 (Duzentos e Cinquenta e Seis Mil Trezentos e Quarenta Reais e Oitenta e Dois Centavos).

Picos (PI), 30 de abril de 2015.



CAMPI

CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS

Av. Senador Helvídio Nunes, Nº 8182 - Paraibinha - Picos-PI

campi.picos@hotmail.com - CNPJ: 14.360.356/0001-40

RELATÓRIO DE PAGAMENTO EFETUADOS - ABRIL/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	10/4/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 17,46
2	13/4/2015	AGUA E ESGOTO DO PIAU <small>ÍS</small> /A	06.845.747/0001-27	R\$ 385,11
3	13/4/2015	OI FIXO TELEMAR RJ	33.000.118/0001-79	R\$ 118,57
4	13/4/2015	DARF - IRRF C <small>ÓD</small> . 0561		R\$ 6.845,64
5	13/4/2015	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 832,93
6	13/4/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
7	13/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,30
8	15/4/2015	GPS		R\$ 28.985,82
9	15/4/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$ 5.642,36
10	15/4/2015	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$ 5.270,43
11	15/4/2015	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$ 5.270,43
12	15/4/2015	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 3.650,24
13	15/4/2015	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$ 4.037,07
14	15/4/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 1.758,14
15	15/4/2015	MARIA VERAL LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$ 834,53
16	15/4/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 1.713,71
17	15/4/2015	JO <small>ÃO</small> DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$ 1.713,71
18	15/4/2015	ANA L <small>Ú</small> CIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$ 897,24
19	15/4/2015	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$ 923,44
20	15/4/2015	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$ 897,24
21	15/4/2015	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$ 724,89
22	15/4/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$ 698,69
23	15/4/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$ 698,69
24	15/4/2015	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$ 834,53

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

59

25	15/4/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	724,89
26	15/4/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	892,30
27	15/4/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	892,30
28	15/4/2015	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$	5.642,36
29	15/4/2015	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	5.319,85
30	15/4/2015	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	5.369,27
31	15/4/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	2.944,52
32	15/4/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	4.471,37
33	15/4/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	724,89
34	15/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
35	15/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
36	15/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
37	15/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
38	15/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
39	16/4/2015	DARF - PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO		R\$	783,62
40	16/4/2015	DARF - IRRF CÓD. 0561		R\$	8.472,67
41	16/4/2015	FGTS		R\$	6.616,44
42	16/4/2015	GPS		R\$	26.642,20
43	16/4/2015	MARCOS MOURA SILVA	09.205.108/0001-95	R\$	999,80
44	16/4/2015	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	1.050,00
45	16/4/2015	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	06.270.154/0001-80	R\$	2.896,00
46	16/4/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	1.890,00
47	16/4/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	480,00
48	16/4/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	840,00
49	16/4/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	720,00
50	16/4/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	720,00
51	16/4/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	210,00
52	16/4/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	001.686.803-00	R\$	180,00
53	16/4/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	240,00
54	16/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
55	16/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
56	17/4/2015	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	12.357,18
57	17/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
58	22/4/2015	EMBRATEL-EMPRESA BRASILEIRA DE TEL		R\$	7,59
59	22/4/2015	CEPISA CENTRAL ELETRICA DO PIAUI		R\$	2.572,26
60	22/4/2015	CLARO NE DDD 81 A 89		R\$	692,03
61	22/4/2015	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	10.400,00
62	22/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
63	24/4/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	001.686.803-00	R\$	5.654,00
64	27/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	20,30
65	27/4/2015	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	4.941,76
66	27/4/2015	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$	4.233,90
67	27/4/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	5.917,68
68	27/4/2015	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	5.545,75
69	27/4/2015	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$	5.545,75
70	27/4/2015	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	1.241,29
71	27/4/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	1.824,99
72	27/4/2015	MARIA VERAL LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$	28,86
73	27/4/2015	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	751,16
74	27/4/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	724,96
75	27/4/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	751,16
76	27/4/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	724,96
77	27/4/2015	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$	865,90
78	27/4/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	925,85
79	27/4/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	4.708,18
80	27/4/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	1.778,87
81	27/4/2015	JOÃO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$	1.778,87
82	27/4/2015	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$	5.917,68
83	27/4/2015	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	5.597,88
84	27/4/2015	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	5.650,02
85	27/4/2015	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	957,17
86	27/4/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	3.934,08
87	27/4/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	751,16
88	27/4/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	925,85
89	27/4/2015	ANA LÚCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	930,97
90	27/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
91	27/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
92	27/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
93	27/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
94	27/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,30
95	27/4/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	20,30
96	30/4/2015	CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS	14.360.356/0001-40	R\$	12,00
97	30/4/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$	500,00
98	30/4/2015	GRCSU		R\$	2.609,30
				TOTAL	R\$ 254.882,51



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE MAIO DE 2015

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
MATERIAL HOSPITALAR	310,00
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	12.357,18
LANCHES	151,00
DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DE BENS	400,00
ÁGUA	520,86
TELEFONES	156,53
MATERIAL DE CONSUMO	221,00
DESPESAS BANCARIAS	57,21
IRRF SOBRE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,15
TOTAL DE DESPESAS.....	14.173,93
Saldo financeiro para o mês subsequente	2.250,74
TOTAL	16.424,67

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 16.424,67 (Dezesseis Mil Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Sessenta e Sete Centavos).

Picos (PI), 31 de maio de 2015.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE MAIO DE 2015

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	1.463,71	1.463,71
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	412,83	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	-	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	0,63	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	0,01	
1.6 IRRF a Recuperar	1.050,24	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	14.960,96	14.960,96
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	-	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	14.960,63	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	0,33	
TOTAL GERAL.....R\$		16.424,67

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 16.424,67 (Dezesseis Mil Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Sessenta e Sete Centavos).

Picos (PI), 31 de maio de 2015.

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

61



RELATÓRIO DE PAGAMENTO EFETUADOS - MAIO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	15/5/2015	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$ 12.357,18
2	15/5/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 7,30
3	18/5/2015	DENTALMED	18.018.256/0001-91	R\$ 200,00
4	18/5/2015	OI FIXO TELEMAR RJ	33.000.118/0001-79	R\$ 156,53
5	18/5/2015	AGESPISA AG ESG PIAU	06.845.747/0001-27	R\$ 520,86
6	18/5/2015	RUZINALDO BARROS MOURA ME	00.881.053/0001-69	R\$ 310,00
7	18/5/2015	RUZINALDO BARROS MOURA ME	00.881.053/0001-69	R\$ 200,00
8	18/5/2015	EDGAR MACEDO VARÃO ME	02.029.549/0001-34	R\$ 32,00
9	18/5/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 7,30
10	19/5/2015	MANOEL DANTAS NEIVA ME	00.854.665/0001-62	R\$ 121,00
11	25/5/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 21,30
12	25/5/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 21,30
13	26/5/2015	EDGAR MACEDO VARÃO ME	02.029.549/0001-34	R\$ 189,00
14	26/5/2015	MANOEL DANTAS NEIVA ME	00.854.665/0001-62	R\$ 30,00
15	29/5/2015	IRRF SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 0,15
TOTAL				R\$ 14.173,92

Picos-PI, 31 de maio de 2015.



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE JUNHO DE 2015.

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
ORDENADOS E SALÁRIOS	101.159,15
MATERIAL HOSPITALAR	4.302,69
DIARIAS	360,00
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	35.114,36
INSS - PREVIDENCIA SOCIAL	26.927,81
FGTS	6.355,50
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	10.400,00
DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES	50,00
COMBUSTÍVEL	4.260,21
FÉRIAS	8.028,71
ENERGIA ELÉTRICA	3.128,42
GUA	423,93
TELEFONES	2.099,17
ASSESSORIA JURÍDICA	16.962,00
MATERIAIS DE CONSUMO	2.540,08
ASSESSORIA CONTÁBIL	3.100,96
INTERNET	1.000,00
IMPRESSOS E MATERIAIS	450,00
RESCISÃO	291,28
DESPESAS BANCARIAS	188,60
MULTAS/JUROS SOBRE ENCARGOS SOCIAIS	2.721,56
IRRF SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	74,12
IOF	194,93
TOTAL DE DESPESAS.....	230.133,48
Saldo financeiro para o mês subsequente	10.451,29
TOTAL	240.584,77

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 240.584,77 (Duzentos e Quarenta Mil Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais e Setenta e Sete Centavos).

Picos (PI), 30 de junho de 2015.



CAMPI

CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS
 Av. Senador Helvídio Nunes, Nº 8182 - Paraibinha - Picos-PI
 campipi.picos@hotmail.com - CNPJ: 14.360.356/0001-40

BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE JUNHO DE 2015

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR		2.250,74	2.250,74
1.1 Caixa		-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5		172,71	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9		-	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7		1.027,78	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9		0,01	
1.6 IRRF a Recuperar		1.050,24	
2. RECEITAS OPERACIONAIS		238.334,03	238.334,03
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção		237.739,93	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento		-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:		-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA		-	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira		594,10	
TOTAL GERAL	R\$		240.584,77

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 240.584,77 (Duzentos e Quarenta Mil Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais e Setenta e Sete Centavos).

Picos (PI), 30 de junho de 2015.



CAMPI

CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS
 Av. Senador Helvídio Nunes, Nº 8182 - Paraibinha - Picos-PI
 campipi.picos@hotmail.com - CNPJ: 14.360.356/0001-40

RELATÓRIO DE PAGAMENTO EFETUADOS - JUNHO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	2/6/2015	OI FIXO TELEMAR RJ	33.000.118/0010-60	R\$ 161,83
2	2/6/2015	AGESPISA AG ESG.PIAUI	06.845.747/0001-27	R\$ 423,93
3	2/6/2015	CEPISA CENTRAL ELÉTRICA PIAUO	06.840.748/0001-89	R\$ 3.128,42
4	2/6/2015	RECICLADORA NOVA JET	08.784.095/0001-93	R\$ 50,00
5	2/6/2015	RECICLADORA NOVA JET	08.784.095/0001-93	R\$ 40,00
6	2/6/2015	DATAPICOS ASSESSORIA CONTABIL	06.270.154/00 01-80	R\$ 3.100,96
7	2/6/2015	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/0001-08	R\$ 557,90
8	2/6/2015	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/0001-08	R\$ 1.451,58
9	3/6/2015	MARCOS MOURA SILVA	09.205.108/0001-95	R\$ 461,80
10	3/6/2015	GRAFICA E EDITORA GADELHA LTDA	04.275.142/0001-12	R\$ 450,00
11	3/6/2015	FGTS ABRIL		R\$ 7.030,56
12	3/6/2015	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 3.838,15
13	3/6/2015	PASCOAL GOMES DA COSTA SILVA	156.583.503-44	R\$ 4.233,90
14	3/6/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$ 5.917,68
15	3/6/2015	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$ 5.545,75
16	3/6/2015	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS	689.990.542-68	R\$ 5.545,75
17	3/6/2015	ARIZONA PETRÓLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 2.279,24
18	3/6/2015	ARIZONA PETRÓLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 1.980,97
19	3/6/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 2.358,36
20	3/6/2015	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$ 10.400,00
21	3/6/2015	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$ 1.154,54
22	3/6/2015	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$ 12.357,18
23	3/6/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 2.288,52
24	3/6/2015	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$ 525,00
25	3/6/2015	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$ 2.056,21

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

63

26	3/6/2015	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$	1.721,48
27	3/6/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	59,50
28	3/6/2015	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$	28,86
29	3/6/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	925,85
30	3/6/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	57,99
31	3/6/2015	JOAO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$	1.778,87
32	3/6/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	925,85
33	3/6/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	3.084,57
34	3/6/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	4.708,18
35	3/6/2015	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	930,97
36	3/6/2015	EVERTO DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	930,97
37	3/6/2015	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	751,16
38	3/6/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	724,96
39	3/6/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	751,16
40	3/6/2015	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	957,17
41	3/6/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	751,16
42	3/6/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	724,96
43	3/6/2015	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	5.650,02
44	3/6/2015	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	5.597,88
45	3/6/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	22.133.739/0001-04	R\$	5.654,00
46	3/6/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$	500,00
47	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
48	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
49	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
50	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
51	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
52	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
53	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
54	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
55	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
56	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
57	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
58	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
59	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
60	3/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
61	8/6/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	22.133.739/0001-04	R\$	5.654,00
62	9/6/2015	GPS - ABRIL		R\$	28.974,31
63	9/6/2015	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	10.400,00
64	9/6/2015	ELITON CARLOS BATISTA DE SOUSA	769.149.843-87	R\$	291,28
65	9/6/2015	MARIA MADALENA DE JESUS ME	06.863.518/0001-35	R\$	28,80
66	9/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
67	15/6/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	180,00
68	15/6/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	180,00
69	17/6/2015	CLARO NE DDD 81 A 89	40.432.544/0001-47	R\$	640,66
70	25/6/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$	500,00
71	25/6/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	3.084,57
72	25/6/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	4.708,18
73	25/6/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	1.824,99
74	25/6/2015	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$	865,90
75	25/6/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	1.778,87
76	25/6/2015	JOAO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$	1.778,87
77	25/6/2015	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$	865,90
78	25/6/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	1.234,47
79	25/6/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	925,85
80	25/6/2015	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	751,16
81	25/6/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	724,96
82	25/6/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	751,16
83	25/6/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	992,82
84	25/6/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	724,96
85	25/6/2015	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	930,97
86	25/6/2015	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	957,17
87	25/6/2015	EVERTO DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	930,97
88	25/6/2015	MARIA DA GLÓRIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	3.838,15
89	25/6/2015	PASCOAL GOMES DA COSTA SILVA	156.583.503-44	R\$	4.233,90
90	25/6/2015	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	5.597,88
91	25/6/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	5.917,68
92	25/6/2015	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	5.545,75
93	25/6/2015	JESUS LISCÉLIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	12.357,18
94	25/6/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	22.133.739/0001-04	R\$	5.654,00
95	25/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
96	25/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
97	25/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
98	25/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
99	25/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	7,30
100	25/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	21,30
101	25/6/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$	21,30
102	29/6/2015	CLARO NE DDD 81 A 89	40.432.544/0001-47	R\$	1.296,68
103	29/6/2015	TOTAL IRRF SOBRE APLICAÇÃO FINANCEIRA		R\$	74,12
				TOTAL	R\$ 229.938,55



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE JULHO DE 2015.

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
FÉRIAS	14.561,32
DIARIAS	1.380,00
ENERGIA ELETRICA	3.569,66
GUA	307,31
TELEFONES	17,22
MATERIAIS DE CONSUMO	595,13
DESPESAS BANCARIAS	50,35
IRRF SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17,10
TOTAL DE DESPESAS.....	20.498,09
Saldo financeiro para o mês subsequente	4.025,98
TOTAL	24.524,07

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 24.524,07 (Vinte e Quatro Mil Quinhentos e Vinte Quatro Reais e Sete Centavos).

Picos (PI), 31 de julho de 2015.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE JULHO DE 2015

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	10.451,29	10.451,29
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	8.394,56	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	-	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	1.006,48	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	0,01	
1.6 IRRF a Recuperar	1.050,24	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	14.072,78	14.072,78
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	-	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	14.011,66	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	61,12	
TOTAL GERAL.....R\$		24.524,07

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 24.524,07 (Vinte e Quatro Mil, Quinhentos e Vinte e Quatro Reais e Sete Centavos).

Picos (PI), 31 de julho de 2015.



RELATÓRIO DE PAGAMENTO EFETUADOS - JULHO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	7/7/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 420,00
2	7/7/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 360,00
3	10/7/2015	STERLIX AMBIENTAL PI TRAT.RES DUOS LTDA	12.710.740/0001-09	R\$ 595,13
4	10/7/2015	AGESPISA AG ESG PIAUI	06.845.747/0001-27	R\$ 307,31
5	10/7/2015	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$ 7.332,80
6	10/7/2015	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$ 7.228,52
7	10/7/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,75
8	14/7/2015	CEPISA CENTRAL ELETRICA PIAUI	06.840.748/0001-89	R\$ 3.569,66
9	22/7/2015	CLARO NE DDD 81 A 89	40.432.544/0001-47	R\$ 17,22
10	27/7/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 21,30
11	27/7/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 21,30
12	31/7/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 240,00
13	31/7/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 360,00
14	31/7/2015	TOTAL IRRF SOBRE APLICACAO FINANCEIRA		R\$ 17,10
TOTAL				R\$ 20.498,09

Picos-PI, 31 de julho de 2015.



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE AGOSTO DE 2015.

DESPESAS		TOTAL
ESPECIFICAÇÃO		
SALARIOS		36.099,12
DIARIAS		180,00
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA		12.357,18
INSS - PREVIDENCIA SOCIAL		51.637,28
FGTS		18.264,30
LOCAÇÃO DE VEICULOS		10.400,00
DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES		70,00
COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTE		2.377,39
FÉRIAS		24.317,55
ENERGIA ELETRICA		6.386,67
AGUA		420,82
TELEFONES		919,96
ASSESSORIA JURIDICA		5.654,00
INTERNET		500,00
IMPRESSOS E MATERIAIS		1.215,00
PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO		3.077,47
DESPESAS BANCARIAS		110,11
MULTAS/JUROS S/ ENCARGOS SOCIAIS		9.180,41
MULTAS S/ OBRIGACOES FISCAIS		4.724,29
JUROS SOBRE OBRIGACOES FISCAIS		546,24
IRRF S/ APLICAÇÕES FINANCEIRAS		7,37
IRRF		27.529,19
TOTAL DE DESPESAS.....		215.974,35
	Saldo financeiro para o mês subsequente	39.989,50
	T O T A L	255.963,85

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 255.963,85 (Duzentos e Cinquenta e Cinco Mil Novecentos e Sessenta e Três Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

Picos (PI), 31 de agosto de 2015.


 Bel. Sérgio de Moura Batista
 CONTADOR CRC-PI Nº 006653/O-7
 CPF 910.233.193-49

Diário Oficial

66



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71



CAMPI

CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS
Av. Senador Helvídio Nunes, Nº 8182 - Paraibinha - Picos-PI
campi.picos@hotmail.com - CNPJ: 14.360.356/0001-40

BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE AGOSTO DE 2015

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	4.025,98	4.025,98
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	2.855,27	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	0,01	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	120,46	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	-	
1.6 IRRF a Recuperar	1.050,24	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	251.937,87	251.937,87
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	237.739,93	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	14.172,67	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	25,27	
TOTAL GERAL.....R\$		255.963,85

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 255.963,85 (Duzentos e Cinquenta e Cinco Mil Novecentos e Sessenta e Três Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

Picos (PI), 31 de agosto de 2015.

Bel. Sérgio de Moura Batista
CONTADOR CRC-PI Nº 006653/O-7
CPF 910.233.193-49



CAMPI

CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PICOS
Av. Senador Helvídio Nunes, Nº 8182 - Paraibinha - Picos-PI
campi.picos@hotmail.com - CNPJ: 14.360.356/0001-40

RELATÓRIO DE PAGAMENTO EFETUADOS - AGOSTO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	13/8/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 180,00
2	18/8/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
3	21/8/2015	AGESPISA AG AESG PIAUI AS	06.845.747/0001-27	R\$ 420,82
4	21/8/2015	OI FIXO TELEMAR RJ	33.000.118/0010-60	R\$ 148,45
5	21/8/2015	CEPISA CENT ELET PIAUI - JUNHO	06.840.748/0001-89	R\$ 3.389,41
6	21/8/2015	CEPISA CENT ELET PIAUI - JULHO	06.840.748/0001-89	R\$ 2.997,26
7	25/8/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 21,30
8	25/8/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 21,30
9	26/8/2015	DARF ABRIL		R\$ 8.069,82
10	26/8/2015	DARF MAIO		R\$ 10.906,45
11	26/8/2015	DARF JUNHO		R\$ 10.174,22
12	26/8/2015	DARF ABRIL		R\$ 979,13
13	26/8/2015	DARF MAIO		R\$ 905,81
14	26/8/2015	DARF JUNHO		R\$ 845,24
15	26/8/2015	FGTS MAIO		R\$ 6.649,37
16	26/8/2015	FGTS JUNHO		R\$ 6.733,34
17	26/8/2015	FGTS JULHO		R\$ 6.644,33
18	26/8/2015	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$ 12.357,18
19	26/8/2015	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$ 4.233,90
20	26/8/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$ 3.084,57
21	26/8/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 4.708,18
22	26/8/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 1.824,99
23	26/8/2015	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$ 865,90
24	26/8/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 1.778,87

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

67

25	26/8/2015	JOAO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$	1.778,87
26	26/8/2015	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$	865,90
27	26/8/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	925,85
28	26/8/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	925,85
29	26/8/2015	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	3.838,15
30	26/8/2015	ALDENORA MARIA DE HOLANDA	565.910.473-87	R\$	50,36
31	26/8/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	724,96
32	26/8/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	751,16
33	26/8/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	751,16
34	26/8/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	724,96
35	26/8/2015	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	930,97
36	26/8/2015	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	57,23
37	26/8/2015	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	930,97
38	26/8/2015	ALDENORA MARIA DE HOLANDA	565.910.473-87	R\$	966,62
39	26/8/2015	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$	7.280,66
40	26/8/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,50
41	26/8/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,50
42	26/8/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	232,10
43	26/8/2015	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	232,10
44	26/8/2015	GERONIMO MANOEL DE SOUSA	245.563.433-72	R\$	232,10
45	26/8/2015	ROMULO ARAUJO MOURA REGO	702.901.643-20	R\$	5.650,02
46	26/8/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,50
47	26/8/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,50
48	27/8/2015	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	1.241,29
49	27/8/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	22.133.739/0001-04	R\$	5.654,00
50	27/8/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	7.600,46
51	27/8/2015	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$	7.228,52
52	27/8/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,50
53	27/8/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,50
54	28/8/2015	DARF JULHO		R\$	794,00
55	28/8/2015	DARF JULHO		R\$	3.202,52
56	28/8/2015	OI FIXO TELEMAR RJ	33.000.118/0010-60	R\$	130,85
57	28/8/2015	CLARO NE DDD 81 A 89	40.432.544/0001-47	R\$	640,66
58	28/8/2015	GPS MAIO		R\$	29.399,67
59	28/8/2015	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	10.400,00
60	28/8/2015	GRÁFICA E EDITORA GADELHA LTDA	04.275.142/0001-12	R\$	1.215,00
61	28/8/2015	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$	2.377,39
62	28/8/2015	RUZINALDO BARROS MOURA ME	00.881.053/0001-69	R\$	70,00
63	28/8/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,50
64	28/8/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,50
65	28/8/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,50
66	31/8/2015	GPS JUNHO		R\$	29.655,28
67	31/8/2015	TOTAL IRRF SOBRE APLICAÇÃO FINANCEIRA		R\$	7,37
TOTAL				R\$	215.974,34

Diário Oficial

68



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71



EXTRATO POR PERÍODO: mês de AGOSTO DE 2015 - CONTA: 0639 / 003 / 00002968-7

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo	DETALHAMENTO DA DESPESA
	0	SALDO ANTERIOR	0	120,46 C	
05/08/2015	1	CRED TED	14.172,67 C	14.293,13 C	
21/08/2015	11637	PG LUZ/GAS	3.389,41 D	10.903,72 C	CEPISA CENT ELET PIAUI - JUNHO
21/08/2015	11760	PG LUZ/GAS	2.997,26 D	7.906,46 C	CEPISA CENT ELET PIAUI - JULHO
25/08/2015	0	MANUT CTA	21,30 D	7.885,16 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
26/08/2015	30753	DOC ELET E	232,10 D	7.653,06 C	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO
26/08/2015	30780	DOC ELET E	232,10 D	7.420,96 C	MAURICIO SANTOS DE SOUSA
26/08/2015	213883	ENVIO TEV	232,10 D	7.188,86 C	GERONIMO MANOEL DE SOUSA
26/08/2015	214078	ENVIO TEV	5.650,02 D	1.538,84 C	ROMULO ARAUJO MOURA REGO
26/08/2015	30753	DOC/TEDINTERNET	7,50 D	1.531,34 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
26/08/2015	30780	DOC/TEDINTERNET	7,50 D	1.523,84 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
27/08/2015	44289	ENVIO TEV	1.241,29 D	282,55 C	ELAINE MARIA LEAL



EXTRATO POR PERÍODO: mês de AGOSTO DE 2015 - CONTA: 0639 / 003 / 00002969-5

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo	Detalhamento da despesa
	0	SALDO ANTERIOR	0	50,00 C	
13/08/2015	220035	ENVIO TEV	180,00 D	130,00 D	CLARINDA DE SOUSA LUZ
13/08/2015	727220	RESG AUTOM	180,00 C	50,00 C	
18/08/2015	181116	ENVIO TEV	500,00 D	450,00 D	VIRTEX LTDA
18/08/2015	727220	RESG AUTOM	500,00 C	50,00 C	
21/08/2015	11177	PAG AGUA	420,82 D	370,82 D	AGESPISA AG AESG PIAUI AS
21/08/2015	11440	PAG FONE	148,45 D	519,27 D	OI FIXO TELEMAR RJ
21/08/2015	727220	RESG AUTOM	569,27 C	50,00 C	
25/08/2015	0	MANUT CTA	21,30 D	28,70 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
26/08/2015	1	CRED TED	237.739,93 C	237.768,63 C	
26/08/2015	444838	PAG DARF	8.069,82 D	229.698,81 C	DARF ABRIL
26/08/2015	445198	PAG DARF	10.906,45 D	218.792,36 C	DARF MAIO
26/08/2015	445445	PAG DARF	10.174,22 D	208.618,14 C	DARF JUNHO
26/08/2015	445608	PAG DARF	979,13 D	207.639,01 C	DARF ABRIL
26/08/2015	445847	PAG DARF	905,81 D	206.733,20 C	DARF MAIO
26/08/2015	446024	PAG DARF	845,24 D	205.887,96 C	DARF JUNHO
26/08/2015	548657	DEB P FGTS	6.649,37 D	199.238,59 C	FGTS MAIO
26/08/2015	548691	DEB P FGTS	6.733,34 D	192.505,25 C	FGTS JUNHO
26/08/2015	548741	DEB P FGTS	6.644,33 D	185.860,92 C	FGTS JULHO
26/08/2015	137454	ENVIO TED	12.357,18 D	173.503,74 C	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU
26/08/2015	138436	ENVIO TED	4.233,90 D	169.269,84 C	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO
26/08/2015	198587	ENVIO TEV	3.084,57 D	166.185,27 C	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO
26/08/2015	199005	ENVIO TEV	4.708,18 D	161.477,09 C	MILENA VALDINEIA DA SILVA
26/08/2015	199612	ENVIO TEV	1.824,99 D	159.652,10 C	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA
26/08/2015	199765	ENVIO TEV	865,90 D	158.786,20 C	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS
26/08/2015	199883	ENVIO TEV	1.778,87 D	157.007,33 C	CLARINDA DE SOUSA LUZ
26/08/2015	200056	ENVIO TEV	1.778,87 D	155.228,46 C	JOAO DE SOUSA LIMA

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

69

26/08/2015	200210	ENVIO TEV	865,90 D	154.362,56 C	FELIPE CARVALHO ROCHA
26/08/2015	200504	ENVIO TEV	925,85 D	153.436,71 C	SILVIO ALVES DE SOUSA
26/08/2015	200801	ENVIO TEV	925,85 D	152.510,86 C	WILSON ROLDÃO LEAL
26/08/2015	203106	ENVIO TEV	3.838,15 D	148.672,71 C	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS
26/08/2015	209483	ENVIO TEV	50,36 D	148.622,35 C	ALDENORA MARIA DE HOLANDA
26/08/2015	210339	ENVIO TEV	724,96 D	147.897,39 C	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO
26/08/2015	210518	ENVIO TEV	751,16 D	147.146,23 C	MARTA MARIA DE MOURA
26/08/2015	210944	ENVIO TEV	751,16 D	146.395,07 C	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA
26/08/2015	211210	ENVIO TEV	724,96 D	145.670,11 C	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES
26/08/2015	211899	ENVIO TEV	930,97 D	144.739,14 C	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS
26/08/2015	212130	ENVIO TEV	57,23 D	144.681,91 C	ELAINE MARIA LEAL
26/08/2015	212292	ENVIO TEV	930,97 D	143.750,94 C	EVERTON DE SOUSA BEZERRA
26/08/2015	214463	ENVIO TEV	966,62 D	142.784,32 C	ALDENORA MARIA DE HOLANDA
26/08/2015	217440	ENVIO TEV	7.280,66 D	135.503,66 C	GERONIMO MANOEL DA SILVA
26/08/2015	137454	DOC/TED INTERNET	7,50 D	135.496,16 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
26/08/2015	138436	DOC/TED INTERNET	7,50 D	135.488,66 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
27/08/2015	56697	ENVIO TEV	5.654,00 D	129.834,66 C	DAVID PINHEIRO BENEVIDES
27/08/2015	106036	ENVIO TED	7.600,46 D	122.234,20 C	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO
27/08/2015	106211	ENVIO TED	7.228,52 D	115.005,68 C	MAURICIO SANTOS DE SOUSA
27/08/2015	106036	DOC/TED INTERNET	7,50 D	114.998,18 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
27/08/2015	106211	DOC/TED INTERNET	7,50 D	114.990,68 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
28/08/2015	467673	PAG DARF	794,00 D	114.196,68 C	DARF JULHO
28/08/2015	469439	PAG DARF	3.202,52 D	110.994,16 C	DARF JULHO
28/08/2015	725082	PAG FONE	130,85 D	110.863,31 C	OI FIXO TELEMAR RJ
28/08/2015	725898	PAG FONE	640,66 D	110.222,65 C	CLARO NE DDD 81 A 89
28/08/2015	861166	PAG GPS	29.399,67 D	80.822,98 C	GPS MAIO
28/08/2015	139409	ENVIO TED	10.400,00 D	70.422,98 C	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU
28/08/2015	139664	ENVIO TED	1.215,00 D	69.207,98 C	GRÁFICA E EDITORA GADELHA LTDA
28/08/2015	140334	ENVIO TED	2.377,39 D	66.830,59 C	ARIZONA PETROLEO LTDA
28/08/2015	241392	ENVIO TEV	70,00 D	66.760,59 C	RUZINALDO BARROS MOURA ME
28/08/2015	139409	DOC/TED INTERNET	7,50 D	66.753,09 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
28/08/2015	139664	DOC/TED INTERNET	7,50 D	66.745,59 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
28/08/2015	140334	DOC/TED INTERNET	7,50 D	66.738,09 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
31/08/2015	573741	APLICACAO	35.000,00 D	31.738,09 C	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
31/08/2015	897234	PAG GPS	29.655,28 D	2.082,81 C	GPS JUNHO



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2015.

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
INSS - PREVIDENCIA SOCIAL	25.844,60
MATERIAIS DE CONSUMO	1.173,15
ASSESSORIA CONTBIL	3.100,96
SERVIÇO PRESTADO PESSOA JURIDICA	170,00
MATERIAL HOSPITALAR	2.581,21
IRRF S/ APLICAÇÕES FINANCEIRAS	11,13
IOF	21,60
DESPESAS BANCARIAS	22,50
MULTAS/JUROS S/ ENCARGOS SOCIAIS	6.019,20
TOTAL DE DESPESAS.....	38.944,35
Saldo financeiro para o mês subsequente	1.068,85
T O T A L	40.013,20

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 40.013,20 (Quarenta Mil Treze Reais e Vinte Centavos).

Picos (PI), 30 de setembro de 2015.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE SETEMBRO DE 20 15.

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO M <small>Ê</small> S ANTERIOR	39.989,50	39.989,50
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	38.656,71	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	-	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	282,55	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	-	
1.6 IRRF a Recuperar	1.050,24	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	23,70	23,70
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	-	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONV <small>ÊN</small> IOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	-	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	23,70	
TOTAL GERAL.....R\$		40.013,20

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 40.013,20 (Quarenta Mil Treze Reais e Vinte Centavos).

Picos (PI), 30 de setembro de 2015.



RELATÓRIO DE PAGAMENTO EFETUADOS - SETEMBRO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
	1/9/2015	GPS - MAIO DE 2015		R\$ 31.863,80
	2/9/2015	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/00001-08	R\$ 840,15
	2/9/2015	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	306.587.993-04	R\$ 3.100,96
	2/9/2015	STERLIX AMBIENTAL PI	12.710.740/0001-09	R\$ 170,00
	3/9/2015	MARCOS MOURA SILVA ECIA LTDA	09.205.108/0001-95	R\$ 333,00
	3/9/2015	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$ 525,00
	3/9/2015	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03315.618/0001-39	R\$ 2.056,21
	3/9/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
	3/9/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
	3/9/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
	30/9/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 11,13
	30/9/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 21,60
TOTAL				

Picos-PI, 30 de setembro de 2015.



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2015.

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
DESPESAS	
SALÁRIOS	49.420,42
INSS	48.438,28
FGTS	11.473,34
FÉRIAS	7.063,41
RESCISÃO DE CONTRATO	73.338,58
PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.434,17
IRRF	12.569,01
ASSESSORIA CONTÁBIL	3.100,96
DIÁRIAS	360,00
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	12.357,18
DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DE BENS	140,00
COMBUSTÍVEIS	5.708,54
ENERGIA ELÉTRICA	7.160,12
GUA	441,95
TELEFONES	963,39
ASSESSORIA JURÍDICA	5.654,00
MATERIAIS DE CONSUMO	2.174,15
INTERNET	1.000,00
FGTS - MULTA RESCISÓRIA	19.897,94
DESPESAS BANCÁRIAS	118,15
MULTAS/JUROS S/ ENCARGOS SOCIAIS	3.643,01
MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES FISCAIS	777,86
IRR S/ APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2,69
IOF	73,56
TOTAL DE DESPESAS.....	267.310,71
Saldo financeiro para o mês subsequente	2.680,26
T O T A L	269.990,97

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 269.990,97 (Duzentos e Sessenta e Nove Mil Novecentos e Noventa Reais e Noventa e Sete Centavos).

Picos (PI), 31 de outubro de 2015.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2015.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	1.068,85	1.068,85
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	18,06	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	-	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	0,55	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	-	
1.6 IRRF a Recuperar	1.050,24	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	254.995,72	254.995,72
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	237.739,93	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIO, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	17.170,25	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	85,54	
3. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	13.926,40	13.926,40
3.1 Aviso Prévio Indenizado	13.926,40	
TOTAL GERAL.....R\$		269.990,97

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 269.990,97 (Duzentos e Sessenta e Nove Mil Novecentos e Noventa Reais e Noventa e Sete Centavos).

Picos (PI), 31 de outubro de 2015.

Diário Oficial

72



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71



RELATÓRIO DE PAGAMENTO EFETUADOS - OUTUBRO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	13/10/2015	PASCOAL GOMES DA COSTA	156.583.503-44	R\$ 4.233,90
2	13/10/2015	CEPISA CENT ELET PIAUI	06.840.748/0001-89	R\$ 3.322,05
3	13/10/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$ 5.917,68
4	13/10/2015	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 1.679,40
5	13/10/2015	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 1.860,34
6	13/10/2015	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$ 12.357,18
7	13/10/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$ 724,96
8	13/10/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$ 74,53
9	13/10/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$ 751,16
10	13/10/2015	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$ 751,16
11	13/10/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$ 724,96
12	13/10/2015	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$ 5.597,88
13	13/10/2015	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$ 865,90
14	13/10/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 925,85
15	13/10/2015	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 4.233,90
16	13/10/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$ 925,85
17	13/10/2015	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$ 930,97
18	13/10/2015	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$ 957,17
19	13/10/2015	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$ 930,97
20	13/10/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 1.824,99
21	13/10/2015	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$ 865,90
22	13/10/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 1.778,87
23	13/10/2015	JOAO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$ 1.778,87
24	13/10/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$ 3.084,57
25	13/10/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 344,61
26	13/10/2015	ROMULO ARAUJO DE MOURA REGO	702.901.643-20	R\$ 5.650,02
27	13/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
28	13/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
29	13/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
30	13/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
31	13/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
32	13/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 21,30
33	13/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 0,55
34	14/10/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 6.096,79
35	14/10/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$ 966,62
36	15/10/2015	AGESPISA AG ESG PIAUI AS	06.845.747/0001-27	R\$ 441,95
37	15/10/2015	OI FIXO TELEMAR RJ	33.000.118/0010-60	R\$ 135,33
38	15/10/2015	CLARO NE DDD 81 A 89	40.432.544/0001-47	R\$ 654,28
39	15/10/2015	DARF SETEMBRO		R\$ 6.004,97
40	15/10/2015	DARF SETEMBRO		R\$ 707,69
41	15/10/2015	DARF AGOSTO		R\$ 7.279,51
42	15/10/2015	DARF AGOSTO		R\$ 788,87
43	15/10/2015	FGTS AGOSTO		R\$ 6.468,22
44	15/10/2015	FGTS SETEMBRO		R\$ 5.980,07
45	15/10/2015	GPS AGOSTO		R\$ 27.145,79
46	15/10/2015	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	306.587.993-04	R\$ 3.100,96
47	15/10/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	22.133.739/0001-04	R\$ 5.654,00
48	15/10/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
49	15/10/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
50	15/10/2015	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$ 5.545,75
51	15/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
52	20/10/2015	GPS SETEMBRO		R\$ 23.960,55
53	22/10/2015	OI FIXO TELEMAR RJ	33.000.118/0010-60	R\$ 173,78
54	22/10/2015	CEPISA CENT ELET PIAUI	06.840.748/0001-89	R\$ 3.838,07
55	22/10/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 180,00
56	22/10/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA SCHARAMOSKI	013.134.053-02	R\$ 180,00
57	22/10/2015	MARIA DO ROSÁRIO EPP	06.188.294/0001-03	R\$ 140,00
58	22/10/2015	C SOUSA DA SILVA INFORMÁTICA - NOVAJET	08.784.095/000-93	R\$ 115,00
59	26/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 21,30
60	26/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 21,30
61	29/10/2015	FGTS		R\$ 6.860,19
62	29/10/2015	FGTS		R\$ 6.869,00
63	29/10/2015	FGTS		R\$ 6.168,75
64	29/10/2015	GERONIMO MANOEL DA SILVA	245.563.433-72	R\$ 15.460,86
65	29/10/2015	ROMULO ARAUJO DE MOURA REGO	702.901.643-20	R\$ 15.565,14
66	29/10/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$ 13.920,47
67	29/10/2015	RAIMUNDO DE CARVALHO REIS NETO	689.990.542-68	R\$ 8.393,39
68	29/10/2015	MAURICIO SANTOS DE SOUSA	003.155.033-94	R\$ 6.072,32
69	29/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
70	29/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
71	29/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
72	29/10/2015	GERALDA MARIA DE CARVALHO E SILVA	63.328.181/0001-08	R\$ 2.037,85
73	29/10/2015	ARIZONA PETROLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 2.168,80
74	29/10/2015	CENTRO DE ASSISTENCIA MEDICA DE PICOS	14.360.356/0001-40	R\$ 6.700,00
75	29/10/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 7,50
TOTAL				R\$ 260.008,06



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MS DE NOVEMBRO DE 2015.

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA	170,00
INTERNET	500,00
TELEFONES	656,32
DESPESAS BANCARIAS	42,60
TOTAL DE DESPESAS.....	1.368,92
Saldo financeiro para o mês subsequente	6.411,04
TOTAL	7.779,96

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 7.779,96 (Sete Mil Setecentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Seis Centavos).

Picos (PI), 30 de novembro de 2015.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2015.

RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO MÊS ANTERIOR	2.680,26	2.680,26
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	22,07	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	-	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	1.607,95	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	-	
1.6 IRRF a Recuperar	1.050,24	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	5.099,70	5.099,70
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	-	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONVÊNIOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	5.099,70	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	-	
3. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-	-
3.1 Aviso Prévio Indenizado	-	
TOTAL GERAL.....R\$	7.779,96	7.779,96

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 7.779,96 (Sete Mil Setecentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Seis Centavos).

Picos (PI), 30 de novembro de 2015.



RELATÓRIO DE PAGAMENTO EFETUADOS - NOVEMBRO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	6/11/2015	STERLIX AMBIENTAL PI	12.710.740/0001-09	R\$ 170,00
2	6/11/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$ 500,00
3	18/11/2015	CLARO EMPRESA	40.432.544/0001-47	R\$ 656,32
4	25/11/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 21,30
5	25/11/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 21,30
TOTAL				R\$ 1.368,92

Picos-PI, 30 de novembro de 2015.



BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA DO MS DE DEZEMBRO DE 2015

DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
SALARIOS	53.760,67
INSS	33.805,34
FGTS	4.890,58
IRRF	6.775,98
DECIMO TERCEIRO SALARIO	17.665,03
FÉRIAS	3.174,53
RETENCAO DE CONTRI. DIVERAS CSLL/PIS/COFINS	325,50
ASSESSORIA CONTABIL	9.302,88
MATERIAL HOSPITALAR	12.122,00
DIARIAS	5.040,00
SERVISO PRESTADOS PESSOA JURIDICA	670,00
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	24.714,36
SERVIÇOS MEDICOS - PJ	27.139,00
LOCACAO DE VEICULOS	18.200,00
DESPESAS DE CONSERVACAO	60,00
COMBUSTIVEL	1.896,19
ENERGIA ELETRICA	7.804,96
AGUA	859,15
TELEFONES	1.105,70
ASSESSORIA JURIDICA	5.654,00
INTERNET	500,00
MULTAS SOBRE ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS	2.410,45
DESPESAS BANCARIAS	242,70
JUROS SOBRE OBRIGACOES FISCAIS	66,70
IRRF SOBRE APLICACAO FINANCEIRA	53,68
IOF	134,69
TOTAL DE DESPESAS.....	238.374,09
Saldo financeiro para o mês subsequente	146.894,64
T O T A L	385.268,73

Importa a presente demonstração de DESPESA em R\$ 385.268,73 (Trezentos e Oitenta e Cinco Mil Duzentos e Sessenta e Oito Reais e Setenta e Três Centavos).

Picos (PI), 31 de dezembro de 2015.



BALANCETE FINAL DA RECEITA DO MÊS DEZEMBRO DE 2015.

ESPECIFICA <small>ÇÃO</small>	VALOR	SUB - TOTAL
1. SALDO M<small>Ê</small>S ANTERIOR	6.411,04	6.411,04
1.1 Caixa	-	
1.2 Caixa Econômica Federal 00002969-5	0,77	
1.3 Caixa Econômica Federal 00002967-9	-	
1.4 Caixa Econômica Federal 00002968-7	5.360,03	
1.5 Caixa Econômica Federal 003.00002967-9	-	
1.6 IRRF a Recuperar	1.050,24	
2. RECEITAS OPERACIONAIS	378.857,69	378.857,69
2.1 SESAPI/Custeio-Manutenção	374.406,66	
2.2 SESAPI/Capital-Investimento	-	
2.3 CONV <small>ÊN</small> IOS, ACORDOS E CONTRATOS:	-	
2.3.1 - Sec.Mun.Saúde de Picos - BPA	4.011,00	
2.4 Rendimentos de Aplicação Financeira	440,03	
3. RECEITAS N<small>ÃO</small> OPERACIONAIS	-	-
3.1 Aviso Prévio Indenizado	-	
TOTAL GERAL.....R\$		385.268,73

Importa a presente demonstração de RECEITA em R\$ 385.268,73 (Trezentos e Oitenta e Cinco Mil Duzentos e Sessenta e Oito Reais e Setenta e Três Centavos).

Picos (PI), 31 de dezembro de 2015.



RELATÓRIO DE PAGAMENTO EFETUADOS - DEZEMBRO/2015

ITEM	DATA MOV.	DETALHAMENTO DA DESPESA	CPF/CNPJ	VALOR
1	2/12/2015	ARIZONA PETRÓLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$ 381,01
2	2/12/2015	CEPISA CENT ELET PIAUI	06.840.748/0001-89	R\$ 3.957,45
3	2/12/2015	DARF		R\$ 6.320,21
4	2/12/2015	DARF		R\$ 631,55
5	2/12/2015	FGTS		R\$ 5.410,21
6	2/12/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$ 3.084,57
7	2/12/2015	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$ 4.233,90
8	2/12/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$ 4.622,90
9	2/12/2015	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$ 4.233,90
10	2/12/2015	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$ 12.357,18
11	2/12/2015	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$ 10.400,00
12	2/12/2015	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$ 3.072,00
13	2/12/2015	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$ 1.470,00
14	2/12/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$ 1.824,99
15	2/12/2015	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$ 865,90
16	2/12/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$ 1.778,87
17	2/12/2015	JO <small>ÃO</small> DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$ 1.778,87
18	2/12/2015	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$ 865,90
19	2/12/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$ 925,85
20	2/12/2015	WILSON ROLD <small>ÃO</small> LEAL	051.754.823-27	R\$ 925,85
21	2/12/2015	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$ 751,16
22	2/12/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$ 724,96
23	2/12/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$ 726,99
24	2/12/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$ 751,16
25	2/12/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$ 724,96

Diário Oficial

76



Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

26	2/12/2015	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	1.241,29
27	2/12/2015	ELAINE M ARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	957,17
28	2/12/2015	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	930,97
29	2/12/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	22.133.739/0001-04	R\$	5.654,00
29	2/12/2015	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	306.587.993-04	R\$	3.100,96
30	2/12/2015	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	306.587.993-04	R\$	3.100,96
31	2/12/2015	STERLIX AMBIENTAL PIAUI TRATAMENTO	12.710.740/0001-09	R\$	170,00
32	2/12/2015	ROBERT KLEBER DA SILVA	01.612.614/0001-97	R\$	500,00
33	2/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,50
34	2/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
35	2/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
36	2/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
37	2/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
38	2/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
39	2/12/2015	AGESPISA AG ESG PIAUI	06.845.747/0001-27	R\$	446,83
40	2/12/2015	AGESPISA AG ESG PIAUI	06.845.747/0001-27	R\$	412,32
41	2/12/2015	OI FIXO TELEMAR RJ	33.000.118/0010-60	R\$	203,25
42	2/12/2015	VIRTEX LTDA	05.439.562/0001-50	R\$	500,00
43	3/12/2015	GPS		R\$	35.482,08
44	4/12/2015	IONE DOS SANTOS BRAGA	12.550.341/0001-10	R\$	7.000,00
45	4/12/2015	DISTRIBUIDORA NOGUEIRA DE MEDICAMENTOS	03.315.618/0001-39	R\$	7.580,00
46	4/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
47	4/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
48	7/12/2015	ORTONUTRI LTDA ME	23.395.365/0001-68	R\$	7.000,00
49	7/12/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	6.569,50
50	7/12/2015	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	7.800,00
51	7/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
52	7/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
53	7/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
54	8/12/2015	ARIZONA PETRÓLEO LTDA	10.894.760/0001-43	R\$	1.515,18
55	8/12/2015	MARIA DO ROSARIO EPP	06.188.294/0001-03	R\$	60,00
56	8/12/2015	RAIMUNDO NONATO LEAL BRITO	306.587.993-04	R\$	3.100,96
57	8/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
58	15/12/2015	CLARO NE DDD 81 A 89	40.432.544/0001-47	R\$	740,17
59	15/12/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	1.470,00
60	15/12/2015	DAVID PINHEIRO BENEVIDES	22.133.739/0001-04	R\$	720,00
61	15/12/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	480,00
62	15/12/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	540,00
63	15/12/2015	ANDREA SAUNDERS MARTINS	805.176.506-63	R\$	540,00
64	15/12/2015	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	630,00
65	15/12/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	540,00
66	15/12/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	120,00
67	28/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	25,30
68	28/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	25,30
69	28/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	29,50
70	29/12/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	724,96
71	29/12/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	966,62
72	29/12/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	966,62
73	29/12/2015	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	930,97
74	29/12/2015	ELAINE M ARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	957,17
75	29/12/2015	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	930,97
76	29/12/2015	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	751,16
77	29/12/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	24,16
78	29/12/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	24,16
79	29/12/2015	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	930,97
80	29/12/2015	ELAINE M ARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	957,17
81	29/12/2015	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	930,97
82	29/12/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	751,16
83	29/12/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	751,16
84	29/12/2015	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	751,16
85	29/12/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	724,96
86	29/12/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	751,16
87	29/12/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	751,16
88	29/12/2015	ALDENORA MARIA DE H MONTEIRO	565.910.473-87	R\$	394,00
89	29/12/2015	LUCIA MARIA DE SOUSA ARAUJO	241.032.173-91	R\$	394,00
90	29/12/2015	MARTA MARIA DE MOURA	934.706.813-68	R\$	394,00
91	29/12/2015	MICHELLE NAYARA DE SOUSA SILVA	051.880.443-74	R\$	394,00
92	29/12/2015	VERONICA ANA DE MOURA ALMONDES	032.587.663-04	R\$	394,00

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 15 de abril de 2016 • Nº 71

77

93	29/12/2015	ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS	046.039.843-16	R\$	505,96
94	29/12/2015	ELAINE MARIA LEAL	019.790.063-18	R\$	505,96
95	29/12/2015	EVERTON DE SOUSA BEZERRA	044.913.133-50	R\$	505,96
96	30/12/2015	DARF		R\$	325,50
97	30/12/2015	DARF		R\$	105,00
98	30/12/2015	OI FIXO TELEMAR RJ	33.000.118/0010-60	R\$	162,28
99	30/12/2015	CEPISA CENT ELET PIAUI	06.840.748/0001-89	R\$	3.847,51
100	30/12/2015	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$	2.321,15
101	30/12/2015	MILENA VALDINEIA DA SILVA	003.799.403-45	R\$	2.903,97
102	30/12/2015	MARIA DA GLORIA SAUNDERS MARTINS	289.797.883-04	R\$	2.321,15
103	30/12/2015	ADRIANO DE MOURA NASCIMENTO	975.933.973-00	R\$	1.804,21
104	30/12/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	1.778,87
105	30/12/2015	JOÃO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$	1.778,87
106	30/12/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134-053-02	R\$	1.824,99
107	30/12/2015	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$	865,90
108	30/12/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	925,85
109	30/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
110	30/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	29,50
111	30/12/2015	WILSON ROLDÃO LEAL	051.754.823-27	R\$	503,18
112	30/12/2015	SILVIO ALVES DE SOUSA	042.827.723-36	R\$	503,18
113	30/12/2015	FELIPE CARVALHO ROCHA	047.757.523-40	R\$	470,60
114	30/12/2015	MARIA FRANCISCA LEAL PAIVA	013.134.053-02	R\$	1.002,74
115	30/12/2015	MARIA VERA LEAL DE LIMA RAMOS	592.060.203-15	R\$	392,17
116	30/12/2015	CLARINDA DE SOUSA LUZ	227.458.153-34	R\$	977,40
117	30/12/2015	JOÃO DE SOUSA LIMA	297.490.143-15	R\$	977,40
118	31/12/2015	JESUS LISCELIO LEITE CALLOU	17.052.294/0001-06	R\$	12.357,18
119	31/12/2015	DALLANY SUELEN ALENCAR SAMPAIO	003.749.253-56	R\$	6.569,50
120	31/12/2015	ORTONUTRI LTDA ME	23.395.365/0001-68	R\$	7.000,00
121	31/12/2015	PASCOAL GOMES DA COSTA NETO	156.583.503-44	R\$	4.233,90
122	31/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
123	31/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
124	31/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
125	31/12/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$	7,85
TOTAL				R\$	245.185,72

Picos-PI, 31 de dezembro de 2015.



Ministério
de Minas
e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Companhia Energética do Piauí apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas encontra-se à disposição dos interessados.

O ano de 2015 foi marcado pelo fim do contrato de concessão em julho. A expectativa de prorrogação foi postergada para 2016. Fato que, aliado aos problemas de ordem econômica do país, como a elevação do custo da energia adquirida para a revenda, prejudicaram sobremaneira o desempenho da empresa.

A princípio, a prorrogação da concessão deveria ter sido realizada em junho/15, porém, somente em outubro/15 teve suas regras definidas. A falta da prorrogação associada a ausência de recursos do acionista para investimentos considerados essenciais, provocou grande reflexo no caixa da distribuidora, implicando em forte oneração das despesas financeiras com encargos de mora.

A ausência de fontes de financiamento vem desde o ano de 2012 com a extinção dos recursos do Fundo da Reserva Global de Reversão - RGR para novos investimentos, inclusive para as obras que já estavam em execução. Vários investimentos em fase final de execução foram concluídos com recursos próprios, sob pena de prejuízos ao Estado do Piauí quanto à oferta de energia elétrica para o crescimento econômico e social; assim como, para evitar prejuízo na qualidade do fornecimento de energia, que atingiria diretamente os consumidores, distanciando ainda mais a empresa de suas obrigações regulatórias.

Esta situação afetou de forma direta as atividades operacionais e seus fornecedores, além da redução drástica nos investimentos obrigatórios para manutenção da qualidade do serviço, que foram suportadas apenas pelos recursos gerados através da Parcela B de sua tarifa.

A compreensão deste ambiente do negócio da distribuição é fundamental para a avaliação dos Demonstrativos de Resultados Econômicos e Balanço Patrimonial da Empresa, conforme detalhamento dos principais eventos a seguir:

Relativo às despesas gerenciais, a Administração promoveu controle, no entanto, houve fatos pontuais que interferiram nas metas definidas, cujos resultados estão demonstrados na tabela abaixo.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS GERENCIAIS (R\$ MIL)			
	2015	2014	%
Pessoal	181.593	166.639	9,0
Material	5.979	4.396	36,0
Serviços	105.998	102.010	3,9
Outros	92.738	21.734	326,7
TOTAL PMSO	386.308	294.779	31,1

A variação verificada nas despesas de pessoal decorreu do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2014/2015, que reajustou os salários em 8,17% e pela contratação de 150 empregados, em atendimento à Ação Civil Pública - Processo nº 5014/2005 do Ministério Público do Trabalho, que teve como objetivo primarizar as atividades fins da empresa.

Ainda influenciado pela primarização, constatou-se o crescimento nas despesas de material devido a aquisição de materiais para a manutenção, de ferramentas de trabalho e de Equipamentos de Proteção (EPI e EPC).

As despesas com serviços de terceiros ainda não decresceram na mesma proporção, em contrapartida da admissão dos empregados, em virtude da necessidade de se manter a qualidade dos serviços, inerente ao processo de transição.

Na conta contábil de outras despesas operacionais, o crescimento foi devido a reclassificação das despesas com multas e demais penalidades, anteriormente registradas como despesas financeiras e que, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (versão 2015), passaram a ser classificadas como outras despesas. Registrou-se, ainda, o valor de R\$ 56.550 mil referente a reclassificação da ação judicial movida pela empresa Engeser Construções, cuja ação deriva de indenização por danos materiais em virtude de supostos prejuízos oriundos de atrasos e falta de pagamento de faturas. Os valores estavam, anteriormente, registrados em contingências e foram materializados como despesa.

No que se refere às despesas não gerenciais, agravaram-se as dificuldades da empresa vindas de períodos anteriores com a falta de recursos para cumprir o pagamento do custo da energia adquirida para revenda, em especial, no primeiro semestre do ano. Este cenário de falta de cobertura de custos não gerenciais foi mitigado com o aperfeiçoamento do mecanismo das Bandeiras Tarifárias, evitando a formação de elevados volumes contabilizados como direitos tarifários futuros na Conta de Compensação de Variação Valores de Itens da Parcela "A" - CVA.

No exercício de 2015, constatou-se o aumento do custo da energia para os consumidores, em decorrência da Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, a partir de 02/03/2015, com efeito médio de 3,21% para cobrir o recolhimento para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, do mecanismo da Bandeira Tarifária e da homologação do Índice de Reajuste Tarifário - IRT anual de 5,53% em setembro. Além disso, observou-se que o mercado de energia no Estado do Piauí cresceu em 5,06%, enquanto, no país, foi verificada uma redução da ordem de 2,1%.

Esses condicionantes acarretaram um expressivo aumento na Receita Operacional Bruta do ano, conforme abaixo.

EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2015	2014	%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.819.037	1.246.535*	45,9
Subsídio Baixa Renda	62.367	58.735	6,2
Bandeira Tarifária	220.490		
Outras Receitas	18.820	399.116	-95,3
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.120.714	1.704.386	24,4

* Receita de fornecimento de energia elétrica acrescida de receita de distribuição.

O aumento na tarifa de fornecimento contribuiu para a elevação da inadimplência dos consumidores, que saiu de valores absolutos de R\$ 283.323 mil em 2014 para R\$ 331.663 mil em 2015, assim como para o aumento das perdas de energia, que, neste ano, ficaram em 30,5%, enquanto em 2014 representaram 29,3%.

Por outro lado, esse aumento abrupto da receita em nada contribuiu para a Parcela B, impedindo a empresa de ampliar ações para a contenção do aumento da inadimplência e das perdas, uma vez que a Receita Operacional Líquida teve o desempenho abaixo demonstrado.

EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)			
	2015	2014	%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.120.714	1.704.386	24,4
DEDUÇÕES			
ICMS	411.328	277.673	48,1
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	186.346	122.833	51,7
CONTA EMPRÉSTIMO ACR	30.153		
CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE	49.248	2.994	1.544,9
REPASSE CONTA BANDEIRAS	135.296		
OUTRAS DEDUÇÕES	12.955	9.309	39,2
TOTAL DAS DEDUÇÕES	825.326	412.809	99,9
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.295.388	1.291.577	0,3

Os encargos, agora majorados de CDE, do novo Encargo da Bandeira Tarifária, assim como os impostos diretos do ICMS, PIS e COFINS decorrem do valor faturado, sendo assim, a empresa assume o ônus da inadimplência e da defasagem do fluxo de caixa dos recursos, exigindo aumento do capital de giro.

Tendo em vista os critérios para o estabelecimento das tarifas pelo regulador, a empresa vem comprometendo de forma significativa seus recursos de caixa com a compra de energia, conforme abaixo.

EVOLUÇÃO DO COMPROMETIMENTO DA ROL X COMPRA DE ENERGIA				
	2012	2013	2014	2015
ROL	1.182.716	1.018.911	1.291.577	1.295.388
REPASSE CDE/ACR		34.876	179.291	6.302
ROL AJUSTADA	1.182.716	1.053.787	1.470.868	1.301.690
COMPRA DE ENERGIA	498.182	461.840	601.543	941.285
REPASSE CDE/ACR		34.876	179.291	6.302
COMPRA DE ENERGIA SEM EFEITO DE REPASSE CDE/ACR	498.182	496.716	780.834	947.587
COMPRA DE ENERGIA/ROL AJUSTADA	42%	47%	53%	73%

O fatores acima mencionados comprometem demasiadamente o fluxo de caixa da distribuidora, onerando as despesas financeiras com encargos de mora.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS (R\$ MIL)			
	2015	2014	%
RECEITA FINANCEIRA	97.750	20.493	376,9

DESPESA FINANCEIRA	242.384	189.782	27,7
RESULTADO FINANCEIRO	144.644	169.289	-14,6

Abaixo relacionamos os principais fatores que contribuíram para o resultado apresentado, sua origem no tempo e as ações em andamento com vistas a reverter os efeitos provocados.

DESCRIÇÃO	VALOR	ORIGEM DO PROBLEMA	AÇÃO MITIGADORA
DESPESA GERENCIÁVEL			
PESSOAL	181.593	Admissão de 150 funcionários;	Redução gradativa dos contratos de prestação de serviços.
INADIMPLÊNCIA	95.883	Falta de recursos para ampliar as ações de cobrança; recessão econômica;	Aumento do quantitativo de equipes de corte e fiscalização em detrimento de indicadores de qualidade.
PENALIDADE ONS	7.833	Parcelas de Ineficiência por Sobrecontratação - PIS;	Revisão das demandas contratadas no MUST para atendimento às cargas da empresa considerando os valores históricos realizados e previsão de carga para os anos seguintes.
IMPAIRMENT	57.805	Não renovação das concessões;	Reversão nas próximas projeções considerando a renovação da Concessão.
ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS	156.045	Falta de recursos para pagamento da dívida, repactuação da dívida;	Capitalização da Empresa com a renovação da Concessão
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO ENGESER	56.550	Ação objeto do Processo nº 2024952006 (0008536-13.2006.8.18.0140)	Ação totalmente executada, pagamento em 2016.
ENERGIA DE CURTO PRAZO	223.968	Aumento dos custos na contratação da modalidade disponibilidade (despacho de térmicas); reajuste anual dos contratos de compra de energia a partir de agosto/2015 por indexador com variação muito elevada (IPCA - 10,78%); encerramento dos contratos de Leilão de Energia Existente com preço médio do MWh mais baratos e início de contratos com preços mais elevados.	Apuração dos valores para futura cobertura tarifária.
PROCESSO DE RECONTABILIZAÇÃO Nº2580	65.289	Recontabilização referente aos dados de consumo do ponto de medição PIELM-02L3-03.	Valores sendo liquidados em 12 parcelas, findando em junho de 2016, com o reconhecimento tarifário dos valores.

O ano de 2016 será marcado por grandes desafios que irão requerer muito empenho e trabalho árduo de toda a equipe, no sentido de melhorar os serviços prestados, bem como honrar os compromissos firmados, quais sejam: a prorrogação da concessão, o cumprimento das metas de melhorias ajustadas com a ANEEL, o avanço nas obras do Programa Luz Para Todos para atingir a universalização do serviço no estado, a continuação na melhoria dos indicadores de qualidade (DEC/FEC) e a estruturação do capital social para viabilizar os financiamentos para os investimentos indispensáveis.

Por fim, torna-se relevante agradecer aos colaboradores da empresa pela dedicação no desempenho de suas atividades e, em especial, aos Senhores Conselheiros de Administração e Fiscal, cujo apoio e dedicação permitiram à empresa cumprir sua missão de atender o mercado de energia elétrica do Estado do Piauí.

2. AMBIENTE ECONÔMICO DA ÁREA DE CONCESSÃO E PERFIL DA EMPRESA

a. CENÁRIOS ECONÔMICOS E PERSPECTIVAS

O Estado do Piauí é constituído por 224 municípios, abrangendo uma área de 251.529 km², que corresponde a 16% da região Nordeste, com mais de três milhões de habitantes, e uma densidade demográfica com cerca de 12 habitantes por km².

A mudança estrutural de maior relevância na economia piauiense nos últimos anos tem se dado face à exploração de terras nos Cerrados para a produção de grãos, que tem resultado no aumento de divisas e na geração de emprego e renda, notadamente nos municípios do Sudoeste do Piauí, como Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Currais, Santa Filomena, Ribeiro Gonçalves, Sebastião Leal, Palmeira do Piauí, Gilbuês e Unauá. A expansão da soja e o limiar de novas culturas favorecem o surgimento de agroindústrias na região dos Cerrados piauienses, que integra a nova fronteira agrícola do país, estimulando também negócios que surgem subsidiariamente às atividades agropecuárias.

O Estado também registra uma grande evolução na geração de energia limpa e desperta interesse dos empreendedores. Nesse campo o Piauí tem se mostrado competitivo no âmbito nacional, na geração de energia eólica e fotovoltaica (solar).

Relativo à energia eólica, nosso Estado já é o quinto maior produtor brasileiro, de acordo com dados da ABEEólica - Associação Brasileira de Energia Eólica, promovendo o fortalecimento da economia local, com a geração de empregos direto e indireto. Merecem destaque os

parques da região da Chapada do Araripe que aumentará consideravelmente a produção de energia no Estado, saindo dos 700 megawatts produzidos atualmente para 3.000 megawatts, com investimentos de R\$ 6 bilhões.

No que se refere à energia fotovoltaica, o Estado conta com mais de 80 empreendimentos habilitados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, com potencial de produção de mais de 1.440 MW (megawatts). Dois grandes projetos merecem destaque: a Unidade Fotovoltaica Nova Olinda, em Ribeira do Piauí, investimento da Enel Green Power e Alba Energia, para geração de 210 MW (megawatts) e a Unidade Fotovoltaica Sertão I e Sobral I, em São João do Piauí, investimento da Gransolar, para geração de 60 MW (megawatts).

b. PERFIL DA EMPRESA

A Companhia Energética do Piauí, concessionária de serviço público de energia elétrica, é uma sociedade de economia mista de capital fechado, constituída pela Lei Estadual nº 1.948, de 1º de dezembro de 1959, posteriormente modificada pela Lei Estadual nº 4.126, de 30 de julho de 1987, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, tendo como objetivo explorar os serviços de distribuição de energia elétrica no Estado do Piauí. Contrato de Concessão nº 04/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 12/02/2001, com vigência até 07 de julho de 2015. Tal contrato teve vigência estendida até o dia 26/07/2016, por meio da Medida Provisória 706/2015.

Após o final do exercício em análise, o sistema elétrico da Companhia contava com 87.929 km de linhas e redes de distribuição, 84 subestações com potência instalada de 1.334 MVA, atendendo a 1.172.997 unidades consumidoras.

3. GESTÃO ESTRATÉGICA

3.1. Planejamento Estratégico

O processo de planejamento e gestão do Sistema Eletrobras vem avançando ao longo dos anos. Dentre as principais conquistas do período podem ser assinalados o Plano Estratégico 2015-2030, e com seu desdobramento, o Plano Diretor de Negócios e Gestão-PDNG 2014-2018, voltado para os eixos de negócio Geração, Transmissão e Distribuição, contemplando também estudos, diagnósticos e carteira de projetos nas áreas de Comercialização de Energia, Internacionalização e Gestão de Programas de Governo e Fundos Setoriais.

Configurou-se, desse modo, um Plano Diretor para os Negócios do Sistema Eletrobras, contemplando focos, objetivos, estratégias, projetos e iniciativas, capaz de orientar as grandes metas para Geração, Transmissão, Distribuição e Gestão Corporativa. Adicionalmente, com o desdobramento de diretrizes econômico-financeiras endereçadas a cada empresa controlada, foram criadas as condições para um processo que resultou na pactuação de Planos de Negócio específicos, passíveis de imediata tradução em planos de ação operacionais.

A exemplo do anterior, o Plano de Negócios e Gestão - PDNG - 2014-2018 deriva-se de um arcabouço de objetivos e estratégias do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020 e contém uma carteira de projetos prioritários diretamente associados a diretrizes estratégicas, cujo desenvolvimento é imperativo, constituindo-se, desta forma, numa ação articulada para reagir às ameaças do ambiente externo e fraquezas do ambiente interno.

Todos os projetos do PDN endereçam, direta ou indiretamente, pelo menos um Objetivo Estratégico Finalístico ou de Gestão e Competências do Plano Estratégico 2010-2020. Para garantir essa integridade e aderência, foram estabelecidas as diretrizes estratégicas para o ciclo do PDN 2015-2019, que na realidade são direcionadores dos projetos. São elas: expansão sustentável e eficiência operacional. Os projetos, muitos deles já iniciados, representam a base técnica de suporte para que as diretrizes propostas reflitam positivamente no desempenho Econômico-Financeiro da Companhia.

3.2. Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE

No sexto exercício do CMDE, as metas de desempenho para os indicadores econômico-financeiros e operacionais, que integraram o painel corporativo da Companhia em 2015 foram:

Item	Indicador	Unidade	Sentido	Meta/2015	Realizado	Diferença
1.	PMSO/ROL	%	↓	26,7	34,6	7,36
2.	Dívida Líquida	R\$ milhões	↓	1.532.948	1.272.099	260.849
3.	Lucro Líquido	R\$ milhões	↑	-227,4	-563,0	-147,6
4.	Invest.Realizado/Invest. Aprovado	%	↑	90%	69,5	43,6
5.	Margem	%	↑	-5,8	-18,49	-12,69
6.	Perdas	%	↓	28,8	30,5	1,7%
7.	INAD	%	↓	19,4	17,3	-2,1%
8.	DEC	H	↓	29,5	26,2	-3,3%
9.	FEC	Nº Ocorrências	↓	19,5	19,6	0,4%

O conceito e forma de cálculo desses indicadores foram definidos no Plano de Negócios e Gestão da distribuição e o resultado obtido representa o IPM (Índice de Performance em relação às metas) corporativo.

3.3. Gestão Estratégica

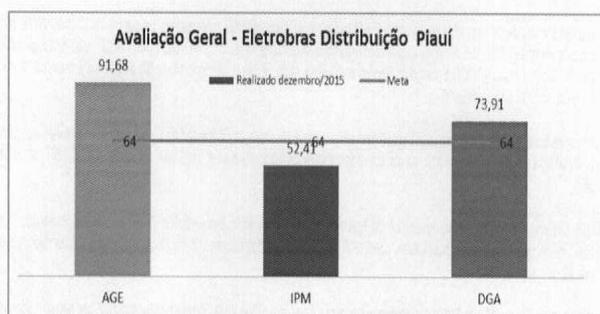


A Gestão é avaliada mensalmente através de três itens de verificação, quais sejam:

- AGE - Avaliação da Gestão Estratégica - mede a aderência à metodologia da gestão;
- IPM - Índice de Performance em Relação às Metas - confere a performance da Companhia em cumprir as metas com maior impacto no CMDE;
- DGA - estabelece o Desempenho Geral da Empresa.

3.4. Desempenho Empresarial

A capacidade da empresa em cumprir as metas e viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos do exercício de 2015, está demonstrada no gráfico abaixo:



A Avaliação Geral representa o resultado da gestão da empresa, onde a AGE e o DGA é a média das notas obtidas pelas Diretorias e o IPM representa a equação dos indicadores do CMDE com maior impacto no resultado corporativo calculada pela fórmula a seguir:

$$IPM = 75 \times (PMSO/ROL) + 25 \times (0,4 \cdot Perdas + 0,2 \cdot DEC + 0,2 \cdot FEC + 0,2 \cdot INAD)$$

A redução de 33,8% no IPM em relação a 2014 é resultado da alteração na forma de cálculo do referido indicador, que nos anos anteriores foram calculados pela soma dos pesos dos indicadores do CMDE, onde a contribuição do PMSO/ROL era de 30%, pela nova regra de 2015, o peso do referido item de controle passou a ser 75%, sendo pontuado 50% do peso quando resultado for superior a 80% da meta estabelecida.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO DA ÁREA DE CONCESSÃO

4.1. Da Renovação da Concessão

Em 03 de junho foi sancionado o Decreto nº 8.461/2015, contendo a regulamentação para a renovação das concessões das empresas de distribuição de energia elétrica. Segundo o Decreto, o Ministério de Minas e Energia poderá prorrogar as concessões por até 30 anos, buscando atender os critérios de eficiência com relação à qualidade do serviço prestado, à gestão econômico-financeira e à modicidade tarifária.

De acordo com o Decreto, a prorrogação dependerá da aceitação expressa pela concessionária, das condições estabelecidas no termo aditivo ao contrato de concessão. Dentre os requisitos da renovação, os relacionados à qualidade de energia serão medidos pelos indicadores Coletivos de Continuidade: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por unidade consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por unidade consumidora. Em relação à eficiência econômica das distribuidoras, serão acompanhados os indicadores que apontem sua capacidade de honrar os compromissos financeiros de forma sustentável.

O Decreto estabelece ainda que as concessões não prorrogadas ou que tenham sido objeto de extinção serão licitadas conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Essa licitação será realizada sem reversão prévia dos bens e a indenização paga para a antiga concessionária por investimentos nos bens reversíveis será calculada com base no valor novo de reposição e vai considerar a entrada em operação das instalações.

O art. 7º e o § 2º, do art. 11, da lei nº 12.783/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências, versam:

Art. 7º A partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074, de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica. (Grifo nosso)

Art. 11 (...)

§ 2º A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até 30 (trinta) dias contados da convocação. (Grifo nosso)

As Empresas de Distribuição da Eletrobras foram convocadas por meio da publicação de Despacho do MME no dia 30/11/2015. Ocorre que, em 28 de dezembro de 2015, foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União, o Decreto nº 706 alterando a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Segundo o Art. 1º do Decreto nº 706/2015, o § 2º, do art. 11, da Lei nº 12.783/2013, passou a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 11 (...)

§ 2º A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até duzentos e dez dias, contado da convocação. (Grifo nosso)

Assim, em 29 de dezembro de 2015, foi publicado no Diário Oficial da União, o Despacho do MME tomando sem efeito o Despacho de convocação anterior e outro Despacho do referido Ministério convocou, nos termos da nova redação do § 2º, do art. 11, da Lei nº 12.783, as Distribuidoras para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no prazo máximo de duzentos e dez dias, a partir da data da publicação. Desta forma, as distribuidoras têm um prazo até 26/07/2016 para assinatura dos termos aditivos ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica.

4.2. Revisão Tarifária Extraordinária

Entre os meses de dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, diversas distribuidoras solicitaram que a ANEEL instaurasse processo administrativo para analisar a existência de desequilíbrio econômico e financeiro de seus Contratos de Concessão. No total, 62 concessionárias de distribuição de energia elétrica apresentaram pleito de Revisão Tarifária Extraordinária - RTE.

Isso ocorreu em virtude de uma série de eventos que impactaram ou iriam impactar sobremaneira os custos das Distribuidoras, não previstos nas tarifas de energia elétrica, tais como: os custos com Exposição Involuntária ao Mercado de Curto Prazo - MCP, risco hidrológico dos Contratos de Cota de Garantia Física - CCGF, Encargo de Serviço do Sistema, tarifa de Itaipu, preço do 14º Leilão de Energia Existente e do 16º Leilão de Ajuste e quota de CDE do ano de 2015.

Esses eventos conduziram a um desequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão de Distribuição e foram suficientes para motivar uma revisão tarifária extraordinária com base no que prevê esses mesmos Contratos e a Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

Assim, a Diretoria da ANEEL deliberou em 27 de fevereiro a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) de 58 concessionárias de distribuição. O efeito médio percebido pelos consumidores, ponderado pela receita das distribuidoras, foi de 23,4% e os novos índices tiveram sua vigência a partir de 02 de março de 2015.

Das empresas de Distribuição da Eletrobras apenas a Amazonia Energia e a Boa Vista Energia não tiveram RTE por não participarem do rateio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e por terem impacto limitado da compra de energia, pois estão no sistema isolado.

Abaixo apresentamos a lista com o impacto médio nas distribuidoras da Eletrobras. A vigência dessa revisão extraordinária se deu até o processo ordinário de reajuste tarifário anual de cada empresa.

Distribuidora	Efeito Médio
Cepisa	3,2%
Ceal	4,7%
Eletroacre	21,0%
Ceron	16,9%

4.3. Reajuste Tarifário Anual

Os contratos de concessão firmados entre as distribuidoras de energia elétrica e a União, por intermédio da ANEEL, estabelecem que anualmente deve ocorrer uma atualização do valor da energia paga pelo consumidor. Essa atualização, em função da metodologia estabelecida pela ANEEL, pode ser positiva ou negativa e ocorre anualmente, na data de aniversário da distribuidora.

Segundo o contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: A e B. Na parcela A, são relacionados os custos considerados não gerenciáveis pela distribuidora, ou seja, custos que independem de controle direto da Empresa, tais como a energia comprada para revenda aos consumidores e os encargos e tributos legalmente fixados. Na parcela B, são computados os custos chamados de gerenciáveis. São aqueles que a Empresa tem controle direto e plena capacidade de administrá-los, tais como custos de pessoal, custos de material e outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, custos de depreciação e a remuneração dos investimentos realizados pela Empresa para o atendimento do serviço.

No ano de 2015 ocorreu o Reajuste Tarifário Anual. O índice de reajuste para aplicação no período de 28/08/2015 a 27/08/2016 foi publicado na Resolução Homologatória da ANEEL nº 1949, 08/09/2015, conforme apresentado a seguir:

Efeito Médio Percebido pelo Consumidor Cívico	
Grupo de Consumo	Índice Aprovado
AT - Alta Tensão (> 2,3kV)	6,54%
AT - Baixa Tensão (< 2,3kV)	5,26%
Efeito médio Geral	5,53%

4.4. Pesquisa & Desenvolvimento

A Companhia em 2015 deu continuidade a projetos de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D, oriundos da chamada pública de 2010 da Eletrobras, desembolsando um total de R\$ 2, 499 mi, nos seguintes projetos:

1-Projeto P&D - "Metodologia para cálculo e gerenciamento de perdas em redes de distribuição de energia elétrica" - este consiste em desenvolver softwares apropriados para cálculo e gerenciamento de perdas em redes de distribuição da Companhia, capaz de identificar perdas comerciais por segmentos via cálculo preciso

das perdas técnicas e reconhecimento de padrões. Este cálculo é feito via fluxo de carga generalizado para redes de média e baixa tensão juntas, e não apenas na média tensão como usual, inovação que dará mais precisão na determinação das perdas comerciais. Este projeto está sendo

executado pela Fundação de Desenvolvimento da Universidade Estadual de Campinas – FUNCAMP, pela própria UNICAMP e o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC, através do contrato nº 017/2012 com duração de 30 meses e no valor de R\$ 1.336 mil. Este contrato teve início em junho de 2012 e término em dezembro de 2015, sendo pago R\$ 195 mil em 2015;

2-Projeto P&D – “Sistema da Gestão da Energia Elétrica Baseado em Indicadores de Eficiência Energética” – Este projeto consiste no desenvolvimento de uma metodologia de gestão energética baseada em indicadores de eficiência energética e MCDA (Multi-Criteria Decision Analysis). Adicionalmente, será desenvolvido um software em plataforma COM (“Corporate Performance Management”) para acesso de clientes e técnicos de eficiência energética da concessionária, assim como um projeto piloto em escolas públicas de Teresina (PI). O principal produto do projeto é informar ao consumidor sobre uso racional da energia e subsidiar uma análise da eficiência energética global da instalação. O contrato nº 081/2012, no valor total de R\$362 mil, já executado pelo LACTEC, iniciado em setembro de 2012 com duração de 24 meses, sendo quem 2015 os custos com o referido projeto foram de R\$ 292 mil;

3-Projeto P&D – “Compensação de Energia Reativa e Harmônicos para a Melhoria da Eficiência Energética em Redes de Distribuição” – com o fim de desenvolver um protótipo de Filtro Ativo Híbrido (FAH) para Sistemas de Distribuição (SD) em BT, cujo objetivo é de compensar reativos e harmônicos da carga, melhorando a qualidade da energia fornecida. O Contrato nº 137/2012 iniciou em setembro de 2012, está em plena execução pela Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC e Universidade Federal do Ceará – UFC, com duração de 30 meses, valor total de R\$782 mil, sendo pago em 2015 R\$ 132 mil;

4-Projeto P&D – “Previsão de Mercado de Leilões” – Com o objetivo de desenvolver ferramenta de suporte à definição de estratégia de contratação de energia nos leilões de energia. Assinado contrato nº 227/2012 com o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC), no valor total de R\$966 mil, sendo investido em 2015 o valor de R\$ 150 mil;

5-Projeto P&D – “Sistema integrado para avaliação continuada da segurança do sistema de aterramento em subestações energizadas sujeitas às descargas atmosféricas” – com o objetivo do desenvolvimento e implementação de um protótipo de um equipamento de aquisição de dados, baseado em micro controlador, com a finalidade de diagnosticar as condições de degradação de malhas de aterramento de subestações de distribuição sob condições de descargas atmosféricas. O sistema será portátil com hardware e software embarcados e deve ser capaz de adquirir dados de tensão e corrente resultantes da injeção de impulsos de corrente elétrica no solo de um sistema de aterramento, bem como, os sinais de tensão propagados no solo. Um sistema de detecção de impulso deve sinalizar o início da aquisição dos dados. Uma rede de sensores sem fio deve ser usada para este fim, de forma a tornar cada nó (instalado em cada haste de monitoramento) independente e com comunicação entre os nós e uma central. Neste trabalho serão abordados os casos de sistemas de

aterramento expostos a surtos de corrente provenientes de manobra e de descargas atmosféricas. O contrato nº 069/2014 assinado com a PAQTC-PB - Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, com início em Junho de 2014 e duração de 30 meses, no valor total de R\$ 1, 345 milhões, sendo pago em 2015 o montante de R\$ 567 mil;

6-Projeto P&D – “Metodologia para alocação otimizada de monitores de qualidade de energia elétrica em sistemas de distribuição” - com o objetivo de: desenvolver uma metodologia para projetar sistemas de monitoramento da qualidade da energia elétrica em Sistema de Distribuição (SD), que sejam eficientes e de baixo custo, e resultando em um software; estimar a frequência e a severidade de distúrbios relacionados a variações de tensão que uma determinada porção do SD está sujeita, tais como as variações de tensão sustentadas e de curta duração, bem como as interrupções de tensão; propor índices que possam classificar porções do sistema elétrico em que as variações de tensão são mais frequentes e severas para que, com estas informações, possam ser estabelecidos planos de ação para minimizar e/ou eliminar a causa dos distúrbios; indicar regiões de maior susceptibilidade de ocorrência de distúrbios de tensão no sistema elétrico, por meio dos registros do sistema de monitoramento, no intuito de orientar a distribuidora a tomar ações corretivas e avaliar a viabilidade da instalação de novos clientes em determinadas regiões. O contrato nº 042/2014 assinado com a FUNDEB - Fundação para o Desenvolvimento de Bauru, com início em Julho de 2014 e duração de 30 meses, no valor total de R\$954 mil, sendo pago em 2015 o montante de R\$ 418 mil;

7-Projeto P&D – “Plano de Gestão Anual P&D 2015” – Onde são contabilizadas as ações e atividades de treinamento, capacitação, participação em seminários e oficinas, diárias passagens de pessoal próprio, na gestão do programa, onde foi gasto em 2015 R\$ 61 mil;

8-Projeto P&D – “Recuperação de Mercado – Energia Segura com Inibidores de Furtos” – Com o objetivo de desenvolver sistema inibidor de furtos, utilizando gerador de ruído instalado junto ao transformador de distribuição MT/BT, removedores de ruído instalados junto aos medidores de consumo de energia elétrica para proteção de retaguarda com a finalidade de carregar o sistema e desligar o consumidor em caso de falha do removedor de ruído, evitando o fornecimento de energia imprópria para o consumidor regular. Assinado Contrato 070/2014- Serviços com a FAPEPE- Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá. Foi gasto em 2015 R\$ 513 mil.

9-Projeto P&D – “Desenvolvimento de Religador Trifásico Nacional Ambientalmente correto” – Com o objetivo de desenvolver tecnologia nacional para construção de religadores, utilizando tecnologia ambientalmente correta, com a abertura a vácuo. Assinado Contrato 094/2014 serviços com a FADEPE - Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino Pesquisa e Extensão. Foi gasto em 2015 R\$ 489 mil.

4.5. Eficiência Energética

A Companhia Energética do Piauí deu início ao projeto Multiplicar Energia II, que tem como objetivos:

- capacitar os profissionais da Educação Básica das escolas de Ensino Fundamental e Médio como multiplicadores dos conceitos sobre o uso eficiente da energia elétrica com base no conteúdo do PROCEL Educação;

- desenvolver ações educativas relacionadas à conservação de energia elétrica, seu uso seguro e a preservação do meio ambiente nas escolas, com apoio de uma Unidade Móvel de Ensino, dentro do conteúdo do tema Meio Ambiente existente no Ensino Fundamental e Médio, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- orientar quanto à utilização de equipamentos eficientes com selo PROCEL, que reflitam positivamente para a economia doméstica e do país como um todo. Para esse fim, a Unidade Móvel de Educação (caminhão adaptado com baú que se transforma em sala de exibição de filmes 4D/laboratório de jogos de eficiência energética), será utilizada a fim de atender a novas experiências e exigências que serão implantadas no projeto, com materiais didáticos e equipamentos, para a realização de experiências (jogos e filme) relacionadas ao combate ao desperdício de energia elétrica, preservação da natureza e prevenção de acidentes. A Unidade Móvel visitará as escolas em sistema de Road Show, ou seja, dará aulas e fará oficinas apresentando um conteúdo completo relativo ao uso eficiente de energia, podendo se locomover por todo o Estado do Piauí.

METAS DO PROJETO: Atender 18 cidades do Estado do Piauí (Capital e Interior); 320 escolas de Ensino Fundamental e Médio, de preferência que sejam escolas públicas municipais e estaduais nas comunidades de baixa renda; Capacitação de 1.600 educadores (01 diretor e 04 professores por escola); Pelo menos 02 professores do período da manhã e 02 do período da tarde do 5º ao 9º ano, de qualquer matéria, pois o

tema (Uso eficiente de energia elétrica e preservação ambiental) é transversal a todas as matérias do ensino fundamental; Devendo-se atingir 40.000 alunos do Ensino Fundamental e Médio de todas as séries com idade entre 07 e 18 anos; A projeção de pessoas das famílias envolvidas é de 160.000. Situação atual: Foi feita a mobilização nas cidades de Campo Maior, Barras, José de Freitas e União. Foi gasto em 2015 R\$ 1.237.228,70.

Foram gastos em Projetos de Eficiência Energética em 2015 o valor de R\$ 1.796.936,69, sendo R\$ 216 mil no Plano de Gestão de PEE; Propaganda Campanha Bandeiras Tarifárias da ANEEL R\$ 195 mil e R\$ 1.237.228,70 no Projeto Multiplicar Energia II.

5. INVESTIMENTOS

5.1 Aplicações de Recursos

A Companhia, no exercício de 2015, realizou investimento no valor total de R\$ 158,65 milhões, dando continuidade às obras nos sistemas de Alta, Média e Baixa Tensões. No entanto, ocorreu a postergação do início de diversas obras, bem como atrasos nas obras em execução, em decorrência da insuficiência de recursos.

Vale ressaltar que tais investimentos possibilitaram a continuidade do Programa Luz Para Todos, bem como do Programa Energia + através dos projetos de Redução de Perdas Comerciais (Projeto 5 do Programa Energia +) e de Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica, que tiveram suas obras iniciadas com atrasos devido a frustrações na primeira licitação.

5.2. Expansão do Sistema Elétrico Alta Tensão

Do programa de investimentos, no que tange à construção de linhas e de subestações a Companhia priorizou a execução das obras em sistemas de maior necessidade operacional, destacando-se as obras a seguir:

- Linhas de Distribuição de Alta Tensão:

- construção da LD 69 KV Nazária – São Pedro, 68 km, para resolver os problemas de qualidade no fornecimento de energia da Região do Médio Parnaíba, com conclusão prevista para fevereiro/2016;
- iniciada a construção da LD 69 KV Altos - Alto Longá - Castelo, 126 km, para resolver os problemas de qualidade no fornecimento de energia da Região de Castelo, com conclusão prevista para junho/2016;
- Subestações - Ampliação/Construção de subestações:
- SE São Pedro 69/34,5 kv - 12,5 MVA - 69/13,8 - 20 MVA, Construção de duas Entradas de Linha em 69 kv;
- ampliação da SE Nazária 69/13,8 kv - 32,5 MVA, Construção de duas entradas de linhas em 69 kv, duas conexões de transformadores em 69 kv e uma interligação de barra 69 kv;
- instalado um Banco de Capacitores de 13,8kv, 6 MVAR – Subestações de Jockey e Macaúba.

O Quadro I a seguir sintetiza os ativos em serviço, considerando as ampliações de redes e subestações.

Quadro I – Dados Físicos de linhas e subestações

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015
Linha de Alta Tensão – km	2425	2579	2663	2824	2824
Rede de Média e Baixa Tensão - km	58.899	67.203	73.553	84.788	85.105
Número de Subestações	76	78	81	84	84
Potência Instalada (MVA)	1039	1145	1252	1334	1334
Número de Transformadores de Distribuição	36.945	42.773	50.323	60.710	61.942

5.3. Sistema de Média e Baixa Tensão

Foram energizadas durante o ano de 2015 pelo Departamento de Obras de Redes de Distribuição, aproximadamente 97 km de redes em média tensão (13,8kV) e baixa tensão (380V/220V) que fazem parte dos alimentadores das subestações de Poty, Renascença, Polo Industrial, Ribeiro Gonçalves, Parnaíba II e Parnaíba I, além de extensões de pequenas obras em diversos Municípios do Estado, especialmente em Teresina e Floriano.

Das ações do projeto de instalação de equipamentos (religadores, reguladores e bancos de capacitores) nas redes de média tensão (13,8kV e 34,5kV) financiado pelo Banco Mundial, em 2015, foram instalados 122 religados, 4 bancos reguladores de tensão e 32 bancos de capacitores, distribuídos em toda área de concessão.

Ainda dentro do Programa Energia +, foram iniciadas obras de regularização de redes e consumidores em áreas de elevada perdas comerciais, que prevê investimentos de R\$ 25 milhões em redes de distribuição. Os Municípios de Teresina, Miguel Alves, Madeiro, Prata do Piauí e Demerval Lobão tiveram suas obras iniciadas, tendo sido beneficiados 1.328 consumidores.



5.4. Programa Luz para Todos

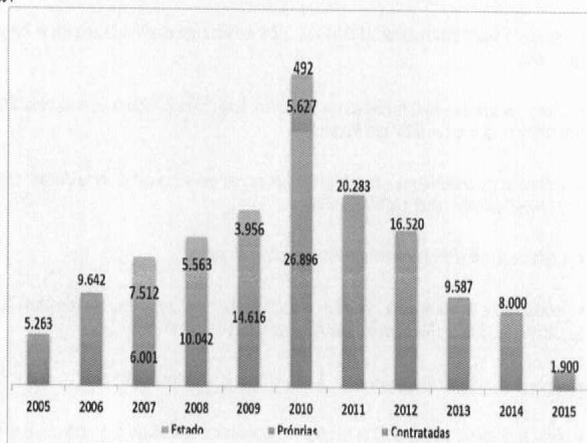
O "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos", instituído pelo Governo Federal através Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, e prorrogado até 2014 pelo Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, foi iniciado em 2004 com o intuito de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população que ainda não possui acesso a esse serviço público no meio rural brasileiro.

Com a instituição deste programa, coube à Companhia Energética do Piauí, ser a responsável pela execução do Programa e cumprir a meta de ligar 149.600 domicílios rurais, estabelecida em um 1º Termo de Compromisso assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, Governo Estadual e a ANEEL, e sujeita a penalização tarifária no caso de não cumprimento.

Em 27 de março de 2014, foi celebrado o 2º Termo de Compromisso para atendimento de 11.254 novos domicílios rurais sem energia, originados do crescimento vegetativo.

Em 2015 foram contempladas com a energia elétrica na zona rural 1.900 famílias, acumulando um total de 151.900 ligações da realização do Programa Luz para Todos no Estado do Piauí, conforme detalhado no quadro abaixo:

Gráfico I



A meta física definida para o ano de 2015 foi de 1.900 domicílios rurais, tendo sido realizado nesse período apenas 1.900 ligações de domicílios rurais.

O orçamento definido como previsto para o ano de 2015 foi de R\$ 113.000 mil para o atendimento de 3.721 domicílios rurais. Contudo, em face do atraso no recebimento de recursos para o regular andamento do programa, a realização do orçamento ficou comprometida, tendo-se conseguido realizar apenas R\$ 60,2 mil o que representa 52,9% do orçamento previsto.

O quadro a seguir indica os números realizados desde o início do programa pelas contratadas. É importante observar as variações do quantitativo de equipamentos instalados e de extensão de alimentadores, o que ressalta a prioridade dada às obras de reforço do sistema e de melhoria de sua confiabilidade.

Evolução das Ligações do PLPT

Quadro II

DESCRIÇÃO	REALIZADO 2014	REALIZADO 2015
Consumidores atendidos	8.000	1.900
Extensão TOTAL em média tensão (km)	3.889	856
Postes implantados	37.253	6.232
Transformadores de Distribuição	2.877	595
Orçamento (R\$ x 1.000)	64.700	60.223

Atualmente o Programa Luz para Todos possui 3 (três) Contratos de Financiamento, a 4ª Tranche (ECFS 282/2010), a 5ª Tranche (ECFS 351/2014) e o Contrato CEF 439.452-51/2014 (Caixa Econômica Federal), tendo-se recebido liberações na ordem de R\$ 63.118 mil.

Vale ressaltar ainda que o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", foi prorrogado até o ano de 2016, por meio do Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro 2014.

Com a postergação do atendimento aos domicílios mais distantes, há uma estimativa de significativo aumento no custo por domicílios a serem atendidos a partir de 2016, o que trará dificuldades para a obtenção dos avanços físicos necessários para as liberações dos recursos.

5.5. Operação e Manutenção do Sistema Elétrico

No ano de 2015, na área de manutenção/operação, financiados pelo BIRD, a empresa investiu na instalação de religadores, banco de capacitores e reguladores de tensão em subestações e rede de distribuição, com previsão de desenvolvimento de operação automático-remota, com o objetivo de reduzir o tempo de atendimento aos consumidores.

Segue abaixo, as obras de operação e manutenção realizadas nesse período:

- ampliação da potência instalada (MVA) com a implantação de um transformador de 5,0/6,25MVA 69/13,8kV, na subestação de Altos, e a instalação de 2 chaves tripolar 69kv para recurso operacional de manobra na SE ALTOS possibilitando transferência da carga da SE ALTOS para o ponto de Suprimento Piripiri;
- instalação de transformador na subestação de Coqueiro 13,8/ 34,5kV -1,5MVA, para possibilitar transferência de carga do regional Piripiri para o regional Picos;
- ampliação da potência instalada (MVA) com a substituição do transformador de 5,0MVA, 34,5/13,8kV, na subestação de Canto do Buriti, por outro de 69/13,8kV - 10/12,5MVA com regulação de tensão em carga;
- instalação de segundo transformador de 34,5/13,8kV - 5/6, 25MVA, dobrando a capacidade(MVA) da subestação de Jose de Freitas para 12,5MVA;
- ampliação da capacidade (MVA) da subestação de São Raimundo Nonato com a instalação de um transformador 69/13,8kV - 10/12,5MVA em substituição a um de 69/13,8kV,5/6,25MVA;
- ampliação da capacidade(MVA) da subestação de São João do Piauí com a instalação de um transformador 69/13,8kV - 10/12,5MVA em substituição a um de a 3x69/13,8kV 2,5MVA;
- substituição de um disjuntor no barramento de 69kv da subestação de Marambaia;
- instalação de dois bay's de entrada de linha de 69kv na subestação de Bom Jesus, possibilitando o paralelismo das LT's de 69kv Elizeu Martins / Bom Jesus com Bom Lugar / Bom Jesus melhorando os níveis de tensão no sistema su/;
- substituição de um disjuntor 69kv de saída de linha Bom Jesus / Redenção na Subestação de Bom Jesus;
- ampliação da potência instalada (MVA) da subestação de Marambaia com a substituição do transformador de 69/34,5kV - 5/6,25MVA por outro de 10/12,5MVA;
- ampliação da subestação de Símplicio Mendes com a substituição do transformador de 69/13,8 kV - 10MVA, por outro de 10/12,5MVA com regulação automática;
- instalação de 106 religadores nos alimentadores (13,8kv) e rede de distribuição 34,5 kv para melhoria na confiabilidade do fornecimento de energia;
- instalação de 64 bancos de capacitores nos alimentadores de distribuição para melhoria dos níveis de tensão e recuperação do fator de potência;
- instalação de 31 bancos reguladores nos alimentadores (24) e rede de distribuição (7) para melhoria nos níveis de tensão e qualidade no fornecimento;
- substituição de 82 religadores nas subestações que estavam no final de vida útil.

Dessa forma, as obras realizadas no exercício tiveram como objetivo melhorar os sistemas e reforçar as Subestações onde os problemas verificados causavam maior impacto nos indicadores de qualidade DEC e FEC. Além disso, as melhorias implementadas possibilitaram melhorar o nível de tensão e reduzir a sobrecarga dos equipamentos e os principais benefícios dessas intervenções, realizadas pelas equipes próprias da Companhia, foram a redução dos riscos de interrupções no fornecimento, a melhoria na confiabilidade técnica e na qualidade dos serviços prestados e aumento da credibilidade junto aos fornecedores.

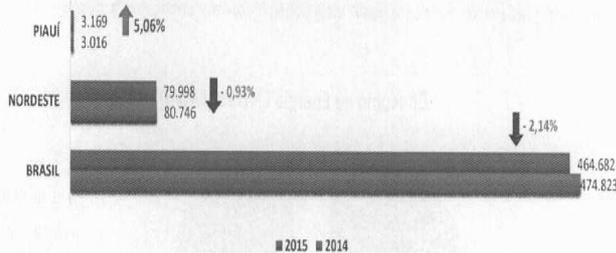
6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1. Evolução do Mercado

O Mercado Cativo cresceu 5,08% no ano de 2015 em comparação com o ano de 2014, correspondendo a um consumo total de 3.169.127 MWh. Já o Mercado Distribuído, quando considerado os consumidores livres, apresentou um crescimento de 4,23%, alcançando o consumo total de 3.229.346 MWh.

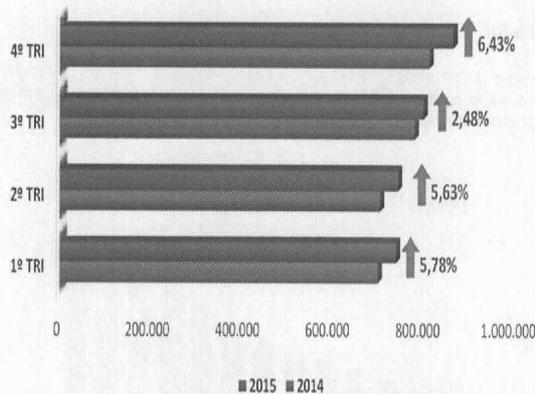
O crescimento do consumo de energia elétrica no Piauí foi destaque no comparativo com os cenários nacional e regional, já que o consumo no Brasil registrou queda de 2,1% em relação a 2014, declínio que, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, foi puxado principalmente pelo recuo no consumo das indústrias (-5,3%) e pelo decréscimo no desempenho da classe residencial (-0,7%), motivado pela alta nas tarifas. Já no Piauí o consumo de energia cresceu no ano em quase todos os segmentos. O resultado alcançado pelo Estado também se destaca em relação ao desempenho da Região Nordeste, que no consolidado para 2015 apresentou retração no consumo de energia (-0,9%).

Consumo de Energia 2015 - Brasil, Nordeste e Piauí (GWh)



Analisando as taxas de crescimento por trimestre, o maior crescimento absoluto em relação ao ano anterior foi verificado no período de outubro a dezembro (6,43%), período em que são registradas no Estado as maiores temperaturas do ano, confirmando a correlação do consumo de energia elétrica com o clima.

Consumo Piauí - Variações Trimestrais (MWh) - 2015



A maior taxa de crescimento do consumo, com 7,26%, foi observada na Classe Rural, impulsionada pela entrada de novas cargas na região dos Cerrados Piauienses, compreendendo os Municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves, que se destacam pela produção de grãos e oleaginosas. O atendimento às novas ligações na região, que antes operavam com diesel, foi viabilizado pela construção de duas novas subestações (SE Ribeiro Gonçalves com carga instalada de 14MW e SE Baixa Grande do Ribeiro com 25MVA) e mais de 31 km de rede de 69 kV.

A Classe Residencial registrou crescimento de 6,63%, influenciado pelas altas temperaturas e pelo aumento do consumo médio mensal por consumidor, que reflete a maior posse e uso de eletrodomésticos no período, alcançando 142,23 kWh, o que representa uma evolução de 11,34%.

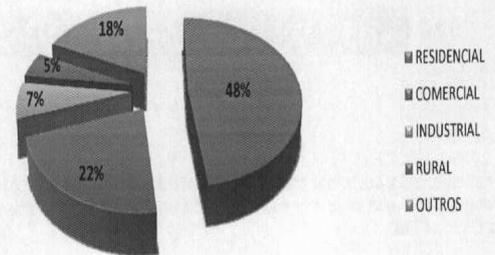
A Classe Comercial registrou crescimento de 6,45%, relacionado diretamente a entrada de 23MW de carga para atendimento aos novos Shoppings Centers situados nas cidades de Teresina, Parnaíba e Luís Correia.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS, POR CLASSE, EM MWh

CLASSE	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2014 (%)
RESIDENCIAL	1.028.674	1.194.233	1.327.936	1.431.593	1.526.439	6,63
COMERCIAL	491.320	572.242	609.617	659.465	702.029	6,45
INDUSTRIAL	245.272	227.822	193.042	215.788	218.090	1,07
RURAL	102.054	128.646	128.739	142.042	152.350	7,26
PODER PÚBLICO	172.104	203.878	214.938	221.152	225.927	2,16
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	127.732	144.904	174.710	188.457	183.478	-2,64
SERVIÇO PÚBLICO	131.156	152.184	147.838	154.196	157.309	2,02
CONSUMO PRÓPRIO	3.346	3.920	4.004	3.778	3.505	-7,23
TOTAL	2.301.658	2.627.829	2.800.824	3.016.471	3.169.127	5,06

A estratificação do consumo por Classe está apresentada abaixo, permanecendo a concentração nos segmentos residencial e comercial. Juntos, esses dois segmentos do mercado, responderam por 70% do total de energia consumida no Estado em 2015.

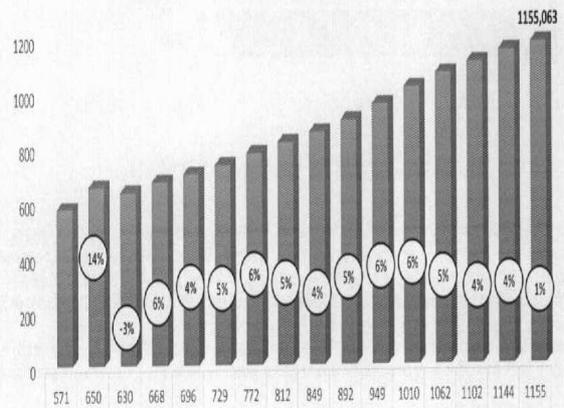
Consumo de Energia Elétrica (MWh) - 2015



6.2. Número de Consumidores

A Empresa encerrou o ano com um total de 1.155.063 consumidores ativos o que representa um crescimento de 1% em relação ao ano anterior. Esse acréscimo representa um incremento de 10.733 novos consumidores, motivado principalmente pelo atendimento às novas unidades habitacionais vinculadas às programas governamentais, bem como ao crescimento vegetativo inerente a este mercado.

Evolução Número de Consumidores (*mil)



O aumento observado está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente) e comercial, com mais 10.622 novos consumidores.

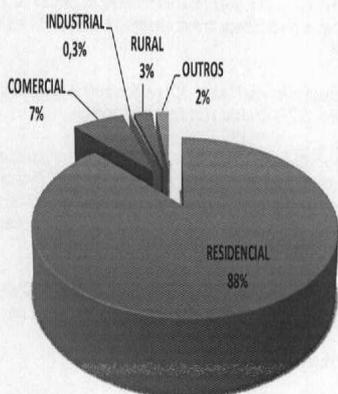
EVOLUÇÃO NÚMERO DE CONSUMIDORES POR CLASSE

CLASSE	2011	2012	2013	2014	2015	2015 X 2014 (%)
RESIDENCIAL	883.714	930.429	967.471	1.006.280	1.015.893	1%
COMERCIAL	74.566	77.547	80.131	83.474	84.483	1%
INDUSTRIAL	3.765	3.786	3.600	3.525	3.515	0%
RURAL	29.377	30.073	30.302	30.268	30.224	0%
PODER PÚBLICO	13.769	14.248	14.309	14.279	14.703	3%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	857	837	695	365	372	2%
SERVIÇO PÚBLICO	3.847	4.949	5.348	5.976	5.712	-4%
CONSUMO PRÓPRIO	171	225	173	163	161	-1%
TOTAL	1.010.066	1.062.094	1.102.029	1.144.330	1.155.063	1%

Em termos de composição da estrutura, destaque para a classe residencial que participa com 88% do total de clientes.



Número de Consumidores - 2015



6.2.1. Consumidores Baixa Renda

Em 2015, o Governo Federal procedeu à atualização da base de dados dos consumidores beneficiados pela Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE, destinada às unidades consumidoras de Baixa Renda, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 572, de 13 de Agosto de 2013.

A Empresa agiu de forma proativa, mediante campanhas massivas de chamamento dos clientes às agências de atendimento para recadastramento, associada à implementação de rotinas automáticas de cruzamento de dados do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social com o sistema comercial da Companhia. Como resultado, 59.074 clientes Baixa Renda foram regularizados, incluindo novos clientes e os recadastramentos.

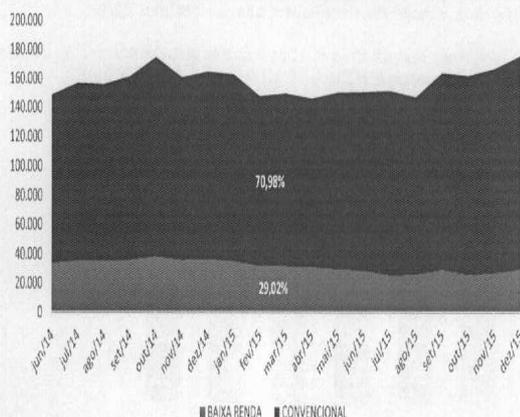
Do total de 151.544 clientes aptos a serem descadastrados, apenas 24% não se regularizaram dentro dos prazos definidos, um dos melhores índices em termos nacionais.

	EVOLUÇÃO TSEE						
	Número de Unidades Consumidoras						
	dez/14			dez/15			
Residencial Total	Baixa Renda	% Baixa Renda / Residencial	Residencial Total	Baixa Renda	% Baixa Renda / Residencial	% Descadastramento	
BRASIL	65.934.491	13.189.617	20%	67.720.233	8.879.970	13%	-33%
NORDESTE	17.532.980	7.642.333	44%	17.982.262	4.894.700	27%	-36%
PIAUI	1.007.095	381.040	38%	1.015.893	290.971	29%	-24%

Fonte: ANEEL/Informações Técnicas

Em relação ao consumo, a subclasse Residencial Baixa Renda representou 29,02% do consumo residencial total em 2015.

Residencial Convencional e Baixa Renda



6.3. Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

A Empresa, em 2015, ficou exposta involuntariamente em 6,36% em relação ao consumo necessário para atender ao seu mercado de fornecimento em função da frustração da oferta de energia nos leilões ocorridos, nos quais o montante de reposição não foi atendido pela oferta disponibilizada.

A Compra de Energia no Ambiente Regulado – ACR para atendimento ao mercado consumidor foi de 4.394.174 MWh (502 MWmédios) representando um incremento de 2,3% em relação à contratação do ano de 2014.

Registramos que 33,6% da energia total contratada foi mediante contratos na modalidade quantidade, espécie de contratação que prevê o fornecimento de um montante fixo de energia a um determinado preço por contrato; 22,7% de contratos na modalidade disponibilidade (térmicas e fontes alternativas – usinas despachadas na situação de condições hidrológicas desfavoráveis), 40,9% foi o somatório das usinas costeiras e as que tiveram concessão renovada. A cota parte do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), por sua vez, respondeu por 1,7% do total da contratação.

A Empresa participou do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por meio do qual conseguiu contratar 39.309 MWh, o que representou 0,9% do total geral da contratação válidas a partir de novembro do referido ano.

6.3.1. Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias (CCRBT)

A Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (Conta Bandeiras) foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos tarifários oriundos das Bandeiras Tarifárias instituídas pela ANEEL a partir de janeiro/2015, cujo objetivo é sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica.

6.3.2. Custos com compra de energia

Desconsiderando o efeito do repasse da Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias, verifica-se um aumento no custo com energia elétrica acarretada, principalmente, por:

- despacho das Usinas Térmicas, o que acarreta aumento com o custo da Parcela Variável dos contratos por Disponibilidade. Em 2015, o custo desta modalidade de contrato atingiu R\$ 282,7 milhões, impactado, sobretudo, pela despesa variável que somou 164,4 milhões;
- encerramento dos contratos do 1º Leilão de Energia Existente Produto: 2007-2014/Montante de Reposição que tinha preço médio de R\$ 121,84/MWh e do 12º Leilão de Energia Existente Produto: 2014-2014, com preço médio de R\$ 177,22/MWh;
- início dos contratos do 18º Leilão de Ajuste (Produto: 2015-2015) em janeiro/2015 com preço médio de R\$ 388,40/MWh e do 14º Leilão de Energia Existente (Produto: 2015-2018) em janeiro/2014 com preço de R\$ 201,00/MWh.

Registramos um importante desequilíbrio entre a tarifa média de compra de energia efetivamente praticada (TMC) e a tarifa oferecida pela ANEEL (TMR) para o período, resultando em créditos tarifários que provocaram forte desequilíbrio no fluxo de caixa da Empresa em 2015.

6.4. Perdas Elétricas

A Perda Total anualizada cresceu 138.351 MWh em relação à 2014, o que implicou num crescimento percentual no ano de 1,18 pontos percentuais, concluindo 2015 em 30,48% ante os 29,30% realizados no ano anterior.

No ano de 2015, a Empresa não dispôs de equipes de fiscalização e regularização de unidades consumidoras devido à ordem judicial de cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta – TAC firmado com o Ministério Público do Trabalho – MPT para primarização das atividades fins da empresa, no qual ficaram proibidas as contratações de serviços. A ausência do contrato de fiscalização e o atraso no Plano de Primarização impossibilitou um incremento de 109.930 MWh de energia no ano de 2015 que estavam previstos, o que correspondeu a uma influência negativa de 2,27% no indicador de perdas.

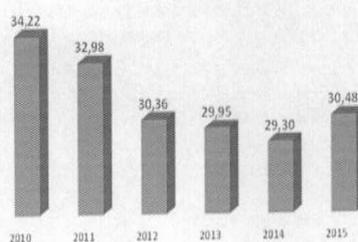
Outro fator que contribuiu para o crescimento da Perda Total foi o atraso das obras de AT e MT pela falta de recursos de investimentos; calcula-se uma contribuição de 49.401 MWh que inibiram a redução da Perda Técnica em 2015 em relação à 2014, com uma influência de 0,8% no indicador de perdas anualizadas.

As ações de combate às perdas realizadas, com base nos recursos do Programa Energia+, contribuíram com 32.265 MWh de Energia Agregada e 53.708 MWh de Energia Recuperada, ou seja, incremento de 85.971 MWh, evitando um aumento de 1,78% no indicador de perdas, ou seja, caso essas ações não fossem implementadas, o índice teria terminado o ano com Perda Total de 32,26%.

Em 2015, obteve-se menor crescimento do consumo da Classe Industrial dos últimos anos. No ano de 2015, o crescimento foi de 0,06% contra 11,60% e 14,65%, respectivamente em 2014 e 2013.

A seguir uma ilustração da variação do indicador de perdas globais anualizadas, desde entre 2010 e 2015.

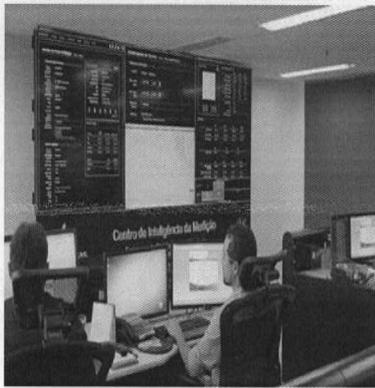
Evolução do Índice de Perdas Anualizadas (%)



Abaixo estão elencados os resultados dos principais indicadores das ações desenvolvidas:

- energia agregada com melhorias no processo de faturamento: 4.919 MWh;
- energia agregada nas operações de regularização de unidades consumidoras em clientes de MT e BT: 36.708 MWh;
- energia agregada pelo Projeto de Regularização de Clandestinos (Projeto 5), do Programa Energia +, atingindo 992 unidades consumidoras: 83 MWh;
- energia agregada e energia recuperada pelo Projeto Substituição de Medidores Obsoletos (Projeto 3), atingindo 81.919 unidades consumidoras no âmbito do Projeto Energia +: 70.190 MWh.

Um importante passo também foi dado no processo de avanço tecnológico na medição de grandes consumidores, com a instalação de remotas de comunicação em 788 (setecentos e oitenta e oito reais) unidades consumidoras atendidas em média tensão (aproximadamente 28% do universo), somando aos 363 conjuntos de telemedição, viabilizando o monitoramento em tempo real da medição em mais de 40% do parque, otimizando os serviços de inspeção e reduzindo os custos da leitura em campo. Os recursos dessa ação, que inicia a implantação da Infraestrutura Avançada da Medição (AMI) das Distribuidoras da Eletrobras, são oriundos do Programa Energia +, financiado pelo Banco Mundial, cujos benefícios serão potencializados a partir de 2016, com a intensificação das instalações e monitoramento remoto, bem como a operação plena do Centro de Inteligência da Medição instalado em Brasília.



6.5. Fornecimento de Energia e Arrecadação

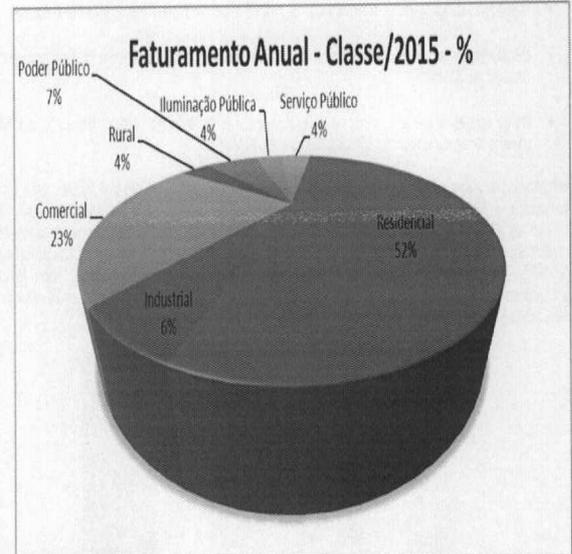
6.5.1 Fornecimento de Energia

O faturamento com a venda de energia ao Mercado Cativo registrou R\$ 1.854.943 superando em 45,3% o montante faturado em 2014, aumento decorrente dos reajustes tarifários ocorridos durante o ano, compostos pelo RTE (Reajuste Tarifário Extraordinário) de 3,21% em março e o RTA (Reajuste Tarifário Anual) de 5,53% na data base, além da aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias e do crescimento vegetativo do mercado.

Evolução anual do faturamento por classes

Evolução anual do faturamento por classes (R\$ mil)							
Fornecimento de Energia por Classe (R\$ Mil)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2014
Residencial	489.118	536.224	682.642	624.345	675.034	975.094	44,5%
Industrial	76.658	82.594	82.407	62.001	76.217	113.854	49,4%
Comercial	209.001	236.943	291.269	258.286	289.370	424.017	46,5%
Rural	31.081	33.098	44.110	36.725	44.269	68.457	54,6%
Poder Público	71.193	75.329	92.248	82.344	89.697	125.550	40,0%
Iluminação Pública	35.184	37.811	46.816	46.977	51.735	72.829	40,8%
Serviço Público	42.740	47.497	56.243	45.218	50.288	75.142	49,5%
Subtotal por classe	954.975	1.049.496	1.295.755	1.155.896	1.276.590	1.854.943	45,3%
(-) Receita de Distribuição*	-409.489	-519.959	-609.540	-481.509	-519.767	0,00	-100,00%
Remuneração do WACC - IFRIC 12	-27.260	-42.728	-54.802	-71.718	-30.055	-35.906	19,5%
Total	518.226	486.809	631.413	602.669	726.768	1.819.037	150,3%

(-) Receita de Distribuição*: Esta reclassificação para receita de distribuição em 2015, conforme novo manual contábil da ANEEL, sendo contabilizada diretamente na receita da atividade de distribuição.

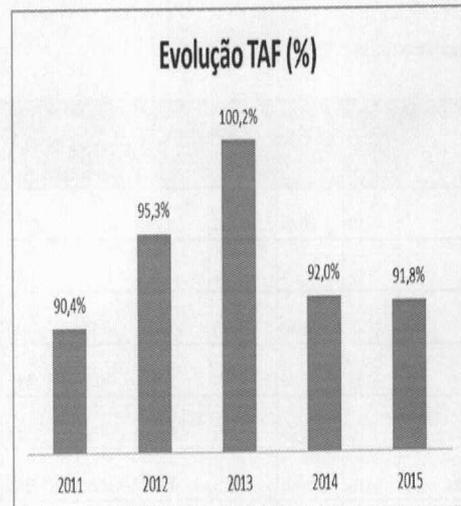


Fonte: Faturamento Balanço Contábil

6.5.2 Arrecadação

A Empresa arrecadou R\$ 1.672.428.003, com uma Taxa de Arrecadação Financeira (TAF) de 91,75%, que representa a razão entre o montante faturado e o arrecadado durante o ano.

6.5.2.1 Taxa de Arrecadação Financeira - TAF



A TAF em 2015 se manteve no mesmo patamar de 2014, impactada fortemente pelos seguintes fatores:

- conjuntura econômico-financeira do país com elevação geral da inadimplência registrada em vários setores da economia;
- redução do volume de cortes executados por falta de contrato específico para esse fim, devido à ordem judicial de cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta - TAC firmado com o Ministério Público do Trabalho - MPT para primarização das atividades-fins da empresa, no qual ficaram proibidas a contratação de serviços, e ainda, o atraso no Plano de Primarização devido a suspensões nos concursos públicos em curso pela Justiça, o que impediu a contratação de equipes próprias;



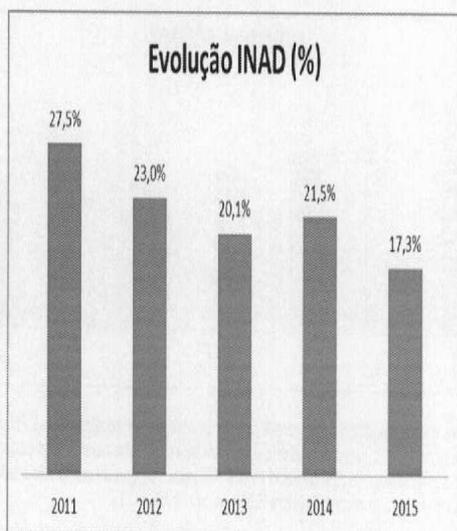
- inadimplência da empresa estadual responsável pelo Serviço Público de fornecimento de Água e Esgoto, - AGESPISA, que representou uma perda de arrecadação na ordem de 18,7 milhões correspondendo a 1 p.p. de decréscimo na TAF;

- manutenção de liminar impeditiva da suspensão do fornecimento de consumidores inadimplentes com faturas de energia recuperada em processos de irregularidade na medição.

6.5.2.2 Inadimplência

A Inadimplência Ativa teve um aumento de R\$ 48,3 milhões em relação ao ano de 2014, alcançando o valor absoluto de R\$ 331.662.928.

Registramos que o crescimento da Inadimplência Ativa foi de 17,1%, inferior ao expressivo crescimento do Faturamento, fazendo que o indicador INAD (Inadimplência Ativa/Faturamento 12 meses - Indicador CMDE) reduzisse 2,3 pontos percentuais, encerrando o ano com 17,8%, mantendo a trajetória descendente nos últimos anos, muito em função da renegociação de débitos.



• Campanha de Negociação de Débito em Condições Especiais

Fato relevante ocorrido no final de 2015 foi a Campanha de negociação de débitos em condições especiais para as classes privadas, que proporcionou a negociação de R\$ 19.243.308,15, dos quais foram recebidos à vista o valor de R\$ 4.114.285,85, conforme desempenho demonstrado no quadro a seguir:

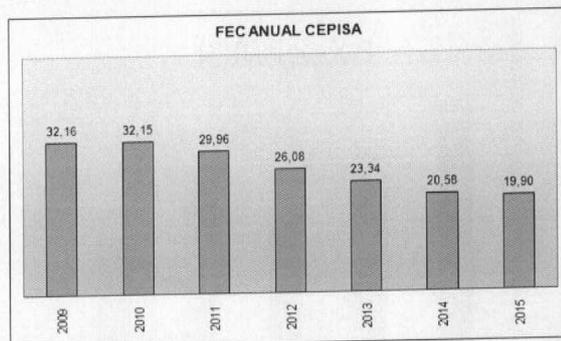
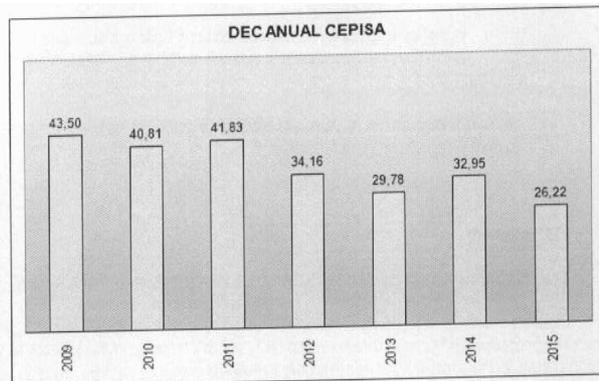
RESUMO POR CLASSE - CAMPANHA ESPECIAL DE ADIPLÊNCIA		
CLASSE	TOTAL DO DÉBITO	VALOR À VISTA
RESIDENCIAL	14.146.966,70	3.059.154,30
COMERCIAL	3.484.729,23	750.560,18
INDUSTRIAL	831.109,90	138.113,24
RURAL	780.482,32	166.458,13
TOTAL GERAL	19.243.308,15	4.114.285,85

7. DESEMPENHO OPERACIONAL

7.1. Qualidade no Fornecimento

A Companhia Energética do Piauí tem apresentado ao longo dos últimos anos um desempenho operacional com tendência de melhoria nos índices de DEC e FEC, como consequência dos investimentos que foram realizados, do novo modelo de gestão implementado com foco na melhoria continuada do desempenho, do programa de gerenciamento pelas diretrizes, com política de benchmarking, definindo-se metas e indicadores para todas as áreas da empresa.

A seguir são mostrados os gráficos da evolução dos indicadores de continuidade DEC e FEC da CEPISA no período de 2009 a 2015.



Com base nos gráficos apresentado acima, pode-se constatar uma melhora nos indicadores DEC e FEC no exercício de 2015 comparando com o ano de 2014. O DEC (número de horas em que, em média, cada cliente fica sem energia) encerrou o ano de 2015 com 20,4% de redução em relação a 2014, ao reduzir de 32,95 para 26,22 horas. O FEC (número de vezes em que, em média, cada consumidor fica sem energia) também apresentou evolução, ao reduzir de 20,58 para 19,90 horas, com retração de 3,3%.

Essa melhora corresponde em média, há 6,73 horas e 0,68 desligamentos a menos em cada unidade consumidora da CEPISA no período compreendido entre 2014 a 2015.

Os principais fatores que contribuíram para a melhoria dos indicadores de continuidade DEC e FEC em 2015 são apresentados abaixo:

- intensificação de lavagem nas subestações Tabuleiros, Parnaíba e Parnaíba II, área com grande índice de salitre;
- instalação de disjuntores 69KV nas saídas das linhas para as subestações União, Miguel Alves e São Pedro;
- energização da LT 69KV Campo Maior/Barras e do pólo de 69KV na SE Barras;
- aumento das equipes de linha viva ao potencial;
- substituição de 38 religadores obsoletos nas subestações por religadores Noja Power;
- implantação de automação simplifica em religadores de subestações.

7.2. Atendimento ao Consumidor

Em que pese à escassez de recursos, a Empresa continuou os investimentos na modernização dos processos de atendimento e no treinamento dos empregados. Destacam-se em 2015:

- Ampliação dos canais de atendimento - Unidade Móvel de Atendimento:

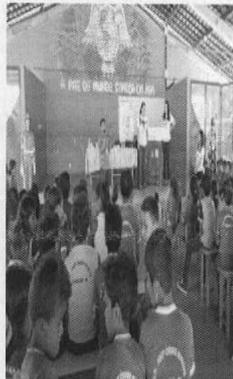
O atendimento comercial da Companhia ganhou mais versatilidade com a Unidade Móvel de Atendimento, permitindo levar atendimento a lugares mais remotos.



Unidade de Atendimento Móvel - EDPI

Projeto Eletrobras em Sua Cidade:

A mobilização de várias áreas da Empresa propiciou ampliar a aproximação com a comunidade, com a realização de atendimentos comerciais, realização de palestras educativas em escolas e associação de moradores com respeito a questões de uso seguro e racional da energia e distribuição de material educativo em praças e espaços públicos de grande circulação de pessoas, ocasião em que a equipe esclarece os consumidores que tem dúvidas sobre seus direitos e deveres.



Projeto Eletrobras em Sua Cidade

Certificação ISO 9001 e ISO 10002:

A Área de Atendimento aumentou o escopo da Certificação de seus Processos incluindo a ISO 10002:2005 e também o aumento de escopo da norma ISO 9001:2008, certificando o processo de geração e coleta dos dados dos indicadores de atendimento telefônico. Para atender as diretrizes da ISO 10002:2005 foi criado o Núcleo de Tratamento de Reclamações para o acompanhamento do prazo e das soluções dos problemas, com aperfeiçoamento das rotinas de feedback de forma a melhorar a qualidade do atendimento prestado. O escopo atual certificado é o descrito abaixo:

- ✓ coleta, apuração e fornecimento de dados do processo de tratamento de reclamações e dos padrões de atendimento comercial dos consumidores do serviço de energia elétrica;
- ✓ tratamento de reclamações dos consumidores;
- ✓ coleta e geração dos dados para apuração dos indicadores de qualidade do atendimento telefônico.

A certificação desses processos por entidades independentes enriquece o esforço da Empresa em melhor atender aos seus clientes.

Teleatendimento

O serviço de teleatendimento é prestado a partir de uma base em Teresina e outra em Brasília, com atendentes multi-skill, treinados para realizar atendimento para as seis empresas distribuidoras do grupo Eletrobras. Em 2015 ampliamos a utilização da URA – Unidade de Resposta Auditável, nos processos de atendimento e ampliamos em 33% a capacidade de atendimento simultâneo de chamadas.

8. ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Indicadores Econômicos

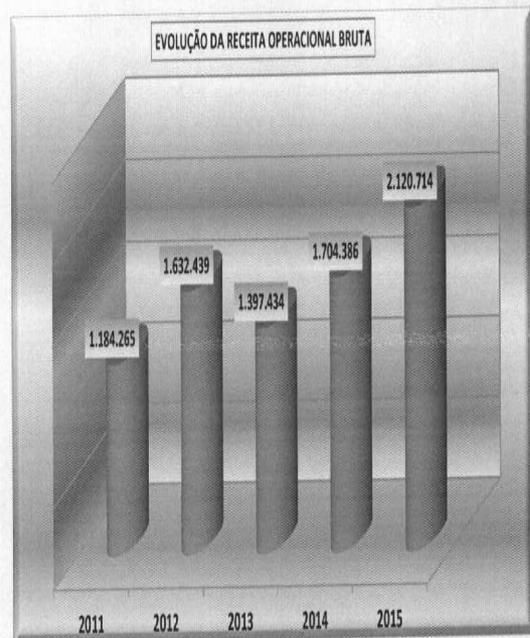
O desempenho econômico e financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras societária da Companhia do exercício de 2015.

Principais Resultados	2011	2012	2013	2014	2015	Variação % 2015/2014
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	1.184.265	1.632.439	1.397.434	1.704.386	2.120.714	24,4%
Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas (R\$ Mil)	379.037	449.723	378.523	412.809	825.326	99,9%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	805.228	1.182.716	1.018.911	1.291.577	1.295.388	0,3%
Custos e Despesas Operacionais	(730.143)	(1.179.810)	(1.377.054)	(1.121.459)	(1.713.731)	52,8%
Resultado do Serviço de Energia Elétrica (R\$ Mil)	75.085	2.906	(358.143)	170.119	(418.343)	-345,9%
Margem Operacional (%)	9,3%	0,2%	-35,1%	13,2%	-32,3%	-344,7%
Geração Operacional de Caixa (EBITDA) (R\$ Mil)	97.092	19.280	(329.267)	201.456	(383.307)	-290,3%
Margem EBITDA (%)	12,1%	1,6%	-32,3%	15,6%	-29,6%	-289,7%
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	(22.781)	(53.831)	(69.728)	(169.289)	(144.644)	-14,6%
Lucro (Prejuízo) do Período (R\$ Mil)	41.934	(50.925)	(427.871)	37.935	(562.987)	-1584,1%
Ativo Total (R\$ Mil)	1.035.639	1.323.679	1.131.441	1.585.185	1.556.502	-1,8%
Investimento (R\$ Mil)	299.974	314.648	207.085	132.432	158.655	19,8%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	(185.155)	(223.506)	(219.477)	(141.058)	(701.150)	397,1%

Desempenho Econômico e Financeiro

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia registrou em 2015 o montante de R\$ 2.120.714 mil, apresentando um crescimento de 24,4% em relação ao exercício anterior que foi de 1.704.386 mil. Dentro da receita de 2015 e 2014, está incluso o valor R\$ 171.661 mil e R\$ 126.130 mil, respectivamente, referente à apuração da receita de construção, conforme a Instrução do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01.



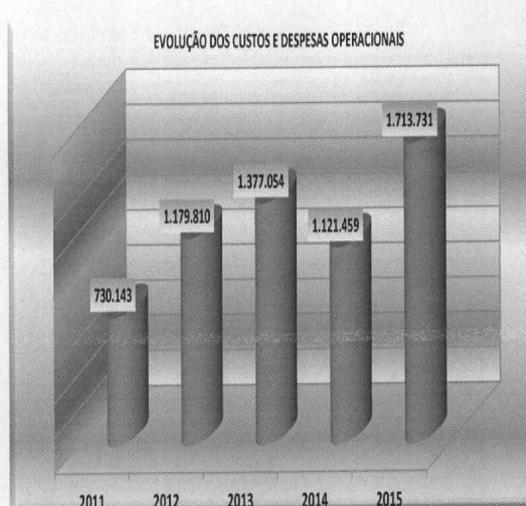
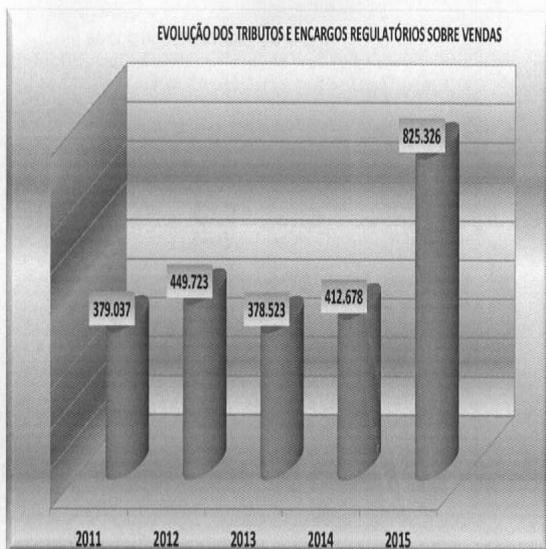
A receita operacional bruta é composta por receitas derivadas do fornecimento de energia elétrica, do uso da rede e energia de curto prazo, receita de construção (receita relativa a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica conforme Interpretação Técnica ICPC 01 e Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas) e outras receitas (arrendamentos e aluguéis, prestação de serviços, taxa de religação, doações, subvenções, etc). O quadro abaixo reflete a composição desta:

Receita Operacional Bruta	2014	2015	Variação	
			R\$ Mil	%
Fornecimento de Energia Elétrica	918.327	1.793.951	875.624	95%
Uso da Rdede e Energia de Curto Prazo	538.424	18.555	(519.869)	-97%
Receita de Construção - IFRIC 12	126.130	171.661	45.531	36%
Outras Receitas	121.505	136.547	15.042	12%
Total	1.704.386	2.120.714	416.328	24%

Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas no mercado cativos

A Companhia Energética do Piauí está entre os maiores contribuintes de tributos do Estado do Piauí, incidentes sobre vendas. Em 2015, esses tributos e encargos regulatórios totalizaram R\$ 825.326 mil, 99,9% maior do valor apurado em 2014 (R\$ 412.809 mil). O ICMS registrado em 2015 foi de R\$ 411.328 mil, com acréscimo de 48,1% em relação a 2014 R\$ 277.673 mil, representando 49,8% do total geral de tributos e encargos regulatórios do exercício.

Do total apurado com tributos e encargos regulatórios em 2015 de R\$ 825.326 mil, o montante de R\$ 597.988 mil corresponde a impostos e contribuições sociais, representando 72,5% e R\$ 227.338 mil de encargos regulatórios, com 27,5%. O montante de encargos regulatórios tornou-se bastante significativo em 2015 em virtude, principalmente, do registro dos encargos oriundos das bandeiras tarifárias, bem como das parcelas de amortização dos encargos referentes ao custo total das operações de créditos contratadas pela CCEE, por meio do recolhimento de contas anuais de CDE paga por todas as concessionárias de distribuição, na proporção de seus mercados cativos (Conta ACR).



Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida, que considera as deduções de impostos e encargos regulatórios sobre vendas, registrou em 2015 um montante de R\$ 1.295.388 mil, com um acréscimo de 0,3% em relação a 2014 que foi de R\$ 1.291.577 mil.

O resultado reflete o impacto proporcionalmente causado pelo reajuste tarifário ocorrido em agosto/15 aprovada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.949/2015, que gerou efeito médio percebido pelos consumidores cativos da ordem de 5,53%, bem como ao crescimento vegetativo do mercado. Além do relevante efeito causado pelo crescimento das deduções referentes aos tributos e encargos regulatórios sobre as vendas supracitados, bem como registro dos valores da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela 'A' - CVA.



Custos e Despesas Operacionais	2015	2014
Custo com Energia Elétrica	(941.285)	(601.543)
Energia Elétrica comprada para revenda	(870.089)	(731.953)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(77.498)	(48.881)
Repasse contas ACR/CDE	6.302	179.291
Custo de Operação	(329.677)	(288.486)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(212.974)	(190.316)
Depreciação e amortização	(34.452)	(30.566)
Outros	(82.251)	(67.604)
Custos de Construção	(171.661)	(126.130)
Despesas Operacionais	(271.108)	(105.300)
Total	(1.713.731)	(1.121.459)

Custos e Despesas Operacionais

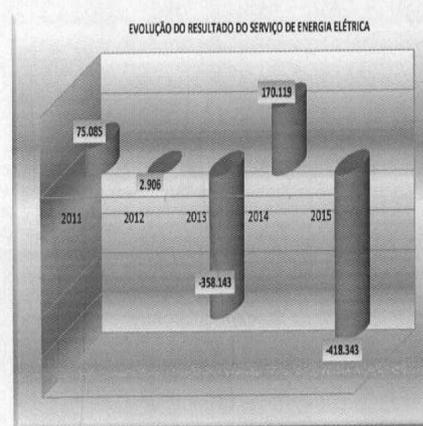
O custo do serviço com energia elétrica, custo de operação, custo de construção e as despesas operacionais totalizaram, em 2015 o montante de R\$ 1.713.731 mil, contra R\$ 1.121.459 mil em 2014, representando um acréscimo de 52,8%. Comparativamente ao exercício anterior, esse acréscimo foi impactado fortemente pelo aumento do custo de energia elétrica ocasionado, principalmente, pelos despachos das usinas térmicas, pelo aumento da parcela variável dos contratos por disponibilidade, desequilíbrio entre a tarifa média de compra de energia efetivamente praticada e reconhecida pela ANEEL e subcontratação pela exposição do Mercado de Curto Prazo, elevação do custo de pessoal em função de contratações de empregados e do ajuste salarial de 8,17% em decorrência do Acordo Coletivo de Trabalho, do registro de provisão do valor de recuperação dos ativos (impairment) representando o montante de R\$ 57.805 mil, do aumento das perdas com clientes devido à baixa dos créditos considerados incobráveis, com valor menor que R\$ 5 mil, em função do envelhecimento da dívida, das transferências realizadas em função de créditos vencidos há mais de um ano, em cobrança administrativa e judicial. Além de registros de ações movidas pelas empresas Veleiro Agrícola visando à indenização por danos materiais e lucros cessantes e pela empresa ENGESER Construções relativa a indenização por danos materiais (Processo nº 202495/2006).

Resultado do Serviço de Energia Elétrica e Margem Operacional

Com os efeitos dos fatos anteriormente mencionados o resultado do serviço atingiu o resultado negativo de R\$ 418.343 mil, inferior ao resultado de 2014 em 345,9% (2014 R\$ 170.119 mil). Com este resultado a margem operacional do serviço (resultado do serviço/receita operacional líquida), passou em 2014 de 13,2% para -32,3% em 2015, com uma redução de 344,7%.

Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A geração de caixa operacional expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA) em 2015 foi de R\$ 383.307 mil negativos, representando uma redução de 290,3% em relação aos R\$ 201.456 mil positivos registrados em 2014. A margem do EBITDA (EBITDA/receita operacional líquida) é de -29,6%, menor em 289,7% em relação a 2014.



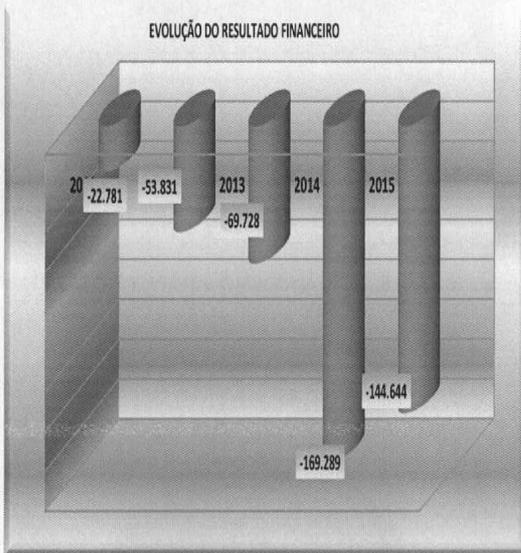
Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício de 2015 apresentou uma despesa líquida de R\$ 144.644 mil, inferior ao resultado em 14,6% em relação ao ano de 2014 que foi de R\$ 169.289 mil negativos. Este resultado decorreu principalmente em função dos encargos de dívida (R\$ 156.045 mil), variações monetárias de R\$ 60.538 mil e juros com R\$ 19.542 mil.

Cerca de 95,1% dos empréstimos e financiamentos contraídos por esta empresa foram firmados com a Eletrobras e, durante o exercício de 2015, em virtude do déficit operacional de caixa, não foi viabilizada a quitação do serviço da dívida adquirida. Para tanto, foram contratados novos empréstimos com a Eletrobras, o que acarretou o relevante crescimento dos encargos financeiros derivados dessas operações.

Apesar de negativo, o resultado financeiro apresentou um decréscimo em relação ao apurado em 2014. Tal fato deve-se ao crescimento da receita financeira, principalmente, oriunda da receita e atualização de CVA, conforme OCPC 08. Além disso, destaca-se a reclassificação das despesas financeiras com multas da ANEEL e demais penalidades para gastos diversos de despesas operacionais em obediência ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, versão 2015.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO

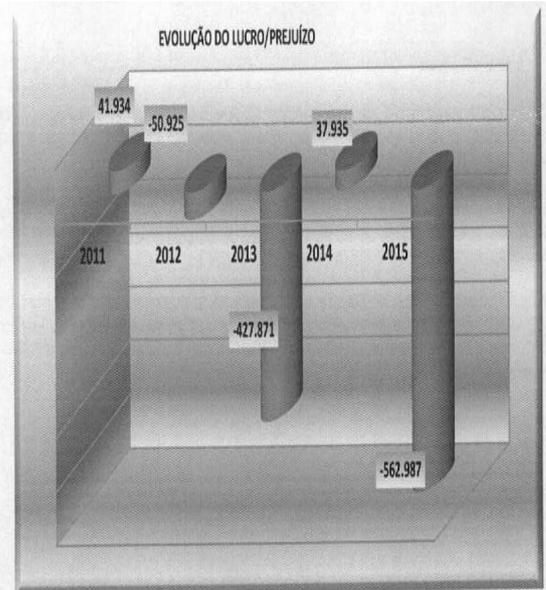


	2015	2014
Receitas	97.750	20.493
Rendimento de aplicações financeiras	1.010	820
Acréscimos moratórios	59.201	50.166
Variações monetárias ativas	11.081	5.721
Descontos financeiros	10.892	20.272
CVA	15.566	(56.486)
Despesas	(242.394)	(189.782)
Encargos de dívida	(156.045)	(98.651)
Juros PEE e P&D	(4.641)	(3.091)
Multas	(1.628)	(14.969)
Variações monetárias passivas	(60.538)	(44.559)
DIC/FIC - Res. 246 ANEEL		(2.902)
Juros	(19.542)	(25.610)
Resultado Financeiro	(144.644)	(169.289)

Resultado do Exercício

O Resultado do ano de 2015 registra um prejuízo de R\$ 562.987 mil, que comparado ao exercício de 2014, que teve um lucro líquido de R\$ 37.935 mil, teve uma variação negativa de 1.584,1%.

EVOLUÇÃO DO LUCRO/PREJUÍZO

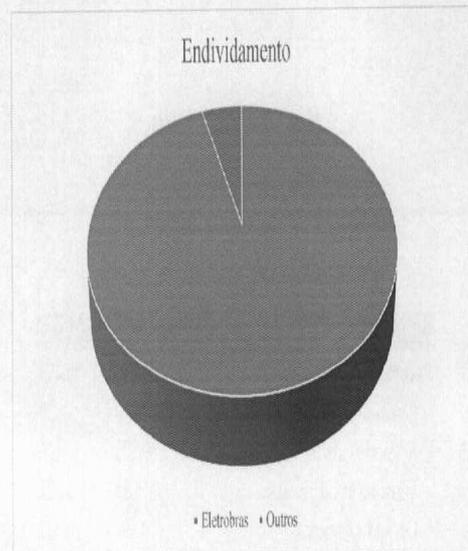


Endividamento

Em 31 de dezembro de 2015, os financiamentos e empréstimos totalizaram R\$ 1.281.447 mil, em 2014 R\$ 1.058.561 mil. Desse total, a Eletrobras é credora de R\$ 1.218.306 mil, equivalente a 95,1%.

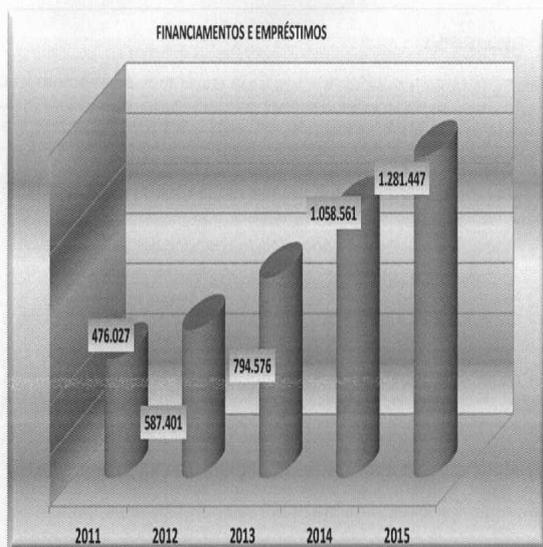
A maioria dos empréstimos adquiridos no exercício de 2015 foram contratados com a Eletrobras e objetivaram a quitação do serviço da dívida dos demais empréstimos e financiamentos firmados com a mesma.

Endividamento



Nos saldos dos financiamentos e empréstimos houve um acréscimo decorrente de aporte de recursos oriundos da Eletrobras e da Caixa Econômica Federal.

Financiamentos e Empréstimos (R\$ Mil)	2011	2012	2013	2014	2015
Eletrobras	463.267	578.371	785.904	1.020.658	1.218.306
CHESF	3.064	-	-	-	-
Outros	9.696	9.030	8.672	37.903	63.141
Total	476.027	587.401	794.576	1.058.561	1.281.447



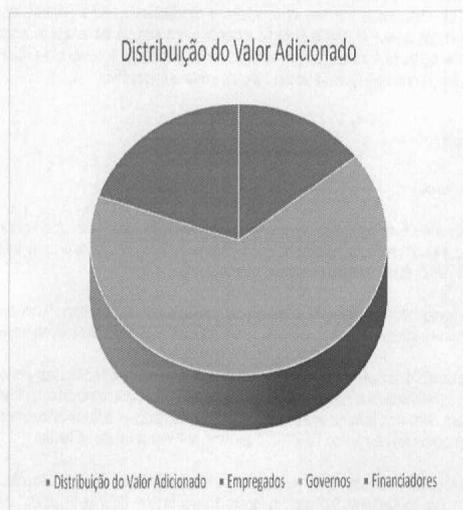
Valor Adicionado

O valor adicionado tem a função de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada pela Companhia, e como essa riqueza foi distribuída entre os diversos atores que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua geração, tais quais: os empregados que forneceram a mão de obra, os investidores que forneceram o capital, os financiadores que emprestaram os recursos e o governo que forneceu a lei e a ordem, infraestrutura sócio-econômica e os serviços de apoio.

Constitui assim, o valor adicionado, a receita de venda, deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. É, portanto, o quanto a Companhia contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) da região.

O valor econômico gerado pela Companhia em 2015, conforme o balanço societário foi de R\$ 1.255.331 mil, superior ao valor adicionado de 2014, que foi R\$ 736.832 mil, em 70,4%. Este valor representa a contribuição da Companhia para o crescimento nacional, especialmente para o Estado do Piauí e região nordeste.

Este valor foi devolvido à sociedade em forma de salários, encargos e benefícios aos empregados, impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estadual e municipais e pagamentos a fornecedores pela aquisição de bens e serviços e juros aos financiadores.



Distribuição do Valor Adicionado	2015	2014	Variação	
			R\$ Mil	%
Empregados	181.593	166.639	14.954	9,0
Governos	825.325	375.702	449.623	119,7
Financiadores	246.391	194.491	51.900	26,7
Total	1.253.309	736.832	516.477	70,1

Estrutura Societária

A Companhia Energética do Piauí, sociedade anônima de economia mista, de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na prestação de informações, para que a Holding possa manter a negociação das suas ações por meio de American Depositary Receipts (ADR), nível 2, bem como participar do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE – Bovespa).

Em 2015, o Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 1.272.747 mil, sendo R\$ 1.215.434 mil em ações ordinárias e R\$ 57.313 mil em ações preferenciais. A quantidade de ações apresentou a seguinte composição:

Espécie/Classe das ações	Ações		
	R\$ Mil	Quantidade	%
Ordinárias	1.215.434	744.131.334	95,5%
Preferenciais - Classe "A"	31.871	19.310.694	2,5%
Preferenciais - Classe "B"	25.442	15.781.524	2,0%
Total	1.272.747	779.223.552	100,0%

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei.

As ações preferenciais não têm direito de voto na assembleia geral de acionistas e gozarão das seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição e recebimento de dividendos anuais de até 10% (dez por cento), calculados sobre o valor da parcela do capital representado pelas ações preferenciais classe "A";
- Montante de dividendos equivalente no mínimo a 10% (dez por cento), calculados sobre o valor da parcela de capital representado pelas ações preferenciais Classe "B"; e,
- Prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

Relacionamento com auditores independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Energética do Piauí informa que utiliza os serviços de auditoria independente da empresa KPMG no Brasil, contratada pela Holding para a execução dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do sistema Eletrobras, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a referida empresa de auditoria também é contratada para a execução dos serviços de auditoria independente nas demonstrações financeiras regulatórias e que não possui nenhum outro contrato de prestação de serviço com a citada empresa que não os referentes aos próprios serviços de auditoria nas demonstrações financeiras societárias e regulatórias.

9. RECURSOS HUMANOS

9.1. Administração de Pessoal

Em 2015, a Companhia Energética do Piauí intensificou o trabalho de orientação quanto às disposições legais e normativas referentes aos direitos trabalhistas, emitindo comunicados quanto à necessidade de observância dos intervalos de descanso e alimentação. Ao mesmo tempo, fez um esforço no sentido de inibir o trabalho em horário extraordinário.

A empresa prosseguiu admitindo, por força de decisões judiciais, candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 2007, tendo encerrado o exercício com 04 (quatro) novas contratações alusivas a Profissionais de Nível Fundamental, distribuídos nas diversas Diretorias.

No que tange ao concurso público Nº 01/2014, foram iniciadas as convocações em janeiro de 2015, sendo admitidos, durante o ano, 146 (cento e quarenta e seis) aprovados, destacando-se o reforço ocorrido na equipe do SESMT com a contratação de um Engenheiro e dois Técnicos de Segurança do Trabalho. Além disso, houve destaque para eletricitistas e leituristas visando à substituição de colaboradores terceirizados, para fazer face ao acordo homologado nos autos do Processo 5014/2005 que tramita na 4ª Vara do Trabalho em Teresina.

Em março, foram admitidos 38 (trinta e oito) aprovados no Processo Seletivo Público para Jovem Aprendiz, com amparo legal na Consolidação das Leis do Trabalho, Capítulo IV - Da Proteção do Trabalho do Menor, na Lei nº. 10.097, de 19/12/2000.

Quanto às demissões, a Companhia finalizou o ano com 18 (dezoito) desligamentos, sendo 13 (treze) a pedido dos empregados, 03 (três) por falecimento e 02 (duas) demissões pela empresa, por inabilitação no período de experiência.

9.2. Desenvolvimento e Educação

Reafirmando seu compromisso social, a Empresa manteve a operacionalização do Programa de Estágio em 2015, oferecendo 25 (vinte e cinco) vagas de estágio para estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior e Nível Médio Técnico. No final do exercício de 2015, a empresa elevou o número de vagas para 31 (trinta e um), sendo 05 (cinco) de nível médio técnico e 25 (vinte e cinco) de nível superior.

Do mesmo modo, manteve o Programa Jovem Aprendiz, com 38 (trinta e oito) jovens aprendizes admitidos em 2015 e aprovados em Processo Seletivo Público, sendo os respectivos contratos válidos até março de 2017.

Seguindo, desta feita, com ações voltadas para o desenvolvimento das competências dos colaboradores, através da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas, a Empresa atingiu a marca de 34.043 (trinta e quatro mil e quarenta e três) horas de treinamento, com destaque para as seguintes ações educacionais: Proteção da Distribuição; Oficina reflexão sobre gênero e raça na prática organizacional; Formação de preposto; gerenciamento de serviço de TI; Infraestrutura de medição avançada; E-social versão 2.0; Curso de Libras; Treinamento para utilização dos

manuals ambientais; Manutenção preventiva; programa de compliance; auditoria trabalhista; Análise preliminar de riscos; Direção defensiva; Processo administrativo disciplinar – PAD; Construção de rede de distribuição compacta e multiplexada; Procedimento Operacional Padrão – POPs; Reciclagem em NR-10 e SEP; CIPA dentre outros.

9.3. Benefícios e Bem-Estar

A diversidade de benefícios disponibilizados pela empresa aos colaboradores merece destaque, visto que são incentivos relevantes como: Auxílio Alimentação; Assistência Médica; Reembolso Medicamentos/Farmácia; Vale Transporte; Auxílio Babá/Creche; Auxílio Educação (filhos); Incentivo à Educação Superior (empregado); Reembolso Academia e outros benefícios, contribuindo efetivamente para o bem-estar dos colaboradores.

Somando-se a esses benefícios, em 2015, dentro das ações do Plano de Segurança elaborado para atender as recomendações da ANEEL, a empresa deu início ao "Programa Mais Vida", que consiste em conscientizar as famílias dos empregados sobre a saúde e segurança no trabalho. O programa apresentou uma temática relativa a fatores que poderiam contribuir para redução das estatísticas de acidentes do trabalho, quais sejam: Prevenção contra acidentes típicos e de trajeto; O que são EPI's e importância do uso; Alimentação saudável e atividade física para melhorar o desempenho e segurança no trabalho; Dependência química: fenômeno que provoca acidentes; Equilíbrio emocional: fator fundamental para a segurança no trabalho; Vulnerabilidade e risco de acidentes quando as finanças estão fora de controle.

Considerando que o desenvolvimento do programa ocorreu inicialmente nas cidades do interior, cabe destacar que foram realizadas simultaneamente visitas domiciliares proporcionando uma integração entre empresa e familiares, além de identificar alguns fatores do ponto de vista social, que impactam no desempenho sociofuncional dos empregados, demonstrados através de relatórios sociais.

Ainda no escopo dos Benefícios e Bem-Estar, vale mencionar as ações implementadas pela Empresa com o intuito de promoção da saúde, dentre elas a campanha interna contra a dengue e a campanha de vacinação contra a gripe.

9.4. Segurança do Trabalho

Esse tema demanda grande esforço da empresa, considerando a natureza de sua atividade-fim, que é a distribuição de energia elétrica. De modo que foi criado dentro do Plano de Segurança apresentado à ANEEL, um Plano de inspeções monitorado mensalmente.

Tendo em vista o cumprimento do plano, em 2015, a empresa reforçou a equipe da Gerência de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT com a contratação de dois técnicos de segurança do trabalho e de um engenheiro de segurança do trabalho, o que propiciou o incremento nas inspeções de segurança tanto nas equipes próprias quanto nas terceirizadas.

Quantitativamente, em 2015, foram realizadas 464 (quatrocentas e sessenta e quatro) inspeções, das quais 198 (cento e noventa e oito) em equipes terceirizadas e

266 (duzentas e sessenta e seis) em equipes próprias. Momento em que foi visitado o cumprimento das normas e procedimentos de segurança, a utilização dos fardamentos antichama e demais Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, bem como Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs e, paralelamente, a realização de seminários de conscientização da necessidade de priorizar a segurança no trabalho.

Por fim, há de se ressaltar a realização de ações como a "Blitz de Segurança", objetivando a realização de ações preventivas e corretivas no âmbito da segurança do trabalho, buscando, ainda, a integração das equipes.

9.5. Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI

No exercício de 2015, a Diretoria Executiva da FACEPI juntamente com a Patrocinadora, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, colaboradores e consultores vêm buscando, com dedicação, transparência e ética, melhorar a interação e satisfação dos participantes ativos e assistidos.

Em meio a um cenário difícil para todas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no ano de 2015, influenciado principalmente por grandes oscilações nas bolsas de valores, registrando queda acumulada no exercício de 13,3% e inflação elevada de 10,67%.

A FACEPI – Fundação CEPISA de Seguridade Social, que administra dois planos de benefícios patrocinados pela Eletrobras Distribuição Piauí, um Plano BD, um Plano CV e o PGA (Gestão Administrativa), conseguiu encerrar o exercício com uma rentabilidade positiva de 9,96% no Plano BD, 10,47% no Plano CV e 10,95% no Plano PGA, ficou acima da média se comparada às rentabilidades dos fundos de previdência privada, que foi de 7,5%, no referido ano.

Esses resultados foram possíveis devido ao cumprimento da seleção de ativos, alinhados com estratégias de longo prazo adotado pela Entidade com base no Estudo de ALM e suas Políticas de Investimentos.

A FACEPI encerrou o ano de 2015 com 615 participantes ativos, 605 aposentadorias programadas, 47 aposentadorias por invalidez, 260 pensionistas e 15 auxílios funeral concedidos, totalizando R\$ 18 milhões no exercício, todos no Plano BD. Já o Plano CV encerrou o exercício de 2015 com 326 participantes ativos, 33 aposentadorias pelo Benefício Proporcional Diferido, e 03 pensionistas, com valor total pago de R\$ 330 mil. Com esses benefícios a FACEPI cumpre o seu objetivo e fortalece a política de recursos humanos da Patrocinadora.

10. GOVERNANÇA CORPORATIVA

10.1. Estrutura de Governança Corporativa

A Governança Corporativa da Companhia é representada pelos relacionamentos da Administração Superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Comitê de Gestão de Riscos, Comitês Internos e Ouvidoria.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente, para todas as empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para atribuir características de confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e com a legislação específica pertinente.

10.2. Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para aumento do Capital Social; reformulação do Estatuto Social; e para deliberar sobre outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2015, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2014; eleger os membros do Conselho de Administração; eleger os membros do Conselho Fiscal; e fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Foram realizadas três Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) em 2015. A primeira ocorreu no dia 19/08/2015 e teve como objetivo a eleição de membro para o Conselho de Administração. A segunda foi realizada no dia 09/12/2015 objetivando o aumento do capital social da Companhia em R\$ 16.415.949,63 (dezesseis milhões, quatrocentos e quinze mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos), referente à variação monetária de recursos já aportados a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), referida em 30/08/2014, para fins de integralização do capital subscrito, passando o Capital Social da empresa para R\$ 1.272.747.054,06 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões, seicentos e quarenta e sete mil, cinquenta e quatro reais e seis centavos); e alteração da redação do Artigo 5º do Estatuto Social, que dispõe sobre o capital social da Companhia. A terceira assembleia extraordinária foi realizada no dia 29/12/2015 com o objetivo de aprovar a assinatura de termo aditivo de prorrogação do Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, nº ANEEL 004/2001, da Companhia Energética do Piauí, a ser firmado com o Ministério de Minas e Energia - MME, para atendimento a todos os Municípios do Estado do Piauí. Por instrução de voto da Diretoria Executiva das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS), nos termos da decisão proferida em sede da 16ª Assembleia Geral Extraordinária da

Eletrobras, realizada no dia 28.12.2015, que foi deliberada a retirada de pauta da matéria concernente à prorrogação da concessão da controlada Companhia Energética do Piauí (CEPISA) nº ANEEL-004/2001, nos termos do Decreto número 8.461, de 02 de junho de 2015, do Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica número 3.540, de 20 de outubro de 2015, do Ofício número 3/2015-SE-MME e da minuta do instrumento contratual divulgado pela ANEEL.

10.3. Conselho de Administração

Instância máxima da Administração da Companhia, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição. Dentre os membros do Conselho de Administração é escolhido o Diretor-Presidente da Empresa. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto dos seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente. Em 2015, este Colegiado se reuniu 20 (vinte) vezes.

10.4. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, com direito a reeleição, que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Gestão; Finanças; Planejamento e Expansão; Comercial e Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais. As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2015, foram realizadas 53 reuniões.

10.5. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um dos membros efetivos e o seu suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2015, este Colegiado reuniu-se 12 vezes para cumprir suas atribuições legais, dentre as quais, fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu 01(um) parecer no ano de 2015, relativo à análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, com manifestação favorável e recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária.

10.6. Vivendo a Ética Empresarial

O modelo de gestão adotado pela empresa é baseado nos princípios estabelecidos no Código de Ética, que se comprovam pelas práticas:

- 1) Valorização da vida manifestada pelas ações de promoção da saúde e segurança do trabalho, ao minimizar os riscos de acidentes no trabalho com empregados e terceiros, cumprir normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, fornecer equipamentos de proteção individual e coletiva, facilitar a acessibilidade para pessoas com deficiência física, promover vacinação de empregados, campanhas preventivas de saúde e conceder plano de medicina assistencial para empregados e dependentes.



- 2) No tocante à integridade, cabe ressaltar a importância da implantação do Programa de Compliance para o combate à corrupção. O canal de denúncia é uma ferramenta disponível no site da empresa para envio de denúncias sobre corrupção, fraudes contábeis e financeiras e atitudes que afetem os controles internos da empresa.
- 3) A transparência das ações, decisões, bem como os controles internos seguem critérios de comunicação acessível, através de instrumentos como as portarias, normativos, resoluções, relatórios. Os balanços contábeis e financeiros são validados por auditores independentes e publicados em jornais de grande circulação, Diário Oficial da União, portal da ANEEL e disponibilizados para os fins de interesse público. As licitações são divulgadas no portal do Banco do Brasil e os contratos no portal da transparência pública, criado pelo Governo Federal, com o objetivo de aumentar a transparência da gestão pública, cujo link para acesso está disponível na página inicial do site da empresa.
- 4) A empresa executa as suas atividades de forma sustentável, de acordo com os princípios estabelecidos nas Políticas Corporativas, tais como: Política de Responsabilidade Social, Comunicação, Sustentabilidade e Política Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente, mantendo o engajamento com os públicos de interesses das empresas da Eletrobras. Desenvolve programas de eficiência energética e sensibiliza a população, através de palestras educativas, para a importância do uso racional de energia elétrica.
- 5) O Código de Ética, único para as empresas do grupo Eletrobras, é divulgado no site da Eletrobras Distribuição Piauí e o instrumento impresso disponibilizado para todos os empregados para conhecimento e aplicação nas decisões e práticas. A Comissão de Ética constituída tem a prerrogativa de zelar pelo cumprimento do Código de Ética por todos os colaboradores. Ressalte-se que na contratação de novos empregados, a Comissão de Ética através de palestra educativa aborda os princípios éticos e compromissos de conduta para que sejam incorporados os valores contidos no respectivo código. No sentido também de incorporar os princípios éticos, consta nos contratos com fornecedores e prestadores de serviço uma cláusula específica para cumprimento, no que couber, do Código de Ética da Eletrobras Distribuição Piauí.

10.7. Auditoria Interna

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais, com o objetivo de analisar a gestão das mesmas e verificar procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, cumprimento de diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Os trabalhos são planejados seguindo orientação de uma matriz de risco elaborada pelos técnicos da unidade de Auditoria Interna onde contempla a maioria dos processos existentes na Empresa. Outros instrumentos são as demandas dos órgãos de controle (CGU/TCU/ANEEL), solicitações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Auditoria Interna da Holding.

Em 2015, foram realizados 11 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 01/2007, de 03/01/2007, da Controladoria Geral da União - CGU, tendo como base de planejamento, os recursos humanos disponíveis no exercício de 2014, num total de 03 (três) empregados, o que corresponde a um total de 5.124 homens/horário.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) se dá de forma ininterrupta, durante todo o exercício, para cumprir as disposições legais quanto aos procedimentos da auditoria anual de contas, pelo órgão de controle interno, para organização e formalização das peças que constituem o processo de contas e para atender a demandas de rotina que fazem parte das atribuições dos mesmos.

10.8. Gestão de Riscos

10.8.1. Seguros

Em 2015, foi renovado o contrato de seguro de bens patrimoniais (operacionais e administrativos) por mais 12 meses, com a possibilidade de ser rescindido com a implementação da Política Corporativa de Seguros Operacionais conforme determinado na CTA-PR 208/2015 - Circular. Neste sentido, já foram selecionados os ativos em serviço para fins de avaliação, com vistas a dar cumprimento ao prazo determinado para unificação.

10.8.2. Riscos Patrimoniais

Foram priorizados a análise/avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos para gestão de ativos, terceirização e primarização, e inadimplência.

Visando mitigar riscos de sinistros em substâncias foram priorizadas as três substâncias com maior valor em risco (jóquei, marquês e macaúba) e elaborado plano de ação para execução de melhorias pelas áreas de manutenção e operação. O resultado deste trabalho foi acompanhado e divulgado através de Reuniões de Resultados (gestão à vista).

10.8.3. Controles Internos

Em agosto/2015 a Consultoria Deloitte iniciou os trabalhos voltados para a Certificação Sox-2015, com o mapeamento dos processos e subprocessos considerados relevantes a partir de cálculos de materialidade.

Também foram iniciados os trabalhos de atualização dos controles internos com mapeamento de novos Subprocessos voltados a atender os controles relacionados aos 17 princípios e pontos focais associados à nova estrutura do COSO 2013.

Até o mês de dezembro/2015 foram concluídos 100% do Mapeamento de Processos (narrativas, matrizes de objetivos de controles, e fluxos), 100% do diagnóstico dos princípios do COSO e 100% do 1º Ciclo dos Testes de Administração, demonstrando um efetivo cumprimento do cronograma definido para execução dos trabalhos.

10.8.4. Programa Anticorrupção - Compliance

Com a implementação do Programa de Compliance focado em questões ligadas a fraude e corrupção na condução das atividades das Empresas Eletrobras, foram desenvolvidos trabalhos voltados à disseminação do programa a todos os empregados da empresa, de forma que foram alcançados os seguintes resultados: 164 (cento e sessenta e quatro) pessoas treinadas, envolvendo áreas com maior exposição a risco, gerentes, comitê gestor, assistentes, diretores e conselheiros; distribuídos 1.222 exemplares do Programa de Compliance e Guias de Colaboradores; e divulgação ampla do Programa através de banners, papel de parede nas áreas de trabalho de todos os computadores e e-mails corporativos.

11. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

A Companhia Energética do Piauí em consonância com a sua missão de atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável, em 2015, realizou ações voltadas para responsabilidade social, sustentabilidade e respeito ao meio ambiente.

A Empresa atuou no programa pró-igualdade e gênero, observando o recorte de gênero e raça para um desenvolvimento social e econômico equânime, com respeito e valorização do ser humano; contribuiu para a conservação do meio ambiente e viabilizou a inclusão social e a geração de renda da comunidade piauiense. Além disso, desenvolveu ações educativas direcionadas ao público interno na redução de materiais de escritório como: papel, água, energia elétrica e copos, bem como esteve presente nas comunidades orientando a população sobre o uso racional e seguro de energia elétrica, divulgando os benefícios da tarifa social, os direitos e deveres do consumidor e a eficiência energética, além do atendimento comercial.

11.1. Ações de Sustentabilidade

A Política Corporativa de Sustentabilidade, das empresas Eletrobras, estabelece diretrizes para o tratamento das questões relacionado à responsabilidade social, ao meio ambiente, à solidez econômico-financeira e a governança corporativa.

Além das diretrizes, a Política aponta as responsabilidades das diretorias das empresas, do Comitê de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras e das unidades organizacionais.

Esta Política representa um compromisso das empresas Eletrobras com a sustentabilidade, conceito que vem se tornando essencial para as empresas ao equilibrar as oportunidades de negócios, as necessidades atuais da sociedade e o bem-estar das gerações futuras.

A Companhia Energética do Piauí tem procurado fortalecer o conceito de Sustentabilidade e para isso vem desenvolvendo ações, envolvendo toda a sua força de trabalho, com o intuito de alcançar a promoção da mudança de cultura ancorada no trabalho responsável. Nesse sentido, a Companhia desenvolveu as seguintes ações no ano de 2015:

11.1.1. Programa de Equidade de Gênero e Raça:

Em 2015, a Companhia conquistou o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça referente à 5ª edição, conferido pela Secretaria de Política para as Mulheres (SPM). O selo é concedido às empresas que executam ações para a promoção da igualdade de gênero e raça no ambiente de trabalho e obtém bons resultados nessa empreitada. Em 2010, foi a primeira vez que a Companhia Energética do Piauí foi agraciada com o recebimento do Selo.

Dentre as ações desenvolvidas que culminaram com o reconhecimento da Companhia, estão: realização de oficina, para empregados e fornecedores, sobre a necessidade de equidade entre os gêneros e raças no ambiente laboral; formação de um Comitê permanente para discutir o tema e propor ações; elaboração do Plano de

Carreira e Remuneração com objetivo de identificar e corrigir diferenças salariais entre os gêneros; implantação de um programa de Qualidade de Vida com estímulo aos cuidados com a saúde de homens e mulheres e adoção de hábitos saudáveis; e realização de campanhas afirmativas de gênero e raça ao público interno e/ou externo.

11.1.2. Projeto de Coleta Seletiva:

A Companhia deu continuidade ao Projeto de Coleta Seletiva que tem como objetivo a redução do descarte de materiais reciclados, em conformidade ao Decreto nº 5.940/06, no qual estabelece a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Além da destinação final adequada desses resíduos, o programa contribuiu para a conservação do meio ambiente e viabilizou a inclusão social e a geração de renda para inúmeras famílias da capital piaulense. Nesse sentido, em 2015, foram recolhidas aproximadamente 20 toneladas de resíduos recicláveis, dentre os quais, papel, papelão e madeira destinados à associação de catadores, contribuindo assim para geração de renda. Os demais resíduos são recolhidos pelas empresas municipais de coleta.

11.1.3. Projeto Consumo Consciente:

Em 2015, a Empresa desenvolveu diversas ações educativas direcionadas ao público interno que objetivam orientar quanto ao consumo consciente e responsável de materiais de escritório como: papel, água, energia elétrica e copos descartáveis que contribuíram para as mudanças de hábitos, reduzindo os impactos ambientais e o desgaste do meio ambiente. Com essa finalidade, a Companhia adquiriu canecas para a substituição de copos descartáveis.

Vale acrescentar que é realizado sistematicamente o levantamento de informações sobre os indicadores acima mencionados. Com base na análise dos dados levantados, constatou-se a redução de alguns dos indicadores monitorados, quando comparados aos valores registrados em 2014, tais como: consumo de energia elétrica nas instalações interna da Companhia (classe consumo próprio KWh), redução de combustíveis e redução do consumo de água nas atividades administrativas.

11.1.4. Projeto e Ações Sociais:

Em busca do fortalecimento dos princípios Responsabilidade Social e de Sustentabilidade, foram realizadas diversas ações de promoção à cidadania, educação e atendimento ao consumidor, o que resultou para a Companhia um investimento de aproximadamente R\$ 93,0 (noventa e três mil reais), cabendo ressaltar as seguintes ações:

• Cozinha Brasil:

A Companhia deu continuidade às ações realizadas em parcerias com o Serviço Social da Indústria – (SESI) e a Associação Piaulense das Primeiras Damas – APPD, levando o Projeto Cozinha Brasil a inúmeras comunidades do Estado do Piauí.

O referido projeto tem como objetivo instruir a população no manuseio e preparo de gêneros alimentícios de baixo custo com alto valor nutritivo, de forma a evitar o desperdício e contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Em 2015, o projeto foi realizado em localidades carentes dos Municípios de Eliseu Martins e Fronteiras do Piauí.

• Ação Global:

Houve participação desta Empresa no Programa Ação Global, em parceria com o Sesi, com a distribuição de material didático, de forma a prestar esclarecimentos à população quanto ao uso racional e seguro de energia elétrica, direito e deveres dos consumidores, tarifa social de energia elétrica, bandeiras tarifárias, incentivo à irrigação e à aquicultura e outros.

• Feiras nos Municípios:

A Empresa participou de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária em vários Municípios do Estado do Piauí, por meio dos seus empregados voluntários e parceiros. Desenvolveu programas de promoção da cidadania distribuindo cartilhas com orientações para o consumidor quanto a seus direitos e deveres, dicas de consumo consciente e eficiência energética. A Empresa também realizou palestras de abordagem a assuntos de interesse do consumidor.

11.2. Meio Ambiente

A Empresa para realizar sua missão de maneira responsável, procura executar as atividades de distribuição de acordo com os princípios estabelecidos pela Política Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente, cumprindo a legislação ambiental. Em consonância com essa legislação nacional a Eletrobras tem uma legislação e Política própria – Política de Meio Ambiente e de Sustentabilidade - que orientam quanto ao tratamento das questões ambientais. Nesse contexto, em 2015, foram aprovados os Manuais Ambientais para Procedimentos Operacionais.

Os empreendimentos executados pela Companhia, com impacto nos recursos ambientais, são feitos com solicitação prévia de licenciamento aos órgãos estadual ou municipais conforme a competência. As licenças são solicitadas ao SISNAMA e IBAMA, nos formatos de licenças prévias (LP), licenças de instalação (LI), autorização de supressão de vegetação (ASV) e licenças de operação (LO), bem como dispensas de licenciamento ambiental com a declaração de baixo impacto ambiental.

As questões ambientais ainda são monitoradas através de indicadores e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, para aferir os resultados da gestão ambiental. Tais indicadores encontram-se alinhados aos objetivos estratégicos e metas corporativas. Dentre as ações monitoradas, têm-se: Passivos, Licenciamentos e Inspeções Ambientais.

Vale ressaltar, por outro lado, a implantação do Sistema IGS, que objetiva estabelecer um conjunto de indicadores de desempenho socioambiental que dê suporte ao processo de Gestão de Sustentabilidade Empresarial. Este sistema, já consolidado, possui um banco de dados para armazenamento, edição e consulta das informações relacionadas com os indicadores estabelecidos.

11.2.1. Projeto Logística e Manufatura Reversa

Diante do volume gerado pelo descarte de equipamentos com a realização do Projeto Substituição de Medidores Obsoletos, a Empresa assumiu o compromisso de adotar critérios ambientalmente corretos quanto a destinação dos medidores obsoletos, através de leilão público, com o Projeto de Logística Reversa, atendendo as medidas de mitigação constantes no sumário executivo do Relatório Sociambiental do Projeto Energia+. Dentro dos seus conceitos está a sua logística reversa, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento, nos seus respectivos ciclos produtivos de destinação.

Em agosto de 2015, a Companhia Energética do Piauí fez a entrega do último lote de medidores obsoletos, objeto do 1º Leilão de logística e manufatura reversa do Projeto Energia+, sendo entregue à empresa vencedora do certame licitatório, a quantidade de 20.000 (vinte mil) unidades de medidores obsoletos, perfazendo o total de 100.000 (cem mil) unidades de medidores.

11.2.2. Manuais ambientais

Por meio do Projeto Energia+ foi definida a necessidade de estabelecer e internalizar um padrão de boas práticas com relação ao meio ambiente nas Empresas de Distribuição da Eletrobras. Assim, foram elaborados Manuais para normalização e padronização de procedimentos operacionais na área ambiental, relativos aos seguintes temas: Execução de Obras, Gestão de Resíduos Perigosos e Gestão de Resíduos Sólidos.

A elaboração dos Manuais foca em seus objetivos apresentando os conceitos, definições, processos e técnicas de forma a promover a sistematização e padronização dos procedimentos para dar suporte à gestão socioambiental, adequada à tipologia dos projetos e às regiões onde se localizam as EDE, de forma a promover a adequada gestão ambiental.

Os manuais ambientais, dessa maneira, visam auxiliar as equipes próprias das EDE à gestão ambiental no desenvolvimento de atividades utilizadoras de recursos naturais ou que possam ocasionar danos ao meio ambiente, na atuação da empresa como executora dos serviços, gestora ou fiscalizadora. Ao mesmo tempo, ainda, são importantes para a elaboração dos contratos de prestação de serviços e para a inspeção dos mesmos, bem como, para todo o corpo de colaboradores das EDE, com fins de se evitar os riscos à saúde dos trabalhadores, da população em geral e do meio ambiente como um todo.

11.2.3. Programa de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa

Este programa foi institucionalizado em 2013, através de Termo de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas. Nesse compromisso, foram estabelecidas metas de redução, no período de 2013 - 2015, entre 2,79% e 5% do uso de combustíveis fósseis em unidades móveis e de aprovação do Plano de Ação com responsabilidade de diversas áreas da empresa, com vistas ao alcance das metas estipuladas.

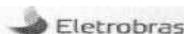
Neste contexto, o consumo de energia elétrica - KWh (próprio) apresentou uma redução em de 7,24% em relação ao ano de 2014. Quanto ao consumo de combustíveis fósseis (m³), a redução em 2015 foi de 1,03% em relação ao ano de 2014.

Ressalte-se que não foi alcançada na Companhia, a meta estabelecida para o consumo de combustíveis fósseis.

12. BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social é um demonstrativo publicado pela Companhia, reunindo um conjunto de informações sobre os planos, projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas, clientes, fornecedores, empresas parceiras, terceiros e demais envolvidos, constituindo-se em um meio de dar transparência às atividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo com a sociedade.

A seguir apresenta-se o Balanço Social da Companhia com os principais indicadores e informações de seus colaboradores e comunidade a qual está inserida, relativas ao exercício de 2015, com base no modelo do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.



(Valores expressos em milhares de reais)

I - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA:	Em 2015			Em 2014		
		% governo % acionistas	% empregados % financiadores % outros		% governo % acionistas	% empregados % financiadores % outros
Distribuição de Valor Adicionado Obs.: A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Df's.						
II - RECURSOS HUMANOS:						
2.1 - Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	R\$ 181.593,00			R\$ 166.638,00		
- Empregados	180.605			166.982		
- Administradores	988			656		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	0,26			14,30		
- Administradores	0,1			10,0		
2.2 - Benefício Condições						
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	42.024	23,14%	3,24%	38.851	23,31%	3,01%
Alimentação	17.174	9,46%	1,33%	15.213	9,13%	1,18%
Transporte	260	0,11%	0,02%	125	0,08%	0,01%
Previdência privada	2.964	1,64%	0,23%	2.759	1,65%	0,22%
Saúde	3.800	2,10%	0,24%	2.794	1,68%	0,22%
Segurança e medicina do trabalho	570	0,31%	0,04%	366	0,24%	0,03%
Educação ou auxílio creche	2.419	1,33%	0,19%	2.104	1,26%	0,16%
Cultura		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	680	0,38%	0,07%	956	0,57%	0,07%
Participação nos lucros ou resultados	6.603	3,64%	0,74%	11.678	7,01%	0,90%
Outros	218	0,12%	0,02%	-730	-0,44%	-0,06%
Total	R\$ 79.163,00	43,59%	6,11%	R\$ 74.138,00	44,49%	5,74%
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício						
	1.270			1.146		
Nº de demissões						
	18			8		
Nº de empregados no final do exercício						
	29			25		
Nº de empregados portadores de necessidade especial no final do exercício						
	33			33		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício						
	1.624			1.624		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	1.052			923		
- Feminino	218			223		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0			0		
- De 18 a 35 anos	348			270		
- De 35 a 60 anos	726			726		
- Acima de 60 anos	292			180		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0			0		
- Com ensino fundamental	218			210		
- Com ensino médio	475			386		
- Com ensino técnico	273			279		
- Com ensino superior	313			295		
- Pós-graduados	0			0		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	77,00%			77,00%		
- Feminino	23,00%			23,00%		
2.4 - Contingência e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade						
	2.184			2.210		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes						
	340			122		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes						
	77			117		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça						
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
	2.526			5.828		
3 - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO:						
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	15	0,00%	0,00%	4	0,00%	0,00%
Cultura		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Saúde e Infra-estrutura		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Esporte e lazer		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Alimentação		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	27	-0,01%	0,00%	7	0,00%	0,00%
Outros		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total dos investimentos	42	-0,01%	0,00%	11	0,01%	0,00%
Contribuição financeira para ONG's Sociais						
		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Contribuição financeira para instituições de ensino e culturais						
		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total - Relacionamento com a Comunidade	42	-0,01%	0,00%	11	0,01%	0,00%
3.2 - Interação com os Fornecedores						
Descreva os critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus FORNECEDORES:						
São exigidos critérios sobre:						
A corrupção em qualquer forma é repudiada e combatida em todas as atividades e operações da CONTRATANTE, através de práticas rigorosas, assegurando-se um canal confidencial para o recebimento de denúncias e mantendo-se procedimentos formais de controle, apuração e responsabilidades sobre eventuais transgressões, é reconhecido e assegurado o direito à livre associação e sindicalização dos empregados, respeitando e valorizando sua participação nesses grupos, sendo vedada qualquer prática de discriminação com relação a empregados associados e sindicalizados; As relações da CONTRATANTE são referenciadas pela honestidade, integridade, justiça, equidade, verdade, coerência entre o discurso e a prática e manifestam-se no respeito às diferenças e diversidade de condições étnicas, religiosas, sociais, culturais, linguísticas, políticas, estéticas, étnicas, físicas, mentais e físicas, de gênero, de orientação sexual e outras, não se admitindo e sendo combatidas quaisquer formas de discriminação; Não são toleradas quaisquer situações de assédio sexual/moral ou situações que configurem pressões, intimidação e ameaças; Diante do compromisso com princípios e direitos fundamentais nas relações de trabalho, a CONTRATANTE exige um perfil ético da CONTRATADA nas práticas de gestão e de responsabilidade socioambiental, repudiando e combatendo a exploração sexual de crianças e adolescentes, práticas de trabalho infantil, trabalho forçado ou compulsório, inclusive na cadeia produtiva de seus colaboradores; O uso racional das fontes renováveis e eficiência energética e hídrica na relação contratual deve ser fielmente observado; A CONTRATADA deverá fornecer ao Gestor do Contrato, a cada 06 (seis) meses, uma relação nominal dos seus empregados disponibilizados à CONTRATANTE, contendo as seguintes informações: nome, CPF, data e local de nascimento, idade, raça, nível de escolaridade, bem como outros dados que possam ser posteriormente exigidos para fins de elaboração de estudos estatísticos; A CONTRATADA deverá realizar a ação afirmativa de assegurar, durante a vigência do Contrato, ocupação dos postos de trabalho por pessoas de ambos os sexos; A CONTRATADA deverá fornecer periodicamente aos seus empregados, às suas expensas, palestras, seminários, workshops ou outros incentivos, com foco na educação financeira, no desenvolvimento cultural (música, teatro, literatura etc.) e na conscientização sustentável, em parceria com a CONTRATANTE; A CONTRATADA deverá comprovar ao Gestor do Contrato a realização das manutenções periódicas dos veículos disponibilizados à CONTRATANTE de acordo com a norma do fabricante e, deve fornecer, preferencialmente, veículos movidos a combustíveis menos poluentes (flex, diesel S-50, etc.).						
4 - Interação com o Meio Ambiente						
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	4	0,00%	0,00%	3	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	49	0,00%	0,00%	36	0,01%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativamente e/ou judicialmente		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Passivos e contingências ambientais		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total da interação com o meio ambiente	54	0,00%	0,00%	18	0,01%	0,00%
5 - Outras informações						
Receita Líquida (RL)	1.295.388			1.291.577		
Resultado Operacional (RO)	-418.343			170.118		

13. PRINCIPAIS NÚMEROS DA COMPANHIA

	2011	2012	2013	2014	2015	2015/ 2014 (%)
ATENDIMENTO						
Número de Consumidores	1.010.066	1.062.094	1.102.030	1.144.330	1.172.997	2,5
Número de Empregados	1.460	1.465	1.172	1.146	1.278	11,52
Número de Consumidores por Empregado	692	725	940	998	918	-8,01
Energia Fornecida (MWh)/Empregado	1.576	1.805	2.390	2.632	2.479	-5,81
Número de Localidades Atendidas	224	224	224	224	224	0
Número de Agências	229	113	69	74	70	-5,41
Número de Postos de Arrecadação	1.506	1.432	2.711	3.097	1.387	-55,22
MERCADO						
Área de Concessão (km)	251,5	251,5	251,5	251,5	251,5	0
Demanda Máxima (MW)	583	659	662	722	775	7,34
Distribuição Direta (GWh)	2.302	2.628	2.801	3.016	4.832	60,21
Consumo Médio Residencial por Consumidor (kWh/Ano)	99,7	109,2	114,3	120,71	124,72	3,32
TOTAL MERCADO FATURADO	2.301.658	2.627.829	2.800.824	3.016.471	3.169.127	5,06
Residencial (MWh)	1.028.674	1.194.233	1.327.936	1.431.593	1.526.439	6,63
Comercial (MWh)	491.320	572.242	609.617	659.465	702.029	6,45
Industrial (MWh)	245.272	227.822	193.042	215.788	218.090	1,07
Rural (MWh)	102.054	128.646	128.739	142.042	152.350	7,26
Outras Classes	434.338	504.886	541.491	567.583	570.219	0,46
OPERACIONAIS						
Número de Subestações	76	78	81	84	84	0
Capacidade Instalada – SE (MVA)	1.039	1.145	1.252	1.334	1.334	0
Linhas de Alta Tensão - (km)	2425	2579	2663	2824	2824	0
Redes de MT e BT- (km)	58.889	67.203	73.553	84.788	85.105	0,37
Nº Transformadores de Distribuição	36.945	42.773	50.323	60.710	61.942	2,02

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Ministério de Minas e Energia - MME, às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Operador Nacional do Sistema- ONS, aos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia Energética Piauí, ao Governo do Estado do Piauí, às Prefeituras Municipais, consumidores, fornecedores e prestadores de serviços, pelo trabalho harmônico e pela confiança depositada em nossa administração, o que vem permitindo à Companhia elevar mais ainda seu padrão de eficiência e competitividade.

Agradecimentos especiais aos Conselheiros e Diretores que atuaram no exercício de 2015, a seguir:

DIRETORIA EXECUTIVA: Marcelino da Cunha Machado Neto – Diretor-Presidente, Luis Hiroshi Sakamoto - Diretor de Gestão, Nellison Sergio Hoewell - Diretor Regulação e Projetos Especiais, Luiz Armando Crestana – Diretor Comercial, Pedro Mateus de Oliveira – Diretor de Planejamento e Expansão, Paulo Roberto dos Santos Silveira – Diretor Financeiro. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Marcos Aurélio Madureira da Silva – Presidente, Marcelino da Cunha Machado Neto – Conselheiro, Francisco das Chagas Marques Ferreira – Conselheiro, Joaquim Antônio Carvalho de Brito – Conselheiro, Sérgio Gonçalves de Miranda – Conselheiro e Cilair Rodrigues de Abreu - Conselheiro. **CONSELHO FISCAL** Nelson Fernandes Russo – Conselheiro, Eduardo da Costa Ramos – Conselheiro e Paulo Sérgio dos Santos Sarges – Conselheiro

Aos nossos consumidores, renovamos o compromisso com a melhoria permanente dos serviços prestados.

Nossos reconhecimentos, também, aos empregados e demais colaboradores que com empenho e criatividade demonstraram sua participação na busca pelo alcance dos resultados do exercício de 2015, com a certeza de que o diferencial competitivo de qualquer organização está na capacidade produtiva das pessoas, acreditamos no fortalecimento das ações de todos os nossos públicos visando o objetivo comum.



Companhia Energética do Piauí

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Energética do Piauí
Teresina - PI

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Piauí (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Piauí em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos

de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade operacional

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2015 prejuízos acumulados, gerando patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 701.150 mil e excesso de passivos sobre ativos circulantes em R\$ 754.935 mil. Em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades que não vêm sendo suportadas pelas receitas auferidas. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, a concessão expirou em 07 de julho de 2015 e em 13 de julho de 2015 as empresas de distribuição do Grupo Eletrobras, encaminharam sua contribuição para aperfeiçoamento a elaboração da minuta de termo aditivo ao contrato. Como ainda estão pendentes as métricas para as condições listadas no Decreto nº 8.461/2015 a Companhia não possui as informações e elementos suficientes para avaliar a prorrogação da Concessão de Distribuição em termos aceitáveis. Ademais como a possível prorrogação do contrato de concessão seguirá termos e condições financeiras, regulatórias e legais que ainda não são conhecidas, até o momento não foi possível estimar os impactos contábeis da prorrogação da Concessão de Distribuição.

Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida substancial quanto à continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para a manutenção da continuidade operacional e a expectativa quanto à renovação da concessão estão descritos na Nota Explicativa nº 2. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e na perspectiva de renovação da concessão e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 16 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0T-CE

Danilo Siman Simões
Contador CRC IMG058180/O-2 T-SP

Companhia Energética do Piauí

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014	Passivo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.209	5.478	Financiamentos e empréstimos	15	566.227	330.198
Títulos e valores mobiliários	5	139	20.960	Fornecedores	16	243.603	165.288
Clientes	6	387.143	284.504	Tributos a recolher	17	270.527	143.162
Tributos a recuperar	7	16.469	15.068	Obrigações sociais e trabalhistas	18	45.051	30.981
Crédito fiscal diferido - IRPJ	7	2.783	14.180	Encargos setoriais	19	7.599	3.047
Direitos de ressarcimento	8	45.777	63.907	Benefícios pós-emprego	20	42.327	22.974
Almojarifado	9	15.508	6.130	Pesquisa e desenvolvimento	21	13.605	10.790
Ativo financeiro	10	78.873	199.426	Passivos financeiros	10	47.194	5.618
Outros ativos	11	38.965	36.194	Outros passivos	22	113.668	52.653
Total do ativo circulante		594.866	645.847	Total do passivo circulante		1.349.801	764.711
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos e empréstimos	15	715.220	728.363
Clientes	6	215.963	219.303	Tributos a recolher	17	58.178	37.866
Tributos a recuperar	7	5.580	4.521	Provisões para contingências	23	78.475	101.574
Cauções e depósitos vinculados	12	14.557	12.618	Benefícios pós-emprego	20	13.919	32.638
Ativo financeiro da concessão	10	682.902	651.978	Adiantamento para futuro aumento de capital	24	-	16.416
Outros ativos	11	1.305	1.313	Pesquisa e desenvolvimento	21	41.560	44.049
		920.307	889.733	Outros passivos	22	499	626
Investimentos		146	146	Total do passivo não circulante		907.851	961.532
Imobilizado	13	29.471	20.531	Patrimônio líquido			
Intangível	14	11.712	28.928	Capital social	25	1.272.747	1.256.331
Total do ativo não circulante		961.636	939.338	Prejuízos acumulados		(1.966.531)	(1.403.544)
				Ajustes de avaliação patrimonial		(7.366)	6.155
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(701.150)	(141.058)
Total do ativo		1.556.502	1.585.185	Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		1.556.502	1.585.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Energética do Piauí

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	26	1.295.388	1.291.577
Custo operacional			
Custo com energia elétrica	27		
Energia elétrica comprada para revenda		(870.089)	(731.953)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(77.498)	(48.881)
Repasse contas ACR/CDE		6.302	179.291
		<u>(941.285)</u>	<u>(601.543)</u>
Custo de operação	28		
Pessoal, material e serviços de terceiros		(212.974)	(190.316)
Depreciação e amortização		(34.452)	(30.566)
Outros		<u>(82.251)</u>	<u>(67.604)</u>
		<u>(329.677)</u>	<u>(288.486)</u>
Custo de construção	28	<u>(171.661)</u>	<u>(126.130)</u>
(Prejuízo)/ Lucro bruto		(147.235)	275.418
Despesas operacionais	28	<u>(271.108)</u>	<u>(105.300)</u>
Resultado do serviço de energia elétrica		<u>(418.343)</u>	<u>170.118</u>
Resultado financeiro	29	(144.644)	(169.289)
Resultado antes dos impostos		<u>(562.987)</u>	<u>829</u>
Imposto de renda e contribuição social	32	-	37.106
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício		<u><u>(562.987)</u></u>	<u><u>37.935</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Energética do Piauí

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
(Prejuízo)/ Lucro líquido do Exercício	(562.987)	37.935
Ganho (perda) atuarial com benefício pós-emprego (nota 20)	(13.521)	40.484
Resultado Abrangente do Exercício	(576.508)	78.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Piauí

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.256.331	(1.441.479)	(34.329)	(219.477)
Lucro líquido do exercício	-	37.935	-	37.935
Perda atuarial com benefício pós-emprego	-	-	40.484	40.484
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.256.331	(1.403.544)	6.155	(141.058)
Aumento de capital	16.416	-	-	16.416
Prejuízo do exercício	-	(562.987)	-	(562.987)
Perda atuarial com benefício pós-emprego	-	-	(13.521)	(13.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.272.747	(1.966.531)	(7.366)	(701.150)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Energética do Piauí

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício	(562.987)	37.935
Ajustes de:		
Depreciação do imobilizado	3.811	3.072
Amortização do intangível	31.225	28.265
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	3.573	(73.110)
Provisões para contingências	23.077	54.935
Juros, encargos, variações monetárias líquidas	155.689	70.058
Valor residual do imobilizado	(3.455)	8.304
Valor residual do intangível	(104.934)	7.885
Valor residual do financeiro	119.660	6.124
Impairment	57.805	10.567
	286.451	116.100
Variação de ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	20.821	(16.133)
Clientes	(102.872)	(59.181)
Direitos de ressarcimento	(6.222)	(54.095)
Tributos a recuperar	(2.460)	4.734
Crédito fiscal diferido - IRPJ	11.397	(14.180)
Almoxarifado	(9.378)	5.616
Ativo Financeiro	120.553	(199.426)
Outros (ativo)	(2.763)	(1.850)
Cauções e depósitos vinculados	(1.939)	3.649
Fornecedores	104.867	42.693
Encargos setoriais	4.552	(7)
Benefícios pós-emprego	(12.887)	(11.562)
Tributos a recolher	147.677	62.252
Obrigações estimadas	14.070	(60)
Pesquisa e desenvolvimento	326	6.318
Provisão para contingências	(46.176)	(25.289)
Passivo financeiro	41.576	5.618
Outros (passivo)	60.888	16.141
	342.030	(234.762)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	65.494	(80.727)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo imobilizado	(9.296)	(2.745)
Aquisições do ativo intangível	(7.458)	(4.132)
Aquisições do ativo financeiro	(110.006)	(119.253)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(126.760)	(126.130)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de Empréstimos e Financiamentos	105.864	454.812
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	785
Amortização de Principal de Empréstimos e Financiamentos	(29.519)	(233.922)
Amortização de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(11.348)	(26.963)
Caixa líquido originado e não aplicados pelas atividades de financiamento	64.997	194.712
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa, líquidos	3.731	(12.145)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	5.478	17.623
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	9.209	5.478
Variação no caixa e equivalentes de caixa	3.731	(12.145)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Energética do Piauí

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas	2.117.140	1.765.774
Receitas de vendas de energia e serviços	1.880.388	1.578.234
Receita de construção	171.661	126.130
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(3.573)	73.110
Outras receitas (despesas), líquidas	68.664	(11.700)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.489.532)	(980.163)
Custo com energia elétrica	(941.285)	(601.543)
Custo de construção	(171.661)	(126.130)
Serviços de terceiros	(105.998)	(102.010)
Materiais	(5.979)	(4.396)
Outros custos operacionais	(264.609)	(146.084)
Valor adicionado bruto	627.608	785.611
Depreciação e amortização	(35.036)	(31.337)
Valor adicionado líquido gerado	592.572	754.274
Receitas financeiras	97.750	20.493
Valor adicionado a distribuir	690.322	774.767
Distribuição do valor adicionado	1.253.309	736.832
Pessoal	181.593	166.639
- Salário e outras remunerações	126.455	115.088
- Encargos sociais	42.075	38.853
- Outros	13.063	12.698
Governos	825.325	375.702
- Impostos, taxas e contribuições	825.325	375.702
Juros e demais despesas financeiras	242.394	189.782
Arrendamentos e aluguéis	3.997	4.709
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício	(562.987)	37.935
Valor adicionado distribuído	690.322	774.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Companhia Energética do Piauí (“Eletrobras Distribuição Piauí” ou “Companhia”), sociedade por ações de economia mista, de capital fechado, com o controle acionário das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, detentora de 100% do seu capital social, é concessionária de serviço público de energia elétrica no Estado do Piauí, com sede social na Av. Maranhão, 759/Sul - Teresina-PI.

Seu objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica, assim como serviços que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas ao serviço público de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Para cumprir com as obrigações operacionais e administrativas, a Companhia conta com 1.279* empregados (1.174* em 31/12/2014) para atender a, aproximadamente, 1.155* mil consumidores (1.144* mil em 31/12/2014).

(* Informações não auditadas.

A Companhia no exercício de 2015 apurou prejuízo de R\$ 562.987 em suas operações, totalizando um montante de prejuízo acumulado de R\$ 1.966.531, apresentou excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no valor de R\$ 754.935 e passivo a descoberto de R\$ 701.150, necessitando desta forma, de recursos de longo prazo para cobertura da dívida de curto prazo e melhoria do fluxo de caixa. A Administração vem adotando medidas para a continuidade dos objetivos estratégicos com foco na governança corporativa e no estabelecimento de contratos de gestão para as empresas de distribuição, com destaque para a parceria com o Banco Mundial em projetos de infraestrutura, melhorias operacionais e combate às perdas de energia elétrica.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26(R1), em seus itens 25 e 26. A Administração da Companhia, objetivando a melhoria dos resultados, vem dando sequência às ações de implantação de ferramentas de gestão que visam à modernização e à redução de custos. Encontra-se em fase de atuação o Plano Diretor de Negócios e Gestão - PDNG - 2014/2018, que contém uma carteira de projetos prioritários diretamente associados a diretrizes estratégicas de expansão sustentável e eficiência operacional. Outras medidas visando a melhoria dos resultados da Companhia estão sendo tratadas, tais como intensificação das ações de combate à inadimplência, redução de despesas operacionais e redução de perdas com destaque aos investimentos do Projeto Energia+, cujo objetivo é o de elaborar e implementar um plano de ação e de investimentos com recursos do financiamento através do BIRD para Eletrobras com custos diferenciados.

Dentro das Novas Regras de Governança consta o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, que reporta desafios nas seguintes dimensões: econômico-financeira, operacional e socioambiental. Nele estão estabelecidos metas e resultados objetivando maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, bem como as condições de acompanhamento e monitoramento a vigorar até 31 de dezembro de 2017, conforme descrito a seguir:

- Consolidação da gestão integrada e realização do saneamento e equilíbrio econômico-financeiro;
- Aumento da eficácia e eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços, redução das perdas de energia e inadimplência;
- Modernização da estrutura organizacional e sistema de gestão, melhoria e integração dos processos administrativos, capacitação e profissionalização do quadro gerencial e técnico-administrativo das empresas.

As ações acima expostas influenciariam consideravelmente na consolidação de melhores resultados econômicos e financeiros se não fossem as dificuldades vividas em face das exposições involuntárias no Mercado de Energia e os diversos acionamentos das térmicas ocorridos em 2015, afetando todas as Distribuidoras de Energia Elétrica do país.

Durante o exercício de 2015, a Companhia obteve diversos contratos de empréstimos para cobertura de déficit operacional com a sua holding Eletrobras, conforme descrito na Nota 16, e espera para o próximo ano melhorar o fluxo de caixa de suas operações, através da melhoria do faturamento, da arrecadação e das perdas técnicas e comerciais.

Atualmente, a Companhia possui dependência de recebimento de recursos de sua controladora Eletrobras para gestão de suas operações. Tais recursos têm sido recebidos principalmente através de empréstimos e aportes de capital. Contudo, através do plano de ações apresentadas acima, a administração da Companhia busca reduzir a dependência financeira de sua controladora.

A revisão das tarifas acontece em média a cada quatro anos e é o momento em que são reavaliados os custos das distribuidoras, revertendo-se para a modicidade tarifária os ganhos médios de eficiência por elas obtidos.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou, em 8 de setembro de 2015, o resultado do reajuste tarifário anual de 2015 e fixou as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs desta Companhia. As novas tarifas tiveram sua vigência a partir de 28 de agosto de 2015, conforme REH nº 1.949/2015 - ANEEL e o resultado está apresentado no quadro a seguir:

2015

Reposicionamento tarifário econômico	10,85%
Componentes financeiros	7,19%
Efeito médio na tarifa aos consumidores	5,53%
Efeito médio na tarifa aos consumidores de alta tensão	6,54%
Efeito médio na tarifa aos consumidores de baixa tensão	5,26%

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 16 de março de 2016.

2 Concessões

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 04/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 12/02/2001, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, cuja vigência se encerrou em 07/07/2015, podendo ser prorrogada pelo período de até 30 anos.

Concessão	Municípios	Período
Distribuição	224	02/2001 a 07/07/2015

Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras da Eletrobras cujas concessões venceram em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido.

O Decreto número 8.461, de 02 de junho de 2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e autorizou o Ministério de Minas e Energia (“MME”) a prorrogar as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo artigo 7º da Lei número 12.783, de 11 de janeiro de 2013, por 30 (trinta) anos, estabeleceu que deverão ser observados os seguintes critérios:

- (i) Eficiência da qualidade do serviço, a ser apurada por meio dos indicadores Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora (“DECI”) e Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora (“FECI”);
- (ii) Eficiência econômico-financeira, a ser apurada por meio do EBITDA e do nível de endividamento, que significa a capacidade da concessionária honrar com seus compromissos econômico-financeiros de maneira sustentável;
- (iii) Racionalidade operacional e econômica; e
- (iv) Modicidade tarifária.

Tais critérios deverão ser alcançados por meio de métricas de melhoria contínua estabelecidas pelo Poder Concedente, a serem detalhadas pelos aditivos aos Contratos de Concessão que serão assinados pelas distribuidoras. Em 05 de novembro de 2015, o MME por meio do Ofício Circular nº 3/2015-SE-MME, informou que a minuta do Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, aprovada pela ANEEL por meio do Despacho número 3.540, de 20 de outubro de 2015, deveria ser submetida às instâncias decisórias

de cada Distribuidora, juntamente com os limites anuais estabelecidos para atendimento aos critérios dos incisos I (Eficiência da qualidade do serviço) e II (Eficiência econômico-financeira) do artigo 1º do Decreto número 8.461/2015, conforme constante do Anexo II da Nota Técnica nº 0335/2015-SCT-SFE-SFF-SRDSRM.

De acordo com o Termo Aditivo, o descumprimento das metas a que se referem os itens I e II acima mencionados, pelo período de 5 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, por 2 (dois) anos consecutivos ou se não atender qualquer dessas metas ao final do prazo de 5 (cinco) anos, acarretará a extinção da concessão.

De igual forma, a partir do 6º (sexto) ano, o descumprimento de tais metas, configurará a inadimplência da concessionária e implicará a abertura do processo de caducidade, observados o seguinte: (i) Critério I - Eficiência da qualidade do serviço: se houver descumprimento por três anos consecutivos; ou (ii) Critério II - Eficiência econômico-financeira: se houver descumprimento por dois anos consecutivos. Porém, neste caso, o concessionário poderá apresentar um plano de transferência do controle societário como forma alternativa a essa extinção, contendo a viabilidade da troca de controle e o benefício dessa medida para a adequação do serviço prestado.

O decreto estabelece ainda que as concessões não prorrogadas ou que tenham sido objeto de extinção serão licitadas conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). A indenização a ser paga para a antiga concessionária por investimentos nos bens reversíveis não depreciados e não amortizados será calculada com base no valor novo de reposição-VNR e vai considerar a entrada em operação das instalações.

Na 164ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras ocorrida em 28 de dezembro de 2015, em razão da solicitação, pelo representante da União Federal, foi retirada de pauta as matérias concernentes à prorrogação dos contratos de concessão das controladas - Cepisa, Ceal, Eletroacre, Ceron, Boa Vista e Amazonas D., pelo fato das referidas distribuidoras solicitarem, em 28 de dezembro de 2015, a prorrogação do prazo para assinatura do respectivo termo aditivo, nos termos da Medida Provisória 706, a ser deliberado em nova Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras a ser convocada.

A Medida Provisória 706, de 28 de dezembro de 2015, alterou a redação do parágrafo segundo do art. 11 da Lei 12.783/2012, estabelecendo que o concessionário deverá assinar o termo aditivo no prazo de até 210 dias, contados da convocação pelo Poder Concedente.

Desta forma, as distribuidoras têm um prazo até 26 de julho de 2016 para assinatura dos termos aditivos ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica e estão preparando estudos atualizados para submissão à nova Assembleia de Acionista da Eletrobras.

As concessões de distribuição das Empresas Eletrobras tiveram seus contratos vencidos em junho de 2015, entretanto, à luz da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art.42 "as concessões permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 meses".

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e alguns ativos vinculados a concessões que foram mensurados pela Base de Remuneração Regulatória - BRR. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras e no processo de aplicação das políticas contábeis do Sistema Eletrobras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 3.28.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e atos publicados da ANEEL.

a. Mudança nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração de resultado como receita ou despesa financeira.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Sociedade na gestão das obrigações de curto prazo (Nota 4).

3.4 Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a. Ativo financeiro a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

a. For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou

b. No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que o Sistema Eletrobras administra em conjunto e, possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou



c. For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo. Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

a. Tal designação eliminar ou reduzir, significativamente, uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

b. O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e

c. Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

d. Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Clientes” (Nota 6) e “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 4).

Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e não classificados como: 1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, 2) Investimentos mantidos até o vencimento, ou 3) Empréstimos e recebíveis.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas a variações nas taxas de câmbio, as receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos e os dividendos sobre investimentos em ações disponíveis para venda são reconhecidos no resultado. As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em Outros resultados abrangentes. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecido na conta de Outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

d. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos

após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

3.5 Clientes

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida com base em estimativas da Administração em valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

3.6 Almoxarifado

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

3.7 Ativo financeiro - concessões do serviço público

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (ou de quem o poder concedente tenha outorgado) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base na parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão.

Esse crédito a receber de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado custo de capital regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa aos clientes, e, são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.8 Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ele prestado).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A vida útil econômica dos bens é estabelecida pela ANEEL, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável. A Companhia calcula e contabiliza as quotas de amortização de acordo com o benefício econômico esperado de cada bem, integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição limitado ao prazo de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada

exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

3.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos a aquisição dos ativos, e também inclui, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, e são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL, através da Resolução 474/2012.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

Anos

Edificações	30
Máquinas	25
Veículos	7
Móveis, utensílios e equipamentos	16

Em função da adoção da Orientação Técnica OCPC 01(R1), os valores registrados como ativo imobilizado referem-se basicamente a bens de uso da administração central. Os demais ativos geradores de receita e vinculados à concessão foram reclassificados para ativos financeiros e intangíveis.

3.10 Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.11 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao fim de cada exercício, a Companhia avalia se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto, que reflita uma avaliação atual de mercado: do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa), em função da estimativa revisada de seu valor recuperável. Tal aumento não pode exceder o valor contábil que

teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.12 Financiamentos e empréstimos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 04 - Ativo Intangível e CPC 20 - Custos de Empréstimos, considerando os seguintes critérios para capitalização: a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização; b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos; c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os demais custos incorridos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

a. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de Tribunais.



3.15 Benefícios pós-emprego

A Companhia instituiu e patrocina a Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI, caracterizada como uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) para a administração dos programas de benefícios pós-emprego, relativos a complementações previdenciárias.

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

Neste regime, as contribuições destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a data da sua admissão no plano, bem como para amortização dos benefícios relativos ao tempo anterior de serviço.

Os benefícios previdenciários concedidos pela FACEPI são:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de pensão por morte;
- Suplementação de aposentadoria especial e de ex-combatente; e
- Suplementação de abono anual.

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, tem a característica de Plano de Benefício Definido - BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida - CD, implantado a partir de 2010, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

Quanto ao programa diretamente gerenciado pela Companhia em benefício de antigos empregados não beneficiários da FACEPI, há a concessão de um pecúlio por morte e a cobertura de gastos com assistência médica, envolvendo uma população fechada.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em "Outros Resultados Abrangentes" durante o período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam

condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação ao plano de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois do desligamento do empregado.

3.16 Encargos setoriais

Os encargos setoriais são definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL.

a. Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual (vide Nota 3.b).

b. Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados (vide Nota 3.b).

a. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b. Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

d. Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

3.17 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Adiantamento de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital, concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo exigível não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC (Nota 24).

3.18 Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A Eletrobras é detentora de 100% das ações da Companhia.

3.19 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

3.20 Imposto de renda e contribuição social

A receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica está sujeita a impostos, taxas e contribuições que são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição

social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.21 Compromissos com o meio ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está constanciada nas previsões regulamentares do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em atendimento às exigências dos órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA é o principal órgão na esfera federal e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí - SEMAR na esfera estadual.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avançados entre as partes.

3.22 Subvenções governamentais - subvenção da tarifa aos consumidores de baixa renda

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda e da modicidade tarifária a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela Eletrobras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

3.23 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

a. Receita de distribuição

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Suprimento (venda) de Energia Elétrica a distribuidoras; ii) Fornecimento de Energia Elétrica para o consumidor, e; iii) Energia Elétrica no mercado de Curto Prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

b. Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

c. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01(R1)/IFRIC 12 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

- (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e

(iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

d. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.24 Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos fluxos de Caixa.

3.25 Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresa de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.26 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros** - Publicada em julho de 2014, substitui as orientações na IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. É efetiva para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

- **IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes** - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma visa substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais. Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 14- Contas Regulatórias de Diferimento
- Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRS de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRS de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.



3.27 Ambiente regulatório

Em consequência do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas houve o aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Através do Decreto nº 8.221/2014 foi instituída a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - Conta ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica decorrente de Exposição involuntária no mercado de curto prazo e Despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica. O Decreto definirá que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no caput e gerir a Conta-ACR, assegurado o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

A Resolução Normativa ANEEL nº 612, de 16 de abril de 2014, dispõe sobre a obrigação da CCEE de contratar banco gestor e agente fiduciário para proceder as movimentações financeiras vinculadas a conta ACR.

O Submódulo 7.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata dos procedimentos gerais a serem aplicados ao processo de definição da estrutura tarifária de concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, estabeleceu o ano de 2015 como marco para a entrada em vigor do sistema de bandeiras tarifárias às concessionárias do Sistema Interligado Nacional - SIN.

O novo sistema das Bandeiras Tarifárias foi regulamentado por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 649/2015, de 27 de fevereiro de 2015, com vigência a partir do ano civil de 2015.

Foram realizados anos-teste em 2013 e 2014, com a finalidade de simular os resultados obtidos com a aplicação hipotética das bandeiras verde, amarela e vermelha e divulgar aos consumidores os procedimentos de aplicação do sistema.

Depois de reconhecer as dificuldades econômicas e financeiras enfrentadas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica durante o ano de 2014, à ANEEL decidiu liberar o início da aplicação das Bandeiras Tarifárias resultando em aumento nas faturas de energia dos consumidores finais a partir do exercício de 2015.

O Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, determinou em seu art. 1º que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criará e manterá a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - Conta Bandeiras, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Além disso, diz ainda, em seu art. 4º, que os recursos disponíveis na Conta Bandeiras serão repassados aos agentes de distribuição, considerando os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração, por fonte termelétrica, e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

A pedido das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica foi realizada, em fevereiro de 2015, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Revisão Tarifária Extraordinária que resultou na definição de novas tarifas com vigência a partir de março do mesmo ano, tendo como

base os dispositivos previstos no Contrato de Concessão de Distribuição e a Lei Geral de Concessões (Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

Na justificativa do pedido, foi elencada uma série de eventos que impactaram sobremaneira seus custos. Entre eles destacam-se os custos com Exposição Involuntária ao Mercado de Curto Prazo - MCP -, risco hidrológico dos Contratos de Cota de Garantia Física - CCGF -, Encargo de Serviço do Sistema por Segurança Energética, o aumento dos custos de compra de energia em função do reajuste da tarifa de Itaipu, do resultado do 14º Leilão de Energia Existente e do 18º Leilão de Ajuste, e o aumento expressivo das quotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2015.

A alegação das concessionárias distribuidoras é que esses eventos conduziram a um desequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão de Distribuição, o que, no entender das empresas, são suficientes para motivar uma revisão tarifária extraordinária de suas tarifas de energia elétrica, com base no que prevê esses mesmos Contratos e a Lei Geral de Concessões.

Nos reajustes tarifários anuais realizados em 2015, o valor da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE sofreu uma significativa majoração em relação ao reajuste tarifário de 2014, devido, principalmente, a inclusão da quota estabelecida para a Concessionária referente à Conta ACR, não incluída no cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária que ocorreu em fevereiro de 2015.

Destaca-se que essa quota se destina ao início da quitação das operações de crédito contratadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na gestão da Conta ACR, em atendimento ao Decreto nº 8.221, de 2014, e à Resolução Normativa - REN nº 612, de 2014.

Além disso, destacamos que as disposições da Medida Provisória nº 688/2015, que permite a repactuação do risco hidrológico (GSF, da sigla em inglês "Generation Scaling Factor") assumido pelos geradores hidrelétricos na comercialização da energia produzida provocou no setor uma judicialização sem precedentes.

Atualmente, a maior parte dos geradores possui decisões judiciais liminares que limitam seu risco no pagamento do Mecanismo de Realocação de Risco (MRE). Em paralelo, desde 04/08/2015, também as distribuidoras filiadas à Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE estão cobertas por decisão liminar proferida pelo MM Juiz Federal João Carlos Mayer Soares (17ª Vara Federal da SJDF) para que a CCEE se abstenha de imputar às distribuidoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais, das quais não façam parte, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos, bem como de lhes aplicar qualquer sanção daí decorrente, até o julgamento da lide.

A proposta da ANEEL, ainda sob discussão na Audiência Pública nº 032/2015 é que não haja transferência de custos às distribuidoras, e, portanto, ao consumidor, mas que a repactuação de riscos ocorra mediante contrapartida dos geradores. Segundo propõe o Órgão Regulador, a conta acumulada em 2015 deverá ser assumida pelas próprias geradoras, que poderá ser compensada com um prazo adicional nos contratos de concessão pelo tempo necessário para amortizar o montante. A adesão das geradoras ao novo mecanismo é voluntária, e terá como pré-condição a desistência das ações judiciais que hoje contestam os valores do risco hidrológico. A MP 688 cria um mecanismo preventivo frente a uma eventual crise hídrica e, também, propicia a mitigação voluntária do risco hidrológico pelos agentes geradores, mediante a utilização da energia de reserva (existente ou nova), tendo como contrapartida um aporte à Conta Bandeiras Tarifárias ou a extensão do prazo das outorgas vigentes.

3.28 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a. Renda não faturada

A Companhia realiza estimativa mensal do faturamento de energia dos seus clientes denominada Renda Não Faturada - RNF que contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. A mesma tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e não medida, fato que ocorrerá no período subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo faturado da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

A apuração da renda não faturada ocorre mensalmente, sendo lançada de acordo com cada livro de leitura e pode ser explicitada da seguinte forma:

$$RNF = (A/B) * C$$

- Onde: RNF = Renda Não Faturada;
- A = Faturamento do mês por livro;
- B = Número de dias do período de consumo, correspondente ao livro faturado; e
- C = Número de dias decorridos entre a data da última leitura, correspondente ao livro faturado e o último dia do mês de faturamento.

Deste modo, são reconhecidos como receita de renda não faturada os valores apurados referentes aos dias que faltaram para completar o calendário civil e estornados no mês seguinte, quando há a efetivação do faturamento.

b. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão somente para as operações no escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12.

c. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

d. Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração que inclui a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela ANEEL e administração da Companhia.

e. Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de juros usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, deve ser necessária para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao se determinar a taxa de desconto apropriada, são consideradas as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimento próximo aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

f. Valor novo de reposição - VNR

Nos termos da Lei 12.783/2013, de 11 de janeiro de 2013, o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens da concessão reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

A Companhia procedeu ao cálculo entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado, corrigido pelo IGPM em 2014. Entretanto, no exercício corrente, o referido cálculo foi corrigido pelo IPCA para atender a nova redação dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), cuja vigência foi a partir de 23 de novembro de 2015.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos Conta - Movimento	9.209	5.478
	<u>9.209</u>	<u>5.478</u>

5 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Referência	Taxa de administração	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil	BB Renda Fixa 500	2% a.a.	139	20.960
			<u>139</u>	<u>20.960</u>

Estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A - BB-DTVM, nos termos da legislação específica para as empresas estatais, emanada do decreto-lei nº 1.290 de 3 de dezembro 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração federal indireta.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica liquidez, rentabilidade diária por meio de investimentos em títulos de renda fixa, pré e pós-fixados. O recurso dessa aplicação é utilizado como garantia em leilão de energia. A rentabilidade do BB Renda Fixa 500 no ano é de 11,344% a.a..



6 Clientes

a. Consumidores e concessionárias

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	vencidos há mais de 90 dias	(-) PCLD (6.c)	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Circulante						
Consumidores						
Faturados	110.073	145.385	177.948	(166.914)	266.492	180.238
Renda Não Faturada	37.396	-	-	(23)	37.373	33.764
Créditos Renegociados (6.b)	64.921	4.798	16.325	(8.229)	77.815	56.217
Contribuição de Iluminação Pública - CIP	6.359	113	1.401	(3.188)	4.685	6.847
	<u>218.749</u>	<u>150.296</u>	<u>195.674</u>	<u>(178.354)</u>	<u>386.365</u>	<u>277.066</u>
Concessionárias						
Suprimento	377	342	59	-	778	7.438
	<u>377</u>	<u>342</u>	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>778</u>	<u>7.438</u>
Total	<u>219.126</u>	<u>150.638</u>	<u>195.733</u>	<u>(178.354)</u>	<u>387.143</u>	<u>284.504</u>
Ativo Não Circulante						
Consumidores						
Créditos Renegociados (6.b)	243.978	-	-	(28.015)	215.963	219.303
	<u>243.978</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.015)</u>	<u>215.963</u>	<u>219.303</u>
Total	<u>463.104</u>	<u>150.638</u>	<u>195.733</u>	<u>(206.369)</u>	<u>603.106</u>	<u>503.807</u>

b. Créditos renegociados

Representa os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de clientes inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Residencial	29.730	25.642
Industrial	2.442	1.823
Comercial	31.750	17.388
Rural	3.055	2.392
Poder público	14.973	14.135
Iluminação pública	2.988	3.896
Serviço público	1.106	1.740
(-) PCLD	(8.229)	(10.799)
Subtotal	<u>77.815</u>	<u>56.217</u>
Não Circulante		
Residencial	22.976	20.117
Industrial	837	936
Comercial	63.505	57.409
Rural	2.910	3.514
Poder público	102.141	118.528
Iluminação pública	38.316	37.820
Serviço público	13.293	18.383
(-) PCLD	(28.015)	(37.404)
Subtotal	<u>215.963</u>	<u>219.303</u>
Total Geral	<u>293.778</u>	<u>275.520</u>

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa por classe de clientes estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Classe de consumidor		
Residencial	35.575	21.441
Industrial	7.464	7.780
Comercial	19.064	18.325
Rural	5.573	5.445
Poder público	2.498	2.210
Iluminação pública	3.188	335
Serviço público	96.740	91.982
Renda Não Faturada	23	123
Parcelamento de contas de energia	36.244	48.203
Suprimento	-	6.952
	<u>206.369</u>	<u>202.796</u>
Circulante	<u>178.354</u>	<u>165.392</u>
Não Circulante	<u>28.015</u>	<u>37.404</u>

A movimentação ocorrida nos saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	<u>(202.796)</u>	<u>(275.906)</u>
Constituição de Provisão	(101.115)	(40.924)
Reversão de Provisão	97.542	114.034
Saldo no fim do exercício	<u>(206.369)</u>	<u>(202.796)</u>

A PCLD está reconhecida, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável.

Para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o saldo a receber dos clientes com débitos relevantes é analisado de forma individual, considerando a experiência da Administração em relação às perdas efetivas com consumidores, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e a situação do devedor, se em concordata e/ou falência.

A partir da competência janeiro de 2015 foram adotados novos critérios para a constituição e contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Consumidores, Renda não faturada e Parcelamentos). O novo Normativo foi aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva nº 142/2014, de 15 de dezembro de 2014, embasado no disposto na Nota Técnica DFC nº 10/2014. As alterações nos procedimentos e nas idades de provisionamento foram definidas a partir de uma análise estatística sobre a performance de recebimento dos créditos relativos à carteira de débitos do ano de 2013, até a referência de arrecadação junho de 2014, por classe de consumo e nível de tensão de fornecimento, em todas as empresas de distribuição do Sistema Eletrobras. Como resultado da análise, foram estabelecidas novas idades e quantitativo de parcelas (proposição Unificada) para fins de provisão na PCLD consumo e PCLD parcelamento, respectivamente, a saber:

Idades de Provisionamento PCLD Consumo			31/12/2015	31/12/2014	
Classe de Consumo	Relevantes (Alta Tensão)	Não-Relevantes (Baixa Tensão)			
			2015	6.088	6.120
			2016	1.860	1.507
Residencial	60 dias	90 dias	2017	1.860	1.507
Industrial	180 dias	180 dias	2018	1.860	1.507
Comercial	90 dias	150 dias			
Rural	90 dias	180 dias			
Poder Público	150 dias	180 dias			
Serviço Público	120 dias	180 dias			
Iluminação Pública	NA	150 dias			
Suprimento	60 dias	NA			
Consumidor Livre	60 dias	NA			
PIE	60 dias	NA			
				11.668	10.641

O saldo do benefício fiscal da Lei 12.996/14, em 31 de dezembro de 2015, é:

Circulante	31/12/2015	31/12/2014
Crédito fiscal diferido - IRPJ	2.783	14.180

PCLD Parcelamento		
Número de Parcelas	Provisão ou Reversão Classes Privadas	Provisão ou Reversão Classes Públicas
Até 36	Pagamento efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturas, vencidas e não pagas
De 37 a 60	Pagamento efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturas, vencidas e não pagas
Mais de 60	Pagamento efetivo de 6 parcelas	6 parcelas faturas, vencidas e não pagas

Constitui-se como PCLD parcelamentos o somatório do saldo parcelado vencido e a vencer, deduzidos dos juros de financiamento a faturar (a vencer), a serem provisionados obedecendo aos critérios definidos pela Administração.

7 Tributos a recuperar e crédito fiscal diferido

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	7.578	6.934
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS (ii)	6.088	6.120
Programa de Integração Social - PIS	499	358
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.304	1.656
	16.469	15.068
Não Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS (ii)	5.580	4.521
Total Geral	22.049	19.589

- (i) O Imposto de Renda pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.
- (ii) Com base na Lei Complementar nº 102/2002, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, intangível.

Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada da seguinte forma:

A constituição do saldo é composta por crédito de prejuízo fiscal para pagamento de juros e multas de débitos próprios de tributos federais vencidos até 31/12/2013, contabilizados no passivo circulante em tributos a recolher. O referido crédito é decorrente das determinações contidas nas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nº 13 e 15/2014 e da Lei 12.996/14. O montante do prejuízo fiscal a ser utilizado para baixa do referido passivo será informado e baixado em 2016 em contrapartida com o ativo fiscal, quando definido o prazo pela Receita Federal Brasil.

Débitos	Utilização de Prejuízo Fiscal
Débitos previdenciários parcelados	2.783
Débitos não previdenciários parcelados	4.921
Débitos não previdenciário com exigibilidade suspensa	6.476
Total	14.180

8 Direto de ressarcimento

	31/12/2015	31/12/2014
Tarifa social de baixa renda (i)	24.268	12.483
Reembolso CDE (ii)	-	38.317
Subvenção CDE descontos tarifários (iii)	21.509	13.107
	45.777	63.907

- (i) A Companhia registra a tarifa social de baixa renda, direito estabelecido pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, cujo impacto é significativo na receita operacional da Companhia. O programa beneficia famílias que tenham renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou até três salários mínimos quando houver, entre seus membros, portador de doença ou patologia cujo tratamento necessite de equipamentos que dependam do consumo de energia, indígenas, quilombolas e aqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada. Os valores das subvenções são apurados mensalmente e, após homologação pela ANEEL, os recursos financeiros são liberados pela Eletrobras, cujo aumento no saldo se deve ao acúmulo dos créditos a receber. O reconhecimento dessa subvenção econômica na receita, no que diz respeito à redução dos valores faturados, tem como contrapartida o ativo circulante. O saldo verificado em 2015 é decorrente da falta de recebimentos dos créditos junto à Eletrobras dos meses de agosto a dezembro.
- (ii) O saldo de 2014 refere-se aos valores estimados dos recursos da Conta no Ambiente Regulatório - CONTA-ACR da competência de novembro e dezembro de 2014 e Exposição de caixa remanescente da competência de outubro de 2014, conforme Despacho nº 4.657 - ANEEL, de 02/12/2014.

- (iii) Valores referentes à subvenção CDE derivados dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica homologados pela Resolução nº 1.949-ANEEL, de 08/09/2015 (última revisão tarifária anual), que estabeleceu novas cifras para os meses de agosto de 2015 a julho de 2016.

Em 2015 houve um montante de R\$ 24.352 que não transitou no caixa da Companhia, referente aos recebimentos de tarifa social de baixa renda e subvenção CDE descontos tarifários, conforme divulgado na Nota 15.

9 Almojarifado

O almojarifado é demonstrado ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estão classificados neste grupo os materiais e equipamentos da concessionária destinados para consumo nas suas atividades.

A composição do saldo está apresentada abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Almojarifado de manutenção e operação	3.734	3.686
Transformação, fabricação e reparos de materiais	1.728	1.625
Emprestado	45	33
Destinado a alienação	2.980	282
Resíduos e sucatas	1.852	498
Compras em curso	2	2
Adiantamento a fornecedores	5.167	4
	15.508	6.130

O aumento verificado é proveniente, principalmente, do adiantamento aos fornecedores de equipamentos do Programa Energia⁺ (Banco Mundial), conforme cláusulas contratuais.

10 Ativo financeiro da concessão

10.1 Reconhecimento dos valores a receber e obrigações de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

Mutação Ativo e Passivo Regulatório	Saldo em 31/12/2014	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Recebimento		Saldo em 31/12/2015
		Constituição	Amortização		Bandeira Tarifária	Aporte CCEE	
Parcela "A"							
CVA							
CDE	518	34.131	(8.665)	2.563	-	-	28.547
Rede básica	3.891	3.920	(4.244)	242	-	-	3.809
Custo de aquisição de energia elétrica	180.056	(88.773)	(110.695)	2.395	-	-	(17.017)
PROINFA	388	(51)	(340)	-	-	-	(3)
ESS e EER	4.465	(28.953)	29.352	2.976	-	-	7.840
Neutralidade dos encargos setoriais	(466)	-	483	-	-	-	17
Sobrecontratação	(3.975)	-	2.874	-	-	-	(1.101)
Bandeiras tarifárias	-	220.490	-	-	(220.490)	-	-
Outros componentes financeiros	8.931	-	(6.734)	7.390	-	-	9.587
Total	193.808	140.764	(97.969)	15.566	(220.490)	-	31.679

2015 2014

Ativo circulante	78.873	199.426
Ativo não circulante	-	-
Passivo circulante	(47.194)	(5.618)
Passivo não circulante	-	-
Total	31.679	193.808

CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

- **Circulante** - Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em setembro de 2015 (Resolução Homologatória nº 1.949, de 08 de setembro de 2015);
- **Não circulante** - Representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário (agosto de 2016).

Itens Financeiros (Nota técnica nº 284/2014 - SER/ANEEL)

Reversão do Financeiro RTE

Reversão de valor referente à receita faturada nas competências março/15 e abril/15 proveniente dos componentes financeiros de CDE estabelecidos na RTE, devidamente atualizado pela SELIC. Já para o componente financeiro de Compra de Energia estabelecido na RTE, houve reversão da receita faturada para a competência março/15 a maio/15, atualizada pela SELIC.

Ajuste financeiro CUSD

Em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Portaria Interministerial nº 25/2002, ajustou-se financeiramente os custos decorrentes dos contratos de uso do Sistema de Distribuição firmado com a CELPE, COELCE E CEMAR.

Diferencial Eletronuclear Lei nº 12111/2009

É a diferença entre a tarifa praticada e a de referência entre FURNAS e ELETRONUCLEAR, conforme determina a lei nº 12.111/2009.

Exposição CCEAR entre submercados

Refere-se a rateio dos riscos financeiros decorrente de diferenças de preços entre submercados, conforme artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004. O valor refere-se a exposição líquida do período de janeiro a dezembro de 2014.

Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)
Reconhecimento dos valores pagos do período de agosto de 2014 a julho de 2015.

Neutralidade - Encargos setoriais

Refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo anterior.

Repasso da sobrecontratação/exposição de energia REN nº 255/2007

De acordo com os critérios definidos no Despacho nº 4.225/2013, foi calculada para a Companhia, em relação ao ano civil de 2013, exposição ao mercado de curto prazo de energia, que refere-se a exposição involuntária e, portanto, não se aplica ao limite do Preço de Referência - VR.

Repasso de compensação DIC/FIC

Refere-se a valores decorrentes do repasse aos consumidores da compensação financeira referente a violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme Módulo 8 do PRODIST.

Saldo a compensar da CVA

Valores da previsão contemplada no processo tarifário de 2015, atualizada pela SELIC.

Penalidade por descumprimento de meta de universalização

Refere-se a terceira parcela (3/4) do redutor taeifário com valor atualizado pelo IGP-M para agosto/2015.

10.2 Ativo financeiro da concessão

O contrato de concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº04/2001, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionário - Operador) regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia.

Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. Essa indenização refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito da concessão, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a.** Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b.** Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a.** Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
- b.** Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	Em serviço			Em curso			Total
	Custo	Obrigações Especiais (i)	Valor Líquido	Custo	Obrigações Especiais (i)	Valor Líquido	
Em 31 de dezembro de 2013	884.120	(535.281)	348.839	247.323	(46.746)	200.577	549.416
Adições	-	-	-	144.230	(24.977)	119.253	119.253
Baixas	(10.430)	-	(10.430)	(7.010)	-	(7.010)	(17.440)
Transferências	142.245	(14.130)	128.115	(142.245)	14.130	(128.115)	-
Impairment	(10.567)	-	(10.567)	-	-	-	(10.567)
Reclassificação	19.283	1.866	21.149	(9.995)	162	(9.833)	11.316
Em 31 de dezembro de 2014	1.024.651	(547.545)	477.106	232.303	(57.431)	174.872	651.978
Adições	-	-	-	180.977	(70.971)	110.006	110.006
Baixas	(8.542)	-	(8.542)	(519)	-	(519)	(9.061)
Transferências	111.352	(11.046)	100.306	(111.352)	11.046	(100.306)	-
Impairment	40.578	-	40.578	-	-	-	40.578
Reclassificação	(106.658)	7.796	(98.862)	(17.300)	5.563	(11.737)	(110.599)
Em 31 de dezembro de 2015	1.061.381	(550.795)	510.586	284.109	(111.793)	172.316	682.902

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

(i) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais)

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais são amortizadas pelas mesmas taxas dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Conforme nota 14, parte do ativo financeiro de indenização foi rebiturcado para ativo intangível a partir da data final do contrato de concessão.

11 Outros ativos

Os outros ativos são compostos pelas seguintes contas:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Devedores Diversos - Adiantamentos a empregados	1.185	1.045
Despesas Antecipadas - Prêmios de Seguros e Proimfa	2.888	2.278
Dispêndios a reembolsar	312	312
Dispêndios a reembolsar em curso	1.626	1.382
Alienações em curso	718	736
Desativações em curso	(4.303)	(684)
Serviços em curso (i)	25.585	25.663
Outros devedores - Gov. Estado - Inc. Irrigação	1.824	2.188
Uso mútuo de postes	1.697	1.127
Repasso bandeiras tarifárias (ii)	5.076	
Outros	2.357	2.147
	38.965	36.194
Não Circulante		
Titulos de créditos a receber	940	940
Outros	365	373
	1.305	1.313

- (i) Nesta rubrica são registrados os valores relativos aos serviços próprios em curso, pelo sistema de Ordem de Serviço - ODS; serviços para terceiros em curso, pelo sistema de Ordem de Serviço - ODS; valores relativos aos gastos com pesquisas e desenvolvimento e eficiência energética.
- (ii) O saldo trata-se de estimativa de valor a ser recolhido para Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras - CCRBT referente ao mês de dezembro/2015.



12 Cauções e depósitos vinculados

Refere-se a depósitos judiciais e bloqueios para a liquidação de processos da Justiça do Trabalho e Civil.

Abaixo, detalhamento das cauções e depósitos vinculados:

	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos vinculados - cíveis	2.087	1.100
Depósitos vinculados - tributárias	113	113
Depósitos vinculados - trabalhistas	8.588	7.999
Atualização de depósitos vinculados	3.769	3.406
Total	14.557	12.618

13 Imobilizado

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Transferências	Baixas	Reclassificação	Depreciação	Saldo em 31/12/2015
Administração							
Em serviço	25.968	-	1.713	-	4.757	-	33.438
Depreciação acumulada	(16.239)	-	-	-	-	(3.811)	(20.040)
Em curso	10.792	9.296	(1.713)	-	(1.302)	-	17.073
Total	20.531	9.296	-	-	3.455	(3.811)	29.471

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferências	Baixas	Reclassificação	Depreciação	Saldo em 31/12/2014
Administração							
Em serviço	29.000	-	1.642	(39)	(4.635)	-	25.968
Depreciação acumulada	(13.157)	-	-	-	-	(3.072)	(16.239)
Em curso	13.319	2.745	(1.642)	-	(3.630)	-	10.792
Total	29.162	2.745	-	(39)	(8.265)	(3.072)	20.531

As principais taxas anuais de depreciação de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474/2012, são as seguintes:

Administração / Comercialização	Taxas anuais médias de depreciação %
Equipamentos gerais	10,00
Edificações - outras	3,33
Veículos de uso administrativo	14,29
Equipamentos gerais de informática	16,67
Urbanização e benfeitorias	3,33
Sistemas de vigilância eletrônica	4,00
Software	20,00

14 Intangível

Com a adoção da ICPC 01(R1), os ativos fixos tangíveis das concessões foram reclassificados para a rubrica de intangíveis das concessões - ICPC 01(R1).

Este grupo é formado por intangível que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados), conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2015
Vinculados à Concessão - Distribuição							
Em serviço							
Ativo Intangível	166.173	-	-	-	23.290	72.666	262.129
Amortização acumulada	(139.129)	-	-	(34.796)	-	3.571	(170.354)
Impairment	(98.383)	-	-	-	-	-	(98.383)
Obrigações especiais	(5.921)	-	-	-	176	12.353	6.608
	21.123	(98.383)	-	(34.796)	23.466	88.590	-
Em curso							
Ativo Intangível	7.136	6.686	-	-	(23.290)	19.964	10.496
Obrigações especiais	669	772	-	-	(176)	(49)	1.216
	7.805	7.458	-	-	(23.466)	19.915	11.712
Total	28.928	(90.925)	-	(34.796)	-	108.505	11.712

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2014
Vinculados à Concessão - Distribuição							
Em serviço							
Ativo Intangível	191.788	(1.379)	-	-	18.803	(43.039)	166.173
Amortização acumulada	(110.864)	-	-	(31.425)	-	3.160	(139.129)
Obrigações especiais	(29.157)	-	-	-	(168)	23.404	(5.921)
	51.767	(1.379)	-	(31.425)	18.635	(16.475)	21.123
Em curso							
Ativo Intangível	8.218	4.430	(215)	-	(18.803)	13.506	7.136
Obrigações especiais	961	(298)	-	-	168	(162)	669
	9.179	4.132	(215)	-	(18.635)	13.344	7.805
Total	60.946	4.132	(1.594)	(31.425)	-	(3.131)	28.928

Os critérios utilizados para amortização do ativo intangível preveem de forma estimada o período da vida útil de cada bem contido na infraestrutura de distribuição. Assim, esses bens são amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Esta estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens de infraestrutura, baseada no benefício econômico esperado.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O prazo final da concessão expirou em 7 de julho de 2015. A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF esclareceu, através do Despacho 3592/2015 que mesmo com o término dos prazos contratuais, à luz da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que prevê no art. 42, §2º, "as concessões permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses", assim a Companhia procedeu a rebifurcação dos saldos intangíveis da concessão e vem amortizando o intangível, considerando esse prazo.

14.1 Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

14.2 Provisão do valor de recuperação dos ativos (impairment)

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

(i) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

(ii) Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável dos bens não vinculados à concessão é inferior ao valor contábil, e, portanto, foram reconhecidas perdas por desvalorização no valor de R\$ 98.383 mil.

15 Financiamentos e empréstimos

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

15 Financiamentos e empréstimos

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda nacional						
ELETOBRAS	564.013	654.293	1.218.306	330.198	690.460	1.020.658
Instituições Financeiras	2.214	47.932	50.146	-	29.063	29.063
Total moeda nacional	566.227	702.225	1.268.452	330.198	719.523	1.049.721
Moeda estrangeira						
Instituições Financeiras	-	12.995	12.995	-	8.840	8.840
Total moeda estrangeira	-	12.995	12.995	-	8.840	8.840
	566.227	715.220	1.281.447	330.198	728.363	1.058.561

Em garantia dos empréstimos e financiamentos assumidos, esta Companhia, normalmente, vincula a sua receita própria ou nota promissória, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, formalizada no teor dos contratos.

a. Detalhamento dos financiamentos e empréstimos

Fonte	Contrato	Data de Assinatura	Objetivo	Juros	Último Vencimento
ELETOBRAS	Diversos	Diversas	Expansão das linhas e redes de distribuição e linhas de transmissão	5,00% a.a.	2027
Caixa Econômica Federal	436.452-51/2014	11/08/2014	Construção e reforço de redes de distribuição	7,00% a.a.	2026
Banco do Brasil	Morgan	31/12/1997	Refinanciamento de débito em moeda estrangeira	8,46% a.a.	2024

b. Composição do saldo da dívida, por indexador

Moeda Nacional	31/12/2015		31/12/2014	
	RS	%	RS	%
RGR	262.582	20,70	296.734	28,27
RO	863.289	68,06	668.369	63,67
FINEL	17.145	1,35	17.747	1,69
IPCA	75.290	5,94	37.808	3,60
CEF	50.146	3,95	29.063	2,77
	1.268.452	100,00	1.049.721	100,00

Moeda de origem	31/12/2015			31/12/2014		
	RS	%	Moeda de origem	RS	%	
Dólar norte americano	3.328	12,995	100	3.328	8.840	100

c. Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	31/12/2015	31/12/2014
2016		155.695
2017		109.320
2018	206.084	50.947
2019	58.834	50.947
2020	30.030	25.621
2021	12.410	10.547
2022 em diante	11.054	376.233
	396.808	
	715.220	728.363

d. Movimentação dos financiamentos e empréstimos

	2015	2014
Saldo no início do exercício	1.058.561	794.576
Captações	132.416 (*)	454.812
Pagamentos de principal e juros	(65.219) (**)	(260.885)
Encargos	146.216	67.195
Varição monetária	9.473	2.863
Saldo no fim do exercício	1.281.447	1.058.561

(*) Consta no montante de captações o valor de R\$ 26.552 (R\$ 14.080 em 2014) que não transitou no caixa da Companhia referente a pagamentos de fornecedores realizados pela Eletrobras. Logo, tal valor encontra-se ajustado na apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa.

(**) Consta no montante de pagamentos de principal e juros o valor de R\$ 24.352 que não transitou no caixa da Companhia referente aos recebimentos de tarifa social de baixa renda e de subvenção CDE descontos tarifários. Logo, tal valor encontra-se ajustado na apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa.

16 Fornecedores

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Fornecedores de materiais e serviços nacionais	104.388	78.324
Fornecedores de energia elétrica	139.215	86.964
	243.603	165.288

A variação de R\$ 77.927 decorre, principalmente, do significativo aumento do custo com energia elétrica.

Conforme divulgado na Nota 15, houve um montante de R\$ 26.552 (R\$ 14.080 em 2014) que não transitou no caixa da Companhia, referente a liquidações de obrigações junto a fornecedores.

17 Tributos a recolher

A composição do saldo desta rubrica está descrita a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de Renda (i)	22.896	14.547
Contribuição Social	296	315
PASEP / COFINS (ii)	98.143	15.467
FGTS	2.842	1.436
ISS	4.252	1.843
INSS (iii)	28.047	10.028
ICMS (iv)	71.461	59.679
Parcelamento LEI 12.996/14 - Demais Débitos RFB (v)	2.783	14.180
Outros	39.807	25.667
	270.527	143.162
Não Circulante		
Imposto de Renda	2.351	3.050
Contribuição Social	889	1.153
PASEP / COFINS	38.655	21.390
FGTS	3.486	3.503
INSS (iii)	12.678	8.651
ICMS	119	119
	58.178	37.866
Total	328.705	181.028

(i) A variação identificada nesta rubrica refere-se, principalmente, ao imposto de renda incidente sobre o serviço da dívida do período de outubro de 2014 a junho de 2015 no valor de R\$ 22.112.

(ii) A variação é em função da inadimplência de COFINS das competências de junho a dezembro/2015 e de PIS do período de agosto a dezembro/2015, atualizadas por juros de SELIC e multa de 0,33% ao dia, limitada a 20%.

(iii) O aumento nesta rubrica trata-se da inadimplência de INSS patronal dos meses de agosto a dezembro/2015.

(iv) Aumento decorrente, principalmente, do não pagamento do ICMS referente ao saldo remanescente da competência de novembro/2015 (R\$ 29.496).

(v) Em 21/08/2014, esta Companhia solicitou o parcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, conforme Lei 12.996/2014. Tal adesão quitou multas e juros com prejuízo fiscal e base negativa e parcelou a dívida em 120 meses, incluindo débitos de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e INSS, assim como o débito de COFINS de 1997 referente ao processo nº 10.384-000.183/2002-20. Nesse trimestre ocorreu uma baixa de R\$ 11.397 por conta da disponibilização feita pela Receita Federal do Brasil, através da Instrução Normativa PGFN/RFB nº 1.064/2015.

18 Obrigações sociais e trabalhistas

Contabilização da estimativa das obrigações em potencial referentes a férias e encargos devidas aos empregados, sem prejuízo da remuneração mensal, na vigência do contrato de trabalho, e dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, provisionadas.

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Férias	9.012	7.714
Gratificação de férias	6.532	5.786
Contribuições recolhíveis ao INSS	1.726	3.915
FGTS	-	1.080
Imposto de renda (i)	9.189	-
Obrigações diversas	18.592	12.486
	45.051	30.981

- (i) Desde janeiro de 2015, houve a reclassificação da conta de imposto de renda incidente sobre folha de pagamento para o grupo de obrigações estimadas conforme plano de contas instituído pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, versão 2015.

19 Encargos setoriais

Os dados apresentados nesta rubrica tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contrato de concessão, definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL para assegurar, dentre outros objetivos, o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

Os saldos apresentados de encargos setoriais estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (i)	4.831	271
Encargo de Capacidade Emergencial	2.652	2.659
Taxas de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	116	117
	7.599	3.047

- (i) A variação identificada nesta rubrica refere-se às quotas não pagas da CDE - Energia e CDE - Uso, conforme Resolução Homologatória n.º 1.857-ANEEL, de 27/02/2015. Além disso, a ANEEL através da Resolução Homologatória n.º 1.863, de 31 de março de 2015 homologou os valores e prazos de recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE destinadas à amortização da Conta no Ambiente de Contratação Regulada - Conta-ACR, cabendo a Companhia o valor de R\$ 6.031 a ser amortizados em 55 parcelas, que devem ser recolhidos mensalmente a CCEE, a partir do mês do reajuste tarifário ordinário de 2015.

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia, através da Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI, mantém plano de aposentadoria de benefício definido (Plano BD), sob o regime financeiro básico de capitalização para os benefícios programados. Esse plano está em extinção desde 30/11/2000.

A FACEPI é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários da Companhia, sua patrocinadora.

Para o suporte das obrigações acumuladas antes da implantação do plano previdenciário com características de contribuição definida, levando em conta o saldamento do plano anterior, a Companhia comprometeu-se a amortizar o Saldo da Provisão Matemática a Constituir, através da subscrição de um contrato de confissão de dívidas.

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, que tem a característica de Plano de Benefício Definido - Plano BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida - Plano CD, iniciado a partir de 2008, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

O plano de benefícios definidos, para a população já fechada, garante os benefícios de complementação de aposentadorias por idade até o nível da média dos últimos trinta e seis salários, com um mínimo de 20% sobre o mesmo, a complementação de aposentadorias por tempo de serviço, na mesma base, além da complementação de aposentadorias por invalidez e especiais. Garante, também, a complementação da pensão por morte, em até 100% do benefício principal, auxílio doença por afastamento temporário, auxílio funeral e um pecúlio por morte, de pagamento único, de valor equivalente a 1/5 do maior teto da Previdência Social.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela FACEPI.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a. Plano de Contribuição Definida (CD) - Plano 01-B

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios do Plano BD, abaixo descrito, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na companhia, com reversão em renda de aposentadoria.

Esse regime contributivo estabelece aportes mensais por parte de empregados e da empresa, com base em plano de custeio atuarial pré-concebido. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2015, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 2.942 (2014 - R\$ 2.716).

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

	31/12/2015	31/12/2014
Participantes		
Número de empregados vinculados ao plano	616	636
Idade média (anos)	57,56	57,17
Valor do salário médio (R\$)	1.032,92	968,73
Aposentados		
Número de aposentados por tempo de contribuição, idade e especial	654	649
Idade média (anos)	67,33	67,20
Benefício médio (R\$)	1.865,35	1.744,15
Assistidos (Pensionistas)		
Número de pensões	276	295
Benefício médio (R\$)	689,25	659,62
População Total	1.546	1.580

20.1 Termos de compromissos

Os contratos com a FACEPI têm o seguinte perfil de vencimento:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Termo de compromisso (i)	27.805	15.255
Contrato de confissão e parcelamento de dívida (ii)	14.109	7.353
Assistência Médica PID (iii)	413	366
Subtotal	42.327	22.974
Não circulante		
Termo de compromisso (i)	-	11.704
Contrato de confissão e parcelamento de dívida (ii)	11.853	19.467
Assistência Médica PID (iii)	2.066	1.467
Subtotal	13.919	32.638
Total de benefícios pós-emprego	56.246	55.612

- (i) Termo firmado em 11/12/2000, relativo ao saldamento do plano de benefícios da FACEPI.
- (ii) Contrato firmado em 19/09/1997, com cláusula de atualização monetária com base na variação anual do INPC e juros de 6% ao ano, pagável em 180 parcelas mensais, a partir de julho de 2002.
- (iii) Valores referentes a assistência médica inerentes ao Plano de Incentivo ao Desligamento, que prevê a manutenção da cobertura à assistência médica a partir da data do desligamento, de acordo com a etapa de desligamento escolhida:
- 1ª etapa - desligamento até 13/12/2013 - 60 meses de cobertura;
 - 2ª etapa - desligamento até 14/12/2014 - 12 meses de cobertura.

Durante o exercício de 2015, o valor pago pela Companhia à FACEPI referente à amortização das parcelas dos débitos foi R\$ 8.985 (2014 - R\$ 19.317).

20.2 Efeitos do plano de benefício definido

a. Hipóteses atuariais e econômicas

	2015	2014
Financeiras		
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	13,21% a.a.	12,23% a.a.
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,31% a.a.	6,15% a.a.
Projeção de aumentos médio dos salários	5,50% a.a.	7,83% a.a.
Projeção de aumentos médio dos benefícios	5,50% a.a.	5,72% a.a.
Taxa média de inflação anual	5,50% a.a.	5,72% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	13,21% a.a.	12,23% a.a.

Demográficas

Taxa de rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (suavizada 10%) M&F	AT-2000 (suavizada 10%) M&F
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 85	MI 85
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT MÉDIA	LIGHT MÉDIA
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi de R\$ 11.898 (R\$ 67.161 em 2014).

- (i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

20.3 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.

Risco de investimento

Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.

Risco de taxa de juros

O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Risco de longevidade

O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Risco de salário

Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	2015 Plano BD	2014 Plano BD
Cobertas	258.139	274.956
Valor justo dos ativos do plano (-)	(235.565)	(221.178)
Passivo (Ativo) Líquido	22.574	53.778
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	53.764	59.239
Valor do passivo (ativo) de benefício pós-emprego	53.764	59.239
Custo do serviço corrente	309	475
Custos dos juros líquidos	5.209	11.536
Despesa (Receita) atuarial reconhecida no exercício	5.518	12.011

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2014 estão apresentadas a seguir:



Descritivo	2015Plano BD	2014Plano BD
Alterações nas obrigações		
Valor das obrigações atuariais no início do ano	274.957	258.964
Custo de serviços corrente líquido	308	475
Custo de juros	32.222	30.388
Benefícios pagos	(17.522)	(20.813)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	(31.826)	5.943
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas biométricas	-	3.415
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(27.047)	4.888
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(4.779)	(2.360)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	258.139	274.957
Alterações nos ativos financeiros		
Valor justo dos ativos no início do ano	221.178	153.669
Receita de juros	27.013	18.852
Contribuições patronais	20.010	21.161
Benefícios pagos/adiantados	(17.522)	(20.813)
(Ganhos) perdas sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(15.114)	48.309
Valor justo dos ativos no fim do exercício	235.565	221.178

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	2015	2014
Fundos de Investimento	217.872	207.094
Outros ativos	48.317	39.554
Investimentos Estruturados	3.824	
Imóveis	12.310	12.398
Empréstimos	5.020	4.821
(-) Recursos a receber - patrocinador	(38.283)	(30.637)
(-) Exigível Operacional	(142)	(143)
(-) Fundo de investimentos	(3.341)	(3.064)
(-) Fundo Administrativo	(10.012)	(8.845)
Total dos Ativos Garantidos	235.565	221.178

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

20.4 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31/12/2015	31/12/2014
Programa Previdenciário	(13.521)	40.484

Descritivo	2015 Plano BD	2014 Plano BD
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício		
Ganhos (perdas) sobre o ativo justo	(942)	(1.690)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	(3.533)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	27.110	(4.901)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	4.706	2.646
Retorno sobre ativos do plano	(15.115)	48.309
Efeito do teto do ativo	(1.070)	(347)
Ajuste de dívida	(28.210)	
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(13.521)	40.484

20.5 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir aproximadamente com R\$21.111 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 9 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1 - 2 anos	Entre 2 - 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015					
Programa Previdenciário	24.339	24.101	70.675	435.327	554.442

20.6 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 5.248 (aumento de R\$ 5.452).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuisse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 2.825 (aumento de R\$ 2.737).

21 Pesquisa e desenvolvimento

Os contratos de concessão firmados pelas empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com a ANEEL estabelece obrigações e encargos perante o poder concedente. Uma dessas obrigações consiste em aplicar anualmente o montante de, no mínimo, de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica, o que consiste no Programa de Eficiência Energética - PEE e projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, das Empresas de Distribuição - PEE e projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Para o cumprimento desta obrigação as distribuidoras devem apresentar à ANEEL a qualquer tempo, por meio de arquivos eletrônicos, projetos de Eficiência Energética e Combate ao Desperdício de Energia Elétrica e de Pesquisa e Desenvolvimento observadas as diretrizes definidas na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, bem como nas resoluções estabelecidas pela ANEEL.

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Pesquisa de Desenvolvimento - P&D	4.314	4.515
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.291	6.275
	13.605	10.790
Não Circulante		
Pesquisa de Desenvolvimento - P&D	20.912	16.926
Programa de Eficiência Energética - PEE	20.648	27.123
	41.560	44.049
Total	55.165	54.839

A Companhia reconheceu o passivo relacionado a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento, até o momento de sua efetiva realização, pela Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

22 Outros passivos

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Consumidores	3.453	3.032
Folha de pagamento (i)	-	6.069
Multa da ANEEL (ii)	21.569	30.341
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP (iii)	16.755	12.514
ENGESER (iv)	56.550	-
Penalidades ONS (v)	7.150	-
Outros	8.191	697
	113.668	52.653
Não Circulante		
Programa Emergencial Red. Consumo E. Elétrica	499	499
Outros	-	127
	499	626
Total	114.167	53.279

(i) Pelo novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, o valor da folha de pagamento foi reclassificado para obrigações sociais e trabalhistas (nota 18).

- (ii) Valores provisionados referentes à aplicação de penalidades pela ANEEL pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato de concessão, tais como: transgressão de índices DEC/FEC e violação dos indicadores de continuidade individuais.
- (iii) Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - corresponde aos valores que serão repassados às prefeituras municipais.
- (iv) Trata-se de uma ação movida pela empresa Engeser Construções que objetiva indenização por danos materiais em virtude de supostos prejuízos oriundos de atrasos no pagamento de faturas, bem como não pagamentos referentes aos contratos (Processo nº 2024952006 (0006536-13.2006.8.18.0140). A Contadoria Judicial atualizou os valores apresentados na perícia e indicou o montante devido como execução definitiva. Na sentença transitada em julgado em 26 de agosto de 2015, fora determinado o pagamento em 12 (doze) parcelas de R\$ 6.296, acrescido de correção monetária de multa de 1% ao mês, o que significa um valor superior a R\$ 75.500. O bloqueio dos referidos valores iniciou em agosto do ano corrente.
- (v) Valor referente as Parcelas de Ineficiência por Sobrecontratação - PIS, apuradas no período de 2011 a 2014 e atualizadas para junho/2015, conforme Despacho nº 3.959, de 08 de dezembro de 2015.

23 Provisão para contingências

As provisões para contingências são baseadas na estimativa da opinião dos nossos consultores jurídicos das prováveis indenizações por ações cíveis, tributárias e trabalhistas que se acham em tramitação em diversas instâncias de decisão judicial.

As provisões prováveis constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
Provisão para contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais	
Trabalhistas	16.964	11.868	15.267	11.051
Cíveis	40.464	2.549	65.260	1.438
Tributárias	21.047	140	21.047	129
	78.475	14.557	101.574	12.618

Abaixo, a movimentação ocorrida em 2015 nos saldos da provisão para contingências constituídas como prováveis:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2015
Trabalhistas	15.267	17.421	(13.760)	(1.964)	16.964
Cíveis	65.260	96.798	(79.345)	(42.249)	40.464
Tributárias	21.047	1.963	-	(1.963)	21.047
	101.574	116.182	(93.105)	(46.176)	78.475
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2014
Trabalhistas	20.251	10.295	(743)	(14.536)	15.267
Cíveis	34.629	44.145	(2.761)	(10.753)	65.260
Tributárias	17.048	4.000	(1)	-	21.047
	71.928	58.440	(3.505)	(25.289)	101.574



A redução de R\$ 23.099 decorre, principalmente, da reversão do valor provisionado para contingências cíveis.

A Companhia destaca a seguir o montante dos processos trabalhistas, cíveis e tributários, avaliados pela Assessoria Jurídica da Companhia, classificados como perda estimada provável, possível e remota, de grande relevância ou que tiveram desdobramentos no exercício:

Processos judiciais em 31/12/2015				
Probabilidade de saída de recurso				
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	16.964	121.536	2.174	140.674
Cíveis	40.464	546.905	173.870	761.239
Tributárias	21.047	165.353	-	186.400
	78.475	833.794	176.044	1.088.313

Processos judiciais em 31/12/2014				
Probabilidade de saída de recurso				
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	15.267	102.881	2.168	120.316
Cíveis	65.260	477.465	82.007 *	624.732
Tributárias	21.047	165.354	-	186.401
	101.574	745.700	84.175	931.449

(*) Ressalta-se que, nas contingências cíveis classificadas como remotas, consta o Processo nº 000613-16.2000.8.18.0140 referente à Ação Popular que pleiteia a anulação do Contrato de Confissão de Dívida celebrado entre esta Companhia e a Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI no valor de R\$ 60.000. Tal processo foi assim classificado pela assessoria jurídica considerando que até a presente data não houve sequer sentença na referida demanda, bem como se vislumbra a possibilidade de extinção do processo quando juntados os comprovantes de pagamentos solicitados à manifestação do pedido de reconhecimento da litispendência e inépcia da inicial, extinção sem julgamento do mérito ou julgamento de ação como totalmente improcedente.

23.1 Trabalhistas

Refere-se a diversas ações movidas contra a Companhia, por empregados e ex-empregados, envolvendo hora-extra, adicional de periculosidade, equiparação e reenquadramento salarial, insalubridade, diferenças de FGTS, indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho e reintegração de demitidos, conforme descrevemos a seguir:

Contingências Trabalhistas	31/12/2015	31/12/2014
SINTEPI / MPT	5.441	6.649
Ex-empregados da Companhia	6.473	4.085
Ex-empregados de empreiteiras	2.159	1.031
Empregados	2.891	3.502
	16.964	15.267

23.2 Cíveis

As principais ações são provenientes de indenizações por danos morais e materiais, movidas por pessoas físicas e jurídicas, e de ações de repetição do indébito, que visam à restituição de valores que o autor entende que foram pagos indevidamente, sendo as detectadas com expectativa provável de saída de recursos, devidamente provisionadas, as quais descrevemos abaixo:

Contingências Cíveis	31/12/2015	31/12/2014
Indenização - ENGESER (i)	-	15.239
Indenização - VELEIRO AGRÍCOLA (ii)	-	13.783
Águas e Esgotos do Piauí S/A	10.073	10.000
Ministério Público Estadual	8.161	8.151
Indenização Produtos Vegetais do Piauí S/A	3.152	3.153
Outras	19.078	14.934
	40.464	65.260

- (i) Reversão de uma ação movida pela empresa Engeser Construções. A sentença fora transitada em julgado em 26 de agosto de 2015, fora determinado o pagamento em 12 (doze) parcelas de R\$ 6.296, acrescido de correção monetária de multa de 1% ao mês (Nota 22).
- (ii) Trata-se de uma ação movida pela empresa Veleiro Agrícola visando à indenização por danos materiais e lucros cessantes em virtude de perda de safra agrícola decorrentes de deficiência no fornecimento de energia para a referida companhia situada no município de Jerumenha. A sentença transitada em julgado determinou que a empresa Veleiro Agrícola fosse ressarcida de todos os danos sofridos. Destaca-se que em novembro de 2014 foi bloqueado e levantado o montante de R\$ 5.000 e que o Magistrado determinou o levantamento de mais R\$ 17.610, totalizando o montante de R\$ 22.610. A parcela provisionada em 2015 foi paga em setembro/2015.

23.3 Tributárias

As ações tributárias provisionadas, consideradas com expectativa provável de saída de recurso, são as seguintes:

Contingências Tributárias	31/12/2015	31/12/2014
ICMS	4.036	4.036
ISS	12.011	12.011
Tributos Federais	5.000	5.000
	21.047	21.047

A Companhia sofreu processo de fiscalização por parte da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí - SEFAZ, referente aos procedimentos fiscais adotados no registro e apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, relativo ao período de janeiro de 2001 a dezembro de 2007, sendo lavrados, contra a Companhia, quatorze autos de infração, no total de R\$ 117.767 suportada pela avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, este valor não foi provisionado por ser considerado como probabilidade de perda possível.

Discriminação do Fato	Auto de Infração		Valor	
	nº	Data	Original	Atualizado
Consumidor não enquadrado como órgão público	32.794	30/07/2003	5.095	18.720
ICMS consumidor industrial	32.796	30/07/2003	2.881	10.965
ICMS competência dez/2005	32.797	30/07/2003	3.043	9.312
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.147	17/12/2007	518	1.879
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.148	17/12/2007	6.304	22.335
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.149	17/12/2007	8.007	27.094
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.150	17/12/2007	9.860	32.079
Atraso na entrega do Convênio 115/03	48.461	04/06/2007	6.875	8.093
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.462	02/07/2007	24	89
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.463	02/07/2007	73	260
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.464	02/07/2007	121	409
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.465	02/07/2007	240	781
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.466	02/07/2007	489	1.516
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.467	02/07/2007	519	1.560
			44.049	135.092

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	16.416	15.631
Capitalização	(16.416)	-
Atualização monetária	-	785
	-	-
Saldo no fim do exercício	16.416	16.416

Em dezembro de 2015 houve a capitalização de R\$ 16.416, aportados a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, para fins de integralização do capital subscrito da Companhia, sem emissão de novas ações, conforme Resolução de Diretoria Executiva RES - 667/2015, de 07/12/2015 e Ata de Assembléia Geral Extraordinária, de 09/12/2015.

25 Capital social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está representado por ações, como segue:

Espécie/Classe das ações	Ações	
	Quantidade	%
Ordinárias	744.131.334	95,50%
Preferenciais - Classe "A"	19.310.694	2,48%
Preferenciais - Classe "B"	15.781.524	2,02%
	779.223.552	100,00%

O Agente do Fisco da Receita Federal do Brasil - RFB, em 25 de março de 2014, autuou a Companhia considerando que a energia comprada e não revendida aos consumidores, em função de perdas da operação ou desvios no sistema de distribuição de energia elétrica, não deveria ensejar créditos de PIS/COFINS e dedutibilidade para fins de IR/CSLL. As perdas/desvios da energia comprada são reconhecidas quando da contabilização da energia adquirida para revenda, de forma que o Agente Fiscal realizou o levantamento por meio de controles gerenciais apresentados pela Companhia.

Os assessores jurídicos protocolaram Impugnação ao Auto de Infração, o qual encontra-se em trâmite no Contencioso Administrativo da RFB, argumentando pelo não cabimento da autuação.

Apresentamos a seguir um quadro resumo com o total das contingências apontadas no Auto de Infração:

Tributo	Valor R\$
IRPJ	28.522
CSLL	10.268
PIS	3.553
COFINS	16.363
Total	58.706

24 Adiantamento para futuro aumento de capital

Os recursos recebidos da Eletrobras até 30 de junho de 2012, registrados contabilmente no passivo não circulante, foram atualizados pela taxa SELIC e alcançaram o montante de R\$ 16.416, conforme composição abaixo:

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei.

As ações preferenciais não têm direito de voto na assembleia geral de acionistas e gozarão das seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição e recebimento de dividendos anuais de até 10%, calculados sobre o valor da parcela do capital representado pelas ações preferenciais classe "A";
- Montante de dividendos equivalente no mínimo a 10%, calculados sobre o valor da parcela de capital representado pelas ações preferenciais Classe "B"; e,
- Prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

26 Receita operacional líquida

	NºConsumidores*		MWh*		R\$ mil	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecimento						
Residencial	1.015.893	1.006.280	1.526.439	1.431.593	975.094	675.034
Industrial	3.515	3.525	218.090	215.788	113.854	76.217
Comercial	84.483	83.474	702.029	659.465	424.017	289.370
Rural	30.224	30.268	152.350	142.042	68.457	44.269
Poder Público	14.703	14.279	225.927	221.152	125.550	89.697
Iluminação Pública	372	365	183.478	188.457	72.829	51.735
Serviço Público	5.712	5.976	157.309	154.196	75.142	50.268
Consumo Próprio	161	163	3.505	3.778	-	-
Remuneração do Ativo Financeiro	-	-	-	-	(35.906)	(30.655)
Receita de Distribuição	-	-	-	-	-	(519.767)
Total	1.155.063	1.144.330	3.169.127	3.016.471	1.819.037	726.768
Outras receitas						
Disponibilidade da Rede Elétrica					18.554	18.657
Construção					171.661	126.130
Remuneração do Ativo Financeiro					35.906	30.655
Receita de Distribuição					-	519.767
Parcela A - CVA e outros itens financeiros (Nota 10.1)					42.795	250.295
Outras					32.761	32.714
Total					301.677	977.618
Total da receita operacional bruta					2.120.714	1.704.386
DEDUÇÕES						
ICMS					411.328	277.673
PIS					33.240	21.911
COFINS					153.106	100.922
CDE					79.401	2.994
P&D e PEE					11.238	9.096
Bandeiras Tarifárias					135.296	-
Outras					1.717	213
Total					825.326	412.809
Total da receita operacional líquida					1.295.388	1.291.577

(*) Informações não auditadas pelos auditores.

A variação da receita operacional líquida é resultante, principalmente, do crescimento do número de consumidores, bem como do aumento tarifário imposto pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.781, de 26 de agosto de 2014, pelo reajuste tarifário extraordinário da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.858, de 28 de fevereiro de 2015 e pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.949, de 08 de setembro de 2015, que homologaram o resultado do reajuste tarifário desta Companhia, bem como decorrente do incremento de receitas de bandeiras tarifárias (bandeira vermelha).

26.1 Encargos de uso do sistema de distribuição

De acordo com o Despacho nº 1.618, de 23 de abril de 2008, deverá ser realizada a transferência de receita para atividade de distribuição, adotando para fins de valoração uma única Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD média. Desde janeiro de 2015, tais recursos são exclusivamente da atividade de distribuição em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, versão 2015.

26.2 Reajuste Tarifário Anual

Reajuste tarifário 2015 - Através da Resolução Homologatória nº 1.949, de 08 de setembro de 2015, com vigência a partir de 28 de agosto de 2015 a 27 de agosto de 2016, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, homologou o Reajuste Tarifário Anual de 18,04% (dezoito vírgula quatro por cento positivos), sendo 10,85% (dez vírgula oitenta e cinco por cento positivos) relativos aos componentes econômicos, e 7,19% (sete vírgula dezenove por cento positivos) relativos aos componentes financeiros adicionais. Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

26.3 Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a ter o sistema de bandeiras tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

A energia elétrica no Brasil é gerada predominantemente por usinas hidrelétricas. Para funcionar, essas usinas dependem das chuvas e do nível de água nos reservatórios. Quando há pouca água armazenada, usinas termelétricas podem ser ligadas com a finalidade de poupar água nos reservatórios das usinas hidrelétricas. Com isso, o custo de geração aumenta, pois essas usinas são movidas a combustíveis como gás natural, carvão, óleo combustível e diesel. Por outro lado, quando há muita água armazenada, as térmicas não precisam ser ligadas e o custo de geração é menor.

As bandeiras tarifárias são uma forma diferente de apresentar um custo que hoje já está na conta de energia, mas geralmente passa despercebido. Atualmente, os custos com compra de energia pelas distribuidoras são incluídos no cálculo de reajuste das tarifas dessas distribuidoras e são repassados aos consumidores um ano depois de ocorridos, quando a tarifa reajustada passa a valer. Com as bandeiras, haverá a sinalização mensal do custo de geração da energia elétrica que será cobrada do consumidor, com acréscimo das bandeiras amarela e vermelha. Essa sinalização dá, ao consumidor, a oportunidade de adaptar seu consumo, se assim desejar.

O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha - as mesmas cores dos semáforos - e indicam o seguinte: Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo; Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos; Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos.

O registro contábil dos valores de bandeiras tarifárias está sendo efetuado conforme instrução do Ofício Circular nº 185/2015 - Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira/ANEEL, bem como atualizado pelas determinações do Despacho nº 245 - ANEEL, de 28 de janeiro de 2016.

26.4 Conta ACR

A partir de 2015, o custo total das operações de créditos contratadas pela CCEE será amortizado em 24 meses, por meio do recolhimento de contas anuais da CDE paga por todas as concessionárias de distribuição, na proporção de seus mercados cativos, mediante encargo tarifário a ser incluído nas tarifas de energia elétrica.

27 Custo com energia elétrica

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Nº Clientes *	GWh *	R\$ mil	Nº Clientes *	GWh *	R\$ mil
Contratos de Compra de Energia	1.155.063	4.832	565.963	1.144.330	4.555	585.969
Uso da Rede de Transmissão			77.498			48.881
Comercialização CCEE - curto prazo			289.277			131.157
PROINFA			14.849			14.827
Repasso contas ACR/CDE			(6.302)			(179.291)
Total	1.155.063	4.832	941.285	1.144.330	4.555	601.543

(*) Informações não examinadas por nossos auditores.

A variação nos contratos de compra de energia é devido, principalmente, aos despachos das usinas térmicas pelo aumento do custo da parcela variável dos contratos por disponibilidade; ao encerramento dos contratos do 1º Leilão de Energia Existente Produto: 2007-2014; ao início dos contratos do 18º Leilão de Ajuste (Produto: 2015-2015) em janeiro/2015 com preço médio do MWh contratado de R\$ 388,40 e do 14º Leilão de Energia Existente (Produto: 2015-2018) em janeiro/2014 com tarifa de compra de R\$ 201,00 e ao desequilíbrio entre a tarifa média de compra de energia efetivamente praticada (TMC) e a reconhecida pela ANEEL (TMR). Além da subcontratação pela exposição do Mercado de Curto Prazo.

28 Custo de operação, de construção e despesas operacionais

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/2015			
	Custo de Operação	Custo de Construção	Despesas Operacionais	Total
Pessoal (i)	148.526	-	33.067	181.593
Material	4.977	-	1.002	5.979
Serviços de terceiros	59.471	-	46.527	105.998
Depreciação e amortização	34.452	-	584	35.036
Arrendamentos e aluguéis	2.873	-	1.124	3.997
Provisões operacionais (ii)	-	-	3.573	3.573
Provisões impairment (iii)	-	-	57.805	57.805
Provisões para contingências (iv)	15.194	-	7.883	23.077
Construção	-	171.661	-	171.661
(-) Recuperação de despesas	-	-	(1.321)	(1.321)
Perdas comerciais (v)	-	-	92.310	92.310
Outros	64.184	-	28.554	92.738
	329.677	171.661	271.108	772.446

	31/12/2014			
	Custo de Operação	Custo de Construção	Despesas Operacionais	Total
Pessoal (i)	135.454	-	31.185	166.639
Material	3.831	-	565	4.396
Serviços de terceiros	51.031	-	50.979	102.010
Depreciação e amortização	30.566	-	771	31.337
Arrendamentos e aluguéis	3.083	-	1.625	4.708
Provisões operacionais (ii)	-	-	(73.110)	(73.110)
Provisões impairment (iii)	-	-	10.567	10.567
Provisões para contingências (iv)	46.736	-	8.199	54.935
Construção	-	126.130	-	126.130
(-) Recuperação de despesas	-	-	(5.295)	(5.295)
Perdas comerciais (v)	-	-	75.865	75.865
Outros	17.785	-	3.949	21.734
	288.486	126.130	105.300	519.916

- (i) Variação decorrente do aumento do número de funcionários, bem como ajuste salarial de 8,17% em decorrência do Acordo Coletivo de Trabalho.
- (ii) O aumento das provisões operacionais em 2015 é devido à aplicação da nova regra determinada na nota técnica em vigor a partir de janeiro/15 para PCLD. Em 2014 os valores registrados como PCLD consideravam apenas o valor do importe. Pela nova regra, está incluso juros e multas. Além disso, verificou-se uma grande reversão de PCLD em 2014.
- (iii) Registro de provisão do valor de recuperação dos ativos. Em 2015, o efeito no resultado é de R\$ 57.805, composto pela provisão de R\$ 98.383 do ativo intangível em serviço para registrar o impairment calculado pela metodologia do fluxo de caixa descontado, bem como uma reversão de R\$ 40.578 no ativo financeiro em serviço oriunda da comparação entre o ativo intangível e financeiro em serviço e a Base de Remuneração Regulatória determinada pela ANEEL, no Terceiro Ciclo da Revisão Tarifária Periódica, atualizado desde 01/03/2013 até 31/12/2015, pelo IPCA.
- (iv) A variação verificada nas provisões para contingências é devida, basicamente, ao impacto causado pela reversão do registro das contingências cíveis referente ao processo da empresa ENGESER (Notas 22 e23.2).
- (v) O aumento de perdas com clientes decorre da elevação nas baixas dos créditos consideradosincobráveis, com valor menor que R\$ 5 mil reais, em função do envelhecimento da dívida, das transferências realizadas em função dos créditos vencidos há mais de um ano, em cobrança administrativa e judicial.

29 Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	1.010	820
Acréscimos moralitórios	59.201	50.166
Variações monetárias ativas	11.081	5.721
Descontos financeiros	10.892	20.272
CVA (i)	15.566	(56.486)
	97.750	20.493
Despesas		
Encargos de dívida (ii)	156.045	98.651
Juros PEE e P&D	4.641	3.091
Multas (iii)	1.628	14.969
Variações monetárias passivas (iv)	60.538	44.559
DIC/FIC - Res. 246 ANEEL	-	2.902
Juros (v)	19.542	23.610
	242.394	189.782
Resultado Financeiro	(144.644)	(169.289)

- (i) Receita financeira oriunda do registro da CVA, conforme OCPC 08;

- (ii) Juros e comissão sobre empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira, principalmente incidentes sobre os contratos com a Eletrobras;
- (iii) Variação oriunda de reclassificação de multas da ANEEL e demais penalidades para gastos diversos de despesas operacionais em obediência ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, versão 2015;
- (iv) Atualizações monetárias de tributos, empréstimos da Eletrobras e Morgan, e dos contratos de parcelamento da Facepi;
- (v) Juros por atraso de pagamento dos fornecedores de energia e de materiais e serviços.

30 Compromissos operacionais de longo prazo

Compromissos posições compradas*

Gerador da Energia	Empresas		Totais	
	Geradoras do Grupo	Demais Empresas Geradoras		
2016	Volume MWh	1.527	3.798	5.325
	Preço/MWh	102,53	162,64	139,79
	Total	156.566	617.708	774.274
2017	Volume MWh	1.407	3.955	5.362
	Preço/MWh	97,46	168,53	149,89
	Total	137.131	666.555	803.686
2018	Volume MWh	1.281	4.691	5.972
	Preço/MWh	82,37	159,59	143,02
	Total	105.522	748.620	854.142
2019	Volume MWh	1.281	4.504	5.785
	Preço/MWh	84,47	161,77	144,65
	Total	108.202	728.599	836.801
2020	Volume MWh	1.175	4.381	5.556
	Preço/MWh	71,71	156,56	138,62
	Total	84.261	685.904	770.165
2021	Volume MWh	1.175	4.370	5.545
	Preço/MWh	74,18	157,12	139,55
	Total	87.164	686.632	773.796
2022/2048	Volume MWh	60.824	1.563.732	1.624.556
	Preço/MWh	144,53	174,44	173,32
	Total	8.790.773	272.784.596	281.575.369

- (*) Informações não auditadas pelos auditores para volume e preço.

Independentemente do prazo de finalização das concessões em 2015, a Companhia detém contratos de compra de energia. Tais contratos são firmados através da participação em leilões realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE/ANEEL, no ambiente de contratação regulada - CCEAR, variando de 15 a 30 anos, conforme a modalidade de contratação.

31 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1 Fatores de risco financeiro

Risco de crédito

A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como no acompanhamento dos prazos concedidos. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em Clientes.

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois, como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de:

- (i) Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- (ii) Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- (iii) Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- (iv) Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e,
- (v) Cobrança judicial.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Abaixo, apresentamos os saldos das contas de financiamentos e empréstimos, fornecedores e adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:

Em 31 de dezembro de 2015	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2anos	Entre 2 e 5anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	669.266	277.112	211.727	464.471
Fornecedores	243.603	-	-	-

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos, conforme divulgado na Nota 15.

31.2 Análise de sensibilidade

A Companhia analisou os seus instrumentos financeiros ativos e passivo para identificar os instrumentos que possuem riscos significativos. Onde dos instrumentos financeiros identificados foram avaliados conforme abaixo:

- **Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras que a Companhia possui são aplicações de liquidez imediata de baixo risco, não representando risco significativo para a Companhia, assim com base no CPC 40.42, não foram realizadas análises de sensibilidade.
- **Empréstimos e Financiamentos (RGR e CEF)** - A Companhia não submeteu à análise de sensibilidade para o montante constante na nota 15, correspondentes aos financiamentos custeados pelo Fundo RGR, bem como ao empréstimo firmado com a Caixa Econômica Federal, tendo em vista que as taxas inerentes à atualização dos mesmos são fixas, não sendo, portanto, influenciadas por risco de variação cambial e oscilação de taxas de inflação oficiais, se enquadrando no que diz o CPC 40.41 para itens que não forem representativos do risco.
- **Empréstimos e Financiamentos indexados por SELIC, IPCA, FINEL e DÓLAR** - A Companhia realizou a análise de sensibilidade no montante devido no final do exercício, com base no indicador esperado para o ano de 2015, submetendo-os a uma variação de alta de 25% e 50%, o que apresenta abaixo qual seria este impacto no montante em 31 de dezembro de 2015 se tal alta ocorresse:

Instrumentos financeiros e empréstimos	Valor 31/12/2015	Provável 2015 (% a.a)	Índice (%)				Valor	
			Cenário I (+ 25%)	Cenário I (+ 50%)	Cenário I(+ 25%)	Cenário I(+ 50%)		
FINEL	17.145	6,50	8,13	9,75	21.431	25.718		
IPCA	75.290	6,93	8,66	10,40	94.113	112.935		
RO/SELIC	863.289	15,25	19,06	22,88	1.079.111	1.294.934		
DÓLAR	12.995	4,25	5,31	6,38	16.244	19.493		
	968.719				1.210.899	1.453.079		

31.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de manter o equilíbrio necessário para a redução dos seus custos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	31/12/2015	31/12/2014
Financiamentos e empréstimos	(1.281.447)	(1.058.561)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>9.209</u>	<u>5.478</u>
Dívida líquida	(1.272.238)	(1.053.083)
Total do patrimônio líquido	<u>(701.150)</u>	<u>(141.058)</u>
Total do Capital	<u>(1.973.388)</u>	<u>(1.194.141)</u>
Índice de alavancagem financeira %	<u>64</u>	<u>88</u>

31.4 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos (especulativos ou não especulativos).

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos Financeiros (Circulante/Não Circulante)		
Empréstimos e recebíveis		
Clientes	603.106	503.807
Direito de ressarcimento	24.268	12.483
Disponível para venda		
Ativo financeiro - concessões de serviço público	682.902	651.978
Mantidos até o vencimento		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>9.209</u>	<u>5.478</u>
	<u>1.319.485</u>	<u>1.173.746</u>
Passivos Financeiros (Circulante/Não Circulante)		
Mensurados ao custo amortizado		
Financiamentos e empréstimos	1.281.447	1.058.561
Fornecedores	<u>243.603</u>	<u>165.288</u>
	<u>1.525.050</u>	<u>1.223.849</u>

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Recebíveis por classe	31/12/2015	31/12/2014
Grupo I		
Residencial	144.051	101.716
Poder público	22.259	17.653
Iluminação pública	-	6.848
Outras	<u>20.116</u>	<u>5.470</u>
	<u>186.426</u>	<u>131.687</u>
Grupo II		
Industrial	14.096	11.592
Comercial	54.299	37.052
Rural	10.935	6.862
Iluminação Pública	4.684	-
Serviço público	714	6.844
Suprimento	778	486
Parcelamentos Líquidos de PCLD	<u>293.778</u>	<u>275.520</u>
	<u>379.284</u>	<u>338.356</u>
Grupo III		
Renda não Faturada (*)	<u>37.396</u>	<u>33.764</u>
Total de Recebíveis	<u>603.106</u>	<u>503.807</u>

O total de recebíveis demonstrados acima é representado por faturas de energia elétrica a vencer ou vencidos não incluídos na PCLD, estes foram classificados de acordo com a taxa de inadimplência apurada pela área comercial da Companhia conforme descrito abaixo:

- Grupo I - Nível de inadimplência compreendido até 20% do total de recebíveis;
- Grupo II - Nível de inadimplência compreendido acima de 20% do total de recebíveis; e,
- Grupo III - Energia vendida e não faturada em função do calendário de faturamento. Estes são reclassificados nos demais grupos na medida em que são efetuadas leituras periódicas.

(*) A Companhia realiza estimativa mensal do faturamento de energia dos seus clientes denominada Renda Não Faturada - RNF que contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. A mesma tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e não medida, fato que ocorrerá no período subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo faturado da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

31.5 Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê um novo programa de racionamento.

32 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou lucro contábil no exercício, cujas adições e deduções legais bem como os ajustes do regime de transição tributária (RTT) resultaram em prejuízo fiscal na apuração do imposto de renda e lucro fiscal para cálculo da contribuição social. Base para cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme a seguir:



	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
(Prejuízo) Lucrodo exercício	(562.987)	(562.987)	829	829
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	516.197	516.160	265.573	265.538
Ações cíveis e trabalhistas	116.182	116.182	58.440	58.440
Auto de infração ANEEL	4.525	4.525	14.967	14.967
Provisão para devedores duvidosos	101.116	101.116	40.925	40.925
Custo de construção - IFRIC 12	171.661	171.661	126.130	126.130
Prorrogação do salário maternidade	52	52	45	45
Provisão PLR	16.920	16.920	-	-
Programa de Incentivo ao Desligamento	-	-	1.868	1.868
Gratificação a Administradores	37	-	35	-
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	98.383	98.383	-	-
Multa por infração a legislação fiscal	172	172	110	110
Penalidade ONS	7.149	7.149	-	-
Outras provisões	-	-	23.053	23.053
Receitas não tributáveis para fins fiscais	520.572	520.572	314.165	314.165
Reversão/pagamento de provisões	289.887	289.887	154.199	154.199
Receita de construção	171.661	171.661	126.130	126.130
Reversão de Prog. De Incent. A Demissão- PID	664	664	5.650	5.650
Ajuste a Valor Presente	-	-	1.022	1.022
CVA (OCPC 08)	58.360	58.360	27.164	27.164
Prejuízo Fiscal	(567.362)	(567.399)	(47.763)	(47.798)

32.1 Imposto de renda e contribuição social diferido

Em consequência dos sucessivos prejuízos apresentados nos exercícios anteriores, a Companhia possui base negativa e prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros, cujos valores de imposto e contribuição diferidos não estão contabilizados devido à incerteza de sua realização, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais	1.669.698	1.103.952
Base negativa de contribuição social	1.495.557	928.159
	3.165.255	2.032.111

33 Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos, natureza e condições das transações estão demonstrados a seguir:

	2015	2014	2015	2014
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
ELETROBRAS				
Financiamentos e Empréstimos	(1.218.306)	(1.020.658)	(158.779)	(97.871)
Adiantamento para aumento de capital	-	(16.416)	-	(785)
Outros	921	912	812	(4.673)
	(1.217.385)	(1.036.162)	(157.967)	(103.329)
CHESF				
Energia comprada	(2.090)	-	(26.242)	(6)
Uso do sistema	(5.195)	(3.840)	(15.184)	(14.408)
Fornecimento	8	1	34	127
Dispêndios a Reembolsar em Curso	114	80	185	-
	(7.164)	(3.759)	(41.207)	(14.287)
FURNAS				
Energia comprada	(11.210)	(11.204)	(75.361)	(52.089)
Uso do sistema	(2.104)	(1.888)	(2.621)	(2.280)
	(13.214)	(13.092)	(77.982)	(54.369)
CELG				
Energia comprada	(7)	-	(66)	-
Uso do sistema	(5)	(5)	(59)	(52)
	(12)	(5)	(125)	(52)
CGTEE				
Energia comprada	(116)	(118)	(1.575)	(2.797)
Uso do sistema	(38)	(33)	(5)	(3)
	(154)	(151)	(1.580)	(2.800)
ELETRONORTE				
Energia comprada	(2.943)	(5.656)	(17.027)	(49.561)
Uso do sistema	(1.218)	(1.137)	(2.712)	(2.399)
Dispêndios a Reembolsar em Curso	204	199	60	-
Pessoal Cedido	(6)	-	(91)	-
	(3.963)	(6.594)	(19.770)	(51.960)
ELETROSUL				
Energia comprada	(1.107)	(924)	(8.291)	(7.709)
Uso do sistema	(212)	(263)	(2.239)	(2.117)
	(1.319)	(1.187)	(10.530)	(9.826)
ELETRONUCLEAR				
Energia comprada	(1.524)	-	(18.899)	-
	(1.524)	-	(18.899)	-
CEAL				
Material emprestado	35	-	-	-
Pessoal cedido	(14)	-	(131)	-
	21	-	(131)	-
AMAZONAS ENERGIA DISTRIBUIÇÃO				
Dispêndios a Reembolsar em Curso	104	-	130	-
Pessoal Cedido	(117)	-	(428)	-
Tv Corporativa - LUME	(135)	-	(386)	-
	(148)	-	(684)	-
CERON				
Compartilhamento de Despesas	(258)	-	(258)	-
	(258)	-	(258)	-
ELETROACRE				
Compartilhamento de Despesas	(31)	-	(31)	-
	(31)	-	(31)	-
	(1.245.250)	(1.060.950)	(329.164)	(236.623)

33.1 Remuneração de pessoal chave

O pessoal chave da administração inclui os diretores executivos, conselheiros de administração e fiscal, cujo gasto total com a remuneração está demonstrado a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Remunerações dos Diretores e Conselheiros	453	404
Encargos sociais	142	130
Provisões e Gratificações	84	75
Outras	309	47
	<u>988</u>	<u>656</u>

34 Treinamento e desenvolvimento de pessoal

A Companhia tem como política permanente o desenvolvimento das competências críticas de seus empregados e líderes tendo apresentado os seguintes indicadores nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015*	2014*
Total de empregados	1.279	1.174
Empregados treinados	3.509	2.684
Homem hora treinados	34.351	30.570
Média hora treinamento (%)	10	11,38
Índice de empregados treinados (%)	3	2
Valor médio investido por empregado	132	250
Investimento total (R\$ mil)	462.605	669.983

(*) Informações não auditadas pelos auditores.

35 Cobertura de seguros

O seguro dos bens patrimoniais visa à contratação de coberturas securitárias adequadas, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A especificação, por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações	11/02/2014 a 11/02/2015	167.388	643
Riscos Nomeados - Almoxarifado Central	11/02/2014 a 11/02/2015	11.539	45
Riscos Nomeados - Prédios Administrativos e Contêidos	11/02/2014 a 11/02/2015	34.399	132
Riscos Nomeados - Equipamentos Eletrônicos e Informática	11/02/2014 a 11/02/2015	7.595	29
		<u>220.921</u>	<u>849</u>

Na apólice contratada, foram destacadas as subestações e linhas de transmissão, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização, possuindo cobertura securitária básica, tais como, incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos e riscos diversos.

Marcelino Da Cunha Machado Neto
Diretor Presidente

Luís Hiroshi Sakamoto
Diretor de Gestão

Paulo Roberto Dos Santos Silveira
Diretor Financeiro

Luiz Armando Crestana
Diretor Comercial

Pedro Mateus De Oliveira
Diretor de Planejamento e Expansão

Nelisson Sergio Hoewell
Diretor de Regulação e Projetos Especiais

Alexandra Furtado Freire Paes Landim
Contadora CRC PI - 007971/O-6
CPF 827.592.783-87



PARECER DO CONSELHO FISCAL

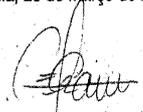
O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 16/03/2016, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as Notas Explicativas às demonstrações financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2015.

Com base nos documentos examinados, nas análises procedidas e nos esclarecimentos e documentos apresentados pela Diretoria Financeira da Empresa e pelo representante dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião, amparado no Relatório dos Auditores Independentes, datado de 16 de março de 2016, que as Demonstrações Financeiras da CEPISA apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Piauí em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Conselho Fiscal recomenda que a Diretoria Executiva da CEPISA dê continuidade à implantação de medidas que objetivem a redução do elevado índice de inadimplência e de perdas técnicas e comerciais da Companhia, bem como, dê, também, prosseguimento ao processo de reestruturação econômico e financeiro da Companhia, devido ao crescimento do patrimônio líquido negativo em função do prejuízo apurado no exercício de 2015, assim como a situação de capital circulante negativo.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes datado de 16 de março de 2016, o Conselho Fiscal opina favoravelmente pelo encaminhamento dos documentos acima referidos, relativos ao exercício de 2015, para serem submetidos à discussão e votação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEPISA.

Brasília, 28 de março de 2016.


EDUARDO DA COSTA RAMOS
Presidente


PAULO SÉRGIO DOS SANTOS SARGES
Conselheiro


NELSON FERNANDES RUSSO
Conselheiro



FICHA TÉCNICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR
Margarete de Castro Coelho

SECRETARIA DE GOVERNO
Merlong Solano Nogueira

SECRETARIA DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Rejane Ribeiro Sousa Dias

SECRETARIA DA SAÚDE
Francisco de Assis de Oliveira Costa

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Fábio Abreu Costa

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
Francisco José Alves da Silva

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Francisco das Chagas Limma

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Luiz Henrique Sousa de Carvalho

SECRETARIA DAS CIDADES
Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO
José Icemar Lavôr Néri

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rebelo

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Janaína Pinto Marques

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Guilhermano Pires Ferreira Correa

SECRETARIA DO TURISMO
Flávio Rodrigues Nogueira Júnior

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
Hélio Isaías da Silva

SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
Luis Coelho da Luz Filho

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA
Fábio Núñez Novo

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Plínio Clerton Filho

CONTROLADOR GERAL DO ESTADO
Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra

DIRETOR DO DIÁRIO OFICIAL
Luzinaldo dos Santos Soares

www.diariooficial.pi.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Preço da Linha - R\$ 3,50: para linhas de 10 cm de largura, fonte 10
63 (sessenta e três) caracteres

ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 178,00
Com remessa postal - R\$ 261,00

ASSINATURA ANUAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 306,00
Com remessa postal - R\$ 499,00

PREÇO DO DIÁRIO OFICIAL

Número Avulso até 30 dias - R\$ 2,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) - R\$ 3,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) e xerox autenticada - R\$ 7,00

PAGAMENTO NA ENTREGA DA MATÉRIA

IMPORTANTE: Os originais não serão aceitos com rasuras ou palavras ilegíveis e devem ser entregues digitados em papel formato ofício e em meio magnético (CD ou Pen Drive), sem espaço, de um só lado.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE PARA PUBLICAÇÃO:
de 2ª a 6ª feiras de 7:30 às 13:30h

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - ESCRITÓRIOS E OFICINAS
Praça Marechal Deodoro, 774 - Telefones: (86) 3221-3531 / 3223-5557

DIÁRIO OFICIAL ON-LINE

Compromisso com a Ética e a Transparência



CUIDE DA
SUA CASA.

FALE COM
SEUS VIZINHOS.

CONVERSE COM
A PREFEITURA.

O BRASIL CONTA COM VOCÊ.